



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Marcelo de Mello Ribeiro

**Moedas de bronze e homens de ferro: as atividades econômicas que apoiaram os jogos de gladiadores, durante o Alto Império**

Rio de Janeiro

2023

Marcelo de Mello Ribeiro

**Moedas de bronze e homens de ferro: as atividades econômicas que apoiaram os jogos de gladiadores, durante o Alto Império**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Regina Candido

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

R484	<p>Ribeiro, Marcelo de Mello. Moedas de bronze e homens de ferro: as atividades econômicas que apoiaram os jogos de gladiadores, durante o Alto Império / Marcelo de Mello Ribeiro. – 2023. 293 f.</p> <p>Orientador: Maria Regina Candido. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Economia - Roma - História - Império, 30 A.C.-476 D.C. - Teses. 2. Gladiadores - Roma - História - Império, 30 A.C.-476 D.C. - Teses. 3. Roma - Civilização - Teses. I. Candido, Maria Regina. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p> <p>CDU 33(37)</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Marcelo de Mello Ribeiro

**Moedas de bronze e homens de ferro: as atividades econômicas que apoiaram os jogos de gladiadores, durante o Alto Império**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 22 de agosto de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Regina Candido (Orientadora)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Renata Senna Garraffoni  
Universidade Federal do Paraná

---

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Sandro Teixeira Moita  
Escola de Comando e Estado Maior do Exército

---

Prof. Dr. Alair Figueiredo Duarte  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Rio de Janeiro

2023

## **DEDICATÓRIA**

À minha família meu porto seguro, minha calma em meio às tempestades da vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me agraciado com força e resiliência para atingir meus objetivos e, acima de tudo, pelo discernimento que me proporcionou, para fazer as opções corretas para a elaboração desta apaixonante pesquisa. Sem a fé, provavelmente esta caminhada teria sido mais árdua.

À minha família que, apesar de pequena, tem uma enorme parcela na conquista que ora se concretiza: minha esposa, Elza Maria, sempre me apoiando sem restrições a voos mais altos de natureza acadêmica, profissional e educacional; meu filho mais velho, Marcelo Júnior, um grande amigo e fonte de inspiração por sua retidão de caráter e seu altruísmo. Ao meu companheiro de todas as horas meu filho, Marcos, misto de força e resiliência, que me anima e motiva. Além deles, meus pais, Raimundo e Maria de Lourdes, que me incentivam para que tudo desse certo, sempre me impulsionando para frente e estando junto com seus concelhos precisos. O que sou hoje devo tudo a vocês.

À minha estimada orientadora Dr<sup>a</sup>. Maria Regina Candido dedico meus mais sinceros agradecimentos por ter me acolhido no Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA) e ter acreditado que meu trabalho seria possível. Agradeço imensamente pela cobrança e pela insistência em exigir um trabalho de excelência o mesmo nível de competência dos demais trabalhos produzidos em sua área de pesquisa.

Aos meus professores e mestres de ontem, de hoje e de sempre, que, de uma forma ou outra, imprimiram em mim suas marcas, quer fossem elas para serem seguidas, adaptadas, aperfeiçoadas, quer para me fazerem refletir sobre a caminhada acadêmica.

Aos participantes da banca de qualificação e defesa que prontamente aceitaram o convite para contribuírem com suas experiências e conhecimento da área a fim de que a tese se enriquecesse ao máximo.

Aos meus estimados amigos Prof. Dr Alair Figueiredo; Prof. Dr. José Roberto; Prof. Dr Albertino e Prof. Doutorando Felipe Nascimento do Núcleo de Estudos da Antiguidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEA/UERJ) que me acolheram e me auxiliaram na caminhada acadêmica.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Garraffoni por sua atenção e generosidade em abrir o horizonte para novas perspectivas dentro da minha pesquisa, o que me permitiu desenvolver de maneira mais madura o tema para qual me propus. Ao Prof. Dr Paulo André Parente por suas orientações seguras e precisas que muito ajudaram na espinhosa e árdua missão de desvendar os caminhos

da História Antiga. Ao Prof. Dr Guilherme Moerbeck que participou da minha banca de mestrado e foi um grande incentivador do tema da presente pesquisa.

Aos funcionários da secretaria da Pós Graduação da UERJ, pelo atendimento cordial e eficiente de sempre, e aos Professores do Programa, cujas aulas agregaram conhecimentos que enriqueceram minha pesquisa.

Ademais, agradeço de coração a todos os colegas que me auxiliam com palavras de ânimo e incentivo ao longo desta jornada. Só tenho a agradecer o privilégio de contar com as críticas e sugestões a diversos aspectos da pesquisa e que me ajudaram na minha construção como doutorando e pesquisador.

Nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio. Pois na segunda vez o rio já não é mais o mesmo, nem tão pouco o homem.

*Heráclito de Éfeso*

## RESUMO

RIBEIRO, M. M. **Moedas de bronze e homens de ferro**: as atividades econômicas que apoiaram os jogos de gladiadores, durante o Alto Império. 2023. 293 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

O objetivo desta tese é o de pesquisar as razões que nos possibilitem compreender como se desenvolveu o processo econômico ligado aos espetáculos de gladiadores em Roma durante o Alto Império. O tema é espinhoso, pois a sociedade romana naquele momento não conhecia o conceito de economia. Para isso fomos buscar a evolução do conceito desde suas origens, passando pelas várias escolas históricas que se debruçaram sobre a questão. Após este embasamento teórico direcionamos nosso olhar para as atividades econômicas voltadas para os espetáculos de gladiadores. Dentro deste cenário existiram homens e mulheres que se dedicaram de maneira profissional aos bastidores das arenas e assim movimentavam mesmo que indiretamente a economia de Roma ligada aos jogos. Ao buscarmos observar os espetáculos das arenas, nos deparamos com somas vultosas que iam desde o valor dos gladiadores até preços dos animais que eram trazidos de outros continentes para enriquecer e atrair o público para as arenas. Todo este espetáculo de luxo e glamour cresceu de importância ao longo dos séculos, mas tudo isso tinha um alto preço, que em Roma foi incorporado pelo Imperador. Assim, podemos percorrer os espetáculos, dentro de um viés econômico, ao longo do Alto Império e entender a importância que os jogos representaram para aquela sociedade.

Palavras-chave: Economia. Roma. Gladiadores. Imperador. *Nundinae*. Evergetismo. Espetáculos. Alto Império. Arena. *Ludus*. *Res Gestae*.

## ABSTRACT

RIBEIRO, M. M. **Bronze coins and iron men**: the economic activities that supported gladiatorial games during the High Empire. 2023. 293 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The objective of this thesis is to research the reasons that allow us to understand how the economic process linked to gladiator shows in Rome during the High Empire developed. The subject is thorny, as Roman society at that time did not know the concept of economy. For this, we sought the evolution of the concept from its origins, passing through the various historical schools that have focused on the issue. After this theoretical basis, we direct our gaze to economic activities focused on gladiator shows. Within this scenario there were men and women who dedicated themselves professionally to the backstage of the arenas and thus moved, even indirectly, the economy of Rome linked to the games. When we tried to observe the shows in the arenas, we came across large sums that ranged from the value of the gladiators to the prices of animals that were brought from other continents to enrich and attract the public to the arenas. All this show of luxury and glamor grew in importance over the centuries, but all of it had a high price, which in Rome was incorporated by the Emperor. Thus, we can go through the shows, within an economic bias, throughout the Upper Empire and understand the importance that the games represented for that society.

Keywords: Economy. Rome. Gladiators. Emperor. Nundinae. Evergetism. Shows. High Empire. Arena. Ludus. Res Gestae.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Année Épigraphique
AHB	The Ancient History Bulletin
AJA	American Journal of Archaeology
ANRW	Aufstieg und Niedergang der römischen Welt
AntAfr	Antiquités Africaines
AnTard	Antiquité Tardive
ArchClass	Archeologia Classica
AudDefTab	Audollent, Les 'Tabellae defixionum' d'Afrique
BaBesch	Bulletin Antieke Beschaving
BAC	Bulletin archéologique du Comité des travaux historiques et scientifiques
BAR	British Archaeology Reports
BCTH	Bulletin archéologique du Comité des travaux historiques et scientifiques. Afrique du Nord.
BSNAF	Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France
CA	Classical Antiquity
CahTun	Les cahiers de Tunisie: revue de sciences humaines
CCSL	Corpus Christianorum Series Latina
CIL	Corpus Inscriptionum Latinarum
CJ	The Classical Journal
CRAI	Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres
DHA	Dialogues d'Histoire Ancienne
DialAr	Dialoghi di archeologia
EAOR	Epigrafia anfiteatrale dell'Occidente romano
GPR	Radar de penetração no solo
IAM	Inscriptions antique du Maroc
ILAfr	Inscriptions latines d'Afrique

ILAlg	Inscriptions latines de l'Algérie
ILPBardo	Catalogue des inscriptions latines païennes du Musée du Bardo
ILS	Inscriptiones Latinae Selectae
ITun	Inscriptions de la Tunisie
InvAlg	Inventaire des mosaïques de la Gaule et de l'Afrique
IRT	Inscriptions of Roman Tripolitania
JRA	Journal of Roman Archaeology
JRS	Journal of Roman Studies
LBIRNA	The phraseology and structure of Latin building inscriptions in Roman North Africa
LBI ArchPro	Ludwig Boltzmann Institute for Archaeological Prospection and Virtual Archaeology
MAH	Mélanges d'archéologie et d'histoire
MEFRA	Mélanges de l'École Française de Rome Antiquité
MSAF	Extrait des Mémoires de la Société nationale des antiquaires de France
NDE <i>Ammaedara</i>	Nouveaux documents épigraphiques d'Ammaedara
NPNF	Nicene and Post Nicene Fathers series
OM	Organizações Militares
OMRL	Oudheidkundige Mededelingen uit het Rijksmuseum van Oudheden te Leiden
PAPEM	Pagadoria de Pessoal da Marinha
PBSR	Papers of the British School at Rome
PIB	Produto Interno Bruto
RA	Revue Archéologique
RM	Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts. Römische Abteilung
Siape	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
Sispag	Sistema de Pagamento da MB
ZPE	Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>A EVOLUÇÃO ALÉM DE UM CONCEITO</b> .....	21
1.1	<b>A relevância do <i>oikos</i> para a “economia”</b> .....	21
1.2	<b>A Escola Histórica Alemã de Economia</b> .....	28
1.3	<b>As questões econômicas na antiguidade segundo Karl Polanyi</b> .....	39
1.4	<b>Transição e novos olhares sobre a economia na antiguidade</b> .....	51
1.5	<b>O amadurecimento do pensamento Finleyiano</b> .....	61
1.6	<b>Um contraponto fora do circuito anglo saxão</b> .....	75
2	<b>A PRÁTICA E A VIVÊNCIA DO CAMPO ECONÔMICO</b> .....	83
2.1	<b>As <i>nundinae</i> e sua relação com os jogos</b> .....	83
2.2	<b>Valor econômico dos gladiadores</b> .....	98
2.3	<b>Atividades profissionais ligadas aos espetáculos</b> .....	113
2.4	<b>Atividades de apoio ao gladiador em um <i>ludus gladiatorius</i></b> .....	133
3	<b>UM NOVO CENÁRIO</b> .....	154
3.1	<b>Regulamentado pelo Império ou gosto pessoal do Imperador</b> .....	154
3.2	<b>Os patrocinadores de Roma</b> .....	168
3.3	<b>A <i>Annona</i></b> .....	177
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	198
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	203
	<b>ANEXO A - <i>Res Gestae Divi Augusti</i></b> .....	225
	<b>ANEXO B - SÊNECA</b> .....	228
	<b>ANEXO C – SUETÔNIO</b> .....	231
	<b>ANEXO D – JUVENAL</b> .....	241
	<b>ANEXO E – PETRÔNIO</b> .....	245
	<b>ANEXO F – LÂMPARINAS</b> .....	247
	<b>ANEXO G – UTENSÍLIOS</b> .....	250
	<b>ANEXO H – EPITÁFIOS</b> .....	261
	<b>ANEXO I - CALENDÁRIO <i>NUNDINAE</i></b> .....	273
	<b>ANEXO J - PISO MOSAICO DA VILLA BUC AMMERA</b> .....	275
	<b>ANEXO K - <i>LEX URSONENSIS</i></b> .....	280
	<b>ANEXO L - <i>PAPYRUS AURELIUS ONNOPHRIS</i></b> .....	283
	<b>ANEXO M - FASTI ALLIFANI</b> .....	287
	<b>ANEXO N - GLOSSÁRIO</b> .....	288

## INTRODUÇÃO

“Um fenômeno histórico existe em dois níveis.  
A primeira é a das realidades.  
A outra é a das representações ou do imaginário.”

Jacques Le Goff

O tema arena e gladiadores ainda está muito presente em nossos dias. Seja por meio do Mixed Martial Arts (MMA), que faz tanto sucesso por todo o mundo ou por meio das megaproduções de Hollywood como *Gladiador* (2000); a série de TV *Spartacus: Blood and Sand* (2010). Porém, volto a afirmar: “nunca estiveram tão presente”. Isto porque a estreia do filme *Gladiador 2* já tem data marcada para entrar em cartaz. O mega sucesso mundial, *Gladiador*, que influenciou e formou opiniões sobre os guerreiros das arenas tem data e hora para estar nos cinemas. O lançamento mundial acontecerá em 22 de novembro de 2024.

Todo este movimento ao redor desses eventos é muito positivo para os entusiastas da História Antiga, pois fomenta temas como: os combates de gladiadores, as *naumachias* (batalhas navais), as *venationes* (caçadas) e acima de tudo demonstram o quanto este assunto gera curiosidade e ao mesmo tempo é tão desconhecido das pessoas.

No meio acadêmico a História Antiga é uma aérea volta para apaixonados e este universo fica mais restrito, quando o assunto são gladiadores. Nós poderíamos enumerar os pesquisadores brasileiros que se dedicam ao tema, mas seria leviano esquecer alguém e desta forma cometer algum tipo de injustiça. Assim, apenas destaco o amor e o comprometimento de todos que estudam tão relevante tema.

A análise da temática gladiadores, em nossa opinião, é um caminho valioso para desvelarmos a sociedade romana em sua multiplicidade de sentidos e procuramos entender sua dinâmica social e econômica, pois representa uma forma específica de relação entre os homens e mulheres que deram valor a um ser mais infame e ao mesmo tempo amado por todo um Império.

O presente trabalho tem como objetivo fundamental o estudo das atividades econômicas que se desenvolveram a partir dos espetáculos de gladiadores, durante o Alto Império. Neste universo complexo e lúdico dos espetáculos romanos é fundamental destacarmos que nossa opção pela temática não foi acidental, muito pelo contrário, tem como objetivo dar continuidade a pesquisa anteriormente realizada no mestrado no ano de 2016, quando nos debruçamos sobre a relação de poder entre o gladiador e o Imperador travada no *Amphitheatrum Flavium*.

Assim, todo o esforço se fez a partir de entendermos a origem do vocábulo “economia”. A palavra advém do grego *oikonomikos*. A origem se dá em decorrência da composição do *oikos* (que significa casa ou unidade doméstica) com o radical semântico *nem* (que significa regulamentar, administrar, organizar). A significação semântica que esta palavra carregou até meados do século XVIII foi definido por meio da obra de Xenofonte<sup>1</sup> *Ho oikonomikos*, escrita na primeira metade do século IV a.C.

Esta premissa norteou nossa pesquisa e assim, identificamos o amadurecimento do conceito na ótica de pensadores como Xenofontes, Platão e Aristóteles. A partir desta tríade que amalgamou a gênese do pensamento “econômico” da antiguidade clássica passamos a analisar as diversas escolas que se debruçaram sobre o tema economia antiga. Porém, para facilitar nossa caminhada foi relevante pontuarmos que a Economia somente foi reconhecida a parti de 1890, pois inicialmente, isto é, ainda no século XVIII ela esteve atrelada a Economia Política.

Assim, procuramos distinguir a corrente de pensamento que permeou a Escola Alemã, passando pelo pragmatismo interpretativo de Karl Polanyi que procurou explicitar que era necessário não interpretarmos toda a estrutura econômica desenvolvida pela sociedade na antiguidade, para atender as necessidades daquele período de acordo com a lógica adotada pela sociedade a partir do século XIX. Este posicionamento permitiu uma releitura de toda a história greco-romana utilizando de perspectivas que aliavam a economia com a política e ainda analisando a racionalidade econômica e não mais influenciada por uma “casta acadêmica alemã”. Este novo olhar permitiu que outros intelectuais de várias nacionalidades formulassem questões relacionadas à economia antiga dentro de uma nova abordagem.

Finley foi um dos nomes que surgiu dentro deste cenário de releitura dos estudos de Grécia e Roma. Sua obra, *A Economia Antiga*, foi e continua sendo relevante para o entendimento da economia grega e romana. Outra contribuição de Finley foi a continuidade de seu trabalho por meio de seguidores como Keith Hopkins. Assim, motivados pela obra Finley, Peter Garnsey e Richard Saller, seus seguidores da Escola de Cambridge, partilharam a ideia de ausência de racionalidade econômica no mundo antigo, o que propiciava, portanto, um distanciamento da sociedade capitalista.

Ainda em nosso sobrevoo sobre a economia antiga, nos deparamos com um contra ponto fora do circuito anglo saxão. Este foi o Instituto Gramsci que realizou uma análise voltada a contrapor-se aos historiadores anglo saxões liderados por Finley. Estes marxistas italianos

---

<sup>1</sup> Foi historiador, filósofo e general grego. Viveu entre 431 a.C.-355 a.C.

centraram seus estudos nas transformações ocorridas nas forças e estruturas produtivas, atreladas as atividades desenvolvidas no campo.

Destarte, este apanhado buscou a transversalidade do estudo da economia antiga desde suas origens até pesquisadores contemporâneos, procurando observar os pontos de inflexão que tiveram força para trazer novos olhares para a discussão acadêmica. Este assunto ainda não é ponto pacífico para nós historiadores, mas muito já foi conquistado pois ultrapassamos o debate travado entre primitivistas e modernista.

Mesmo com a dificuldade de identificarmos um consenso sobre a existência ou não de uma economia durante a antiguidade. É sabido que existiam práticas comerciais que estiveram presentes por todo o Império Romano e foram responsáveis por dinamizar as atividades comerciais.

Dentre essas práticas elencamos as *nundinae*. Estas foram estruturas responsáveis pelo desenvolvimento do comércio<sup>2</sup> local e tiveram um papel fundamental de integração entre o meio rural e às cidades. Este fenômeno criou uma rede de cidades, que passaram a integrar um calendário mensal que foi sendo aperfeiçoado ao longo do tempo. Desta forma, estas feiras tornaram-se uma prática disseminada na Itália central.

O sistema de feiras semanais tornou-se sofisticado para a época. Essa complexidade pode ter exigido documentos como os índices *nundinari* ou programações do dia de mercado, que foram responsáveis por nos trazer uma série de informações que foram relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa e abordaremos de maneira mais pormenorizada no decorrer do trabalho.

Após, destacarmos a relevância das *nundinae* e da rede de cidades da Campania e no Lácio que se beneficiou com a venda de produtos agrícolas, terrenos, objeto de uso cotidiano, suvenires e até mesmo escravos. Deparamos-nos com a seguinte questão: Com esta movimentação de pessoas entre cidades cresceu também a infraestrutura destas e com isso desenvolveram-se outras áreas como as hospedagens, a venda de bebidas e até mesmo o entretenimento. Mas, que tipo de entretenimento era apreciado por aquela sociedade durante o Alto Império?

---

<sup>2</sup> De acordo com Moraes em sua Tese de Doutorado intitulada “Autarcia e Comércio em Bracara Augusta Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial” o comércio seria: “A palavra latina *Commercium* significava qualquer actividade relacionada com os negócios, o intercâmbio ou a compra e venda de mercadorias com a aceitação dos riscos inerentes à transação (Will,1987). Como salienta Jacques Le Goff (1982, p. 7), o comércio, para além de suscitar conflitos, funciona como um dos maiores laços entre as áreas geográficas, as civilizações e os povos. (MORAIS, 2005, p.39)

Este questionamento foi fundamental para aprofundarmos nossa pesquisa e a partir dele buscamos entender quem eram as principais estrelas deste entretenimento, o quanto de recursos materiais e humanos era empregado para esta atividade e quais estruturas davam suporte aos jogos realizados nas arenas romanas.

A partir destes questionamentos centralizamos nossa pesquisa primeiramente em identificar quem eram estes homens e mulheres que se apresentavam nas arenas. Para isso nos valem de uma análise qualitativa de epitáfios de gladiadores e familiares. Destes documentos tivemos condições de extrair várias informações como, por exemplo: o local de nascimento do guerreiro, sua nacionalidade, se possuía uma família, se morreu de velhice dentre outras informações. Estes fatos por si só já desmentem várias narrativas de que os gladiadores sempre iam as arenas para morrer, possuíam uma vida efêmera e que não possuíam família.

Assim, após identificarmos quem era este indivíduo, buscamos levantar o valor financeiro da estrela do espetáculo. Para isso nos baseamos no Edito de Diocleciano<sup>3</sup>. O valor levantado reafirmou nossas suspeitas, pois buscamos uma comparação com algumas estrelas do futebol mundial na atualidade e foi verificado que o valor das estrelas das arenas também era relativamente elevado, guardando as devidas proporções. De posse deste levantamento procuramos identificar os bastidores que serviram para agregar valor a este homem das arenas.

O principal palco deste espetáculo no mundo romano foi o Amphitheatrum Flavium (Coliseu), inaugurado em 80d.C. pelo Imperador Tito. Este local foi mais que um templo do entretenimento da capital do Império; foi um equipamento cultural, político e econômico que teve influência no cotidiano da sociedade de Roma.

O Coliseu era uma estrutura viva, um verdadeiro “ecossistema”, um local onde diuturnamente pessoas viviam e conviviam a fim de dar vida aos espetáculos. As areias eram apenas a ponta do iceberg, pois a maior parte do trabalho acontecia no *hypogeum* (subsolo do anfiteatro). Neste local coabitavam animais, gladiadores e elementos de palco que esperavam sua vez de aparecer na arena. Durante o trabalho teremos melhores condições de aprofundar o que foi o *hypogeum* e as pessoas que lá trabalharam para dar suporte a este espetáculo.

Outra questão levantada durante a pesquisa foi a propaganda dos espetáculos. Assim, como acontece nos dias atuais existiam equipes direcionadas para o marketing dos combates e até mesmo a comunicação dos gladiadores com os editores dos jogos durante os combates. Todo este aparato visava dar mais dinamismo e empolgação para o show apresentado nas areias.

---

<sup>3</sup> Mesmo sabendo que édito está fora de nosso recorte temporal nós apropriamos de suas informações, pois trata-se de um documento oficial que foi obrigatório em todo o Império Romano.

Como todo grande evento desportivo era necessário a presença de árbitros, que tinha como principal função disciplinar o combate e fazer com que as regras fossem cumpridas. Esta função era exercida pelos os *summa rudis*, ou seja, o primeiro árbitro, e os *secunda rudis*. Homens respeitados pela sociedade e que passavam credibilidade pelo espetáculo das arenas.

Outras equipes também eram fundamentais para o desenrolar dos espetáculos e davam todo o suporte que ia desde a limpeza da areia, a retirada dos mortos, os porteiros das arenas dentre outros que faziam o espetáculo ganhar vida.

Até mesmo para que surgissem feras exóticas na areia era necessário que homens fizessem sua captura, na maioria das vezes em outros continentes, realizassem seu transporte, os alimentasse, dentre outras atividades. Toda a logística era importante para o sucesso do espetáculo e ao mesmo tempo gerava direta ou indiretamente empregos e comércio, tendo a vista que o valor destes animais atingia altas cifras. Mais uma vez teremos oportunidade, durante a pesquisa, de explorar os bastidores e a economia envolvida nos espetáculos, procurando trazer para os dias atuais os valores dos animais comercializados para os espetáculos.

Inicialmente iam para as arenas, se apresentar ao público, criminosos capturados e prisioneiros de guerra. Frequentemente estes homens eram incorporados à *famiglia gladiatoria*, nas *nundinae* onde os escravos eram negociados (WISDOM, 2001). Com uma menor quantidade de guerras, devido a Pax Romana e a própria evolução dos jogos cresceu o número de gladiadores independentes (*auctorati*), que se ofereciam para serem gladiadores, seja pelo gosto da emoção e do perigo, devido a dívidas ou para obter fama e glória. (RIVER, 2013)

Contudo, para que os espetáculos fossem agradáveis e despertassem o interesse das multidões, por vários séculos, foi necessário que os guerreiros se especializassem e verdadeiramente tornassem-se profissionais das arenas. Para que isso acontecesse homens e mulheres frequentaram um *ludus*, escola de gladiadores denominada *ludus gladiatorius*. Dentro da pesquisa procuramos destacar os principais *ludus* da cidade de Roma e uma série de edificações que deram suporte aos espetáculos. A este complexo voltado para os combates, desenvolvemos um conceito denominado entretenimento estruturante. No segundo capítulo deste trabalho teremos condições de apresentar o conceito ora desenvolvido.

A partir do entendimento do que era o *ludus* vamos agora adentrar os portões desta escola e conhecer os pormenores de sua rotina e instalações. Para isso vamos nos apropriar do discurso de Apuleio e do trabalho arqueológico desenvolvido pelo LBI ArchPro realizado em Carnuntum, que desvela as estruturas físicas que compunham um *ludus*.

Este material de pesquisa facilitou nosso trabalho, pois não ficamos na abstração, tivemos condições de visualizar as principais estruturas que compunham a escola. As acomodações iam desde arenas de treinamento equipadas com o *palus* até salas aquecidas. Esta estrutura que ficava à disposição do gladiador, mais uma vez corrobora que existiu um grande investimento em tudo que cercava os espetáculos e que isso direta ou indiretamente movimentou a economia do Império. Durante a leitura dos capítulos teremos condições de reforçar esta ideia.

Vamos voltar para dentro do *ludus*. A partir da distribuição espacial das salas e arenas que compunham a escola tivemos condições de conhecermos a rotina das pessoas que possuíam algum tipo de atividade no *ludus gladiatorius*. Estes especialistas que trabalhavam tinham por objetivo deixar o homem que entrava nas arenas embrutecido para aguentar os combates e ao mesmo tempo preparado tecnicamente para apresentar um bom espetáculo. Todo este aparato humano que compunha a *famiglia gladiatoria* ia desde o *lanista* (dono de *ludus*) até o *tirones* (recruta bruto).

Contudo, este investimento só foi possível, pois os jogos além de serem importantes para a sociedade romana foi primordial para o *modus operandi* de governar do Imperador. O principado de Augusto foi fundamental para que a cidade de Roma, pois a *Urbs* foi o cenário escolhido pelo Imperador para dar vazão, por meio da arquitetura, a uma nova paisagem urbana.

A capital do Império passou a ser não apenas um símbolo de esplendor e monumentalidade, mas o Imperador buscou que cada edificação rememorasse acontecimentos míticos ou históricos, homenageando a história da cidade desde suas origens até o período que esteve sob sua administração. Roma sob a tutela de Augusto reconquistava um hiato de paz e prosperidade. Este cenário foi ideal para que os espetáculos se desenvolvessem na cidade.

Porém, o olhar aguçado e perspicaz do Imperador mudou a dinâmica dos jogos em Roma. A partir de Augusto somente o Imperador possuía a prerrogativa de organizar os *munera*. Ao mesmo tempo em que retirava poder político da mão dos senadores Augusto angariava a simpatia do povo. O nível quantitativo e principalmente qualitativo aumentou na cidade de Roma. Tudo isso fica bem explicitado e enriquece muito nossa pesquisa, ao utilizarmos um documento escrito em primeira pessoa, pelas mãos do próprio Augusto, as “*Res Gestae Divi Augusti*”.

Esta documentação revelada por ocasião da morte do Imperador mostrou ao mundo a grandiosidade do que foi o principado de Augusto, mas, acima de tudo demonstrou a importância que o Imperador deu a este tipo de atividade. Vamos apenas citar um dos muitos exemplos relatados por Augusto: “nesses jogos lutaram quase dez mil homens” (AUGUSTUS, *Res*

*Gestae*, IV, 22). Este documento primoroso, também por seu valor histórico, eternizou o esforço de um homem em desenvolver à Roma sua exuberância e criou para o mundo um novo nível de espetáculo apresentado nas arenas da capital do Império.

Todavia, para que todo este cenário de glamour e ostentação perdurasse por muitos séculos foi necessária uma figura primordial, que fez toda esta engrenagem funcionar em Roma. Este personagem foi o *Princeps* que a partir de Augusto chama para si o ônus e o bônus de patrocínio dos jogos. Paul Veyne em sua obra “Pão e circo” retrata todo o jogo de interesses que estava por trás da figura do patrocinador dos jogos. Vamos ouvir o que Veyne tem a dizer:

“... Um longo período de guerras civis acaba de terminar; aproveitando-se do cansaço geral, uma monarquia autoritária retoma suas funções. Acaba por expulsar as massas da arena política e prepara a opinião geral; cada um sente que, a partir daquele momento, é inútil tentar acalantar ambições, pois o governo pretende ser o único a fazer política. A vida cotidiana assume um contorno pacífico e fútil; o circo é a única paixão que o povo ainda pode ter: não se fala mais sobre política, mas se continua a falar sobre os espetáculos. Previdente, o governo talvez promoverá espetáculos a fim de despertar o amor do povo, mostrando que seus prazeres são levados em conta pela solicitude paternalista do monarca...” (VEYNE, 2015, p.85)

Assim, o propósito do *Princeps* foi praticar este ervegetismo em Roma e controlar todo o cenário político, pois com o apoio popular o Imperador teria melhores condições de impor suas vontades sobre o senado. Este cenário será abordado no capítulo três de nosso trabalho, e desta forma teremos condições de entender este evergetismo praticado de maneira muito peculiar na capital do Império e ao mesmo tempo compreender a posição da plebe romana frente ao que o poeta satírico Juvenal eternizou como a política do pão e do circo.

Ao buscarmos o entendimento do contexto econômico da cidade de Roma durante o Alto Império, nos deparamos com questões sociais e políticas. Com o advento do Principado o poder passou a ser centralizado na figura do Imperador. Este homem passou a ser o divisor do bem e do mal, comparado a um Deus. No entanto, mesmo travestido de todas estas características no fundo era apenas um homem com defeitos e qualidades.

Assim, mesmo exercendo seu reinado acima de tudo e de todos é importante salientarmos que o Imperador tinha que se manter no poder e para isso era necessário agradar o senado e principalmente a plebe romana. E para isso era fundamental para o *Princeps* fazer política, pois aquela sociedade era eminentemente guerreira e qualquer momento de desagravo poderia levá-lo a morte.

Dentro deste cenário vamos buscar entender como a *annona* foi utilizada pelos Imperadores como um projeto político. Para isso vamos nos apropriar da experiência de

Augusto, que conseguiu incorporar as funções do imperador uma ferramenta tão importante para a economia romana e ao mesmo tempo utilizá-la a seu favor. Cabe destacar que o próprio senado abriu mão do trabalho de fiscalização da *annona* em favor do *Princeps*.

Tudo isso só foi possível graças a habilidade política de Augusto e as crises econômicas constantes enfrentadas por Roma. A agricultura apesar de ser uma das principais atividades daquela sociedade eminentemente rural, ainda tinha um pequeno alcance, pois as feiras e os mercados vendiam apenas o excedente. É importante entendermos que durante o Alto Império a cidade de Roma cresceu em termos populacionais e o que era cultivado não atendia a esta população.

Desse modo, a *annona* mesmo sendo uma velha conhecida dos romanos em tempos emergenciais foi um grande “produto” a ser explorado pelo *Princeps*. Porém, para que esta engrenagem funcionasse era importante um modal aquaviário que desse suporte ao transporte dos mais diversos produtos. Mesmo os romanos não possuindo uma marinha mercante institucionalizada, esta logística teve sucesso devido à terceirização deste serviço.

Outro ponto que vamos abordar para entender como este modal funcionou foi a situação dos portos que deram apoio a cidade de Roma. Isto porque mesmo a cidade que foi capital do mundo antigo não tendo as melhores condições geográficas para absorver o modal aquaviário, todo este empreendimento foi coroado de sucesso.

No entanto, em nosso trabalho não iremos abordar o modal rodoviário, pois mesmo sabendo da qualidade das estradas romanas e da sua “capilarização” por todo o Império Romano este tipo de transporte era inviável economicamente para as grandes distâncias, algo ainda presente nos dias atuais.

Na conclusão de nosso trabalho retomaremos os principais argumentos da tese e procuraremos indicar alguns caminhos de investigação, pois existe um universo a ser explorado quando o assunto são os espetáculos de gladiadores.

Incluí nos anexos da tese elementos que podem servir de aprofundamento para futuras pesquisas e que muito me auxiliaram, pois se trata de documentos que vivenciaram a história e chegaram até nós como testemunhas de um passado glorioso.

Espero que a leitura seja agradável e atenda a expectativa dos pesquisadores interessados em entender um pouco mais sobre a estrutura econômica que deu suporte aos espetáculos durante o Alto Império.

*Não sei se realmente vale a pena contar toda a história romana desde o início. Mesmo que o fizesse, não me atreveria a dizê-lo, porque sei que se trata de uma operação tão antiga quanto se fosse prática, enquanto os historiadores modernos acreditam ser capazes de dar alguma contribuição mais documentada na narração dos fatos, ou ser capaz de superar uma crueza dos antigos no campo do estilo. memória dos feitos realizados pelos maiores povos do solo. (Tito Livio, *Ab Urbe condita*, Prefácio, 1-3.).*

## 1 A EVOLUÇÃO ALÉM DE UM CONCEITO

### 1.1 A relevância do *oikos* para a “economia”

A origem do vocábulo “economia” advém do grego *oikonomikos*. O verbete se dá em decorrência da composição da palavra *oikos* (que significa casa ou unidade doméstica) com o radical semântico *nem* (que significa regulamentar, administrar, organizar). (PEREZ, 2004, p.62). A interpretação semântica que esta palavra teve até meados do século XVIII foi definido por meio da obra de Xenofonte *Ho oikonomikos*, escrita na primeira metade do século IV a.C.

*Ho oikonomikos* foi acima de tudo um tratado de ética e a partir deste propósito tornou-se um guia para o proprietário rural do que poderia se entender por uma vida boa, a forma mais apropriada de utilizar a riqueza e apontava quais virtudes eram essenciais ao chefe do núcleo familiar para administrar da melhor forma sua casa. Além dos itens voltados a ética o tratado também possuía orientações basilares sobre agronomia.

Dentro desta proposta o autor apresentava os três pilares que sustentam o núcleo da “unidade familiar” entre os gregos antigos (a gestão dos bens, o domínio sobre o núcleo familiar e os escravos). Porém, as proposições de Xenofonte não tinham a intencionalidade de uma análise econômica, pois não havia, naquele momento, a preocupação com os problemas da eficiência da produção ou da comercialização.

Já para os romanos, o termo *oikonomikos* significava “família”, assim como a “unidade familiar” grega ela articulava três campos do poder: o *dominium* (poder sobre os bens), o *manus* (poder sobre as mulheres e as mulheres dos filhos) e o *potestas* (poder sobre os filhos, netos e escravos). (OLIVEIRA, GENARI, 2009, p.7) Além disso, os manuscritos romanos sobre atividades relacionadas à economia abordavam temáticas como práticas agrícolas, diretrizes sobre o cuidado com o solo e orientações de condutas relacionadas a comercialização de produtos.

Platão, assim como Xenofonte, trabalhou conceitos relacionados a vida econômica. No entanto, sua perspectiva estava direcionada para a pólis. Platão conduziu sua dialética para a vida econômica, buscando harmonizar a vida em condições adequadas para os cidadãos na pólis. A partir desta perspectiva o filósofo assumia, o homem como um composto de potencialidades integradas (físicas, produtivas, éticas, artísticas, intelectuais e espirituais) cujo potencial máximo só seria alcançado na vida em sociedade, isto é, no interior da pólis.

Na ótica de Platão a pólis era a consequência natural do processo evolutivo do homem. Assim, a vida em comunidade naturalmente afluía aptidões diferentes nos homens. Esta

diferenciação entre os indivíduos era evidenciada até mesmo nas atividades laborais, o que reforçava a importância segundo Platão da vida na pólis, pois esta era o habitat no qual os homens cooperariam de forma mútua para produzir e obter, por meio da troca, satisfazer suas necessidades e assim terem uma vida mais prazerosa. (OLIVEIRA, GENARI. 2009 p.8)

A despeito desses fatos, coube a Platão a gênese interpretativa que conferiu à divisão social do trabalho a incumbência de oportunizar a coesão da vida em comunidade. Essa foi uma das contribuições do filósofo grego no que se refere à sua interpretação do que seria a vida “econômica” da pólis.

Aristóteles se alinha ao pensamento de Platão ao direcionar seu raciocínio, buscando desvendar a vida econômica e sorver desta a essência para uma vida harmônica e estável na pólis. Porém, Aristóteles vai além ao procurar entender como se processava o desenvolvimento do indivíduo e a promoção do bem comum, pois dentro da mesma lógica de Platão, a síntese do bem comum só poderia ser alcançada no cerne da pólis.

Em sua obra *A Política*, Aristóteles revisitou o surgimento da pólis, a vinculação entre a cidade e o cidadão, estudou os tipos de governo e os cenários propícios e adversos para sua conservação e subversão. Porém, é relevante ressaltarmos que sua interpretação dos temas econômicos é abordada em sua obra quando o filósofo discorre sobre o contexto essencial para a estabilidade da família e da cidade.

Para Aristóteles o homem entende que suas ações são voltadas para aquilo que ele considera um bem e para isso se propõem a viver em comunidade, a fim de ter sua segurança, subsistência e sua própria reprodução. Dentro deste contexto a cidade tem importância capital, pois esta foi concebida para que o homem viva bem junto.<sup>4</sup>

Segundo o autor a sobrevivência de cada família em particular e da cidade como um todo estão intrinsecamente conectadas as relações de troca entre a natureza e os homens. Esta troca é a arte da aquisição e subdivide em:

- aquisição natural se refere ao conjunto de atividades (agricultura, pastoreio, caça, saque, troca) executadas pela unidade familiar (economia doméstica) ou por meio da cidade (economia política) com o propósito de obter alimentos e os meios necessários para a subsistência.
- aquisição artificial estabelece o que Aristóteles intitula gênero especulativo. A aquisição especulativa faz referência a qualquer tipo de atividade que estabelece o aumento da

---

<sup>4</sup> ARISTÓTELES, *A Política*. L II, cap. V.

riqueza como um fim em si mesmo e não cria limites de acumulação. (OLIVEIRA, GENARI, 2009, p.9)

De acordo com o autor, a criação do ente “propriedade” e do excedente econômico ocasionou o surgimento da relação de trocas. Este tipo de operação atendeu as demandas, no entanto, criou-se um fator complicador, pois a proporção de trocas envolvia uma outra variável o “valor”. (OLIVEIRA, GENARI, 2009 p.9). Assim Aristóteles, buscando resolver a nova variável elaborou dois conceitos primordiais. Vamos ouvir a dedução racional do filósofo sobre o desenvolvimento do pensamento econômico:

cada coisa que possuímos tem dois usos dos quais nenhum repugna a sua natureza; porém um é próprio e conforme a sua destinação, outro, desviado para algum outro fim. Por exemplo, o uso de um sapato é calçar; podemos também vendê-lo ou trocá-lo para obter dinheiro ou pão, ou alguma outra coisa, isto sem que ele mude de natureza; mas este não é o seu uso próprio, já que ele não foi inventado para o comércio [...]. A natureza não fez as coisas para serem trocadas, mas, tendo os homens uns mais, outros menos do que precisam, foram levadas por esse acaso à troca. (ARISTÓTELES, *A Política*, L I, cap. II).

A partir destas reflexões Aristóteles delinea os conceitos de valor de uso e valor de troca. Qualifica o ato de trocar como a ação de permuta de produtos que busca satisfazer às necessidades de consumo e reitera que esta atividade não diverge dos propósitos da natureza. No entanto, o comércio é o ato de troca que se constitui em comprar para vender com um valor superior, seu principal objetivo é o locupletamento, refutando os princípios basilares da natureza.

Com o aumento da atividade de troca, era necessário desenvolver algo que desse agilidade ao processo de troca. Força desta necessidade o homem desenvolveu algo fácil de carregar e de ser manuseado, a partir dessa demanda criou-se a moeda. Aristóteles analisa o valor inerente da moeda, isto é, o valor de resgate ou valor nominal. Este se refere ao montante a ser recebido ao final da transação monetária.

Assim, a partir destas reflexões o filósofo grego constatou que a moeda à medida que teve seu uso universalizado assumiu outras funções, transcendendo a simples operação de troca. Transformou-se em reserva de valor (riqueza), tornando-se meio de enriquecimento (capital usurário), isto é, recurso utilizado para empréstimo a terceiros. Aristóteles buscou estruturar o pensamento lógico sobre as três funções que na atualidade se atribuem à moeda: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. (OLIVEIRA, GENARI, 2009, p.10)

No entanto, Aristóteles não concebeu valorar algo que não supria fisicamente as necessidades básicas do homem. A partir destas constatações, ele ponderou que: “é absurdo

chamar ‘riquezas’ um metal cuja abundância não impede de se morrer de fome [...]”. (ARISTÓTELES, *A Política*, L I, cap. II). Ele argumentou ainda sobre a esterilidade da moeda e a impossibilidade dela por si só criar valor, pois, na sua gênese, era apenas um modo de facilitar as trocas, sendo somente uma simples convenção entre homens. Para o filósofo tanto a concentração monetária por meio do comércio, quanto o empréstimo a juros eram contrários à natureza e, desta forma, condenáveis e execráveis. (OLIVEIRA, GENARI, 2009 p.10)

Contudo, o pensamento de objurgação a respeito do comércio e a repulsa que o autor lhe atribui, pois a considerava uma tarefa de menor importância não impediu que reconhecesse o seu valor e considerasse sua utilidade quando o tema abordado era sobre economia política, ou melhor, finanças públicas. Suas considerações a respeito da vida econômica induziram Aristóteles a asseveração de que um número diminuto de cidades angariava dividendos consideráveis ao monopolizar o comércio ou a manufatura de mercadorias como seda, incenso, mirra, marfim, tecidos. Para o autor a prática do monopólio era entendida como algo promissor e favorável ao Estado, pois criava uma balança positiva para as contas públicas.

Outra questão levantada por Aristóteles aborda à depreciação da mão de obra ligada ao trabalho manual mais simples, pois de maneira geral, era desempenhado por escravos e, desta forma, era inapropriado ser executado por membros da elite, isto é, homens que possuíam a incumbência e a autoridade para deliberar os destinos da pólis. Assim, cria-se um axioma que o trabalho é algo incompatível com o exercício da cidadania. (OLIVEIRA, GENARI, 2009, p.12)

Porém, como vimos anteriormente não é só por meio da Política que Aristóteles conjectura a gestão do *oikos* (economia) e da polis (economia política). A ética foi outro campo de relevância observado pelo filósofo. Esta questão foi aprofundada pelo autor quando ele analisa a importância da distribuição e dos preços. Dentro da retórica estabelecida por Aristóteles existiam três pontos que possuíam extrema relevância: o primeiro trata da fruição, ao gozo dos bens privados no contexto da pólis; o segundo ponto faz referência à distribuição dos bens entre os cidadãos; e o terceiro, à maneira como deveriam se processar as trocas. (OLIVEIRA, GENARI, 2009, p.12)

De acordo com Aristóteles, o auto crescimento do cidadão e a promoção do bem comum estava diretamente ligado à disponibilidade de bens úteis e fundamentais que estivessem em consonância com o objetivo moral da família e da pólis. Uma fração desses bens, como já foi supracitado, era obtida por meio de trocas. Segundo o filósofo esta prática deveria estar diretamente vinculada aos princípios da justiça, pois a ação de trocar só seria justa, partindo-se do pressuposto que seria executada entre produtos equivalentes.

Aristóteles admitia que o ato de ter posses, isto é, possuir uma condição privilegiada era proveitoso. Vejamos a assertiva apresentada pelo filósofo:

as coisas úteis podem ser bem ou mal usadas [...] e cada coisa é usada da melhor maneira pelo homem que possui a virtude relacionada com ela. Quem melhor usará a riqueza, por conseguinte, é o homem que possui a virtude relacionada com a riqueza, e esse homem é o liberal. (ARISTÓTELES, 1991, p.72)

A distribuição de riquezas foi um tema abordado por Aristóteles. De acordo com o autor o desequilíbrio excessivo de riqueza entre os cidadãos era um elemento desagregador e poderia colocar em colapso a estabilidade política e a coesão da comunidade. Esta harmonia era condição *sine qua non* para que o cidadão atingisse sua plenitude. Desta forma, era essencial manter o equilíbrio na distribuição da riqueza.

A despeito dos fatos apresentados, podemos constatar que Aristóteles procurou desmembrar a política e a ética da “economia”. O modo de produção escravista foi imprescindível, para a lógica de trabalho daquela sociedade, pois desonerava o cidadão do compromisso com atividades laborais ligadas a agricultura e lhe permitia desempenhar as funções políticas; a troca foi uma prática importante segundo Aristóteles, pois quando executada corretamente proporcionava o bem-estar do cidadão e da pólis; a equivalência nas trocas era fundamental para que fosse justa para ambas as partes; o compartilhamento judicioso da riqueza e da propriedade, foi uma premissa importante para a coesão social da pólis.

Aristóteles foi um dos pensadores que proporcionou fundamentos teóricos para o desenvolvimento de uma tradição que identificou as instâncias da produção, troca ou comercialização, distribuição e consumo, proporcionando condições para a atuação do cidadão em atividades mais “dignas” associadas à política, à justiça, ao bem-estar e à ética. Já para romanos, a ênfase na busca da plenitude de valores mais elevados do homem será minimizada em prol de interesses mais associados às propriedades e à riqueza dos cidadãos.

O surgimento da República<sup>5</sup> romana ocasionou uma mudança na função da cidade e no modo de vida em comunidade, quando comparado ao que foi idealizado por Aristóteles. A cidade como um ente que atendia aos anseios superiores de realização plena do homem deu espaço para uma nova dinâmica que valorava a defesa de direitos e interesses comuns definidos em lei e garantida por meio da justiça. Dentro desta nova realidade os objetivos humanos e

---

<sup>5</sup> A coisa pública (*res publica*) é a coisa do povo (*res Populi*). E o povo não é um agrupamento de homens congregados de qualquer modo, mas a congregação de uma multidão associada (*sociatus*) por um consenso jurídico (*iuris consensus*) e uma utilidade comum (*utilitatis communione*). E a primeira causa para se agruparem não é tanto a fraqueza quanto uma tendência natural dos homens de se congregarem (CÍCERO, 2008, *Rep*, 1.39).

éticos mais elevados da pólis perderam sua força natural em proveito de um pragmatismo que foi sendo disseminado na cidade.

Neste novo cenário os cidadãos foram amalgamados por um compilado de leis que tiveram o propósito de criar um nítido e rígido fracionamento entre res-pública e res-privada. As instituições foram incumbidas de desempenhar o controle, justiça e operacionalização da vida na *urbe*. A lei tornou-se um instrumento regulatório da economia, sendo garantidora da autonomia e da liberdade do cidadão no âmbito da esfera privada.

Assim, retomando nosso recorte temporal, durante o final do período republicano houve uma expansão territorial e um alargamento das fronteiras, que ganhou força durante o Império. Este processo desencadeou a reestruturação da administração pública romana que passou a ser centralizada. A partir desta nova realidade houve uma adequação entre as leis da cidade (o direito romano) e os procedimentos jurídicos dos territórios anexados, resultado de todo este remodelamento foi a criação de um corpo jurídico comum o *jus gentium*.

Este novo cenário jurídico ganhou força e foi adotado em todo o Império, subordinando as tradições locais ao *jus gentium*. Com o passar dos séculos esta prática passou a ser conhecida como “direito natural”. Essa *práxis* foi primordial para a formação jurídica e política do Ocidente, auxiliando também na concepção do pensamento econômico moderno. (OLIVEIRA, GENARI, 2009, p.17)

Dentre as referências do *jus gentium* estruturadas pelos juristas romanos, as que ganharam maior notoriedade na gênese do pensamento econômico encontram-se nas definições:

1. de um direito de propriedade quase sem limites (propriedade privada legal);
2. de liberdade contratual similar aos padrões que estão vigentes atualmente.

(OLIVEIRA, GENARI, 2009, p.17)

Mesmo os romanos presumindo que os trabalhos ligados às atividades braçais e até mesmo o comércio fossem ocupações inferiores, realizadas apenas por escravos, estrangeiros e plebeus, esses traços do direito romano são uma prova incontestável da relevância da atividade comercial e da manifestação do interesse privado durante o principado. (ROLL, 1978, p. 41)

Essas definições estabelecidas pelo direito romano significaram um incremento da soberania potencializando a soberania do indivíduo, estabelecendo sólido ponto de apoio para a ideia, cara à modernidade, de direitos naturais e inalienáveis.

Por meio destes fundamentos teóricos apresentados por Xenofontes, Platão e Aristóteles temos uma ideia da gênese do pensamento “econômico” da antiguidade clássica e sua evolução até os tempos do Império Romano. Contudo, cabe salientar que todo este arcabouço dos

filósofos clássicos atrelava a “economia” aos conceitos do *oikos* (que significa casa ou unidade doméstica) e que paulatinamente veio ganhando um arcabouço jurídico principalmente a partir do Império Romano.

Contudo, os estudos sobre a Economia Antiga por mais de um século e meio foram polarizados pela disputa de duas diferentes perspectivas que estiveram diretamente sugestionadas pelo processo industrial capitalista que foi alavancado a partir do início do século XIX. Apesar deste cenário, procuraremos clarificar as correntes historiográficas que se debruçaram sobre o estudo da atividade econômica romana, buscando entender se houve uma “economia” durante o Alto Império.

Ao colocarmos o termo economia entre aspas, temos a convicção em virtude de nossa pesquisa acadêmica ao longo dos anos, que o termo economia veio ganhando significância e evoluiu a partir do pensamento dos filósofos gregos. Para isso vamos jogar luz sobre as escolas que se debruçaram sobre tão relevante tema e trazer as reflexões das diversas correntes historiográficas que se colocam em extremidades opostas ao tratarem da economia na antiguidade.

Mas, essas reflexões são importantes pois embasam nosso objeto de estudo, pois o ofício do historiador está intrinsicamente ligado à produção historiográfica, a utilização de maneira consistente do suporte teórico-metodológico, que busca na documentação a pertinência do objeto a ser pesquisado e estas discussões entre as escolas enriquece o debate, pois seria muito triste para nos historiadores apenas nos atermos apenas em descrever fatos e nos furtarmos de refletir e analisar suas causas e principalmente suas consequências. Vejamos uma observação muito pertinente do Professor Ciro Cardoso em seu artigo, Existiu uma “economia romana”? Publicado na Revista Phoênix em 2011.

E, como dizem os marxistas – a meu ver, com total razão –, o trabalho científico deve desvelar significações que são, no entanto, invisíveis para os homens de qualquer época enquanto vão vivendo suas vidas e fazendo história, pois a ciência seria supérflua se a essência fosse dada na descrição. (CARDOSO, 2011, p. 18)

Dentro deste prisma é relevante rememorarmos Lucien Febvre ao externar suas inquietações na frase “a história é filha de seu tempo”, a partir do pensamento de Febvre observamos que por vários momentos as escolas que estudaram a economia na antiguidade deixaram-se “contaminar” por interpretações vividas no seu tempo.

Assim é relevante permitirmos uma historicização da economia, e não sua mera identificação com o tempo presente do historiador. O próprio Mach Bloch ressalta a importância de o documento ser submetido a várias leituras, pois como o autor coloca o documento por si

só não fala e assim cresce o papel e a importância do historiador ao fazer as perguntas certas para que os documentos nos respondam. Para isso, vamos revisitar as escolas que tiveram a perspicácia de discutir a economia na antiguidade e confrontar as várias leituras que estas fizeram sobre o tema, pois todas, umas mais e outras menos, contribuíram para enriquecerem o debate e decantarem o termo economia.

## 1.2 A Escola Histórica Alemã de Economia

Os postulados teóricos iniciados pelos fisiocratas<sup>6</sup>, foram aprofundados e metodizados por Adam Smith e David Ricardo. Apesar do trabalho robusto desenvolvidos por estes pensadores suas ideias foram questionadas por intelectuais da Europa ocidental. Exemplo desta aversão aos direcionamentos teórico-metodológicos britânicos ganharam eco principalmente no mundo germanófono, sobretudo na Alemanha não unificada, pois já trabalhavam o tema ciência econômica por meio da disciplina *Staatswirtschaft*<sup>7</sup>, que possuía suas raízes no cameralismo alemão<sup>8</sup> (STREISSLER & MILFORD, 1993). Assim, as ideias econômicas inglesas sofreram preconceito por parte dos autores alemães que se opunham ao “cosmopolitismo” britânico.

A história econômica foi gestada em pleno século XIX, não como um saber do campo dos historiadores, mas como uma área voltada para as discussões dominada por economista. Dentro deste cenário de debates surgiu a escola a Escola Histórica Alemã (*Historische Schule der Nationalökonomie*) que tinha como proposta o estudo da história como a principal fonte de conhecimento sobre as ações humanas e sobre matérias econômicas.

---

<sup>6</sup> Eram pensadores, reunidos em torno da figura central de François Quesnay. O grupo se intitulava “os economistas”. Posteriormente, passaram a ser conhecido como fisiocratas e legitimados como a primeira escola de pensamento econômico. Os fisiocratas franceses eram contrários as políticas mercantilistas francesas, identificadas como a causa da falta de progresso desse país em comparação com a prosperidade inglesa. De acordo com os fisiocratas a verdadeira riqueza de um país estaria em seus bens e serviços, não no acúmulo de excedentes comerciais, como era preconizado pela doutrina mercantilistas. Para os fisiocratas a agricultura era o centro de seu sistema econômico, sendo o principal fator gerador de riqueza.

<sup>7</sup> O termo em alemão mais usado para designar economia política é *staatswirtschaft*, cuja tradução rigorosa é economia pública (ou do Estado). Talvez por isso Marx, tanto em: *Contribuição à crítica da Economia Política* quanto em *O Capital*, tenha preferido usar *Politischen Oekonomie*, mais próxima do termo em inglês; isoladamente *oekonomie* significa economia doméstica. Em qualquer caso, o termo possui o mesmo significado etimológico que em inglês ou francês. (TEIXEIRA, 2000, p.93)

<sup>8</sup> A forma ou concepção, germânica (17) ou um ramo especial (18), ou uma escola particular (19) do mercantilismo; mas, antes disso, ou mais propriamente do que isso, é a concepção absolutista de técnica política que proliferou as ideias mercantilistas e que prevaleceu na Alemanha e na Áustria nos séculos XVII ~ XVIII, abrangendo o seu ensino o campo da economia, das finanças públicas, da administração, da estatística e do direito (20). (NOVELLI, 1962, p. 29)

De acordo com a visão da Escola Histórica Alemã a economia era dependente dos fenômenos históricos específicos de cada povo e, portanto, deveria se debruçar sobre o estudo da realidade histórica e não ao silogismo de teoremas de acordo com a lógica, abandonando a ideia de que a natureza humana é eterna e imutável em contraposição com o ideário defendido na revolução marginalista<sup>9</sup>. Estes pensadores do meio acadêmico ficaram conhecidos como *Kathedersozialisten*, e se caracterizaram por terem em sua pauta questões relacionadas a reforma social e a melhoria da qualidade de vida das massas durante os tempos da industrialização.

Este movimento intelectual capitaneado pela Escola Histórica Alemã exerceu enorme influência no cenário acadêmico mundial, caracterizando-se por formular duras críticas metodológicas ao pensamento liberal, englobando tanto a economia política clássica quanto os marginalistas. Mas, quem foram os membros da Escola Histórica Alemã? O movimento pode ser dividido em três diferentes escolas: A velha escola histórica, liderada por Wilhelm Roscher, Karl Knies e Bruno Hildebrand; A nova escola histórica, liderada por Gustav von Schmoller e Karl Bücher. Por último, a novíssima escola histórica, liderada por Werner Sombart e Max Weber.

Assim, todo este arcabouço teórico metodológico da linha de pensamento da Escola Histórica Alemã sob a economia antiga ficou conhecida como primitivista. Apesar das diferenças entre as escolas supracitadas, os intelectuais dessa linha de pensamento comungavam a crítica fundamental à perspectiva mecânica da vida econômica. Os economistas alemães procuravam contrapor-se ao pressuposto clássico à cerca da natureza humana de que os homens são visceralmente egoístas, seja à procura do auto interesse propagado por Adam Smith ou o *homo economicus* que preconiza a aplicação de métodos estatísticos a dados econômicos, ou seja, a análise quantitativa dos fenômenos econômicos. Assim, cria-se um

---

<sup>9</sup> Surgiu no último terço do século XIX a partir das pesquisas desenvolvidas por autores distintos que, tivera grande influência na análise econômica, rompendo com dogmas da matriz do pensamento econômico. O início da corrente marginalista é marcado por um desmembramento entre seguidores da visão clássica da economia (com base nos estudos de Adam Smith, David Ricardo) e adeptos do socialismo (cujo ícone maior foi Karl Marx). Porém, tanto clássicos como socialistas compartilharam alguns conceitos, especificamente a abordagem de carácter objetivo, com base em leis imutáveis, e a valor do trabalho para a concepção dos bens e serviços como forma de ser valorado. A revolução marginalista ao contrário das teorias que a antecederam procurou introduzir o conceito de subjetividade em sua análise.

Assim, a teoria marginalista busca valorizar em sua análise econômica a questão relativa às necessidades humanas e a maneira pela qual os indivíduos a satisfazem. A utilidade, parte do pressuposto que a utilidade marginal é decrescente, isto é, a utilidade adicional subtraída de cada bem pelo seu consumidor vai diminuindo, tornando-se elemento primordial na medida do valor. Assim, teve início a teoria do valor-utilidade, que quebrou o paradigma desenvolvido pelos socialistas de que o valor das coisas é medido pelo trabalho.

distanciamento, pois os economistas históricos são contrários a abstração como método, deixando de lado o pressuposto sobre a validade universal dos teoremas econômicos.

Os economistas alemães tinham a intenção de comprovar que a lógica dedutiva não era pertinente ao estudo do objeto econômico, isto é, a sociedade. A escola histórica alemã procurou um novo olhar, contrariando dogmas, expondo a relevância de ter uma metodologia em condições de compreender os contrastes, a fim de moldar-se a um cenário em constante oscilação.

Voltando ao movimento de divisão da Escola Histórica Alemã, procuraremos dar um sobre voos em cada uma das divisões internas do pensamento alemão, com a finalidade de entender a relevância do pensamento germanófono, iniciando pelo que ficou conhecido como velha escola histórica.

Karl Knies autor da obra *Political Economy from the Standpoint of the Historical Method* (1853) foi um dos principais teóricos da velha escola histórica alemã. Knies possuía a convicção da indivisibilidade da natureza humana e que três sentimentos compunham a natureza do homem: o amor ao próximo, a autoestima e a natureza imparcial e justa. O autor compactuava com o pensamento de que interesses privados promoviam benefícios públicos. Convencido dessas verdades combateu de forma veemente as proposições de Adam Smith.

Porém, foi Bruno Hildebrand que contribuiu para o desenvolvimento de um método que permitiu a descrição temporal da evolução econômica. Para atingir este fim, o autor lançou mão da presença ou ausência da “economia natural” como premissa para a classificação de sistemas econômicos. Seu trabalho fez menção a três tipos econômicos básicos: a economia natural ou de trocas; a monetária; e a creditícia. Para Hildebrand as relações econômicas estariam ligadas umbilicalmente às ordenações sociais, entendendo que o conceito de épocas econômicas prevaleceria obedecendo as formas sociais.

Todavia, apesar do trabalho desenvolvido por seus companheiros o ponto de inflexão foi a publicação do Grundriss de Wilhelm Roscher, em 1843, considerado o marco fundador da chamada Escola Histórica Alemã de Economia, pois sua obra pavimentou um caminho voltado para a materialização de um esforço teórico e metodológico de se estabelecer uma ciência econômica com propósitos mais factíveis, excluindo a “persona” do homem auto interessado. (STREISSLER & MILFORD, 1993). Roscher propôs em seu trabalho o escalonamento da economia em: economia familiar, economia de corporações, economia municipal e economia nacional (KAHN, 1990, p. 241).

A velha escola histórica traçou o azimute que direcionou o trabalho da Escola histórica alemã de economia. Porém, cabe ressaltar que os precursores deste movimento não

direcionaram seus esforços para o desenvolvimento de teorias estruturantes, mas buscaram desenvolver representações alicerçadas no princípio da diferença. Procuraram acima de tudo demarcar os momentos da história econômica. No entanto, embora sejam reverenciados como os precursores da Escola História Alemã, este grupo de economistas capitaneados por Roscher, Knies e Hildebrand, desenvolveram análises metodológicas diferenciadas, evidenciando a heterogeneidade desse grupo de intelectuais (TRIBE,2007).

Porém, apesar da heterogeneidade metodológica, cabe destacar que, um dos grandes méritos desses pensadores foi procurar entender um período histórico nos próprios termos desse período, fugindo da tentação anacrônica e não se amparando nas lentes da contemporaneidade, que relativiza o contexto na tentativa de validação de suas teorias.

Ao contrário da escola pioneira do pensamento econômico alemão, a Nova Escola Histórica liderada por Gustav Von Schmoller demonstrou por meio de seus trabalhos e nos múltiplos cenários de discussão uma preocupação social e de engajamento político, isto fica evidente na própria produção acadêmica de Schmoller onde o autor direcionou sua atenção aos estudos sobre economia institucional e administração pública.

A doutrina econômica desenvolvida por Schmoller bebeu na fonte da velha escola histórica alemã. Porém, necessita ser compreendida em um contexto mais amplo que relaciona uma teoria social com uma ideologia que preconiza uma evolução ética. Esta abordagem contraria concepção definida da história do mundo (Nau, 2000, p. 508).

A questão central da economia política de Schmoller parte do pressuposto de que o progresso econômico real está atrelado à ética. Esta será o alicerce para toda a base das políticas econômicas. Assim, em cima desta proposição o autor desenvolveu a expressão: “*ethical culture*”. Vamos dar voz a Schmoller:

“A economia política só pode ser uma ciência hoje se se expandir para abranger uma teoria social (Gesellschaftslehre). Seu ponto de partida fundamental não pode mais ser o indivíduo e sua produção técnica, mas sim a sociedade e seu desenvolvimento histórico; sua implementação deve consistir em investigações sobre as formas sociais nas quais a vida econômica aparece.. A primeira preocupação é lidar com órgãos econômicos e instituições econômicas [. . .] como eles se desenvolveram historicamente ou como eles se relacionam uns com os outros na prática”. (SCMOLLER, 1882, p.1382).

Outro autor que merece destaque dentro da Nova Escola Histórica foi o filólogo clássico e economista político Karl Bücher. Seu trabalho foi influenciado pelas teorias desenvolvidas pelo economista prussiano Karl Rodbertus que destacava o *oikos* e sua constituição como relevante para a economia antiga, aspecto já abordado pelo filósofo grego Aristóteles. Rodbertus entendia que o ponto mais importante da economia antiga era a predominância da

"economia doméstica fechada", constituída pelos integrantes livres e cativos da "casa" (grego, *oikos*). Nela, atribuía-se apenas um papel secundário à circulação econômica, ou seja, ao comércio, e com isso também à economia aquisitiva.

Não obstante, a teoria do *oikos* foi retomada por Bücher. O autor em seu trabalho distinguiu três estágios sucessivos na evolução econômica: a economia doméstica fechada<sup>10</sup> (*hauswirtschaft* ou *oikenwirtschaft*), isto é, *Oikonomia*<sup>11</sup>, com baixo nível de trocas e consumo de bens pela unidade doméstica que os produz; a economia urbana (*stadtwirtschaft*) na qual a produção de bens visando uma clientela supera a produção meramente pessoal e a economia territorial ou nacional (*volkswirtschaft*) com divisão do trabalho avançada e produção de bens voltada à satisfação das necessidades do Estado. A partir deste escalonamento, Bücher atribuiu cada um dos estágios da evolução econômica à uma grande repartição da história: à antiguidade a economia doméstica fechada, à idade média a economia urbana e à modernidade a economia nacional.

Mais tarde Bücher abordou a questão da relatividade histórica da própria racionalidade econômica; propondo que o egocentrismo humano poderia não ser uma manifestação da condição humana, mas sim resultado de circunstâncias específicas (nacionais, culturais e históricas). De acordo com o autor, a racionalidade econômica do homem seria exógena e não dada por sua natureza, de modo que outros tipos de homem não se comportariam como individualistas e autocentrados, pois, este indivíduo seria uma manifestação de seu tempo e não teria um egoísmo inato. Contudo, é importante ressaltarmos que apesar dos embates teóricos entre os intelectuais a Nova Escola Histórica contribuiu com o debate metodológico (*methodenstreit*). (MAXIMO, 2010, p.8)

O professor, Herman Gummerus, especialista em economia, introduziu os teóricos agrônomos latinos, dentre eles Columela, no contexto acadêmico do século XIX na Alemanha. Naquele momento as discussões estavam vocacionadas para o campo econômico. Ao trazer Columella para o debate Gummerus refutava o posicionamento de Karl Bücher quanto a economia doméstica fechada (*geschlossene Hauswirtschaft*).

Bücher defendia que a economia doméstica fechada foi amplamente disseminada, durante a Antiguidade. Esta proposição de Bücher vai ao encontro das teorias do economista alemão, Karl Rodbertus, este defendia a relevância da economia de unidades domésticas autônomas na Antiguidade. (PALMEIRA, 2018, p. 344)

---

<sup>10</sup> “[t]al era a ‘economia’ dos gregos, dos cartagineses e dos romanos” (BUCHER, 1901, p. 56),

<sup>11</sup> Aristóteles em sua obra *A Política* estabelece que este vocábulo está relacionado aos métodos de aquisição “natural” tanto para cidades quanto para particulares (WILL, 1954, p. 9)

Gummerus em sua tese *Der römische Gutsbetrieb als wirtschaftlicher Organismus nach den Werken des Cato, Varro und Columella* (1906) apresentou dados coletados dos escritos desenvolvidos pelos agrônomos latinos que indicavam a propriedade agrícola não como um espaço hermético, mas em estreita ligação com as feiras, local onde eram comercializados os produtos excedentes produzido nas propriedades, e também com os centros urbanos de produção que comerciavam artefatos que seriam utilizados no espaço rural.

Por último, é relevante trazeremos a Novíssima Escola Histórica Alemã que teve como principais representantes Werner Sombart e Max Weber. Estes intelectuais conceberam um ramo dos estudos sociais que ficou conhecido como Sociologia Econômica. Embora sejam classificados como a Novíssima Escola Histórica muito se distanciou das teorias de Schmoller, um dos principais nomes entre todos os representantes da Escola Histórica Alemã, como já foi supramencionado. (PAULA, 2005, p.84)

A Novíssima Escola Histórica pressupunha que o entendimento da natureza dos fenômenos econômicos passava pelo entendimento de como se processava as relações entre a vida econômica em sua essência (o sistema de produção, distribuição, comercialização e consumo dos bens úteis e escassos) e a estrutura social (que levava em consideração os grupos, estamentos, instituições e a maneira como essas relações estruturantes eram desencadeadas). Outro ponto relevante eram os aspectos culturais e os valores morais e religiosos que norteavam a dinâmica dos agentes econômicos, que transcendiam o enfoque utilitarista e neoclássico que, em contrapartida, correlacionava a atuação dos agentes econômicos com o foco em obter lucro e prazer.

A obra, *Modern capitalism*, do cientista e intelectual Werner Sombart, destaca-se pela robustez e pela forma erudita com que foi escrita. Neste trabalho o autor teve a intenção de trazer um embasamento teórico pesado para sua abordagem histórica. Sombart busca identificar e ordenar de maneira pormenorizada as etapas que possibilitavam demarcar as tendências de evolução do capitalismo. A amplitude do levantamento não corre apenas por conta da erudição, como foi supracitado, mas relaciona-se à convicção do autor de que a análise e as hipóteses explicativas decorrentes devem considerar que, num dado tempo e lugar, todos os fatores (ordem social, cultural, política, econômica, artísticos, religiosos) se encontram em constante interação. (NOGUEIRA, 2004)

Apesar do nome de Weber estar associado à Escola Histórica Alemã, suas crescentes preocupações com os aspectos metodológicos, teóricos e científicos do conhecimento levaram-no a um afastamento da Escola, devido as diferenças metodológicas dentro da própria escola histórica. (COSTA, 2022, p.755) O Sociólogo, jurista e intelectual teorizou sobre temas

valiosos para o debate metodológico. Segundo Weber a história não seria racional em si mesma, mas o historiador teria condições de racionalizá-la parcialmente.

Weber contribui com os estudos de economia antiga, ao propor a noção de que a prática econômica era conduzida por uma ética ligada a *polis*, isto na medida em que o autor pretendia: “examinar a relação da economia [...] com a sociedade, o que significa, neste caso, com as formas estruturais gerais de comunidades humanas” (WEBER, 1991, p. 243), a sociedade, a comunidade política por excelência, na Grécia clássica, era a *polis*.

A preocupação com a ética econômica sempre esteve presente no trabalho de Weber, como em seu famoso *Die protestantische Ethik und der ‘Geist’ des Kapitalismus*<sup>12</sup>, de 1904-1905. Para ele, a ética econômica não representa a doutrina econômica, mas a adequação e a racionalização de procedimentos do ser humano no seu dia a dia, o que resulta na associação entre “economia e sociedade”. No tocante à antiguidade, existem somente referências sobre a ligação entre ética econômica, religião e comportamento econômico.

Para Weber a principal diferença entre o capitalismo moderno e o capitalismo antigo não estava no propósito de obter lucro. Segundo o autor: “a crença de que a atual época racionalista e capitalista possui um estímulo mais forte do que outras é uma ideia infantil” (WEBER, 1968, p. 311). Isto posto, podemos inferir que o capitalismo moderno não seria a consequência de uma busca pelo ganho, mas sim um processo que levaria a uma racionalização da vida, e que não estaria voltado apenas para os fatores econômicos.

Weber procurou diferenciar o objeto de estudo das ciências naturais e das sócio culturais. Para o autor nas ciências naturais o objeto possuía um valor intrínseco, os fenômenos são mensuráveis. Já nas ciências humanas o objeto é subjetivo e passível de interpretação. Assim, o interesse das ciências sociais estaria voltado para a compreensão das condições para a existência de costumes subjetivamente relevantes, percebendo seus fundamentos essenciais como: crenças, valores, intenções, dentre outras. O que se estava buscando era apontar esclarecimentos pertinentes e não apenas generalizações, pois para esse método entender as propriedades únicas das pessoas, instituições e processos históricos era o ponto principal.

Desse modo, Weber constatou a existência de um problema metodológico na história econômica da antiguidade. De acordo com sua teoria a tendência geral era aplicar modelos sobre uma realidade empírica. O sociólogo valorizava, sobretudo, os conceitos, acima da coletânea de fatos, mas reconhecia a dificuldade de não se diferenciar o que era ideal do que era exemplar. Observemos a proposição do próprio Weber:

---

<sup>12</sup> A ética protestante e o espírito do capitalismo.

“Nosso critério para explicação causal requer, sempre que a ‘interpretação’ for possível, que ela deva, em princípio, sem empreendida. Isto é, na interpretação da ‘ação’ humana, nós não estamos satisfeitos simplesmente em estabelecer a relação entre ação e uma generalização puramente empírica, independente de quão estrita essa generalização possa ser. Nós requeremos a interpretação do ‘sentido’ da ação” (WEBER, 1975; p.128).

Do acima exposto, sobre o pensamento weberiano, constatamos que o sociólogo, jurista e intelectual fez mais do que uma mera contribuição teórico-metodológica. Weber cooperou para o entendimento cognitivo da essência do que foi a economia antiga na percepção do que eram as instituições e como os fatos se processavam.

Contudo, mesmo Weber pertencendo a Escola Alemã, ele “entrou” no debate entre primitivista (a economia centrada no *oikos*) e modernistas (a economia de mercado) com o intuito de compreender a metodologia de desenvolvimento do capitalismo. Esta afirmação é muito condizente, pois Weber ao longo de sua trajetória acadêmica deu muita ênfase ao tema por meio de suas obras.<sup>13</sup> Weber constatou inconsistência nos trabalhos de Bücher e de Meyer, sobretudo de ordem metodológica, a partir deste posicionamento sua interpretação sobre a economia antiga voltou se para uma a uma argumentação que procurou abordar a metodologia para o entendimento da história da economia antiga. (REIBIG, 2001)

Como abordamos anteriormente a Escola Histórica Alemã sob a economia antiga recebeu a alcunha de primitivista, pois ao estudarem a fase inicial do período de evolução econômica trouxeram para o centro da discussão a estrutura do *oikos* (unidade familiar), e a partir desta montaram toda a teorização de embasamento da Escola Histórica.

Porém, foi a partir de Eduard Meyer seguido por outros historiadores alemães como Georg Busolt e Karl Julius Beloch, que deu início a desarticulação da teoria de Bücher em proveito de uma visão mais “realista” da economia antiga. A crítica inicial foi formulada por Meyer durante o III Congresso de Historiadores Alemães, realizado em Frankfurt, em 1895. (PALMEIRA, 2018, p.344)

Ao retomar as teorias apresentadas por Bücher, Meyer destaca a exposição de ideias sobre a etapa da economia doméstica fechada, chamando atenção para as abstrações da autossuficiência das atividades econômicas, da centralidade do *oikos*, da ausência de trabalho livre e da indústria. (PALMEIRA, 2018, p.345) Embora a intenção de Bücher fosse desenvolver uma teoria sobre a evolução econômica da Humanidade, Meyer supunha que a proposição de

---

<sup>13</sup> Em *Wirtschaftgeschichte* o foco central da obra foi o processo de formação do capitalismo. Também nas obras *A ética protestante e o espírito do capitalismo*; e *Economia e Sociedade* esta questão também estiveram no centro do debate.

Bücher havia sido abandonada ao longo do texto e que seu propósito como historiador não havia sido alcançado. (MEYER, 1955). Assim, para Meyer um dos principais erros seria entender o desenvolvimento histórico dos povos mediterrâneos como disposto em uma linha continuamente ascendente, o que seria simplório ao qualificar a realidade da Antiguidade como “primitiva”.

De acordo com Meyer a cultura antiga experimentava, na contra mão das teorias de Bücher, ciclos de prosperidade e, em determinadas oportunidades, mostrava-se “[...] plenamente desenvolvida e em essência absolutamente moderna.” (MEYER, 1955, p. 71).

Em cima das deficiências apresentadas pela teoria de Bücher, Meyer observou, de acordo com sua perspectiva teórica, atividades voltadas para indústria, comércio e emprego de metais como meio de troca em locais como: Oriente Próximo Antigo (Babilônia; Egito; Império Persa dos Aquemênidas); posteriormente na Grécia (micênica, arcaica, clássica, helenística) e por fim no Império Romano.

Estes intelectuais buscaram transpor para a antiguidade clássica as considerações e o olhar econômico empregado para o capitalismo liberal do qual eram contemporâneos. De acordo com o historiador francês, Edouard Will, Meyer poderia realizar apenas uma crítica construtiva sobre a teoria de Bücher, mas devido ao excesso a crítica saiu de seu controle. Observemos a colocação de Will sobre o fato: “se a bem dos fatos poderiam provocar uma crítica à tese ‘primitivista’ de Bücher, este estado de espírito ‘modernista’ exagerou a resposta e conduziu ao excesso oposto” (WILL, 1954, p. 10).

Obedecendo a ótica empregada pelos modernistas ocorreu, desde o século VIII, o crescimento do comércio e da indústria. Esta prática fez nascer uma produção e a partir de então se processou segundo os “modernista” trocas que seguiam a lógica capitalista, delineando um primeiro momento de uma “economia monetária”.

De acordo com esta lógica a história política sofreria uma correção de rumo, pois os Estados gregos seriam introduzidos em uma racionalidade econômica empregada nos Estados modernos. Até mesmo os conflitos bélicos passaram a ser explicados, seguindo a premissa de que os combates eram travados com um viés econômico entre cidades comerciais. Exemplo desta teoria foi a Guerra do Peloponeso, sendo classificada como uma luta entre Atenas e Mégara e Atenas e Corinto, e não interpretado como uma disputa política entre Atenas e Esparta, de acordo com Tucídides.

A desavença no campo das ideias entre Bücher e Meyer prosseguiu, pois Bücher se colocava contrário a proposição de um “princípio econômico” universal, no qual todos os homens estariam sujeitos à maximização dos benefícios de uma ação por meio da minimização

dos custos para empreendê-la (BÜCHER, 1901). Em contrapartida, para Meyer, o sentido do desenvolvimento das sociedades antigas constituía a preocupação central.

Dentro deste universo de disputas e contrariedades, a partir do início do século XX, os intelectuais de maneira geral buscaram distanciar-se dos polos opostos da discussão. No entanto, em 1928, a discussão ganha força novamente por ocasião da publicação da obra do helenista alemão Johannes Hasebrök, professor de história antiga da Universidade de Colônia.

Em sua obra o autor argumentava que o comércio grego no período clássico era por natureza “relativamente primitivo” e que, na contra mão da “visão corrente”, não havia sido um fator hegemônico na vida política. Seu trabalho possuía uma gênese polêmica, confessado pelo próprio Hasebrök nos prefácios das edições alemã e inglesa, pois contrariava autores que davam preferência por “projetar concepções puramente modernas para o passado” (HASEBRÖK, 1965, p. 5-6). Propondo uma nova perspectiva procurou atentar para às atitudes psicológicas dos antigos frente ao *modus operandi*, isto é, a lógica do trabalho voltado para o lucro na qual procurava distinguir entre o tipo “econômico” de homem dileto ao mundo moderno e o modelo “político” próprio do mundo antigo (HASEBRÖK, 1965, p.7 e 17).

Sua obra despertou debates ríspidos, supostamente devido a um ambiente historiográfico marcado pela influência de Meyer e, sobretudo o seu alinhamento com as teorias primitivistas algo que naquele momento contava com o repúdio por parte da maioria dos historiadores alemães.

Contudo, não só de críticas negativas viveu o trabalho desenvolvido por Hasebrök. Podemos e devemos elencar resenhas críticas sobre as obras do autor: Em 1929, a primeira edição de *Staat und Handel im antiken Griechenland* (1928) foi bem-vinda no *Journal of Hellenic Studies* (JHS) (vol. 49, parte 1, p. 108-109) como retratou o “distinta contribuição à história econômica grega”. Em 1932, o mesmo jornal publica outra matéria enaltecendo o novo livro de Hasebroek, *Griechische Wirtschafts- und Gesellschaft- geschichte*, de 1931 nos seguintes termos: “dever-se-ia reconhecer abertamente que há um sólido núcleo de verdade nos argumentos de Hasebroek” (vol. 52, parte 1, p. 146-148). Os trabalhos do professor da universidade de Colônia foram publicados em um periódico não classicista por um dos mais destacados helenistas da França na primeira metade do século XX, L. Gernet. O autor publicou em 1933 nos *Annales d'histoire économique et sociale* um ensaio bibliográfico sobre como a economia da Grécia antiga.

Da mesma forma como se processara durante a virada do século, o palco de debates entre os intelectuais era em sua maioria ocupado por alemães, mesmo que acadêmicos norte

americanos, britânicos, franceses e italianos esporadicamente se fizessem presentes ao debate. Isto se explica, pois os textos utilizados remontavam aos fundadores do debate.

As expressões primitivistas e modernistas ultrapassaram o debate travado entre Bücher e Meyer foi apropriada pelos intelectuais e conferencistas, mas com o intuito acusatório e não como autopromoção. Mais uma vez vemos o desgaste desta teoria dicotômica, mas que auxiliou na ampliação do debate sobre o tema economia na antiguidade. Na esteira dessas discussões, alinhado com as ideias de Eduard Meyer surgem para o debate o historiador russo Mikhail Ivanovich Rostovtzeff. (KNUST, 2011, p.14)

Rostovtzeff enxergava o Estado romano como uma categoria de complemento autoritário a sua burguesia comercial e urbana e teria desse modo, desempenhado uma função na evolução comercial das cidades do Mediterrâneo.

De acordo com sua obra-prima, *Social and Economic History of the Roman Empire*, lançada em 1926 o autor entendia que o Estado teria sofrido mudanças extremas entre o século III e V, afastando-se do modelo no qual o Estado era dominado pelas elites. Este processo aconteceu de forma paulatina a partir do momento que começa ser dominado por um corpo militar que, para Rostovtzeff, era formado por representantes da classe de camponeses explorados pelo Império. Esta mudança acarretou um novo posicionamento do poder central no qual o Estado passaria a penalizar o outro polo desta equação que seriam as elites fundiárias e comerciais. (SILVA, 2017, p. 8)

Contudo, é importante termos em mente que esta abordagem realizada por Rostovtzeff sobre o Estado imperial tardio estava impregnada do momento vivido pelo autor, pois reproduziu “intencionalmente” a posição ascendente do Estado Soviético estabelecida por meio da revolução comunista na Rússia. (SILVA, 2017, p. 8) Para o autor a economia antiga retratava de perto, guardando as devidas proporções, as características daquela Europa moderna e contemporânea. Este modernismo apresentado por Rostovtzeff se confrontava ao primitivismo defendido pela Escola Alemã da Economia Política.

Os baluartes germânicos do estudo da “economia antiga” continuavam sendo referência positivas ou negativas para os temas relacionados as questões econômicas no mundo clássico, mas os intelectuais alemães contemporâneos já não integravam o epicentro da controvérsia como outrora seus predecessores.

Dentro desse exacto podemos citar o artigo de Édouard Will publicado nos *Annales* “*Trois quarts de siècle de recherches sur l'économie antique*”, *Annales ESC*, n. 9, 1954. Neste artigo Will ratifica o posicionamento da pouca ou nenhuma influência dos debates entre primitivistas e modernistas no mundo acadêmico francês, esforçando-se para demonstrar o

caráter ultrapassado da dicotomia e projetar um quadro otimista das investigações futuras. Ao mesmo tempo acrescenta que foi importante para o amadurecimento do estudo da economia clássica. Vamos verificar as colocações de Will:

“Ora, a economia antiga, e mais particularmente a economia helênica, tem sido objeto de um longo debate, ainda não encerrado embora já com quase séculos, e que opõe os partidários do modernismo da economia grega aos partidários de um certo primitivismo” Se desejamos dedicar um “arquivo a” a este debate, é por uma questão de documentação. Porque teve pouco eco na França e nos países de língua francesa: os estudiosos franceses não participaram e nem parecem tê-lo seguido do começo ao fim. Sem dúvida há algumas desculpas, porque os elementos dessa querela estão espalhados em publicações alemãs, algumas das quais talvez não sejam facilmente acessíveis na França e especialmente cuja consulta não é familiar aos historiadores franceses da antiguidade. Em todo caso, é surpreendente notar que as obras francesas onde se poderia legitimamente esperar encontrar algumas indicações sobre esse assunto não contêm nenhuma ou muito pouca.” (WILL, 1954, p.8)

Contudo, o tema continuava latente. Em 1957, o economista Harry Pearson, escreveu um artigo de abertura sobre a “controvérsia do *oikos*”. Este material fazia parte de um projeto de pesquisa interdisciplinar sob a tutoria de Karl Polanyi na Universidade de Columbia (*Trade and Market in Early Empires*). Assim como Édouard Will, Harry Pearson também demonstrava sua contrariedade sobre a polaridade “primitivistas” e “modernistas”. Em suas argumentações o autor fez uma observação, de que se fazia necessário a adoção de um modelo de organização econômica que não tivesse como parâmetro o capitalismo, a fim de facilitar o entendimento de como se processava a economia na antiguidade.

Esse tipo de abordagem já havia sido proposto por Bücher em sua perspectiva primitivista e na própria “abordagem de Weber”, sem, no entretanto, propor “instrumentos conceituais [...] que permitissem [...] entender os fundamentos institucionais desse tipo diferente de desenvolvimento econômico” (PEARSON, 1957, p. 10).

### **1.3 As questões econômicas na antiguidade segundo Karl Polanyi**

Ao supracitarmos Karl Paul Polanyi como orientador na Universidade de Columbia temos de contextualizá-lo, pois foi um dos intelectuais que se debruçou sobre a questão da economia na antiguidade. Para o antropólogo econômico uma de suas principais inquietações que norteou sua pesquisa acadêmica era: “Como deveria ser a relação entre economia e sociedade de forma a proporcionar o bem-estar humano?” A partir desta indagação, vamos

identificar os recortes qualitativos da pesquisa de Polanyi que norteiam nosso trabalho, buscando identificar como se processava a dinâmica econômica durante a antiguidade.

Ao procurar o entendimento dos óbices da contemporaneidade no qual estava imerso, Polanyi buscou alternativas para situar o homem em uma sociedade industrial. Para o autor havia sistemas econômicos que não seguiam somente ao princípio de mercado. Assim, Polanyi sugeriu uma interpretação sobre os múltiplos princípios econômicos, a fim de explicitar as relações de mutualidade e de oposição que poderiam vir a ocorrer entre eles. A partir deste pressuposto houve uma ampliação do universo de análise, trazendo novamente para o debate discussões sobre as causas da geração e distribuição da riqueza e fomentando novas formas de pensar estratégias de promoção do desenvolvimento. (FREITAS, 2021, p.188)

Assim, o autor procura nas sociedades antigas o lugar ocupado por este homem no contexto do *oikos*. Desta forma, Polanyi desenvolve sua crítica à teoria econômica clássica a partir do momento que essa não demonstra condições de descrever como se processavam as formas de organização econômica e social fora da lógica empreendida pela economia capitalista de mercado.

O sistema econômico desenvolvido na Inglaterra do século XIX era extremamente diferenciado do modelo até então disseminado pela sociedade, pois, até aquele momento, não existia um sistema de mercados criadores de preços. Segundo o autor este ponto é por si só anacrônico, e foi denominado de falácia economicista o “erro original” de analisar a economia humana através da ótica da economia de mercado. (BUCHALA, 2003, p.102)

Este ponto merece destaque, dado que a partir da falácia economicista, que veremos com maior aprofundamento a seguir; mais uma vez, reafirmo o alinhamento da pesquisa ora desenvolvida com as teorias propostas por Polanyi. Este meu posicionamento vai ao encontro das teorias polanyanas, em razão de não podermos interpretar toda a estrutura econômica desenvolvida pela sociedade na antiguidade, para atender as necessidades daquele período de acordo com a lógica adotada pela sociedade a partir do século XIX.

Dentro deste cenário do século XIX o mercado passou a ser um ente independente, fora das amarras das instituições sociais. A partir desta nova configuração a esfera econômica ganhou destaque em relação ao social. O mercado que no modelo anterior estava imerso na sociedade, que o regulava, passou a ser o regulador da sociedade (POLANYI, 2012a).

Para a compreensão da análise das sociedades arcaicas e primitivas feita por Polanyi é necessário entendermos o conceito de enraizamento social desenvolvido pelo autor. Vamos dar luz às palavras proferidas por Polanyi:

a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos [...] (POLANYI, 1944, p. 65)

Para o autor é factível a existência de uma teoria voltada para a antropologia econômica apenas quando as economias primitivas e arcaicas forem apontadas como parte de um sistema econômico comparativo. Um dos temas sempre presente em suas teorias foi como o incentivo à participação na vida econômica desintegrou a vida social e comunitária no século XIX.

Com a ampliação do sistema de mercados todas as atividades do homem passaram a ser regidas pela lei da oferta e da procura. Assim, todos os aspectos da vida social e humana dentro desta nova configuração passaram a atuar de forma independente, isto é, a remuneração de fatores de produção como a terra (a natureza), o trabalho (a própria utilidade da vida humana) passaram, a partir de então, a ser definidos pelos padrões de troca mercantil.

Os apoiadores do livre mercado estruturaram o sistema, procurando legitimar as políticas e medidas que auxiliaram para o atingimento da autorregulação do mercado, gerando oportunidades para o mercado tornar-se o único poder organizador na esfera econômica e social (POLANYI, 2012a). Polanyi frente a esta nova realidade observou que a sociedade comercial moderna foi concebida por imposição consciente das classes mais poderosas com apoio irrestrito do Estado.

O ideal economicista também transpassa a ideia do determinismo econômico. Para Polanyi, o determinismo econômico é pertinente apenas na economia de mercado, na qual o sistema econômico submete a sociedade, como já foi supracitado e, assim, faz prevalecer, direta ou indiretamente, todas as dimensões dela. De acordo com o autor, a sociedade passou a ser dependente do sistema econômico, pois a economia de mercado converte características relevantes para a sobrevivência de qualquer extrato da sociedade em algo segmentado e diferente do restante.

Entretanto, Polanyi reprova a disseminação dessa visão como uma verdade absoluta para todas as sociedades, pois o autor observou que nas sociedades pré-capitalistas a “produção” e “distribuição” de bens estavam socialmente incrustadas (*embedded*) em organizações sociais que fomentavam atividades econômicas de natureza não mercantil e executavam processos de auto regulação do mercado, dentro desta perspectiva a economia executada pelas relações pré-capitalistas tinham em sua gênese relações de parentesco, religiosas e ou políticas.

O mercado sempre se fez presente na história humana, porém seu papel era circunstancial. Como o próprio Polanyi caracteriza: “Os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais que nunca era exercida, pela autoridade social” (POLANYI, 2012a, p.80).

A economia formal reitera a utilidade dos pressupostos de uma economia de mercado. Porém, tal proposição leva a um anacronismo ao projetarmos no passado esta lógica pois, no modelo que precede o século XIX, a organização econômica obedecia a um padrão diferente devido a falta de um sistema de mercado que gerenciasse os preços, como já foi supracitado.

Polanyi caracterizava este cenário como falácia economicista, isto é, um equívoco no qual se buscava explicar a economia humana por meio da configuração precípua de uma economia de mercado. Outra explicação para a falácia economicista seria o estabelecimento de uma condição generalizante na qual se busca uma configuração institucional para um momento histórico específico. Com toda certeza, o propósito de auferir lucro por meio de troca não deveria ser examinado como um elemento que estivesse na gênese da história, mas como consequência de um amadurecimento de um modelo econômico desenvolvido ao longo dos séculos. O professor de economia norte americano James Ronald Stanfield em seu livro: “*The economic thought of Karl Polanyi*” reafirma com propriedade a crítica apresentada por Polanyi. Vamos abrir aspas para Stanfield “a falácia economicista comete o erro lógico da concretude deslocada”<sup>14</sup> (STANFIELD, 1986, p. 42)

Polanyi procura explicitar o momento inicial da falácia economicista por meio da conexão entre o estudo das leis da economia e a crescimento progressivo do capitalismo liberal. As consequências advindas da falácia economicista não estão circunspectas à metodologia da antropologia econômica, história econômica e análise comparativa dos sistemas econômicos. Em virtude da análise equivocada do passado proposto pela teoria clássica, o homem não consegue capturar as informações que advém da comparação dos sistemas econômicos: “a comparação de sistemas enriquece a compreensão do analista sobre seu próprio sistema, aguçando sua apreciação de méritos e deméritos e sugerindo mudanças organizacionais e operacionais para melhorar seu desempenho” (STANFIELD, 1986, p. 49).

A partir da realidade apresentada, naquele momento, tornava-se relevante a crítica de Polanyi, isto é, consolidar a compreensão do momento presente a partir da reconsideração do passado. É importante sublinhar que a ressalva de Polanyi à teoria econômica clássica levava em consideração um alcance histórico limitado quanto a sua possibilidade elucidativa, pois esta

---

<sup>14</sup> “*The economic fallacy commits the logical error of misplaced concreteness*” (STANFIELD, 1986, p. 42) (Tradução autoral)

não propiciava a aplicabilidade de mecanismos para a compreensão das economias sem mercado.

A hipótese da universalidade das leis da economia de mercado se faz presente, ao relacionarmos o indivíduo, na busca de uma correlação entre lucro e fome como fatores determinantes de estímulo à cadeia produtiva de uma sociedade. Polanyi argumenta que, até em uma economia de mercado, a fome não pode ser considerada como um estímulo à produção, pois a atividade produtiva não pode ser desenvolvida individualmente. (BUCHALA, 2003, p.104) Efetivamente, em uma economia de mercado, fome e lucro estão diretamente relacionados ao aumento da produção com a finalidade de gerar renda, pois para que o indivíduo adquira produtos no mercado é necessário que ele obtenha recursos financeiros provenientes da venda de sua mão de obra. Obedecendo esta lógica da economia de mercado, ao receber uma remuneração proveniente de seu trabalho o indivíduo estaria estimulando a cadeia produtiva. De acordo com a racionalidade acima apresentada, fome e lucro são chamados de “motivos econômicos”. (BUCHALA, 2003, p.104)

A situação mais controversa encontra-se na alegação de que fome e lucro são os fatores de estímulo à produção de todas as outras economias. Frente a esta assertiva Polanyi expõem argumentações que buscam esclarecer esta controvérsia. Em primeiro lugar, de acordo com o autor, não existia estímulo para a realização de atividades econômicas. Isto fica latente ao pesquisarmos como se processavam a “economia primitiva”. Não havia a propensão de qualquer tipo de fome individual, este cenário só poderia ser verossímil caso toda a sociedade estivesse comprometida, por algum tipo de peste ou praga. (BUCHALA, 2003, p.104) Em segundo lugar, de acordo com Polanyi no último quartil do século XVIII, o sistema econômico ainda se encontrava diretamente atrelado as relações sociais. Em um terceiro momento Polanyi aponta quando ocorre a transição, isto é, quando o fomento da fome e lucro passam a influenciar as atividades econômicas.

Contudo, é importante retrocedermos no tempo para entendermos a lógica da fome e do lucro proposta por Polanyi. De acordo com o autor, a revolução começou a aflorar ainda no século XVI quando as pastagens e as áreas comuns começaram a sofrer um processo de cercamento (*enclosures*). A partir dos cercamentos surgiram os primeiros sopros de mudança, que direcionavam para o que no futuro sem precedentes.

Paulatinamente os campos começaram a ser cercados, esta atividade deu fim as terras que eram utilizadas pela população dentro do modelo de produção feudal. Obedecendo a este padrão medieval as terras comunais eram um bem destinado à produção camponesa. Assim,

neste período de transição para o modo de produção capitalista, a terra ganhou outra conotação, isto é, recebeu o status de um bem de produção<sup>15</sup>. (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p.170)

Neste contexto, parcela considerável dos senhores feudais ingleses tomaram a iniciativa de cercas suas terras, arrendando-as para a criação ostensiva de ovelhas, pois este tipo de atividade necessitava de uma pequena mão de obra para cuidar do rebanho. Esta postura dos proprietários de terra encerrou definitivamente a transição para o modo de produção capitalista como já foi observado anteriormente.

Todo esse processo levou ao desmonte do sistema de produção anterior, representando, acima de tudo, a descontinuidade das práticas adotadas no mundo feudal. Podemos dar voz a Polanyi e entender como o autor via o esfacelamento do campo frente ao modo de produção capitalista:

Tanto os cercamentos das terras comuns quanto as consolidações dos arrendamentos compactos, que acompanharam o novo e grande avanço nos métodos agrícolas, acarretavam resultados muito perturbadores. A guerra contra as habitações do campo, a absorção das hortas e terrenos que rodeavam essas habitações o confisco dos direitos sobre as terras comuns, privaram a indústria doméstica de seus dois esteios: os rendimentos familiares e o "pano de fundo" agrícola. (POLANYI, 2000, p.115)

Esta nova lógica ficou conhecida como revolução agrícola, pois retirou o trabalhador do campo e como consequência criou uma insegurança social, provocada pela falta de oportunidades, ocasionando o deslocamento deste contingente servil para as grandes cidades devido à falta de perspectivas no campo. O processo paulatinamente foi se desenvolvendo e a lã produzida no campo abastecia as manufaturas de tecido que ganharam importância principalmente a partir do século XVIII.

Esta grande transformação foi denominada Revolução Industrial onde o mercado autorregulado começou efetivamente a se estruturar e factualmente processou-se a inversão da tendência de desenvolvimento que apresentava o mercado como aspecto subordinado da estrutura social. (TUDE, 2014, p.18)

Todo este processo criou um excedente de mão de obra nas cidades consequência da desarticulação do meio rural acarretando a migração deste contingente humano do campo para a cidade. Esta mão de obra pouco especializada e em abundância fazia com que os salários fossem cada vez mais baixos para aqueles que conseguiam exercer algum tipo de atividade.

---

<sup>15</sup> Os bens de produção são móveis ou imóveis, indiferentemente. Não somente a terra, mas também o dinheiro, sob a forma de moeda ou de crédito, pode ser empregado como capital produtivo. De igual modo os bens destinados ao mercado, isto é, as mercadorias, pois a atividade produtiva é reconhecida, na análise econômica, não pela criação de coisas materiais, mas pela criação de valor. (COMPARATO, 2015, p.72)

O cenário nos centros urbanos era caótico. Os artífices em suas tendas deixavam de exercer suas atividades, sendo engolidos pelas indústrias que começavam a se estruturar. Polanyi retratou este cenário magistralmente:

A indústria era vista geralmente como uma ocupação esporádica. "Os operários que hoje estão empregados podem muito bem estar nas ruas amanhã, mendigando o pão...", escreveu David Davies, e acrescentou: "A incerteza quanto às condições de trabalho é o resultado mais perverso destas inovações." "Quando uma cidade empregada em uma manufatura é dela privada, os habitantes ficam como que atacados de paralisia e se tornam instantaneamente uma carga para a paróquia; mas a desgraça não acaba com essa geração..." E de fato, pois, enquanto isto, a divisão do trabalho exerce a sua vingança: os artesãos desempregados retomam em vão à sua aldeia pois "o tecelão já não pode mais utilizar as mãos para o que quer que seja". A irreversibilidade fatal da urbanização girava em torno deste simples fato, que Adam Smith previu quando descreveu o operário industrial como intelectualmente inferior ao mais pobre cultivador do solo, uma vez que este ainda pode assumir qualquer emprego. Na época em que Adam Smith publicou o livro Riqueza das Nações, porém, o pauperismo ainda não havia assumido proporções tão alarmantes. (POLANYI, 2000, p.116)

Dentro desta nova dinâmica a produção deixou de estar diretamente relacionada ao artesão e ao seu comércio, pois o mercante não compra as mercadorias apenas para revendê-las, mas se apropriava da mão de obra e dos insumos necessários para a produção do bem. Este produto era confeccionado nas fábricas utilizando-se maquinário especializado para a fabricação. (DECA, 1984, p.32)

Dentro desta nova configuração, a produção torna-se um investimento de longo prazo e grande risco, pois o maquinário demandava um grande investimento e só se tornariam rentáveis se houvesse a sequência na produção, por meio do fluxo constante de matéria-prima e ou de mão de obra, o que significa que todos os componentes envolvidos no processo de fabricação teriam que estar disponíveis à compra, nas quantidades necessárias. inclusive a terra, o trabalho e o dinheiro. Converter a terra e o trabalho em mercadoria, comercializáveis e até mesmo a atividade humana significaria, segundo Polanyi, a desconstrução da vida social, pois estaria a submetendo a sociedade ao mercado. Assim, como observamos acima, a economia de mercado foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial. (TUDE, 2014, p.51)

Segundo o autor, mesmo que os mercados sempre tenham existido foi apenas no século XIX que se tornaram a estrutura organizadora da sociedade, emergindo das relações sociais onde, anteriormente, estavam submersos. Neste ponto faço um parêntese ao nos reportamos as

*nundinae*<sup>16</sup>; estrutura que veremos no próximo capítulo que foi a gênese do nosso questionamento sobre a existência ou não de uma economia durante o Alto Império. Esse posicionamento de Polanyi reforça nossa tese e por meio das *nundinae* percorreremos todo um caminho que comprova nossa teoria de que mesmo de forma empírica existiu uma “economia” e que esta esteve diretamente ligada aos jogos de gladiadores, pois estes estimularam uma rede de comércio que movimentava uma grande quantidade de recursos, material humano, mercadorias e até cargas vivas para serem utilizadas nos espetáculos em Roma.

Porém, após este breve parêntese, vamos retornar às proposições de Polanyi, a fim de darmos prosseguimento as principais ideias do autor que nortearam nosso trabalho. e contribuíram para o entendimento da “economia” dentro de nosso recorte temporal. Segundo o autor, a teoria neoclássica não buscou analisar de maneira pormenorizada as entranhas das sociedades antigas, visto que voltou suas atenções nos mecanismos de troca e busca do auto interesse. Ou seja, o comportamento econômico é classificado como um dado natural e independente da conjuntura social, isto é, das instituições, costumes, valores e tradições presentes na sociedade. Assim, a teoria se distancia propositalmente da estrutura social e não analisa as questões concretas que são relevantes para a atividade econômica como poder, fé ou compromissos familiares.

O gerenciamento que a estrutura social exercia sobre a economia deu lugar às leis do mercado, modificando a lógica das relações entre economia e sociedade e atribuindo às atividades econômicas uma autonomia sem precedentes (CHAUVEL, 2001; DALTON, 1968).

Em sua obra, *Trade and Market in Early Empires*, Polanyi, por meio de pesquisas, comprovou que a economia é estruturada em cima de poucos modelos independentemente das sociedades a serem analisadas. Para o autor, desde a antiguidade até o período feudal, a ordem na produção e distribuição era assegurada devido a um ou mais de um dos três modelos de integração: reciprocidade, redistribuição e troca de mercado.

Para o antropólogo a reciprocidade era uma troca de natureza social. De acordo com esta proposição distinguia-se das trocas comerciais em seus valores, intenções e finalidades. De acordo com esta concepção as trocas sociais eram compromissos voluntários sem grandes cláusulas, amarrando a negociação. Vejamos o caso apresentado por Polanyi sobre o conceito

---

<sup>16</sup> As *nundinae*, eram os dias de mercado que aconteciam em cidades que faziam parte de um circuito (calendário) comercial. Além de terem o efeito de paralisação no trabalho do campo, nestas feiras os cidadãos se dedicavam a outras atividades: seria o dia de ir aos banhos, as crianças não teriam escola e os amigos se reuniram para refeições mais suntuosas do que de costume. A limitação das trocas aos mercados realizados a cada oito dias reflete uma sociedade em que o papel da troca era marginal, interno, não especulativo, episódico e complementar à atividade agropecuária (CERAMI; PETRUCCI 2010, p. 21).

de reciprocidade onde autor cita as Ilhas Trobiand, descritas por Malinowski, como o melhor exemplo de sistema baseado na reciprocidade.

A subsistência da família – a mulher e os filhos – é tarefa de seus parentes matrilineares. O homem que sustenta sua irmã e a família dela, entregando-lhe os melhores produtos da sua colheita, ganhará crédito principalmente pelo seu bom comportamento, porém terá em troca muito pouco benefício material imediato. Se ele for preguiçoso, sua reputação será a primeira a ser atingida. O princípio da reciprocidade atuará principalmente em benefício da sua mulher e de seus filhos, compensando-os assim, economicamente, por seus atos de virtude cívica. [...] O amplo princípio da reciprocidade ajuda a salvar tanto a produção quanto a subsistência familiar. (POLANYI, 1944, p. 67)

É relevante destacarmos que a reciprocidade não possuía apenas, a função econômica de condicionar o comportamento e a ação dos indivíduos de forma a oportunizar a subsistência do grupo. A intenção política e social poderiam ser atores componentes e até dominantes desta prática, retratado, por exemplo, na intenção de estreitar relações. Dentro do quadro apresentado, fica evidente que a atividade econômica é resultado das relações sociais que envolvem aspectos como reputação, relações de amizade, parentesco e afinidade. (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p.193) Esta prática também pode ser exemplificada por meio das atividades desenvolvidas nas *nundinae*, visto que estas feiras comercializavam o excedente produzido e inicialmente não havia o intuito de lucro ou qualquer outro tipo de vantagem. Em resumo, a economia estava diretamente relacionada aos interesses sociais e ocorriam de maneira voluntária.

Diferentemente da reciprocidade a redistribuição caracterizava-se como uma troca política, pois havia a presença de uma autoridade central que arrecadava impostos para viabilizar a execução do serviço. Os indivíduos não possuíam o livre arbítrio de definir quanto de imposto iria pagar ou que tipo de serviço iria receber em contrapartida. A autoridade central estabelecia quais seriam as prioridades a serem atendidas.

Por meio desta centralização o poder emanava da esfera política ou da religiosa, sendo viabilizado por meio de uma central de distribuição, que realiza a arrecadação, armazenagem e redistribuição de bens e serviços. Neste cenário, o modelo da redistribuição propiciava a integração econômica através da reunião e distribuição do produto advindo da divisão do trabalho. Esta configuração econômica viabilizava que desigualdades fossem minimizadas, isto é, problemas como falta de mão de obra, diferenças climáticas, solos pouco produtivos, a sazonalidade da caça teria pouca influência, visto que os produtos eram centralizados e distribuídos de acordo com os interesses da autoridade, até mesmo em momentos de escassez. (CASSOL, 2018, p.66) A redistribuição pôde ser observada em sociedades como a babilônica, a romana, a egípcia ou no sistema feudal. Estas atividades econômicas e sociais estavam

intrinsecamente ligadas ao poder político vigente, seja na tribo, na cidade-estado ou no sistema feudal. Efetivamente, a redistribuição estava atrelada ao propósito de reforçar o poder da autoridade bem como os laços dos indivíduos com o grupo.

Esta prática apoiava-se em depósitos que armazenavam grande quantidade de mercadorias. Este material era distribuído, principalmente, a setores ligados a proteção do Estado como, por exemplo, as legiões e a população ociosa que sobrevivia nas ruas das cidades. Já, nas sociedades modernas, a redistribuição ocorre através da relação entre a nação e o Estado. Esta prática se operacionaliza por meio da cobrança de impostos, como foi supracitado. Assim, este modelo foi sistematizado para atender as demandas sociais, seguindo a mesma lógica de coleta e redistribuição a partir de um centro de distribuição. (BUCHALA, 2003, p.110)

Segundo Polanyi o modelo redistributivo poderia fazer menção a um grupo menos numeroso de indivíduos como a família e a fazenda. Esta peculiaridade recebeu a denominação de domesticidade e caracterizou-se como uma atividade econômica autossuficiente voltada a satisfazer as necessidades de provisão e que tinha como finalidade precípua atender ao consumo direto dos membros do grupo. São exemplos de domesticidade a família patriarcal hebraica, o feudo medieval ou a fazenda grega do período aristotélico.

Atualmente na economia, a troca de mercado é o tipo de transação mais disseminada. Esta exerce influência não apenas no modo de transação na disposição final dos produtos, mas também no modo de produção, dado que os recursos naturais e o trabalho são comercializados obedecendo o preço de mercado, determinado em moeda corrente. (DALTON, 1968).

A partir do momento que a troca é realizada por meio de preços fixos, a economia não está integrada pelo mercado, mas pelas políticas administrativas e tratados. O mercado só exerce a função de elemento integrador quando os preços são oriundos de um sistema de mercados. Ademais, a variação a preços fixos garante vantagem para os dois entes envolvidos, por outro lado a troca a preços flutuantes depreende a existência de antagonismo entre os partícipes da negociação a partir do momento que cada lado busca obter o maior lucro possível na negociação. É importante observarmos que o comportamento individual de troca não gera preços exceto utilizando a estrutura de suporte dada pelo sistema de mercado. (BUCHALA, 2003, p.111)

De acordo com o supracitado, é de fácil entendimento que as formas de integração dependem da presença de estruturas de suporte: a reciprocidade depende da existência de dois ou mais grupos com comportamentos similares; a redistribuição utiliza um centro estabelecido de distribuição, para a realização da troca é necessário a existência de um sistema de mercado. Assim, Polanyi sublinha que atitudes individuais ou isoladas não se somam a fim de estabelecer

uma estrutura institucional, pois as ações descentralizadas necessitam de efetividade e continuidade, quando ocorre a falta de estruturas sociais.

Os modelos socioeconômicos: reciprocidade e redistribuição, e a forma econômica da troca de mercado não se excluem mutuamente. Longe disso, são modelos perceptíveis, em menor ou maior grau, em grande parte das sociedades até os dias atuais. Na reciprocidade e na redistribuição, as relações sociais direcionam o modo de emprego dos recursos naturais e do trabalho e como estes são direcionados a fim de possibilitar a subsistência (POLANYI, 1944). Abaixo temos um modelo esquemático desenvolvido por George Dalton, discípulo de Polanyi, que sintetiza os modos de transação.

Tabela 1 - Modos de transação

	Modos de Transação		
Relação social subjacente	Reciprocidade	Redistribuição	Troca de Mercado
	Amizade Parentesco Status Hierarquia	Política Religiosidade	Nenhuma

Fonte: DALTON, 1968, p. XIV, tradução autoral.

É importante ressaltar que Polanyi não entende os modos de transação como etapas de desenvolvimento. Efetivamente, pode-se testemunhar a existência, em determinadas sociedades, a presença de uma hierarquia entre os diversos modos de transação. Assim, outros modelos podem estar coexistindo contribuindo para a integração ou domínio temporário de um modo de transação sobre o outro. Fato é que as sociedades tribais utilizavam tanto a reciprocidade como a redistribuição; enquanto as sociedades arcaicas eram redistributivas, apesar de permitirem também espaço para a realização de trocas. Nessas condições, o autor ressalta que a identificação da forma de integração que possui maior relevância depende da organização do trabalho e da terra na sociedade:

comunidade tribal é caracterizada pela integração da terra e do trabalho na economia por meio de laços de parentesco. Na sociedade feudal, os laços de lealdade determinam o destino da terra e o trabalho que a acompanha. Nos impérios dilúvios, a terra era amplamente distribuída (e às vezes redistribuída) por templo ou palácio, assim como o trabalho, pelo menos em sua forma dependente. A ascensão moderna do mercado a uma força dominante na economia pode ser rastreada observando a extensão em que a terra e os alimentos foram mobilizados por meio da troca e o

trabalho foi transformado em uma mercadoria a ser comprada no mercado. (POLANYI, 1977, P.43)

Para uma melhor compreensão do processo Polanyi dividiu o mercado em três categorias: local, interno (nacional) e externo (internacional), procurando analisá-los separadamente. (SANTOS, 2015, p.52) Para o autor, o mercado local estava restrito apenas às mercadorias da região. O mercado externo estava atrelado a complementar a ausência de alguns tipos de bens em determinadas regiões. Esses dois mercados não concorriam entre si, mas buscavam a complementariedade entre ambos. Nesse período, as relações de troca era uma das muitas relações sociais.

As cidades que possuíam mercados de bens locais utilizavam medidas auto protetoras e regulamentações, a fim de salvuardá-los. Estas instituições só deixaram de se apoiar nas medidas protetivas, após a intervenção direta do Estado, perdendo assim as características locais. Estes mercados deixaram de ajudar-se mutuamente tornando-se competitivos dentro de um cenário nacional em meados do século XV. O mercantilismo trouxe um novo contexto, quebrando as barreiras existentes e liberando o comércio fora dos limites das cidades a fim de criar condições para que as diversas cidades e o campo estivessem unificados em um verdadeiro mercado nacional. (SCHNEIDER, 2016, p.99)

O mercado nacional segundo Polanyi, ao se desenvolver gerou uma ruptura com as características que eram adotadas anteriormente. As características tradicionais sobre a regulamentação dificultavam a entrada de novas instituições na competição, e conceitos como domesticidade e da autossuficiência permaneciam como elementos estruturantes do sistema econômico organizado em bases nacionais.

Além de regular o comércio, o mercantilismo criou mecanismos de proteção sobre os componentes essenciais para a produção são eles: a terra e o trabalho. Esta medida impossibilitou-os de tornarem-se objetos de comércio, utilizando-se de leis e estatutos. Os ingleses produziram legislações como a Lei dos Pobres<sup>17</sup> e o livro de ordens<sup>18</sup>, ambos de 1601, que buscavam remover o trabalho da dinâmica do mercado, bem como a política contrária ao cercamento dos Tudors e dos primeiros Stuarts. Este tipo de medida desacelerou o uso lucrativo da propriedade fundiária.

A partir deste cenário, percebe-se que os mercados evoluíram mediante as condições acima citas, com a finalidade de que a sociedade mercantil mantivesse o mesmo *embedded*

---

<sup>17</sup> Tornava as paróquias responsáveis pelo cuidado e coleta de auxílio aos pobres.

<sup>18</sup> Instrumento que instruía os juizes de paz sobre a política social do governo a fim de garantir uma melhor administração da justiça no tocante à ajuda aos pobres e à contenção de desordens.

*character* que a “economia” apresentava nas sociedades primitivas, pois de acordo com o Polanyi: “o sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social” (POLANYI, 1944, p. 88).

Polanyi em seu trabalho acadêmico procurou acima de tudo discutir a economia capitalista e expor suas imperfeições e suas consequências para o homem e a natureza. O autor considerava que a autorregulamentação imperfeita do mercado ocasionou pontos de fricção entre as instituições.

Esta breve abordagem teve como objetivo sublinhar alguns elementos teóricos presentes na obra de Karl Polanyi que foram importantes para balizar nosso referencial teórico. Porque, acima de tudo o autor buscou entender o lugar ocupado pela economia nas diversas sociedades, procurando demonstrar em sua tese que esta deveria estar inserida nas relações sociais.

Polanyi acreditava que a economia de mercado personificava a inversão da tendência histórica até então vigente, que conservava o sistema econômico subordinado ao controle da estrutura social e política. Partindo deste pressuposto, voltou-se para a análise das sociedades da antiguidade com o objetivo de embasar suas reflexões, na busca de uma variante ao modelo do sistema de mercados autorreguláveis.

#### **1.4 Transição e novos olhares sobre a economia na antiguidade**

Na seção anterior discutimos o legado teórico do antropólogo econômico, Karl Polanyi, e assim conseguimos dimensionar sua relevância intelectual que influenciou muitos campos das ciências humanas como a sociologia histórica, a economia política e a antropologia social. Em seu trabalho o autor se mostrou contrário a todo tipo de capitalismo no mundo antigo, por entender, que o mercado autorregulável, principal elemento do capitalismo, esteve ausente do mundo antigo.

Polanyi e seus seguidores buscaram solucionar o problema da volatilidade que a economia ocupa na sociedade humana. Assim, reafirmavam que o estudo da economia deveria ser realizado dentro do contexto estrutural da sociedade e sua função precípua era possibilitar à sociedade os meios para atingir seus objetivos.

Passado o período pós-guerra as colocações de Polanyi e seus predecessores foi retomada. Uma nova geração de classicistas recriou e se apoderou dos debates sobre a “economia antiga”. Estudiosos do mundo antigo reunidos em Aix-en-Provence por ocasião da

2ª Conferência Internacional de História Econômica discutiram a necessidade de se renovarem os estudos da economia antiga. O título da sessão de debates sobre Antiguidade foi “Comércio e Política no Mundo Antigo” este tema fazia “referência” ao título da tradução inglesa de um dos livros de Hasebrök, *Comércio e Política na Grécia Antiga*”.

A teoria do elitismo citada por Mario Grynszpan em seu livro “Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites” se aplica de maneira fidedigna ao que se processava naquele momento com o estudo da História Antiga, como disciplina, pois deixava de ser produto de uma “casta acadêmica alemã” e passava a ser capitaneada por intelectuais de várias nacionalidades que formulavam questões relacionadas à economia antiga dentro de uma nova abordagem, procurando assinalar os pontos de acordo entre si e explicitando os termos de sua oposição ao “modernismo” (não perdendo seu referencial de recusa de retorno ao “primitivismo”) Observemos a colocação de Grynszpan sobre a teoria das elites:

Do século XIX aos dias de hoje, a teoria das elites experimentou diversas mudanças, foi alvo de sucessivas reinterpretações, foi apropriada de maneiras distintas. De um conjunto de teses anti-igualitárias e antidemocráticas, passou a ser tomada como uma análise realista do sistema democrático. (GRYNSZPAN, 1999, p.12)

Esta “democracia” e este novo olhar sobre a economia antiga, ganha corpo sobre uma perspectiva dos estudiosos classicistas, da segunda metade do século XX. Este movimento criou um ponto de inflexão nos debates, devido a emergência de novos autores como Moses Finley, Geoffrey de Ste. Croix, Michael Austin, Pierre Vidal-Naquet e Jean-Pierre Vernan.

Nos idos de 1960, Finley iniciou uma releitura de toda a história greco-romana utilizando de perspectivas que aliavam a economia com a política e ainda analisando a racionalidade econômica (KNUST, 2011, p. 1). Assim, como resultado desses estudos o autor publicou a obra *The Ancient Economy*, em 1973. Esse livro é o compilado de uma série de trabalhos que abordavam temas como: trocas e distribuição de bens na sociedade homérica; crédito em Atenas; relações de comércio, escravidão, inovação tecnológica no mundo antigo em geral. Tudo isto foi publicado por Finley entre o final dos anos 1950 e o começo da década de 1970. Neste período, a carreira acadêmica do autor ganha notoriedade sendo alçado ao mais alto nível da hierarquia acadêmica britânica<sup>19</sup>, isto é, foi nomeado *Professor of Ancient History*

---

<sup>19</sup> O vocábulo Professor é utilizado para designar o indivíduo possuidor da mais proeminente patente acadêmica britânica; em Cambridge, corresponde ao auge da carreira universitária. *Lecturer* (primeiro patamar) e *Reader* (segundo patamar) são os graus que antecedem ao título de Professor.

da Universidade de Cambridge e em 1971 foi eleito membro da *British Academy* (Academia Britânica de Humanidades e Ciências Sociais).

*The Ancient Economy* foi um divisor de águas<sup>20</sup>, pois apresenta novas perspectivas sobre o mundo greco-romano, ao sugerir que os antigos não possuíam uma economia autônoma da sociedade e que a cidade antiga se caracterizava como um centro de consumo e não de produção. Esta obra rompe seus laços com Karl Polanyi, seu antigo mentor.

Segundo Finley jamais houve o desenvolvimento de uma ciência econômica na Antiguidade, visto que a sociedade antiga não possuía um sistema econômico que constituísse “um enorme conglomerado de mercados interdependentes” (FINLEY 1986, p 22); e que a inexistência de um pensamento efetivamente econômico entre os antigos era o indício de um comportamento comum à época. Frente a este cenário apresentado por Finley, era fundamental de acordo com o próprio autor “procurar diferentes conceitos e diferentes modelos, apropriados à economia antiga, e não (ou não necessariamente) à nossa” (FINLEY 1986, p. 27). Observar as economias tal como elas se apresentam empiricamente, e não segundo conceitos formalizados em função de economias modernas era e continua sendo o grande desafio.

O entendimento da relação das elites com suas propriedades foi de grande relevância para desvelar o *modus operandi* da “economia romana”, isso é clarificado quando Finley realiza a análise dos tratados agrícolas. Observemos a colocação do autor sobre os manuais:

Os manuais agrícolas romanos e hoje sem dúvida os seus precursores os gregos podem ocasionalmente ocupar-se da comercialização, das condições do solo e de outras coisas do gênero, mas nunca vão além de observações rudimentares baseados no senso comum, quando não contém erros grosseiros ou induzem ao erro. (FINLEY, 1986, p. 22)

Finley propôs trabalhar com opositos assim como Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” no capítulo 4 (O semeador e o ladrilhador). Ao convidar o leitor para um debate sobre a produção agropecuária no capítulo intitulado: “Senhores e Camponeses”, Finley sugere um posicionamento crítico ao pensamento modernista, ao sustentar a tese da inexistência do racionalismo econômico no mundo antigo e que este advinha apenas das suposições proposta pelos pesquisadores modernos, pois de acordo com o autor para que o racionalismo econômico fosse algo concreto e não apenas fizesse parte do ideário modernista teria de existir trabalho assalariado. Observemos a colocação de Finley:

---

<sup>20</sup> A Rainha Elizabeth II, em 1979, nomeou Finley Cavaleiro (Sir) do Império Britânico. principal comenda recebida pelo autor, fora do meio acadêmico.

Quanto ao objetivo da autossuficiência, não se tratava nem de um valor de juízo, neste nível estamos considerando é claro as propriedades que eram cultivadas para o rendimento em dinheiro e não para a subsistência. Por isso, a importância dada a qualquer medida que evitasse o dispêndio na compra de esteios para as vinhas, para as forragens, para os animais, vinho ou qualquer outra coisa referida pelo cultivo do solo, e conservação da força de trabalho, tem que ser explicada dentro da procura dos lucros. (FINLEY, 1986, p. 149)

Isto posto, pode-se constatar que Finley, ao relatar a inexistência de racionalidade econômica na Antiguidade, propõem uma provocação: qual o peso dos fatores que hoje chamamos de econômicos para a maximização dos rendimentos? Durante os escritos de Columella (primeira metade do século I), os rendimentos eram atrelados ao status. Porém, quanto maior o *status*, maior o menosprezo às atividades agrícolas e, portanto, maior a utilização de mão de obra escrava.

Finley estava convicto da relevância dos manuais agrícolas e seu entendimento era primordial para compreensão da lógica utilizada no mundo rural romano, pois era um contexto essencialmente formado por propriedades rurais, com vários hectares ou até mesmo latifúndios. Porém, esta mão de obra escrava utilizada nessas grandes extensões de terra não estava voltada para atender grandes demandas de produção e sim relacionadas a questão de *status*, isto é, possuir grandes extensões de terra e escravos denotava status perante a sociedade durante a antiguidade. Porém, esta postura da elite inviabilizava a montagem de qualquer estrutura econômica de escala e integrada, pois não era estimulada e tão pouco despertava interesse. Vejamos a colocação de Finley:

Evitei até agora em falar de economia de escala, não porque não existissem, mas porque a meu ver eram rudimentares, embora deva admitir que não seja uma base firme para qualquer conclusão. Nas condições antigas, a consolidação das parcelas das terras, em grandes extensões e contínuas e não implicavam automaticamente, particularmente, onde os escravos eram a principal força de trabalho. (FINLEY, 1986, p. 153)

Devido ao mundo romano ser voltado em grande parte para as atividades rurais os manuais agrícolas possuíam grande relevância para aquela sociedade. O próprio autor faz a seguinte colocação: Devemos, pois nos contentar com esta conclusão, muitos da população do mundo antigo viviam da agricultura de uma forma ou de outra, eles reconheciam a terra como fonte principal de todo bem material e moral (FINLEY, 1986, p.134).

Uma das insuficiências apontadas quanto a visão a respeito da racionalidade econômica<sup>21</sup> era apresentar o mercado como um fundamento essencial para a existência da economia na Antiguidade. Durante a antiguidade o trabalho executado no campo não era sistematizado e não possuía a intenção de lucro. Exemplo desta afirmação está no próprio Tratado *De Re Rustica* de Columella, o qual era voltado para procedimentos operacionais a serem empregados na terra. Finley observou a questão da terra e da mão de obra empregada ao analisar o trabalho desenvolvido pelo escritor romano. Observemos as considerações do autor:

Não duvido que Columela, por exemplo, apesar das suas limitações, podia ter feito a simples computação aritmética necessária para revelar as economias possíveis de uma escala de exploração alargada. Por outras palavras, não se tratava de uma questão intelectual. [...] A poderosa influência da unidade doméstica camponesa, as atitudes em relação ao trabalho e à administração, o fraco mercado urbano, os lucros satisfatórios do regime agrícola existente, talvez as dificuldades inerentes à organização e administração de uma força de escravos muito grande, tudo servia para desencorajar a mudança (FINLEY, 1986, p.158 -159).

Apesar da obra, *The Ancient Economy*, ter sido um marco para pesquisadores e estudiosos da economia no mundo antigo, principalmente, no que se refere a economia romana é relevante trazermos ao debate o professor de História Econômica Antiga da Universidade de Bristol, Neville Morley. O autor observa que as cidades que compunham o Império Romano, bem como Roma eram por essência cidades consumidoras.

No entanto, os núcleos urbanos eram responsáveis por receberem as feiras onde eram negociados os produtos produzidos pelos fazendeiros por meio de uma agricultura regular que buscava efetividade, estimulando a população não envolvida com a produção primária a aumentarem a produção (Morley, 2008, p. 50). Vamos abrir aspas para o professor Morley em seu trabalho, *Metropolis and Hinterland*, no qual o autor utiliza sem juízo de valor o aparato conceitual marginalista, a fim de discutir o problema da racionalidade econômica dos proprietários de terra romanos:

Principal descoberta é que, em muitas situações, um número de estratégias não é somente impossível, mas igualmente racional, que um fazendeiro possa tentar maximizar possíveis ganhos ou minimizar perdas, ou seguir outros caminhos com diferentes graus de riscos. (MORLEY, 2008, p. 72)

---

<sup>21</sup> As principais raízes dos estudos da racionalidade econômica encontram-se, historicamente, em autores da Antiguidade Greco-Romana (como Xenofonte na *Econômica* e no *Tratado dos Rendimentos*), nos *scriptores de re rustica* (sobretudo Varrão e Columela, nas suas respectivas obras com- títulos idênticos — *De Agricultura*) ou em debates dos teólogos escolásticos medievais sobre o *justum pretium*. (PINHO, 2023, p. 173).

De acordo com o autor era inverossímil para o mundo antigo a ideia de que as autoridades (imperadores, reis, conquistadores) possuiriam informações pormenorizadas, a fim de auxiliar o seu processo decisório e que também teriam o discernimento para racionalizar suas decisões, procurando otimizar um determinado objetivo. Eu me alinho ao pensamento de Morley. Para isso vou me valer de uma entrevista<sup>22</sup> proferida pelo Professor Richard Hingley do Departamento de Arqueologia da Universidade de Durham, na Inglaterra, sobre o conceito da romanização. Vamos observar algumas considerações do Professor Hingley:

Evito o uso dessa palavra, que a meu ver tem dois sentidos. Na Grã-Bretanha, por exemplo, tinha um sentido religioso há 100 ou 200 anos; muitos a empregavam para nomear os recém-convertidos ao catolicismo. Mas esse significado se perdeu. O outro sentido diz respeito à mudança de um comportamento bárbaro para um comportamento civilizado sob influência do Império Romano. Os antigos britânicos viviam em pequenas vilas, tinham uma economia pastoril bem desenvolvida e cultivavam cereais; eram primitivos por natureza. Costuma-se dizer que o Império Romano trouxe-lhes inovações, como estradas, botes de metal, sistema de esgoto, cidades, impostos, exército organizado... Do século 1 a.C. ao século 2 d.C., os romanos levaram para a Europa ocidental muitas coisas consideradas modernas pelos estudiosos. Romanização seria, portanto, o processo pelo qual povos bárbaros supostamente se tornaram civilizados. A ideia de romanização não é algo da época romana, mas um conceito forjado no início do século 20. Como vivíamos um momento de expansão imperialista na virada do século 19 para o 20, os ingleses teriam feito um paralelo e explicado o mundo romano a partir de sua experiência imperialista. Conclui-se, então, que toda pesquisa histórica é fruto do momento histórico em que ela é realizada. Foram os ingleses da virada do século 19 para o 20 que, na tentativa de encontrar uma justificativa política para o domínio, criaram a explicação de que os romanos levavam civilização a outros povos. É preciso perceber que esse é um discurso retórico para que se possa questioná-lo. (informação verbal)<sup>23</sup>

Assim, como Morley nos coloca que seria inverossímil, por parte da autoridade, tomar qualquer decisão subsidiado por informações de todo o cenário que compõem o problema. Também acredito que a romanização não foi um processo pensado e metodizado pelas autoridades romanas e sim foi mais um posicionamento dos intelectuais ingleses do século XIX, que naquele momento viviam um processo de colonização do continente africano. Desta forma, me aproprio das palavras do Professor Hingley ao observar muito bem que a romanização foi mais uma questão retórica do que uma estratégia civilizatória por parte do Imperador.

A partir deste posicionamento vamos trazer ao debate o antropólogo cubano Fernando Ortiz que nos apresentou ao conceito da transculturação. Este vocábulo está relacionado à

---

<sup>22</sup> O Professor Hingley esteve no Brasil, pela Escola de Altos Estudos da CAPES, por meio da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade Federal do Paraná, a fim de realizar um ciclo de palestras, em agosto de 2008. Esta atividade foi coordenada pelos professores Pedro Paulo A Funari e pela Professora Renata Senna Garraffoni.

<sup>23</sup> Informação fornecida pelo Professor Richard Hingley, para um Ciclo de Palestras no Brasil, em agosto de 2008.

transformação de padrões culturais locais, a partir da adoção de novas referências absorvidas por meio das fronteiras culturais estabelecida em encontros interculturais.

Este processo de transferência cultural acontece, paulatinamente, por meio da troca de experiências e influências a partir do elemento externo. É natural que a transmissão pelo contato não abarque toda a cultura do outro grupo. Somente alguns traços são transmitidos e se incorporam à cultura receptora.

Contudo, a troca cultural é recíproca, isto é, a cultura receptora também interage com a doadora, introduzindo padrões, hábitos e costumes que até então lhe eram desconhecidos.

Dentro da perspectiva de transculturação trazemos a fala de Fernando Ortiz, que procura não observar uma imposição de uma cultura sobre a outra, mas sim uma mescla, que se traduz numa simbiose de culturas. Vejamos o que Ortiz nos apresenta:

[...] Entendemos que o vocábulo transculturação expressa melhor os processos de transição de uma cultura para outra, porque este processo não consiste somente em adquirir uma cultura diferente, o que, a rigor, significa o vocábulo anglo-saxão *acculturation*, porém o processo implica também, necessariamente, na perda, no desenraizamento de uma cultura anterior, o que se poderia chamar de uma desculturação parcial, e, além do mais, significa a criação consequente de novos fenômenos culturais, que se poderiam denominar neo-culturação. Enfim, como bem sustenta a escola de Malinowski, em todo enlace de culturas ocorre o mesmo que na cópula genética dos indivíduos: a criança sempre tem algo de seus progenitores, mas sempre algo diferente de cada um dos dois. Na sua totalidade, o processo é uma transculturação [...] (ORTIZ, 1991, p. 90)

Dessa forma, o homem adquire novos elementos culturais, e enriquece seu arcabouço cultural. Esses elementos, que compõem o conceito da transculturação, permitem demonstrar que a cultura é um processo dinâmico e vivo, que modificou o cotidiano da arena e até mesmo do convívio entre os cidadãos que frequentavam a capital do Império.

A cultura se aperfeiçoa, desenvolve, se modifica, continuamente, nem sempre de maneira perceptível pelos membros do próprio grupo. É justamente isso que contribui para o enriquecimento e expansão do Império Romano.

Após, este breve posicionamento vamos retomar as proposições apresentadas pelo professor Morley. Ele reforça a questão da falta de informações sobre a previsibilidade do clima, falta de previsibilidade de estoque para os momentos de inverno, falta de controle contábil (algo impensado para aquele momento) dentre outros pontos. Toda esta desinformação ou melhor a falta de conhecimento impedem a existência de um comportamento como o descrito pela premissa do *homo oeconomicus* no mundo romano (MORLEY, 1996, p.71-73).

De acordo com Morley, a agricultura romana trabalhava dentro de uma “zona de ação racional”, visando a obtenção de uma produtividade satisfatória a longo prazo, tendo em vista

as condições de incerteza que cercavam esta atividade. Como consequência deste cenário de indefinição o comportamento deste agricultor era um tanto quanto conservador. Ao assumir este posicionamento ele refuta as teorias de Finley, pois enquanto este enxergava esta posição conservadora como primitivista, Morley acredita ser uma postura crucial para o estabelecimento de estratégias de produção, a fim de fazer frente ao contexto existente naquele momento. (MORLEY, 1996, p.74).

Porém, apesar das atitudes conservadoras e a falta de inovações na atividade agrícola possam transparecer como uma postura racional frente as incertezas supracitadas, isto por si só não demonstrava a existência de uma lógica econômica. De acordo com o autor era possível confirmar a racionalidade do agricultor romano por meio de duas hipóteses. A primeira esta relacionada aos ideais de autossuficiência e de minimização de custos, classificados por Finley como falta de viés econômico, podem ser entendidos sim como motivação econômica. A outra hipótese faz menção à utilização de práticas mais produtivas e economicamente eficientes que foram sendo desenvolvidas, pois segundo Morley os antigos possuíam um conhecimento técnico para o gerenciamento de suas propriedades de uma maneira racional para poder comparar diferentes estratégias de produção e escolher dentre elas (MORLEY, 2008, p. 74).

Outro economista e historiador econômico que realizou um contraponto à proposta apresentada por Finley foi Peter Temin. Ele foi um dos nomes atuantes da *New Economic History* (NEH), no século passado. Atualmente, tem se dedicado ao debate sobre a Economia Antiga.

Temin escreveu um artigo intitulado “*Market Economy in the Early Roman Empire*” (2001). Nele o autor se solidariza com o modelo proposto por Finley em seu livro *A Economia Antiga* e ainda cria uma polêmica ao propor que o Império Romano praticava uma economia de mercado em seus primórdios.

De acordo com Temin, a economia deveria partir de um ponto no qual o modelo empregado estaria relacionado à uma economia de mercado em equilíbrio, pois dentro deste espectro os cálculos matemáticos da cliometria poderiam ser colocados em prática. No entanto, esta é a premissa principal quando o assunto é economia antiga desde *A Economia Antiga*: esta seria ou não uma economia de mercado? A partir desta provocação, segundo Temin, qualquer referência sobre a economia antiga, deveria provar inicialmente que pode ser enquadrada como uma economia de mercado. (TEMIN, 2001, p. 2 - 4)

A partir deste posicionamento Temin inicia sua argumentação, procurando caracterizar a economia romana como economia de mercado. Inicialmente, critica Polanyi, atestando que suas relações de integração são vagas, e exalta as ideias de Frederic Pryor particularizando o

que ele denomina de integração em intercâmbios (trocas de equivalentes) e transferências (deslocamentos unilaterais de bens ou serviços). Vejamos a colocação de Temin:

Pryor propôs testes em um estudo de economias primitivas e camponesas que podem ser usados para diferenciar as formas de integração de Polanyi. Pryor distinguiu entre o que chamou de trocas e transferências. As trocas são transações equilibradas em que bens ou serviços são trocados por outros bens ou serviços de igual valor. É claro que esse é o tipo de comportamento mais frequentemente observado nos mercados. Transferências são transações unidirecionais em que bens e serviços são fornecidos sem retorno direto. Subsídios, tributos e impostos são todas transferências. (TEMIN, 2001, p. 8)

De acordo com Temin, existem dois elementos essenciais para traçarmos o comportamento do indivíduo, são eles: o grau de autonomia das pessoas e a velocidade das mudanças no ambiente em que elas vivem. Temin propõem a combinação destes comportamentos<sup>24</sup> e a partir desta combinação, segundo o autor, podemos legitimar a existência de mercado. No entanto, o próprio Polanyi já afirmava ser complexo poder atestar a existência de mercados através do reconhecimento de determinados comportamentos.

Vamos retornar a abordagem proposta por Temin. O historiador econômico argumenta que no Império Romano o mercado ganhou relevância: a produção em larga escala e a destinação de recursos era gerida pelas forças de mercado. Esta configuração propiciou a exploração da vantagem competitiva e propiciou um cenário mais positivo para uma estabilidade política, possibilitando assim uma evolução econômica que proporcionou certo grau de crescimento à Roma.

Contudo, a análise da economia do Império Romano como um todo é baseada em inferências de acordo com Temin. Este posicionamento é compreensível, pois os romanos registravam seus dados num material que não sobreviveu à passagem do tempo, portanto as evidências da vida econômica podem ser encontradas em outros documentos.

No Capítulo 2, “*Economia romana no início do principado*” do Livro “Repensando Império Romano perspectiva sociedade, política e cultura” os professores Funari e Garraffoni exemplificam a importância da arqueologia para o conhecimento da economia romana. No exemplo em questão o objeto analisado são as ânforas<sup>25</sup> Dressel 20; por meio deste objeto é

<sup>24</sup> Quando os indivíduos não possuem grande autonomia e o ambiente sofre mudanças de maneira lenta, eles assumem um comportamento costumeiro. Quando os indivíduos não dispõem nem de grande nem de pouca autonomia e o ambiente se modifica rapidamente, eles assumem um comportamento comandado. Entretanto, quando a autonomia dos indivíduos é grande e as transformações no ambiente acontecem numa velocidade moderada, o comportamento adotado pelos indivíduos é o instrumental, isto é, eles possuem determinados objetivos em mente e escolhem meios de atingi-los.

<sup>25</sup> A ânfora é definida como um recipiente cerâmico, destinado ao armazenamento e transporte de produtos líquidos à longa distância. (Funari, 1985)

possível conhecer várias práticas econômicas desenvolvidas por aquela sociedade, isto vai ao encontro do que o próprio Temin colocou quando observa que a economia romana é conhecida por meio de inferências.

Um bom exemplo da contribuição da Arqueologia para uma maior compreensão da produção econômica romana são as escavações da *uillae* situadas nas proximidades do Rio Guadalquivir, atual sul da Espanha. A análise de suas estruturas indica que a parte rural da *Hispania* romana não era somente responsável pela produção de alimentos, mas também dos recipientes para transportá-los. As ânforas ali produzidas são encontradas em longínquas partes do Império como a *Britannia* ou a *Gallia*. ((FUNARI, GARRAFFONI, 2006, p.56)

Ainda, comentando sobre as fontes econômicas Temin considera que de forma geral este tipo de documentação é utilizado de maneira indireta pelo pesquisador e posteriores ao fato, em vista não estarem correlacionadas diretamente com o campo econômico, como o exemplo supracitado das ânforas Dressel 20.

Com relação ao lapso temporal, isto é, a análise posterior ao fato, ela está relacionada ao distanciamento para a análise do objeto. Em boa parte das vezes esta pesquisa se vale de cópias e transcrições de documentos cujos originais se perderam.

Temin deduziu a partir da identificação de práticas como empréstimos que visavam a obtenção de lucro, técnicas de diversificação de investimentos a fim de minimizar riscos e a comercialização de produtos agrícolas, especialmente no grande mercado consumidor que era a capital do Império<sup>26</sup>, que o comportamento instrumental era preponderante na economia romana, ao menos em sua elite letrada, e baseada em uma sociedade de mercado (TEMIN, 2001, p 32).

A produção, o transporte, a distribuição e a comercialização destes produtos agrícolas pressupunham uma dinâmica complexa, o que dá indícios da existência de excedentes, todo este processo seria difícil de ser estruturado em uma economia voltada para a subsistência (TEMIN, 2001, p. 21).

Todo este posicionamento de Temin causa alguma controvérsia no meio acadêmico, principalmente, ao criticar Karl Polanyi. O autor busca moldar a teoria de Polanyi em preceitos racional-utilitaristas, o que seria inapropriado. Ao que tudo indica a falta de “sensibilidade” de

---

<sup>26</sup> Porém, outras cidades do Império também participavam deste comércio interligado de produtos não permanecendo restritas apenas às suas regiões de produção, o que nos comprova hoje a Arqueologia (exemplo das ânforas). Esta afirmativa reforça nossa tese da interligação das feiras que participavam de um calendário (estas feiras que faziam parte de várias regiões serão explicadas no próximo capítulo desta pesquisa).

Temin em depreender este posicionamento ameaça toda a interlocução que o autor busca com a teoria polanyiana.

No entanto, não podemos desconsiderar as proposições de Temin, pois seu posicionamento enriquece o debate sobre a existência de uma economia romana e apresenta novas vertentes, pois todo o contexto econômico da antiguidade foi muito heterogêneo e guardava suas especificidades regionais. Em cima desta afirmativa mais uma vez corroboramos a importância e a atualidade do tema para o meio acadêmico.

### **1.5 O amadurecimento do pensamento Finleyiano**

Como vimos na seção anteriormente Moses Finley foi um referencial de peso para o estudo da Grécia e da Roma antiga. Sua visão acadêmica ilustra tendências importantes no campo da produção historiográfica sobre o Mundo Antigo. Em meados do século XX sua obra, *A Economia Antiga*, foi e continua sendo relevante para o entendimento da economia grega e romana. Outra contribuição de Finley foi o resgate de Weber, trazendo o sociólogo alemão para o centro do debate sobre a economia antiga por meio da utilização de alguns conceitos seus como o de “cidade consumidora” (FINLEY, 1983).

No entanto, a visão sobre a economia antiga retratada por Finley tem sido revisitada sobre novos olhares, visto que a concepção sobre o tema “economia antiga” como binômio suscitou discussões. Dentre os intelectuais que analisaram a temática encontramos um dos seguidores de Finley, Keith Hopkins.

Hopkins pontua a questão das discrepâncias de escala das economias e de sistemas políticos, “a separação convencional entre Atenas Clássica e Império Romano parece oferecer mais” do que sua reunião sob o mesmo estereótipo “antiga”. (HOPKINS, 1974, p. 79-80). Como pesquisador da História Econômica romana eu me alinho a este posicionamento, pois Roma e Grécia possuíam sociedades distintas e encontrava-se em períodos temporais diferenciados.

Esta questão ganhou relevância no meio acadêmico, proliferando os estudos sobre “economia antiga” na década de 1970. Arqueólogos italianos do Instituto Gramsci propuseram o estudo das duas economias de maneira distinta uma da outra. Este foi um ponto de particularização de Hopkins em relação a Finley e aos seus seguidores da Escola de Cambridge.

Entre os anos de 1970 e 1980, motivados pela obra Finley, Peter Garnsey e Richard Saller, seus seguidores da Escola de Cambridge, partilharam a ideia de ausência de

racionalidade econômica no mundo antigo, o que propiciava, portanto, um distanciamento da sociedade capitalista.

Segundo a interpretação dos membros de Cambridge não ocorreu uma racionalidade econômica nos padrões praticados no mundo contemporâneo devido a fatores estruturais, como o estágio embrionário das trocas mercantis e do pouco desenvolvimento tecnológico na agricultura; e mentais, como a inexistência de uma "ética capitalista" que viabilizasse a aplicação do lucro no comércio e não apenas na aquisição de terras. Frente a este cenário qualquer possibilidade de mudança era improvável, sinalizando o subdesenvolvimento da economia romana.

A obra, *The Roman Empire, Economy, Society and Culture*, dedicada a memória de Finley, ressalta dois grandes temas: a originalidade do Estado Imperial Romano e o cenário econômico em que o Império estava enquadrado. Garnsey e Saller identificavam o Império Romano como um "governo sem burocracia" e amador, tomando como base o enfoque primitivista da economia antiga. De acordo com os autores os centros urbanos representavam um governo sem burocracia elemento fundamental dotado de autogoverno, que tinha constituição própria, baseada em um conselho e alguns magistrados, além de um território rural que estava sob seu controle (GARNSEY e SALLER, 1987, p.39 - 47).

Assim, a tríade Imperador, Governadores Provinciais e centros urbanos era responsável por definir o modelo de aproveitamento dos excedentes econômicos extraídos das diferentes províncias através das cidades (a autoridade jurisdicional e a independência dos governadores seriam reduzidas face à autonomia dos centros urbanos) (GARNSEY e SALLER, 1987, p. 48-54). A partir desses pressupostos vamos dar voz a Garnsey e Saller:

Administração nos seus níveis mais altos permanecia amadora. Senadores e cavaleiros passavam apenas uma parte de suas vidas de trabalho em cargos, não recebiam treinamento especial para suas tarefas e, ao longo de suas carreiras, não desenvolviam conhecimentos especializados. Se havia quaisquer "profissionais" administrativos, estes eram os escravos e libertos do imperador. Contudo, seu número era pequeno demais (cerca de 350 funcionários de elite em Roma, na Itália e nas províncias a época dos severos) para tornar necessário o desenvolvimento de uma hierarquia de responsabilidade: em sua grande maioria, cada funcionários senatorial ou equestre respondia diretamente ao imperador. [...] O segredo do governo sem burocracia era o sistema Romano de cidades, que eram auto geridas e podiam prover o necessário para o Império. (GARNSEY e SALLER, 1987, p. 26)

De acordo com os autores, a "economia romana" não era desenvolvida, como já foi supracitado, tendo como consequência um contingente considerável da população próximo ao nível de subsistência. Seriam típicos de uma economia não desenvolvida a grande força de

trabalho empregado na agricultura e pouco investimento qualquer tipo de inovação empregada para aumento da produção.

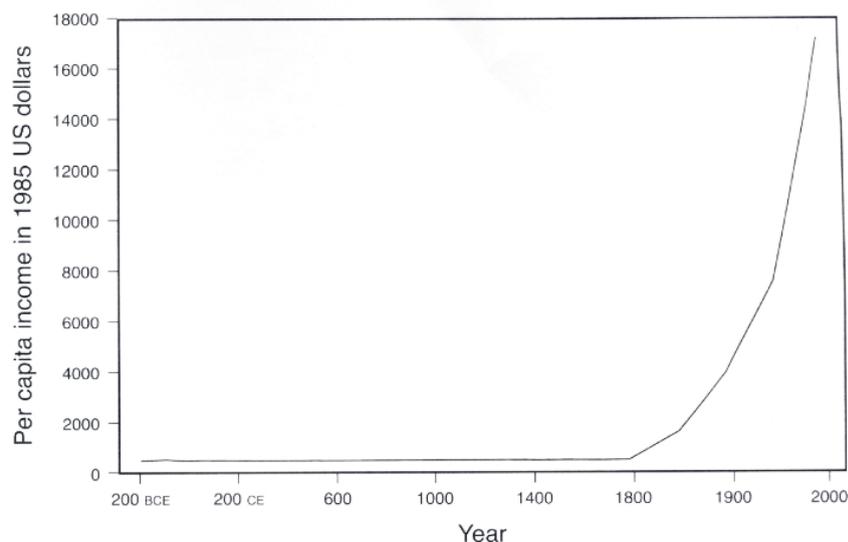
Outra característica ligada ao pouco desenvolvimento econômico foi proposta pelo autor Fábio Joly em seu artigo “Espaço, Poder e Escravidão no De Re Rustica de Columella” publicado na Revista Brasileira de História. Segundo Joly a procura por bens manufaturados era pequena, e grande parte das carências eram supridas por bens produzidos por pequenos artífices locais. Pouca tecnologia e inovações foi outro obstáculo que dificultou o aumento da produtividade. Todo este cenário inibia qualquer tipo de desenvolvimento “econômico” para o vasto Império Romano. Mais uma vez vamos observar as colocações de Garnsey e Saller:

Demanda por manufaturados é relativamente baixa e muitas necessidades são encontradas localmente com mercadorias feitas por pequenos artesãos ou no próprio lar. A tecnologia ultrapassada é uma barreira para aumentar a produtividade. Finalmente, não há classe de empreendedores que sejam capazes de perceber oportunidades de ganhos em larga e preparados para correr risco com investimentos necessários. (Garnsey & Saller, 1987, p. 43)

Saller em 2002 lança um artigo intitulado “*Framing the debate over Growth in the ancient economy*”. Neste trabalho o autor discorre sobre o crescimento das trocas mercantis, o aumento do superávit agrícola e um aumento da produção artesanal. Apesar dos pontos elencados pelo autor a agricultura continuava sendo a principal atividade economia daquela sociedade. Saller indica a necessidade do desenvolvimento de um modelo que clarifique a trajetória da “economia” desde o crescimento, passando pela estagnação até chegar ao declínio no século III d.C. (SALLER, 2002, p.263).

O Professor Ciro Cardoso, no artigo “Existiu uma “economia romana”?” publicado na Revista Fenix em 2011, nos apresenta de maneira perspicaz a dinâmica do produto bruto per capita das principais economias por meio de um gráfico desenvolvido pelo economista Robert E. Lucas. Neste modelo é interessante observamos que o crescimento *per capita* permaneceu praticamente inalterado até meados do ano 1800 de nossa era. Porém, é importante ressaltarmos a visão ampliada a que o gráfico faz referência, isto é, pequenas flutuações não estariam sendo contempladas na representação esquemática devido ao grande recorte temporal. Esta seriam imperceptíveis devido a serem de pequena monta. Observemos o gráfico abaixo e as considerações do Professor Ciro Cardoso:

Gráfico 1 – Tendência do produto bruto per capita nas principais economias



Fonte: (LUCAS, 1988, apud Richard Saller. Framing the debate overgrowth in the ancient economy. In: walter Scheidele Sitta von Reden (Org.). The ancient economy, New York: Routledge, 2002, p. 259).

Examinadas as coisas nesta escala extremamente macro, o crescimento na produção per capita foi quase imperceptível até pouco antes de 1800: Saller recorda, com razão, que os economistas clássicos que escreviam por volta de 1800 não esperavam quaisquer aumentos muito grandes de tal produto (SALLER, 2002, p. 258-259). Se, porém, for abandonada a perspectiva tão macro do gráfico acima, o início dele – portanto, os séculos que correspondem ao produto per capita no mundo romano – pode ser, agora, redesenhado (a partir de outro modo de cálculo: a produtividade per capita como um múltiplo da subsistência, com base no raciocínio do romanista Keith Hopkins), de modo a refletir o que, em sua maior parte, os especialistas na História Econômica da antiga Roma acreditam ter acontecido: um aumento do produto per capita até algum momento do século I d.C., seguido de uma estabilização a que, por sua vez, sucedeu uma queda. (CARDOSO, 2011, p. 28)

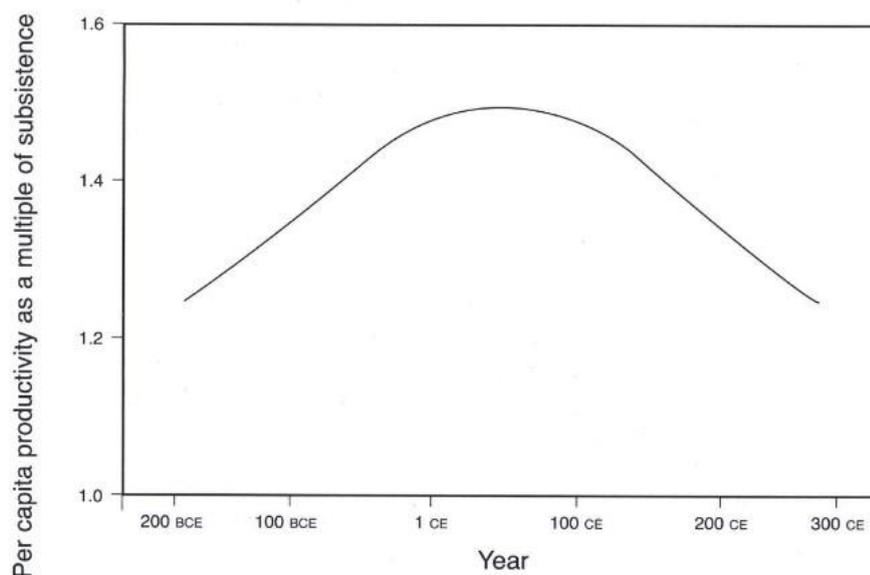
Mais uma vez podemos constatar a pequena relevância econômica do período relativo ao Alto Império, recorte temporal do presente trabalho. No entanto, cabe ressaltar que o baixo rendimento econômico está diretamente relacionado a alguns fatores a saber: o pequeno contingente populacional, que cresce com o passar dos séculos; a atividade direcionada em grande parte para o setor agrícola; e o comércio voltado para a subsistência.

Outras atividades como o comércio à longa distância, utilizado principalmente para suprir os artigos de luxo desfrutado pela elite romana e produtos empregado nos espetáculos de gladiadores (animais exóticos) foram importantes<sup>27</sup>, mas não eram de grande monta se comparado com a atividade ligada à agricultura ao longo de vários séculos, como pode ser observado no gráfico.

<sup>27</sup> No próximo capítulo abordaremos a dinâmica utilizada neste tipo de comércio e a sua importância para o espetáculo e para a economia romana.

Ainda, no artigo produzido pelo Professor Ciro, o autor, nos mostra um segundo gráfico que faz referência a mesma temática econômica, mas que utiliza um recorte temporal menor, o que auxilia na identificação da variação *per capita*, desde o seu crescimento até o declínio. Observemos o gráfico:

Gráfico 2 – Tendência do Produto bruto per capita no mundo romano (200 a.C. a 300 d.C.)



Fonte: (Richard Saller. Framing the debate overgrowth in the ancient economy. In: walter Scheidele Sitta von Reden (orgs.). The ancient economy, New york: Routledge, 2002, p. 260).

Como o próprio Professor Ciro coloca o mais importante é o que pode ser extraído ao realizar uma complementaridade de ambos os gráficos. Vejamos o que o mestre resume em quatro pontos que buscam sintetizar o entendimento dos gráficos:

- (1) relativamente ao comércio, o mundo romano conheceu um aumento no volume dele e de sua modalidade de longa distância, devido à grande extensão do território sob um único governo e à taxaço (que levaria os provinciais a tentarem reaver comercialmente o que lhes era tirado como imposto). Entretanto, a economia continuava a ser maciçamente agrária: o volume máximo que pode ser calculado para o investimento no comércio de longa distância, incluindo o abastecimento de Roma em cereais (um comércio fortemente administrado), era talvez menor do que as fortunas somadas dos membros da ordem senatorial – que, no entanto, constituía uma minúscula fração privilegiada da população total –, cuja riqueza era, principalmente, agrária. Outro fator a levar em conta seria a possibilidade de a taxaço romana exigir a produção de mais excedente pelo setor rural, forçando o campesinato (e os escravos) a uma intensificação do trabalho, desembocando tal processo no incremento de uma população urbana dedicada, em parte, à produção artesanal ou manufatureira, bem como ao comércio. O número de barcos naufragados descobertos, considerado no tempo, indica de fato (indiretamente) uma intensificação do comércio nos dois últimos séculos antes de Cristo, mas não nos dois séculos seguintes, durante o auge do Alto Império: ao que parece, afinal de contas, a economia romana não conseguiu manter um crescimento sustentado, o que fica patente bem antes da derrocada iniciada no

século III d.C., a partir da assim chamada “anarquia militar” (235-283 a.D.).(CARDOSO, 2011, p.30)

Ao observarmos as ponderações propostas pelo Professor Ciro no item 1, podemos inferir, de acordo com o autor, que houve um período de crescimento econômico nos dois primeiros séculos que antecedem nossa era, que não faz parte de nosso recorte temporal, mas que ajuda a entender o crescimento comercial que tende a estabilizar durante os dois primeiros séculos do Alto Império.

Porém, este período de relativo crescimento foi altamente taxado por impostos o que provavelmente foi o grande responsável por essa estagnação econômica, além do baixíssimo investimento no setor agrícola por parte da elite dominante romana e alguns plebiscitos que tiveram o intuito de realizar uma reforma agrária<sup>28</sup>. Esta instabilidade promoveu pequenas melhorias no campo, mas no cômputo geral acarretou uma grande instabilidade política desestruturando ainda mais o cenário rural romano, pois contrariava da elite senatorial romana que era a maior interessada em manter seu *status quo*, já que eram grandes proprietários de terra.

(2) Os economistas costumam atribuir também o crescimento econômico à intensificação do investimento de capital. A economia do Império Romano era predominantemente agrícola –talvez, na proporção de 75 a 80%. Em certas regiões, houve investimento agrícola, no sentido de uma extensão dos cultivos, incluindo espécies cultivadas especialmente para o mercado. Tais fatores aumentariam a produção agregada e, em menor medida, a produção per capita. Entretanto, à falta de inovações tecnológicas, o limite desses processos em ação logo seria atingido. O desejo dos donos de terras romanos de investir mais intensivamente era severamente limitado. A estratégia preferida consistia em buscar ganhos seguros com investimentos mínimos na terra. As tentativas de obter um aumento na produtividade mediante pressões sobre a mão de obra escrava ou sobre os camponeses dependentes levariam, provavelmente, a consequências drásticas – por exemplo, privar os camponeses de seus animais de tiro; ou, até mesmo, da capacidade de criarem filhos. Seja como for, não se avançou muito longe na busca de aumentos na produtividade, mesmo havendo exceções isoladas. (CARDOSO, 2011, p.30)

Neste segundo ponto o autor expõe um relativo avanço do setor agrícola em termos econômicos. Mas, este crescimento foi conseguido a duras penas, isto é, explorando a mão de obra, chegando até mesmo utilizar-se de subterfúgios como chantagem e privações. Como um todo o setor não se desenvolveu, chegando a acontecer em casos isolados.

(3) O crescimento sustentado *per capita* depende, ainda, de outro fator a ser considerado: um crescimento tecnológico sustentado. O romano como já foi visto, provocaram um aumento do nível tecnológico no território sob seu controle político mediante a generalização de sistemas técnicos antes enclavados, regionalmente delimitados. Existiram, também, umas quantas inovações significativas (como, por

---

<sup>28</sup> *Lex Sempronia Agraria* proposta por Tibério Graco

exemplo, os moinhos movidos por tração animal ou hidráulica, cuja difusão foi, no entanto, lentíssima). Entretanto, não houve um crescimento técnico sustentado, nem uma suficiente generalização das inovações a unidades de produção muito numerosas. No setor urbano, as inovações foram maiores em setores como a construção de prédios ou aquedutos, por exemplo, não tanto nos setores propriamente produtivos. Além disso, sendo a população urbana muito minoritária (não mais de 20% segundo os cálculos mais otimistas), mesmo que, no auge da economia romana, a produtividade e o nível de vida da população que vivia nas cidades tivessem aumentado em 50% (o que é improvável), isso significaria só 10% para o conjunto do Império e, no tempo, não mais de 0,1% anualmente, entre 100 a.C. e 200 d.C. Outrossim, demograficamente, tanto no campo como nas cidades, a taxa de mortalidade permanecia catastroficamente alta, e a esperança de vida continuava muito baixa. Não houve, adicionalmente, investimento sensível no capital humano, na forma de educação e treinamento fora das unidades domésticas, a não ser para uma elite ínfima (que, além do mais, tinha acesso a uma educação retórica e literária, sem repercussões na produtividade). (CARDOSO, 2011, p.31)

Outro fator que considerado pelo Professor Ciro foi a lentidão com que as inovações foram sendo disponibilizadas para a utilização principalmente no meio rural. Toda esta falta de incentivo e até mesmo de informação foi responsável pelo fraco desempenho “econômico”. Já no meio urbano, entende-se por meio urbano as cidades que possuíam algum contingente populacional, o incremento tecnológico foi um pouco maior se comparado com o meio rural. Porém, nada expressivo, pois o contingente populacional das cidades era ínfimo se comparado com o campo. Basta lembrarmos que o mundo romano era eminentemente rural. A única cidade que possuía algum apelo em termos populacionais era Roma a capital do Império, mas mesmo ela tinha um contingente populacional menor que o campo.

A situação da insalubridade nas cidades e a grande taxa de mortalidade era outro ponto que foi destacado e que impactava a população principalmente nas zonas urbanas. Este cenário desestimulava o investimento em capital humano e conseqüentemente novas ideias e perspectivas de melhora de vida era algo inimaginável para a população como um todo exceção feita as elites.

(4) Por fim, temos a questão do quadro institucional como um dos fatores de possível influência no crescimento econômico. À primeira vista, pareceria que tal quadro devesse favorecer o crescimento: criação de um mercado potencial pela destruição de muitas fronteiras, longos períodos de paz, impostos em média não muito altos durante longo tempo e um sistema legal que protegia os direitos de propriedade. No entanto, não houve, apesar desses fatores, um crescimento sustentado, nem mesmo onde a sua incidência fosse mais evidente, como era o caso, sobretudo, da Itália, coração do Alto Império (por séculos, isenta de quaisquer imposições diretas) (SALLER, 2002, p.260-7; também SCHIAVONE, 2005, capítulo 11). (CARDOSO, 2011, p.31)

Como vimos anteriormente o quadro de funcionários ligados aos quadros institucionais era desempenhado por pessoas em sua maioria amadoras. O contexto principalmente durante o Alto Império era favorável, pois houve uma consolidação de fronteiras, um relativo período

sem guerras e até certo ponto os impostos não eram exorbitantes. No entanto, a forma como a “economia” era conduzida não favoreceu a uma ampliação, pois como o próprio Professor Ciro nos coloca não houve um crescimento sustentável.

Porém, ao trazermos para o debate questão como: superávit agrícola; impostos; incremento tecnológico; crescimento sustentável tem de ter a sensibilidade de entendermos o contexto e lançarmos mão de modelos interpretativos que traduzissem a diversidade de situações históricas e sociais vividas por aqueles homens do Alto Império. A fim de clarificarmos o entendimento da situação peculiar vivida por aquela sociedade buscamos desenvolver o conceito denominado “Pan-imperismo”<sup>29</sup>.

Com o objetivo de retornarmos as proposições apresentadas por Saller é importante destacarmos que o autor recorre à contraposição entre um contexto pré-capitalista caracterizado pela sociedade romana e a conjuntura capitalista contemporânea. Contudo, como observamos até momento a “economia antiga” esteve a reboque de vários olhares que ora evoluem, ora recrudescem. Assim ela vem ao logo de sua trajetória acadêmica incorporando novas interpretações. A partir desta proposição vamos dar voz ao Professor Guarinello que nos descreve de maneira brilhante e seu artigo intitulado “A economia antiga e a arqueologia rural -. algumas reflexões” uma síntese do pensamento de Garnsey e Saller

Garnsey e Saller, contudo, reconhecem a dimensão adquirida pelas trocas mercantis no Império romano e admitem, sem dificuldade, a importância fundamental dos mercados urbanos na estruturação da produção e na circulação de bens durante o Principado. Roma, sobretudo, e para ambos o grande mercado do período, consumindo vorazmente a produção agrícola da Itália e de diversas províncias. Tal mercado surge e se sustenta, contudo, através de mecanismos políticos - dados pela concentração do poder imperial na Urbe - e não por processos propriamente econômicos. O predomínio do “político” sobre o econômico” e um traço comum aos chamados “primitivistas” e encontra aqui uma formulação bastante coerente. Garnsey e Saller não se impressionam com a existência de grandes centros mercantis, assim como ignoram sua eventual retração e crise, precisamente onde e quando os “modernistas” (ou “neo-modernistas”) apontarão, como vemos, uma inflexão da produção mercantil da Península. (GUARINELLO, 1994/1995, p. 272)

Se recuarmos no tempo constatamos que a existência de evidências arqueológicas já contribui para o conhecimento do passado a um bom tempo. Por meio da arqueologia fizemos grandes avanços a respeito da civilização romana, isto é, tivemos a oportunidade de conhecer

---

<sup>29</sup> Conceito Autoral – Entendemos como Pan-imperismo: A totalidade de práticas públicas, no campo econômico, desencadeadas sem um planejamento prévio. Não possuem um objetivo estruturante ou de organizar uma política macroeconômica. Sua finalidade era atender demandas intempestivas, visando responder a situações específicas ou com finalidade eleitoreira. Esta prática foi utilizada durante a República Romana e perduraria até o fim do Império Romano.

através de suas obras de engenharia estruturas como: aquedutos e pontes, bem como impressionantes construções de edifícios públicos, anfiteatros, termas e templos. Estas obras como testemunhas do passado chegaram aos nossos dias, pois se infere que os romanos possuíam um alto grau de avanço tecnológico.

Frente a estas argumentações Moses Finley publicou um artigo em 1965, no qual propunha que os avanços tecnológicos expressivos haviam acontecido no período Neolítico e na Idade do Bronze e segundo o autor, após estes períodos o surgimento de novas técnicas se resumiu a um pequeno conjunto de invenções. Em virtude deste cenário o incremento da capacidade produtiva em atividades ligadas a agricultura ou a produção cerâmica esta relacionada somente a uma otimização de técnicas e métodos preexistentes e não ao desenvolvimento de tecnologias revolucionárias (FINLEY, 1965, p. 31). Outra justificativa que reforça o posicionamento contrário às inovações tecnológicas seria a utilização de escravos. Estes executavam a maior parte do trabalho, o que teria desestimulado a busca por novas alternativas que restringissem utilização de mão de obra.

Autores contemporâneos começaram a colocar em questão esta perspectiva. Assim, por meio desses novos olhares houve a incorporação de outras disciplinas com a finalidade de complementar o estudo e a pesquisa da economia romana. A partir da transversalidade das disciplinas não poderíamos nos furtar de sublinhar que a investigação arqueológica passou a contribuir, ainda mais, com o esclarecimento de aspectos da economia romana.

Assim, por meio da arqueologia associada ao uso da tecnologia podemos elencar algumas inovações que tem permitido ampliar o conhecimento a respeito de determinados assuntos. Por exemplo, o estudo de determinadas práticas agrícolas, que por deixarem vestígios como sementes e pólen podem ser estudadas, identificando os produtos cultivados e até mesmo os padrões de cultivo; a demografia populacional de determinado local, pesquisada a partir de informações coletadas das escavações feitas em cemitérios<sup>30</sup>; a relevância das manufaturas e da divisão do trabalho, validada pela prospecção de locais de trabalho (GREENE, 1986, p. 14-15).

O arqueólogo britânico, Kevin Greene, publicou, em 2000, o artigo *“Technological innovation and economic progress in the ancient world: M. I. Finley reconsidered”* no qual se contrapõe ao artigo de Finley, publicado em 1965, citado anteriormente, desenvolvendo premissas que fundamentam seu posicionamento contrário. Finley assevera em seu texto que

---

<sup>30</sup>(Referência autoral) O cemitério do Vale Superior do Walbrook, conhecido hoje, arqueologicamente, como Upper Walbrook Valley Cemetery (doravante UWVC), ocupava o extremo norte da cidade romana de Londinium, e hoje corresponde à área imediatamente ao norte do parque londrino de Finsbury Circus, região próxima do centro econômico moderno da cidade, conhecido como City (Harward et al, 2015, p. 1-2 apud PINTO, 2017, p. 379).

um dos propósitos mais relevantes para a criação de edificações faraônicas seria apenas para ratificar socialmente a influência do mecenas financiador da obra.

Apesar das teorias finleyniana, Greene salienta, por exemplo, a utilidade das construções, que foram responsáveis por proporcionar bem-estar e uma melhor condição de vida. Um exemplo deste tipo de edificação útil foi o aqueduto da *Pont-du-Gard*<sup>31</sup> na França (GREENE, 2000 p.39).

Figura 1 – Aqueduto sobre o rio Gardon construído cerca de 50 a.C.



Fonte: Pont du Gard (Roman Aqueduct) - UNESCO World Heritage Centre – Acessado em 11 de abril 2022.

De acordo com o entendimento de Greene, Moses Finley foi responsável por fomentar incredulidade sobre a forma de análise sobre os achados arqueológicos. Diante deste quadro

---

<sup>31</sup> (Referência autoral) Localizada na região da Occitânia, a Pont du Gard é o elemento principal de um aqueduto de 50,02 km construído em meados do século I para abastecer a cidade de Nîmes, antiga colônia romana de Nemausus, a partir da fonte Eure localizada perto de Uzès. Uma ponte de aqueduto de três andares com quase 48,77 m, permitia que o conduto de água cruzasse o rio Gardon. Esta tripla ponte, cujo andar mais longo, no topo do edifício, mede 360 m, é uma façanha e uma obra-prima da técnica arquitetônica romana, mas também uma obra de arte cuja presença transfigura a paisagem. Situada num sítio natural que realça a sua imponência e as suas linhas de força, a *Pont du Gard* assenta sobre uma base rochosa, recortada pelo rio atravessado pelo seu arco maior. O afunilamento suave e simétrico dos arcos, o vão dos arcos inferiores e a regularidade da galeria superior conferem-lhe um aspecto extraordinariamente arejado para uma obra desta envergadura. (Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/344/> - Acesso em 22/10/2022)

seria fundamental reexaminar as hipóteses que embasam os saberes sobre o desenvolvimento de tecnologia durante a antiguidade.

O professor Kimon Ferreira em sua tese de doutorado, “*Os Espetáculos de Gládio e a Economia Romana: análise comparativa de dois casos hispânicos.*” nos apresenta uma colocação de Greene sobre a incompatibilidade do modelo minimalista para o tipo de atividade desenvolvida pelos romanos, para isso a utilização dos dados materiais em comparação com a documentação textual. Vamos dar voz ao professor Kimon:

Greene demonstrou que o modelo minimalista simplesmente não era compatível com o nível de atividade romana que pode ser verificado através da pesquisa da cultura material. Sua obra exemplifica como os dados materiais devem ser considerados como tipos distintos de testemunhos, os quais devem interagir com a documentação textual em busca da reconstituição do passado, através da interpretação. Não se trata de conceber a História como fonte segura de informações, mas de conhecer as discussões dos historiadores e relacionar tais questões às interpretações dos arqueólogos sobre a cultura material. (FERREIRA, 2017, p. 49)

Mais uma vez vemos a importância da cultura material, pois revelações do passado tem florescido devido ao uso de práticas arqueológicas combinadas com o uso da tecnologia. No próximo capítulo veremos um exemplo contemporâneo de sucesso, que ajuda a ilustrar esta prática.

Andrew Wilson em 2002 publicou o artigo “*Machines, power and the ancient economy*” que procurava entender a aplicabilidade tecnológica durante a antiguidade. Para isso o autor examinou exemplos concretos da utilização da força motriz da água em atividades produtivas (WILSON, 2002, p. 9). No trabalho o autor procurou retratar a relevância de transformar a força da água em energia utilizável para o trabalho de exploração mineral. Estas descobertas arqueológicas reforçaram a ideia de que a tecnologia foi adotada em grande escala (até mesmo nas terras áridas do sul e leste do Mediterrâneo) (WILSON 2002, p.9–17) Por meio de uma análise estratigráfica realizada na Groelândia foi possível revelar os índices de poluição de cobre provenientes da metalurgia desse metal no século I d.C. Comparativamente esses níveis só foram excedidos por índices atingidos durante a Revolução Industrial, o que constata a relevância da exploração mineral para aquela sociedade (WILSON, 2002, p. 26).

Além da mineração o próprio desenvolvimento das cidades, o elevado número de naufrágios próximos a costa mediterrânea e as prospecções arqueológicas que revelaram exemplares de moedas sinalizam para uma maior complexidade da economia romana e para a importância cada vez maior das atividades não relacionadas com a agricultura (SCHEIDEL, 2007, p.13).

Esta observação do historiador, Walter Scheidel, vai auxiliar a comprovarmos nossa tese de que as múltiplas atividades relacionadas ao comércio, desenvolvidas em várias partes do Império Romano, durante o Alto Império, ajudaram a desenvolver economicamente aquela sociedade. Ao utilizar o termo economia reafirmo que para aquela sociedade este vocábulo era desconhecido, mas, mesmo não tendo conhecimento os romanos praticavam o que eu resolvi denominar pan-imperismo. No próximo capítulo teremos oportunidade de explorar várias atividades “econômicas” que auxiliaram direta ou indiretamente o desenvolvimento econômico e que foram de grande importância para realização dos espetáculos de gladiadores.

No artigo “*Slavery in the Roman Economy*”, publicado em 2010, Scheidel realiza conjecturas sobre as conexões da mão de obra escrava com a racionalidade econômica. Segundo o autor, dentro de uma concepção econômica empregar recursos em mão de obra escrava era considerado como um investimento de capital (SCHEIDEL, 2010, p. 1). Vejamos como o autor observa a questão da racionalização das economias de escala:

O trabalho escravo intensivo também permite a racionalização que gera economias de escala como um trabalho de grupos. O emprego de escravos em serviços intensivos faz sentido quando o capital humano é escasso, mas também requer que os proprietários sejam legalmente e culturalmente capazes de aplicar apropriadas recompensas como incentivos. (SCHEIDEL, 2010, p. 10).

Apesar da implementação da racionalidade econômica, durante a antiguidade, como nos coloca Scheidel, se realizarmos um paralelo com o crescimento econômico contemporâneo chegaremos a números modestos para aquele período. Ainda que tenha ocorrido um verdadeiro aumento da riqueza e da produção agrícola por meio do aumento da área plantada; pelo aumento quantitativo das unidades agrícolas; a utilização mais eficiente de sistemas de controle contábil das produções; o desenvolvimento de cidades onde ocorreu em algum nível o fenômeno da divisão do trabalho; o início em algum nível de práticas de economias de escala e aumento de produtividade, embora fossem específicos de determinados sectores (HOPKINS, 1999-2000, p.11-12).

David Mattingly faz uma explanação sobre o crescimento da economia romana no capítulo intitulado “*The Imperial Economy*” do livro “*A Companion to the Roman Empire*”. O autor nos apresenta fortes argumentos embasados em evidências arqueológicas sobre o crescimento em setores da economia rural. Apesar de toda a importância da economia ligada a agricultura já ter sido apresentada anteriormente, Mattingly realiza em sua abordagem um contra ponto e destaca diversos setores que somados contribuiriam sobremaneira para o desenvolvimento econômico ao longo do tempo. Porém, este nível de crescimento não ocorreu

de maneira sustentável e nem abarcou a totalidade do Império. Observemos a colocação do autor:

O desenvolvimento das cidades, o consumo de bens manufaturados e importados e a ascensão de elites regionais a posições de poder no serviço imperial atestam a geração de riqueza local em muitas províncias. Os efeitos foram desiguais e podemos acompanhar uma mudança no poder econômico ao longo do tempo. (MATTINGLY, 2006, p. 287)

O arquétipo desenvolvido por Mattingly auxilia na compreensão da fluidez da economia romana, segundo o autor, por vezes esta adquire traços “primitivos” por vezes “modernos”. As referências que são explícitas nos assentamentos da cultura material que fazem alusão ao comportamento econômico reproduzem, de certa maneira, o avanço de múltiplas identidades econômicas, intitulada de economias provinciais. (MATTINGLY, 2011, p.140).

O desenvolvimento das cidades e o consumo de bens manufaturados, proposto por Mattingly, apresenta um forte indício da presença de uma economia de mercado. Outro indicador que aponta para este dinamismo foi o crescimento no montante de transações, que ficaram claras nos vestígios comerciais e na utilização de moedas. Com relação a este último item o estudo da economia romana tem evoluído substancialmente, constatado no elevado nível de monetização e de integração da economia do Império. A circulação de moeda na sociedade romana tem sido pesquisada e aponta para uma maior utilização de moedas nas cidades, em especial de moedas de bronze que seriam utilizadas nas transações do dia a dia (CRAWFORD, 1970, p.44).

As moedas também eram utilizadas em transações relacionadas ao crédito, como os empréstimos, porém existe uma dificuldade em determinar a oscilação desses montantes ao longo do tempo (HOWGEGO, 1992, p.14-15). A moeda era utilizada para as transações comerciais e para o pagamento de impostos e de salários. Este ponto denota certo estágio de refinamento da economia romana. Outro fator relevante com relação as moedas é que sua utilização demonstrava unidade econômica e política, pois sua circulação por todo o Império era um bom indicativo dessa integração. Vamos dar voz ao autor e considerar suas colocações sobre a circulação de moedas por todo o Império:

o envio de moeda para fazer pagamentos do estado (salários e aposentadorias para o exército, salários para funcionários, compra de alimentos, equipamentos e ouro, despesas com obras públicas e entretenimento, doações em dinheiro para o exército e população, presentes e doações imperiais, pagamentos (HOWGEGO, 1994, p. 20)

De qualquer forma, a conexão do comércio com a circulação de moedas não ocorria de maneira direta. A movimentação de dinheiro não era diretamente proporcional ao quantitativo de bens comercializados. O recurso arrecadado com a venda de uma carga seria, usualmente, reutilizado para adquirir outra carga para uma próxima viagem. Assim, o comércio inter-regional não necessariamente refletia uma movimentação de dinheiro. Mas, de maneira geral o comércio representou um papel relevante na “economia” romana.

Apesar de possuímos poucos vestígios que testemunhem as relações comerciais da sociedade romana durante o Alto Império, os autores COOLEY, A.E. e COOLEY, M.G.L, em sua obra “Pompeii and Herculaneum”, nos apresentam informações a cerca das tábuas de cera do banqueiro Cecilius Iucundus. (COOLEY, A.E. e COOLEY, M.G.L, 2014, p. 277). Pompéia foi uma das cidades mais preservadas de todo o Império, devido à condição singular da tragédia ocorrida em 79 d.C. quando da erupção do Vulcão Vesúvio. Assim, devido a esta condição peculiar, pois esta localidade ficou “congelada” no tempo, os arqueólogos tiveram acesso a uma grande quantidade de vestígios, que proporcionam, até os dias atuais, elucidar várias dúvidas sobre aquela sociedade. Porém, estas tábuas de cera são relíquias encontradas em pequena quantidade em todo o Império. Em virtude deste quadro, objetos como ânforas, lápides e outros utensílios domésticos estão sendo estudados por pesquisadores, pois estes utensílios também são documentos relevantes para entendermos as relações comerciais praticadas por aquela sociedade. Isto se faz necessário, já que complementa as poucas informações deixadas pelas tábuas de cera, que eram utilizadas para materializar os contratos relativos a questões econômicas praticadas pelos romanos.

Cabe destacar que a cerâmica foi um dos materiais que melhor pode apoiar as pesquisas arqueológicas, devido a seu estado de conservação. Estes materiais encontrados em escavações arqueológicas são em sua grande maioria cerâmicas utilizadas nas refeições e no dia a dia. Porém, também existe grande quantidade de recipientes cerâmicos utilizados no transporte de produtos como o vinho, o azeite ou preparados piscícolas, este material era conhecido como *instrumentum domesticum*. O termo *instrumentum domesticum* é um tanto impreciso, mas encontra algum consenso entre os especialistas para referir-se à maioria dos objetos portáteis inscritos da antiguidade romana, cujas maiores expressões estão representadas pelas inscrições encontradas em ânforas, impressões em tijolos, telhas e lucernas, além dos selos e grafitos em terra sigillata (HARRIS, 1993, p. 7). A cerâmica era por vezes aproveitada para servir de contrapeso das cargas marítimas com produtos mais rentáveis, como se pode deduzir das evidências recolhidas em naufrágios como foi supracitado.

Contudo, as principais necessidades das cidades, sobretudo da capital do Império Roma, eram de produtos alimentares. A *annona*<sup>32</sup> representou um produto de grande importância para a população em geral e movimentou as relações comerciais romanas. Os cereais eram procedentes de províncias férteis, como o Egito ou a Sicília, tendo em vista que a produção de grãos no em torno de Roma não supria as necessidades de sua população. Esta atividade economia teve grande impacto político durante o Principado. Em capítulo posterior deste trabalho iremos dissecar a importância desta atividade para aquela sociedade.

No entanto, nos parágrafos anteriores realizamos uma pequena digressão em nosso desafio de percorrer a trajetória das várias escolas e seus principais representantes. Este parêntese, em nossa pesquisa, teve a finalidade de ressaltar a importância da arqueologia para a ampliação do estudo da história antiga, buscando entender o amadurecimento econômico da sociedade romana durante a antiguidade, em especial no Alto Império.

## 1.6 Um contraponto fora do circuito anglo saxão

O professor italiano, Mario Vegetti, em 1977, difundiu uma seleção de textos italianos que abordavam a temática “marxismo e sociedade antiga”. Esta iniciativa do professor Vegetti trouxe um novo olhar aos trabalhos de Finley, isto é, criou uma provocação à reflexão marxista e uma ferrenha contestação à teoria sobre a veracidade da economia como um ente independente do espectro social durante a Antiguidade.

Da mesma forma, Vegetti desempenhou um trabalho árduo de relacionar obras e artigos científicos que abordassem a temática. Frente a este desafio amadurece a compreensão da racionalidade econômica segundo a perspectiva dos marxistas italianos. A partir de 1979, este movimento foi capitaneado pelo Instituto Gramsci o qual realizou uma análise bem criteriosa tendo como alvo os historiadores anglo saxões liderados por Finley. (CARNEIRO, 2014, p.29)

Este grupo de trabalho procurou direcionar seus esforços para a pesquisa relacionada ao desenvolvimento da economia da Itália central tirrênica<sup>33</sup> entre o final da República e o Principado, dando ênfase nas transformações ocorridas nas forças e estruturas produtivas,

---

<sup>32</sup> As populações do Mediterrâneo de acordo com L. Foxhall e H. A. Forbes deveriam ingerir percentagens de cereais superiores a 70-75% dos requisitos calóricos diários de um romano. (FOXHALL e FORBES, 1982, p. 71-74)

<sup>33</sup> Esta região fazia limites com os rios Amo ao norte, Tibre a leste e pela península sorrentina ao sul, cf. Pucci, 1985, I, 1,17.

atreladas as atividades desenvolvidas no campo. Segundo a avaliação dos estudiosos da escola o resultado destas transformações foi muito profícuo.

Um dos principais expoentes do marxismo italiano é o arqueólogo e historiador Andrea Carandini. Para o autor, os elementos favoráveis ao progresso econômico romano constituíram-se em um dos principais focos de seu trabalho. Vamos buscar pormenorizar o que seria o limite deste desenvolvimento para os marxistas italianos.

Um primeiro ponto a ser destacado estaria ligado ao desenvolvimento estimulado pelas "manufaturas escravistas" (CARANDINI, 1979, p. 31), que estava compreendido a Itália central tirrênica, como já foi supracitado. Esta configuração geográfica restringia a evolução das forças produtivas e o "modo de produção escravista". O outro ponto a ser destacado estaria atrelado à vertente cronológica na qual o entendimento seria que o "modo de produção escravista" foi responsável pelo desenvolvimento. Mas, este modelo estaria obsoleto e ultrapassado após um curto espaço de tempo.

Porém, uma das principais repercussões do trabalho desenvolvido pela escola italiana foi voltado para o reconhecimento de insuficiências estruturais que limitavam a produção de mercadorias no mundo romano: estes fatores que travavam a produção poderiam ser de caráter internos, inerentes as próprias unidades produtivas, ou estariam ligados a maneira pela qual as unidades rurais eram administradas.

As transformações da agricultura romana no período compreendido, entre o fim da República e o Principado, foram segmentadas em três estados evolutivos de produção: a pequena propriedade camponesa; a média propriedade escravista, centrada em *uillae rusticae* e pôr fim o latifúndio. A comparação feita pelos pesquisadores constatou que a *uillae rusticae*, consagrou-se como o principal núcleo responsável pela expansão das relações mercantis e das unidades produtivas.

Em seu artigo intitulado: "*Columella's vineyard and the rationality of Roman economy*" (1983), o historiador italiano desaprova estudiosos que monopolizaram a racionalidade econômica como paradigma para mensurar a economia praticada durante a antiguidade. Exemplo desta prática foi o próprio Finley. Vejamos o ponto de vista apresentado pelo próprio Carandini:

Por outro lado, não é verdade que as organizações capitalistas procuram maximizar a produtividade, enquanto os pré-capitalistas procuram maximizar ganhos. Seria mais apropriado dizer que em todos os períodos têm procurado maximizar ganhos, mas com diferentes graus de produtividade. A produtividade do capitalismo é certamente a maior até agora, mas não implica que é absoluta. (CARANDINI, 1983, p. 15)

Sua rejeição pelo conceito de racionalidade econômica no mundo antigo baseia-se no pressuposto de que até mesmo as sociedades pré-capitalistas dispunham de certo grau de desenvolvimento. Nesse sentido, da mesma forma que se contrapôs a Finley, o autor também foi contrário às ideias propostas por Gunnar Mickwitz, publicadas em 1937, no artigo “*Economic Rationalism in Graeco Roman Agriculture*”, da revista *The English Historical Review*. Vamos dar voz a Carandini:

Para Mickwitz, o problema se concentra na ausência de categorias e modelos mercantilistas apropriados, e daí a incapacidade subjetiva de parte dos romanos (que eram menos competentes do que nós mesmos). Os romanos da república tardia e do Império tentaram chegar a um fundamento racional para suas escolhas, mas fracassaram pela ignorância, inabilidade de fazer cálculos, e incapacidade de acessar ganhos e planos de produção. (CARANDINI, 1983, p. 178).

A fim de apresentar um contraponto às colocações de Finley e do próprio Mickwitz, Carandini se apoia nas hipóteses apresentadas pelo historiador e economista polonês, Witold Kula, que propunha que a lógica econômica na antiguidade seguia um “modelo bi setorial”, isto é, uma economia com uma vertente natural e outra vertente monetária. A perspectiva natural era realizada por uma unidade independente que possuía uma produção voltada para a policultura. Na direção contrária existia a perspectiva monetária, cuja finalidade era o autossustento e voltada também para a exportação dos seus lucros. Witold Kula utilizou esta lógica para o entendimento da economia medieval para o caso das vilas romanas. Vejamos a proposição apresentada por Carandini:

é necessário aceitar que complexas produções pré-capitalistas são articuladas em dois setores: o natural e o monetário que os cálculos em mercado se aplicam somente ao setor monetário. Segue-se em que os cálculos de propriedade devem ser divididos em dois setores, a divisão que leva a impossibilidade de unificar os cálculos e métodos de estudá-los. (CARANDINI, 1983, p. 184)

Da mesma forma, o historiador, Aldo Schiavone, também italiano, segue os passos de seu compatriota Carandini. Na obra *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*, Schiavone assinala a questão da racionalidade econômica romana. Segundo Schiavone a obtenção de propriedades rurais seguiu uma nova lógica, isto é, quebrou-se o paradigma de que as terras teriam de seguir uma regulação distributiva, que era sistematizada por meio de reivindicações da plebe. Um novo modelo de concentração fundiária passou a ser empregado. Esta inovação viabilizou a operacionalização das vilas e dos latifúndios, proporcionando a implementação de novos modelos de propriedade.

Este caráter dual da economia romana como já foi supracitado exteriorizava os limites e possibilidades que eram factíveis para aquela sociedade. De acordo com Schiavone, a economia desenvolvida em todo o Império Romano consistia em um sistema agrário-mercantil com bases escravocratas, que reunia, em um polo, uma economia mercantil próspera, sendo o alicerce da produção para o mercado, mantendo *o modus operandi* escravista. Percebamos como Schiavone ressaltava a importância do sistema escravista romano como um modelo que dinamizou a economia praticada no Mediterrâneo:

o sistema escravista romano representou – no tocante aos resultados e à organização – de longe a forma econômica mais avançada e unificada dentre as civilizações antigas: o verdadeiro centro propulsor de toda a economia mediterrânea, e sempre foi, do ponto de vista produtivo, substancialmente sem alternativas, tanto teórica quanto práticas. (SCHIAVONE, 2005, p.168).

Já no polo oposto, existia uma economia natural ou de subsistência, que, era direcionada para o autoconsumo com os produtos direto dos produtores ou para as feiras locais, este modelo era o mais disseminado em todo o Império. Esta forma de operar da economia romana proporcionava o abastecimento e a sobrevivência de grande parte dos indivíduos das províncias e da Itália (SCHIAVONE, 2005, p. 100-101). Vejamos um fragmento do pensamento de Schiavone sobre o tema:

No caso de Roma atingiu sua concentração mais espetacular uma forma sem precedentes pela intensidade e duração da acumulação agrária e mercantil fundada sobre os sucessos das conquistas militares sobre a conseqüente redistribuição forçada do trabalho escravo e da riqueza um verdadeiro milagre econômico sem os paralelos no mundo antigo. Toda, a modalidade de cálculo produtivo e de gerência racional de uma fazenda, ou de um empreendimento radicava-se sempre na origem, na vantagem dos militares e dos conquistadores em termos de escravos, impostos ou rotas comerciais. (SCHIAVONE, 2005, p. 122)

É coerente a atitude de Schiavone quando propõem que a “economia de mercado” praticada pela sociedade, durante a antiguidade, garantia a continuidade da economia orientada, sobretudo para as trocas e a circulação mercantil com certa regularidade. Esta prática estimulava o consumo que tinha como conseqüência o desenvolvimento urbano, resultando no emprego de mão de obra servil nas vilas e nos latifúndios (SCHIAVONE, 2005, p. 222). Observemos as palavras do historiador italiano:

economia romana se apresenta como um sistema agrário mercantil de base escravista, onde os três elementos mais importantes, a agricultura, o escravo e a circulação de mercadorias, dependendo intimamente da configuração imperial do contexto político que o envolvia. Os circuitos mercantis, sustentados pela presença de uma ampla

circulação monetária abrangiam todo o Mediterrâneo criando um espaço onde existia um confronto entre demanda e oferta. (SCHIAVONE, 2005, p. 100)

Do acima exposto, podemos constatar que Schiavone é um dos mais destacados integrante do grupo de historiadores da antiguidade e arqueólogos ligados ao Instituto Gramsci, na Itália. Ao longo de toda a discussão proposta pelo autor, é notória a tentativa de um ponto de equilíbrio entre a forma de pensar dos primitivistas com a dos modernistas. Este ponto fica evidente quando ele propõe a discussão a partir de uma visão “dual” da economia.

A principal preocupação do autor é com a caracterização da economia romana. Schiavone alinha-se a percepção de Finley de que a economia no mundo antigo se encontrava num estágio de invisibilidade. Isto pode ser clarificado a partir de duas hipóteses: a primeira seria que o trabalho no mundo antigo se encontrava associado a uma atmosfera de opressão, pois estava correlacionada ao trabalho compulsório; a outra hipótese entendia que a economia não existia enquanto campo autônomo desatrelado da sociedade.

Todavia, a própria lógica desenvolvida pela sociedade romana sobre as questões econômica está muito distante das práticas economias modernas. Mas, este fator não pode inviabilizar ou desencorajar o estudo econômico da antiguidade. O sistema romano possuía diretrizes que viabilizavam as atividades econômicas. No entanto, a fim de interpretar a economia romana era necessário encontrar seus códigos descritivos. A partir desta colocação, Schiavone adota uma postura inovadora e ao mesmo tempo polêmica, pois concorda com aspectos fundamentais da teoria finleyriana, e ao mesmo tempo afasta-se da rigidez proposta por Finley.

Pela discussão proposta neste capítulo, podemos compreender a importância da interpretação das origens teóricas apresentadas por Xenofonte em sua obra *Ho oikonomikos*, e que foi o grande fio condutor para toda a proposição relacionada à economia durante a antiguidade.

A partir da Escola Histórica Alemã e dos tratados agrícolas tivemos a oportunidade de compreender a polaridade da questão entre primitivistas que adotaram um modelo, dividindo em de três etapas sucessivas a evolução da economia: primeiramente a economia doméstica fechada, típica do mundo antigo; a economia urbana, característica da Idade Média e por último a economia nacional, que se desenvolveu nos Tempos Modernos. No outro polo da discussão encontravam-se os modernistas que defendiam a proposta de uma economia antiga que espelhasse as características da Europa moderna e contemporânea. Este posicionamento se opunha ao primitivismo defendido pela Escola Histórica Alemã.

Contudo, nossa proposição neste primeiro capítulo foi mapear e interpretar o processo evolutivo do conceito “economia” e não apenas estar atrelado à dicotomia primitivista verso

modernistas. Cabe salientar, mais uma vez, que apenas a partir de 1890, a Economia se desvincilhou efetivamente da Economia, transformando-se numa disciplina separada das demais ciências sociais e humanas.

Posteriormente analisamos o trabalho do historiador Max Weber que em seus primeiros escritos sobre história antiga demonstrou reticências na comparação da “economia antiga” com o mundo moderno. Outro pensador que mereceu destaque em nossa análise foi Karl Polanyi e sua visão sobre a antropologia econômica. O autor procurou demonstrar a diversidade da realidade econômica entre as diferentes sociedades humanas. Todavia, mais uma vez ressaltou meu alinhamento as teorias polanyanas, em razão do posicionamento do autor de não interpretar toda a estrutura econômica desenvolvida pela sociedade na antiguidade, para atender as necessidades daquele período de acordo com a lógica adotada pela sociedade a partir do século XIX. Polanyi acreditava de acordo com sua base teórica que o sistema econômico deveria permanecer subordinado ao controle da estrutura social e política.

Apesar de nossos esforços não conseguimos dimensionar a relevância intelectual de Karl Polanyi. Este estudioso conseguiu influenciar muitos campos das ciências humanas como a sociologia histórica, a economia política e a antropologia social. Em seu trabalho o autor se mostrou contrário a todo tipo de capitalismo no mundo antigo, por entender, que o mercado autorregulável, principal elemento do capitalismo, esteve ausente do mundo antigo. Por todo este trabalho intelectual desenvolvido por Polanyi, mais uma vez reafirmo o meu alinhamento acadêmico à lógica polanyana.

Por outro lado, não poderíamos nos furtar de analisar a obra de Moses Finley que foi um ícone para os estudos da antiguidade e representou uma verdadeira “revolução” na análise da economia romana, preocupando-se com o que tinha sido produzido até aquele momento pela historiografia.

Outro ponto de destaque foi a convicção de Finley quanto a relevância dos manuais agrícolas, pois segundo o autor o entendimento desses manuais era primordial para compreensão da lógica utilizada no mundo romano, tendo em vista, naquele momento, o cenário ser essencialmente formado por uma racionalidade rural, apesar de parte da população já estar vivendo nas cidades.

No entanto, a visão sobre a economia antiga retratada por Finley tem sido revisitada sobre novos olhares, visto que a concepção sobre o tema “economia antiga” suscitou discussões. Assim, os discípulos de Finley reconheceram as limitações de suas análises e agregaram novas ideias ao trabalho desenvolvido por seu mentor acadêmico.

A partir de Moses Finley, boa parte dos seguidores da Escola de Cambridge partilhou a ideia de ausência de racionalidade econômica no mundo antigo, o que propiciava, portanto, um distanciamento da sociedade capitalista. Este posicionamento rechaçou veemente a possibilidade de comparação quantitativa ou qualitativa entre as economias modernas e a economia romana.

Por fim, os marxistas italianos representados por autores como Andrea Carandini e Aldo Schiavone demonstram que a racionalidade econômica do mundo capitalista não era o único meio de desenvolvimento do mundo antigo, já que as próprias sociedades pré-capitalistas possuíam certo desenvolvimento. Sendo assim, a Escola Marxistas Italiana, personificada nas figuras de Carandini e Schiavone desaprovam estudiosos que monopolizaram a racionalidade econômica como paradigma para mensurar a economia praticada durante a antiguidade.

Nosso intuito nessa breve explanação sobre o processo de amadurecimento da discussão sobre o conceito “economia” durante a antiguidade, procurou criar um embasamento teórico, a fim de viabilizar o entendimento das práticas “econômicas” que auxiliaram a criação de um ambiente favorável ao sucesso dos espetáculos de gladiadores.

Cabe destacar que a repercussão positiva nas arenas perdurou por aproximadamente seis séculos. Esta longevidade dos espetáculos, por si só, dentro de uma sociedade que não dominava a metodologia econômica, não se preocupava com lucro e era voltada para um comércio de subsistência, nos apresentava um cenário pouco viável para o sucesso dos gladiadores nas arenas. Mas, apesar desta conjuntura criaram-se principalmente em Roma um universo lúdico e uma estrutura que deu suporte e viabilizou um dos maiores espetáculos da terra.

No próximo capítulo abordaremos um circuito que englobará diversas atividades que foram fundamentais para dar suporte aos jogos seja no campo, logístico, comercial e humano, mas que acima de tudo ratificaram a importância da “economia” para aquela sociedade, mesmo que o termo fosse ainda ignoto para os romanos.

*“(...) quando o fundador da cidade [Rômulo] ordenou o tempo, dispôs que houvesse 10 meses no ano. Está claro, Rômulo, que conhecia mais as armas do que as estrelas, e que seu interesse em vencer os velhos era maior. Não obstante, César, existe uma razão que o moveu, tendo com o quê defender seu erro. Estabeleceu que era suficiente tempo para o ano o que é suficiente para a criança sair do ventre de sua mãe (...)” (Fastos, L I, vv. 28-43).*

## 2 A PRÁTICA E A VIVÊNCIA DO CAMPO ECONÔMICO

### 2.1 As *nundinae* e sua relação com os jogos

Por toda a Itália romana residentes de diferentes localidades se reuniram por uma série de razões, dentre esta podemos elencar as festas religiosas, espetáculos no teatro, no Circo ou nas arenas. Estas viagens foram facilitadas pelas redes sociais e econômicas e, em particular, por uma característica singular que se fez presente durante os dois primeiros séculos do Império “a paz”. Esta sensação de segurança proporcionou uma estabilidade política que contribuiu para a tranquilidade nas estradas, enquanto a prosperidade geral permitiu às pessoas meios e oportunidades de comércio entre diferentes cidades.

Roma como capital do Império, pode ter sido equipada com um número invejável de serviços, varejo e infraestrutura para atender às necessidades de seus residentes, mas os habitantes de outras cidades em toda a Itália romana às vezes tinham que se aventurar além de sua cidade natal em busca de bens, serviços, e oportunidades. As redes regionais ajudaram essas excursões conectando as cidades da Itália romana, e proporcionado um apoio mútuo entre as cidades.

O tema da interação regional permite-nos olhar para a atividade em Roma, mas também fora da capital e fornece uma perspectiva mais ampla sobre o mundo romano. O funcionamento da economia esteve diretamente ligado a cultura, o que influenciou a vida cotidiana e criou uma estrutura voltada para o entretenimento que propiciou o desenvolvimento econômico das cidades e em particular da capital do Império.

A Península Itálica proporcionou um ambiente que encorajou as viagens locais e promoveu a interação regional. O sistema de estradas<sup>34</sup> permitiu o movimento de tropas e mercadorias por todo o império se capilarizando por toda a extensão e largura da península

---

<sup>34</sup> Roma é o centro da rede rodoviária italiana. *La Noticia de Las Rigionas*, documento topográfico oficial do século IV, faz alusão a 29 itinerários, que, capilarizaram a malha de estradas, interligando as várias regiões da península. Dentro desta rede podemos elencar as de maior relevância para a Península Itálica: a noroeste, a Via Aurelia, a grande estrada costeira do Tirreno, que passa por *Centumcellae*, *Populonia*, *Vada Volatearam*; segue daí para *Vada Sabatia* pela *Via Aemilia Scauri*, e *Via Julia Augusta*, de *Vada Sabatia* ao Var; a nordeste, a Via Flaminia, a principal das vias transversais (do centro da Itália, passando por *Nuceria*, *Fanum Fortunae*, *Ariminum* e continua ao longo da Via Aemilia até *Bononia*, *Mutina*, *Pauna* e *Placentia*; ao sul, a Via Appia, por *Fundi*, *Capua*, *Beneventum*, *Venusia*, *Tarentum*, *Brundisium*, o grande dorsal do sul da Itália, infletindo em sua parte superior, de Roa a Cápua, pela Via Latina. Além disso, a Itália havia se comunicado com a Galia a oeste – Via Aurelia, Emilia, Scami e Julia Augusta - e a via costeira e estradas alpinas - as províncias do Danúbio, a norte e a leste -; Estradas romanas de Splügen, Brenner, Via Pompilia e sua extensão de Arimino a Aquileia e Nauporto, onde se conectava com à rede de estradas da Panônia.

italiana, conectando e fomentando as viagens locais, com comunidades situadas próximas umas das outras.

A estabilidade política contribuiu para a segurança nas estradas, mesmo que de maneira precária, enquanto a prosperidade geral permitiu às pessoas meios e oportunidades para se locomoverem pela região. Abaixo observamos as principais vias que se conectavam à Roma e interligavam a Península Itálica.

Mapa 1 – Rede de estradas da Península Itálica que convergem para Roma



Fonte: ATLAS Geográfico Melhoramentos. São Paulo: Melhoramentos, 2009. - Mapa autoral.

O Professor de história, da universidade de Yale, Ramsay MacMullen, identificou em seus estudos uma grande tendência a utilização da epigrafia durante o período temporal que perdurou o Alto Império. Observemos a colocação do professor MacMullen: “um aumento

pronunciado no número de todas as variedades de inscrição no ... mundo de língua latina” até o final do século II, ponto no qual seguiu-se uma queda acentuada (MACMULLEN, 1982, p. 244). Assim, esta tendência crescente de “monumentalizar” a informação tornou-se popular e virou uma prática a publicação dos horários do dia de mercado, inscritos em pedra<sup>35</sup>. Esta maneira pela qual os romanos se expressaram, trouxe até nossos dias, relatos, nomes, espetáculos de gladiadores, feiras e uma série de atividades de uma vida que ficaram eternizadas sobre os blocos de pedras, em mosaicos ou por meio de grafites nas paredes.

Devido a esta prática, o sistema de dias de mercado, isto é, as *nundinae* tornaram-se uma prática disseminada na Itália central. Isto posto, podemos depreender que esses dois contextos de interação regional: dias de mercado e espetáculos de gladiadores foram fatores que estimularam as práticas comerciais e movimentaram a “economia” desta região. Mas, o que seriam as *nundinae*?

De acordo com a semântica linguística o termo, mercado designa tanto a troca de bens e serviços entre os indivíduos<sup>36</sup>. A atividade de mercado foi desenvolvida de forma orgânica na cidade de Roma, e denominada de maneira *lato sensu* como os dias em que eram realizadas atividades comerciais, recebendo a denominação *nundinae*.

A dissonância na origem das *nundinae* possui algumas interpretações. Uma destas remonta aos etruscos na figura de Rômulo, que, após instituir sacrifícios e colégios sacerdotais, teria estimulado esta atividade na cidade por ele fundada. Outra perspectiva apresentada por Cássio confere seu advento a Sêrvio Túlio, que tinha como objetivo estimular o deslocamento dos indivíduos até as cidades para vender o excedente agrícola ou realizar outras atividades comerciais. Segundo Festus, “os antigos queriam que fosse feriado, para que os camponeses pudessem se reunir para comprar e vender...” (176L, *sv nundinas, feriatum diem esse voluerunt antiqui, ut rustici convenirent mercandi, vendendique causa...*).

O local mais adequado para esta atividade era o fórum. Inicialmente, o *Forum Boarium*, pois era amplo e tinha condições de absorver uma grande quantidade de pessoas, além de central e conhecido por todos.<sup>37</sup> Contudo, com o passar dos séculos o *Forum Romanum* consolidou-se de maneira permanente e a partir de 170 a.C., tornou-se uma área de formato retangular, tendo

<sup>35</sup> (DEGRASSI, [Inscr. It., Vol. 13.2, 49-53], 1963)

<sup>36</sup> Segundo o dicionário Michaelis de língua portuguesa o substantivo masculino mercado corresponde ao Sistema por meio do qual as pessoas compram, vendem ou realizam trocas, geralmente seguindo uma demanda. Local determinado para se realizar a oferta e procura de determinados itens e/ou serviços.

<sup>37</sup> VALERIO MÁXIMO, *Factorum et Dictorum Memorabilium*, 2.4.7: “nam gladiatorium munus primum Romae datum est in foro boario Ap. Claudio Q. Fulvio consulibus. dederunt Marcus et Decimus filii Bruti Perae funebri memoria patris cineres honorando”. Sobre la idoneidad del *Forum Boarium*, J. Le GALL, *Le Tibre dans l'antiquité*, París, 1953, p.95.

em seu entorno basílicas com pórticos sustentados por colunas, que serviam de área de comércio e de grandes decisões políticas para o povo romano<sup>38</sup>. Varrón assinala que o vocábulo *forum* caracteriza o local onde eram debatidas as divergências, *conferente*, e para onde era levado algo que alguém possuía a intenção de vender, *ferente*.<sup>39</sup>

A celebração de *nundinae* na Península Itálica foi extensamente documentada desde os tempos primórdios, contudo, a existência dos índices *nundinarii* demonstram a relevância desta atividade sobretudo nas regiões da Campânia e do Lácio. São inscrições epigráficas que materializaram os dias de realização das feiras nas diversas cidades. Algo similar ao calendário<sup>40</sup> utilizado atualmente.

Destarte, ao examinarmos o objeto (índices *nundinarii*) elaborado pelos romanos, que tinha a finalidade de regulamentar o intervalo temporal entre a realização das *nundinae* ao longo do ano e o revezamento entre as cidades que formavam este circuito percebemos um detalhamento minucioso. Esta pormenorização dos índices *nundinarii* deixa transparecer como a reunião dessas informações possuía uma utilidade funcional muito relevante. No entanto, nenhum dos índices *nundinarii* que chegou a nossos dias está íntegro em sua totalidade, porém o objeto encontrado no sul do Lácio (figura 2) tem grande parte preservada. A parte central do objeto consistia em uma série de sete círculos interligados. O interior de cada círculo é composto por seis pétalas. Cada uma dessas pétalas possui uma numeração em algarismo romano de I a XXX, contendo um orifício.

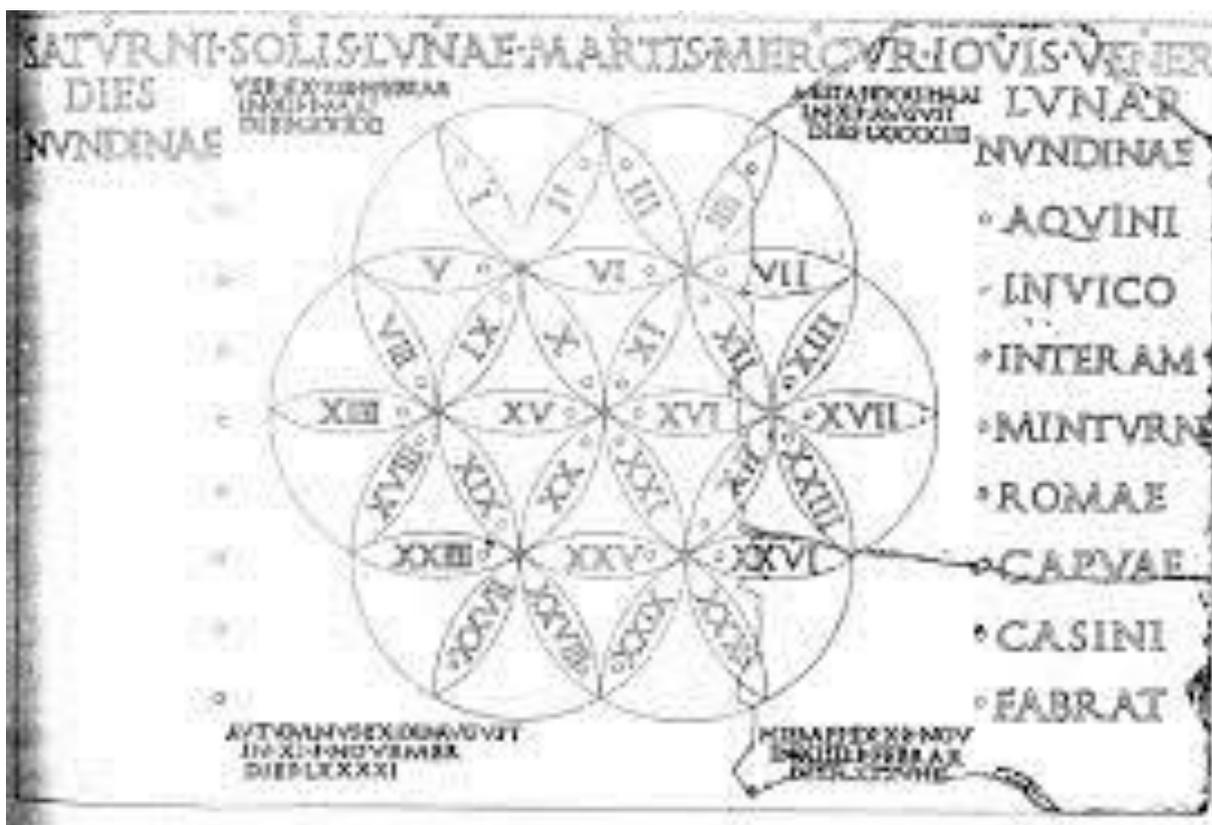
A presença destes orifícios ilustra uma solução prática para acompanhar um calendário repleto de informações que interagem de forma complementar ou independente. Contudo, esta complementaridade atuava em três níveis: os 30 dias do mês, o ciclo de oito dias de *nundinae* e a semana de sete dias (ver anexo I).

<sup>38</sup> PSEUDO ASCONIO, Sobre “la adivinación” de Cícero, 50; CÍCERO, *Philippicae*, 9.7.

<sup>39</sup> DE LING. *lat.*, 5.32. Enumera as praças existentes em Roma: o *Forum Bovarium* (foro dos bois), o *Forum Holitorium* (para vegetais) e, localizado ao longo do Tibre, o *Forum Piscarium* (para peixes). Havia também o *Forum Cuppedinis* ou praça de doces onde se vendiam várias mercadorias. Posteriormente, tudo o que correspondia a comida era reunido em um único lugar chamado *Macellum*. Guillén, J. (*Urbs Roma: vida y costumbres de los romanos*, I, La vida Privada, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1988, p. 23) afirma: “*forum*” significa literalmente “lugar situado fora” e primitivamente dizia-se do recinto que rodeava a casa e o túmulo; e como as feiras e os mercados aconteciam na periferia da cidade, “*fórum*” teve a sorte de indicar “praça do mercado” onde as pessoas se reuniam para fazer comércio ou negócios diversos”.

<sup>40</sup> CIL IV-4.182; DE LIGT., p. 113s; GABBA., p 147 e segs.; GARCIA MORCILLO, p 180.

Figura 2 – *Index nundinarius* do sul do Lácio



Fonte: *Index Nundinarius vici cuiusdam Latii* (Inscr. It. Vol. 13.2, no. 49) de Inscr. It., Vol. XIII fasc. 2, *Fasti et Elogia*, ed. Attilio Degrassi, Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1963.

Outra prática comum era a presença de vendedores ambulantes em tais feiras. As *Nundinae* proporcionaram a formação de redes sociais que se tornaram fundamentais para garantir ao mercador, o acesso às mercadorias, aos portos, as embarcações e dominar as rotas comerciais terrestres. Cícero comenta que para o mercador em viagem era geralmente necessário um contato local que atestasse pela sua credibilidade<sup>41</sup>.

Estudos mais recentes como os de García e Ligt destacam que o aumento das atividades comerciais com o caráter permanente, não teve como contrapartida o desaparecimento das feiras e mercados na capital do Império, estes subsistiram e passaram a desempenhar uma função complementar. Porém, estas mudanças podem ter gerado algumas transformações neste tipo de atividade, evidenciando, por exemplo, a relação entre *nundinae* e vendas em leilão<sup>42</sup>. Nova legislação foi publicada nos dias de mercado e, durante o final da República e início do Império, os leilões passaram a ser realizados no dia das *nundinae* (ANDREAU, 2000; DE

<sup>41</sup> Cic. *II Verr.* 5, p.167.

<sup>42</sup> Os autores GARCÍA MORCILLO, p. 176 e DE LIGT, p. 60, não se alinham às interpretações que defendem o declínio das feiras na Península Itálica durante o Principado, tendo em vista que esta atividade esteve ativa em Roma, durante o período que perduraram dos *Ludi*.

LIGT, 1993, p. 114). Foi em um leilão durante a *nundinae* na localidade de Arpinum, que Cícero comprou uma propriedade para seu irmão (Cícero, Cartas a seu irmão Quintus: 3.1.3).

As cidades mantinham suas próprias *nundinae*, um dia de mercado poderia ser realizado em uma cidade diferente dentro de uma determinada região. Assim, todos os dias do ciclo de oito dias poderia ser contemplado com uma *nundinae* em cidades distintas. Portanto, cada uma das localidades era parte integrante de um sistema de mercado maior (FRAYN, 1993).

Devido ao fato de muitas cidades estarem localizadas próximas umas das outras e grande parte mantinham mercados, o sistema de feiras semanais tornou-se sofisticado para a época. Essa complexidade pode ter exigido documentos como os índices *nundinarii* ou programações do dia de mercado. A principal finalidade desses documentos era coordenar vários sistemas de tempo, incluindo os dias do mês e o registro de horários em que as *nundinae* eram realizados nas diversas cidades.

A lista exposta em cada cidade não precisava ser abrangente para áreas além de sua própria região ou microrregião. Podemos elencar por exemplo localidades distintas, todas do sul do Lácio e da Campânia, que fizeram parte deste sistema de feiras, a saber, Allifae, Suessula, Pausilypon, Pompéia, Atella, Nola, Cumae, Cales, Nuceria.

Todavia, cidades mais distantes também fizeram parte deste circuito, pois ofereciam especificidades de produtos como, por exemplo, Saepinum ofertava ovelhas e produtos de lã ou porque poderiam ser pontos de transferência para outra rede de mercado como Cápua ou Luceria na Apúlia. Observemos o mapa abaixo que nos apresenta algumas cidades que estiveram presentes no circuito comercial das *nundinaes*.



de calendário regional também beneficiou os produtores locais, proporcionando-lhes possibilidades adicionais de expor e negociar suas mercadorias em locais diversificados fora de sua região. Esta prática também favoreceu os consumidores, pois estes ganharam uma oferta maior de produtos de diferentes localidades. A coordenação dos índices *nundinarii* e sua publicação para o benefício do público apontam para um embrião de uma cooperação econômica regional.

Esta interligação propiciou a moradores de diferentes cidades se deslocarem para assistir a jogos de gladiadores em outras localidades. Apropriemos-nos do exemplo do *Amphitheatrum Flavium*, em Roma, que possuía uma capacidade de aproximadamente 50.000 espectadores, apenas uma parcela da população residente na capital do Império, contudo, Roma era uma exceção. Outras cidades possuíam anfiteatros cuja capacidade excedia toda a sua população. A cidade de Pompéia, por exemplo, possuía um anfiteatro que tinha condições de receber até 20.000 espectadores (GOLVIN, 1988, p.33-37 e TOSI, 2003, p. 162-163), porém o efetivo populacional de Pompeia girava entre 8.000 e 12.000 (JONGMAN, 1988, p.108–112; WALLACE - HADRILL, 1994, p.95-98). Esta comparação entre capacidade da arena e residentes na cidade explicita o fato de os espetáculos de gladiadores atraírem o público flutuante que frequentava as *nundinae* e moradores da zona rural próxima às cidades.

Este magnetismo pelos gladiadores durante o Império Romano era incomensurável. Exemplo desta paixão fica claro nos textos do poeta satírico Juvenal que relata uma mulher que abandona seu marido para viver com um gladiador mutilado. O autor fala de *Eppia*, mulher que personifica a *ludia* (amante) marca da infidelidade, que se deita com um infame, sendo ao mesmo tempo seduzida por sua atividade máscula e viril. Observemos os versos de Juvenal:

“...*Eppia* se enleva, e concubina anela  
*Eppia* de Gladiador (*ludia*) apelidada?  
 Porque o tal Sergiozinho começava  
 A rapar do pescoço hirsuta barba;  
 E de um braço, maneta, perde o emprego;  
 O capacete a fronte lhe escava;  
 Bem do nariz em meio um cavalete,  
 Avulta, e tinha remelosos olhos.  
 Sua arte o faz mais belo que um Jacinto.  
 Aos filhos, Pátria, Irmã, ao próprio Esposo,  
 Por isso o preferia. À cinta o gládio,  
 Na mulher que atrativos não desperta.  
 O mesmo Sérgio em demitido sendo,  
 Para ela, qual Vejento seu Esposo...”. (S VI, v 104 -113)

Toda esta adoração era materializada por meio de pavimentos mosaico ou afrescos pintados, e em túmulos pertencentes aos patrocinadores dos jogos. Até os próprios gladiadores

frequentemente destacavam suas façanhas em seus próprios túmulos (HOPE, 2000). Podemos também verificar esta idolatria por meio de imagens de gladiadores que eram integradas à vida cotidiana dos romanos. Imagens que adornavam copos, lâmpadas, cerâmicas e outros utensílios domésticos como espelhos e frascos de perfume (KÖHNE e EWIGLEBEN, 2000). Bem como, as estatuetas de gladiadores era outro indicador de um proeminente comércio de souvenirs que acontecia nas *nundinae* ou nos mercados. Abaixo temos alguns exemplos de objetos comercializados que estão catalogados no anexo B deste trabalho.



Figura 3 – Representação da vitória do Traex.  
Fonte: Museu Arqueológico Nacional de Nápoli



Figura 4 – Representação de um Murmillo  
Fonte: The Metropolitan Museum of Art



Figura 5 – Representação de um Murmillo  
Fonte: The Metropolitan Museum of Art



Figura 6 – Representação de um Murmillo  
Fonte: The Metropolitan Museum of Art



Figura 7 – Representação de um Murmillo em posição de defesa.

Fonte: The Metropolitan Museum of Art



Figura 8 – Copo de Vidro de um combate de gladiadores.

Fonte: The Metropolitan Museum of Art



Figura 9 – Estatueta ou brinquedo de um Murmillo.

Fonte: The Metropolitan Museum of Art



Figura 10 – Fragmento de vidro pintado

Fonte: The Metropolitan Museum of Art

Outra característica que aponta para esta rede regional é quando comparamos a quantidade de anúncios preservados e as várias localidades que divulgavam seus espetáculos. Esta forma de se comunicar com a população demonstrava um padrão nas cidades da Campânia. Eram letreiros de caráter público pintados em tinta vermelha ou preta por *scriptores* (redatores) cuja responsabilidade era afixar essas inscrições nas fachadas dos edifícios, em tumbas ao longo das estradas que levam à cidade ou em outros locais de grande visibilidade para a população em geral. Na aparência, os anúncios de jogos de gladiadores lembram os programas eleitorais

estampadas nas paredes de Pompéia (CHIAVIA, 2002; FRANKLIN, 2001; MOURITSEN, 1988 e FRANKLIN 1980). Abaixo podemos constatar esta mescla de propaganda política com anúncio de jogos de gladiadores. Esta iniciativa reforça a teoria dos espetáculos de gladiadores patrocinados intrinsecamente ligado com a economia e a política.

Figura 11 - Avisos pintados para jogos em Pompeia<sup>44</sup>



Fonte: COOLEY, A.E. e COOLEY, M.G.L, 2014.

Contudo, esta constatação só foi possível devido às assinaturas contidas nos trabalhos e que perduraram no tempo até nossos dias. Vejamos outro exemplo: O anúncio diz: “Uma caça à besta e vinte pares de gladiadores - patrocinados por Marcus Tullius - lutarão em Pompéia, nos dias 4, 5, 6 e 7 de novembro.” (CIL IV - 9980)<sup>45</sup>. Outro anúncio reforça nossa teoria de que as cidades faziam parte deste circuito que articulava as *nundinae* e os espetáculos de gladiadores. Um espetáculo de gladiadores na cidade de Nola, cerca de 25 km de distância de Pompéia, patrocinado por Quintus Monnius Rufus, foi divulgado em Pompéia. Avaliemos o anúncio: Jogos D30 em Nola - 20 pares de gladiadores de Quintus Monnius Rufus lutarão em Nola: 1, 2, 3 de maio. E haverá uma caçada. (CIL IV 3881). Este aviso está pintado de vermelho

<sup>44</sup> Isso mostra uma seção de avisos pintados preservados ao longo da Rua da Abundância, incluindo o final de um aviso de Lucrécio Satrius Valens e seu filho (à esquerda) (D18) e um aviso de Alleius Nigidius Maius (à direita) (D26). No meio está um cartaz político, pedindo a eleição de um Satrius como quinquenal (F2). Este pode muito bem ser o Satrius Valens, cujos jogos são anunciados com destaque nas proximidades, sugerindo como a campanha eleitoral e a oferta de jogos podem estar intimamente interligadas. (COOLEY, A.E. e COOLEY, M.G.L, 2014: D14). (D18) Trinta pares de gladiadores, AD 50-68 = 20 pares de gladiadores de Decimus <Poly(bius?)> Lucrécio Satrius Valens, sacerdote perpétuo de [[Nero]] César, filho de Augusto, e 10 pares de gladiadores de Decimus Lucrécio Valens lutarão em Pompéia em 4(?) de abril. Haverá uma caçada e toldos. (CIL IV 7992). (D26) Jogos comemorativos, AD 59-69? = Na dedicação <Ocella> do opus tabularum de Gnaeus Alleius Nigidius Maius, em Pompeia, no dia 13 de junho, haverá procissão, caça, atletismo e toldos. Saudações a Nigra {foto de uma cabeça}. (CIL IV 7993). (F2) Eleição quinquenal = Peça-lhe para eleger Satrius quinquenal. (CIL IV 7620) Tradução autoral.

<sup>45</sup> [2] Venat (io) et glad (iatorum) par (ia) XX [3] M (arci) Tulli [4] pug (nabunt) [5] Pom (peis) [6] pr (idie) Non (as) No (is) VIII VII Idu (s) Novembr (es)

no túmulo 3 do Fondo Pacífico, próximo ao Anfiteatro de Pompéia. (COOLEY, A.E. e COOLEY, M.G.L, 2014, p. 74)

Abaixo verificamos por meio de duas tabelas apresentadas na obra “*Pompeii and Herculano*” de autoria de COOLEY, A.E. e COOLEY, M.G.L as cidades onde ocorreram jogos de gladiadores. Estas tabelas reafirmam a estreita ligação entre as atividades econômicas, por meio das *nundinaes*, e os espetáculos. Esta afirmação ganha força ao verificarmos o mapa 2, elencado na tese, pois ao confrontarmos o mapa com as tabelas constatamos que as *nundinaes* eram realizadas nas cidades onde ocorriam os jogos de gladiadores. Vejamos as tabelas A1 e A2 (COOLEY, A.E. e COOLEY, M.G.L, 2014, p.289):

Tabela 2 – Avisos de jogos na cidade de Pompeia.<sup>46</sup>

*Table A1.1 Pompeii*

<i>CIL IV number</i>	<i>Source number</i>	<i>Venue</i>	<i>Date of games</i>	<i>Gladiators</i>	<i>Hunt</i>	<i>Other</i>	<i>Duration (days)</i>
1179	D24	Pompeii	24, 25, 26 November	30 pairs plus replacements	✓	V	3
1180	D28	Pompeii	4 July	troupe	✓	V	1
1183		Pompeii	16 May	troupe	✓	V	1
1185		Pompeii	28 March	? troupe	✓	V	1
1186		Pompeii	from 20 April	troupe	✓	V	2?
1189	D21	Pompeii	31 May	troupe	✓	V	1
1194 – AE 2007, 363		Pompeii?	20 May	troupe	✓	V	1
1199		Pompeii	27, 28, 29, 30 November	?	✓	V	4
1989		Pompeii	28 August		✓	bears	1
1989a		Pompeii	5 January			bull	1
2508	D37	Pompeii	1?, 2 May 11, 12, 13, 14, 15 May	results name 30 or more gladiators			2 5
3884	D17	Pompeii	8, 9, 10, 11, 12 April	30 pairs	✓	V	5
7988		Pompeii	4, 5 June	?	?	?	2
7989a		Pompeii	25, 26 February	none	✓	Ath and Sp	2
7992	D18	Pompeii	from 4 April	30 pairs	✓	V	3?
7993	D26	Pompeii	13 June	none	✓	Ath and P	1
7995	D19	Pompeii	from 28 March	30 pairs	✓	V	3?
9974		Pompeii	12, 13, 14 May	?	?	?	3
9980		Pompeii	4, 5, 6, 7 November	20 pairs	✓	X	4
9986		Pompeii	23 and? January	more than 40 pairs	?	?	1+

Pompeii notices of games with dates only partly legible: *CIL IV* 1184 – ?May; 1193 – 5 A[pr] or 5 A[ug]; 9962 (D23) – 30 January or 11 February  
Pompeii notices of games with dates not legible or not given: *CIL IV* 1177 (D27 = 7993?); 1178; 1192; 1192a; 1196; 1200; 1201; (3883 = 1177/7993?); 7986a; 7991 (D25 no date given, = 1179?); 9963; 9965; 9967; 9968; 9975; 9982; 9985

<sup>46</sup> Avisos de jogos de Pompeia com datas apenas parcialmente legíveis: *CIL IV* 1184 –? Maio; 1193 – 5 A[pr] ou 5 A[ug]; 9962 (D23) – 30 de janeiro ou 11 de fevereiro. Avisos de jogos de Pompeia com datas não legíveis ou não indicadas: *CIL IV* 1177 (D27 = 7993?); 1178; 1192; 1192a; 1196; 1200; 1201; (3883 = 1177/7993?); 7986a; 7991 (D25 sem data, = 1179?); 9963; 9965; 9967; 9968; 9975; 9982; 9985. (Tradução autoral do rodapé da tabela A1.1 Pompeia).

Tabela 3 – Avisos de jogos fora da cidade de Pompeia.<sup>47</sup>

Table A1.2 Outside Pompeii

<i>CIL IV number</i>	<i>Source number</i>	<i>Venue</i>	<i>Date of games</i>	<i>Gladiators</i>	<i>Humid</i>	<i>Other</i>	<i>Duration (days)</i>
1204		Nola	from 1 June	30 pairs	?	?	3?
3381	D30	Nola	1, 2, 3 May	20 pairs	✓	✗	3
3382		Nuceria	5, 6, 7, 8 May	20 pairs	✓	✗	4
4299	D53	Nuceria	23 July,	(record of victories			1
		Herculaneum	16 August	by one gladiator)			1
7994	D35	Puteoli	12, 14, 16, 18 May	49 pairs	✗	V	4
9969		Puteoli	? 9 December	?	?	V	1
9970		Puteoli	17, 18, 19, 20 March	20 pairs	✓	Ath	4
9972		Nuceria	31 October, 1, 8, 9 November	36 pairs	✗	✗	4
9973	D34	?Nuceria	230 October	20 pairs	?	?	1
9976		?Cumae	18, 19, 20 May	?	?	?	3
9977		?Cales	5, 7 June	20 pairs	✗	V	2
9983a		Cumae	1, 5, 6 October	20 pairs	✓	V and Cruc	3
10161		Nuceria	21 April	?	?	U	1
<i>AE 1990, 177b</i>		Capua	23, 24 January	40 pairs	✗	V	2
<i>AE 1990, 177c</i>		Forum Popilii	20, 21, 22, 23 May	24 pairs	✓	✗	4

Notices of games held outside Pompeii with dates not legible: *CIL IV 9978* and *CIL IV 1187 + AE 2007, 361* – Nola; 9984 – Puteoli

Most of the inscriptions tabulated here are painted notices of games to be given. Entries in italics indicate other written evidence, e.g. results and scratched messages relating to individuals: these may give the date, but could not be expected to give information about what else may have happened at the games. Several sets of games are advertised as being from a given date; here the number of gladiators usually suggests that the games would have lasted several days (perhaps depending on the weather and/or how quickly the fights ended). We have given an estimate for the duration. A question mark indicates that part of the notice cannot be read. Where crosses appear, the whole notice is preserved, without mention of a particular feature.

For other types of entertainment/facilities advertised: Ath = athletes; Cruc = crucifixions; P = procession; Sp = sprinklings of water; V = *vela* (awning); U = uncovered (i.e. no awning)

Com o decorrer dos séculos às autoridades romanas passaram a exercer o controle sob os locais onde se realizavam as práticas de troca, dada a relevância da atividade para aquela sociedade (BRÜGGEMANN, T. 2004, p. 160). A própria expansão das fronteiras do Império Romano teve participação, mesmo que de forma indireta, no desenvolvimento de mercados locais para abastecer os exércitos.

Ao utilizarmos as expressões feira, *nundinae*, e mercado, *mercatus*, temos de estar atentos a algumas distinções, pois o primeiro vocábulo é conhecido por estar intrinsecamente atrelado a um período temporal, isto é, a uma maior ou menor duração e periodicidade (BRÜGGEMANN, T. 2004, p. 156); além da venda de produtos, nas feiras existia também a

<sup>47</sup> Avisos de jogos realizados fora de Pompeia com datas não legíveis: *CIL IV 9978* e *CIL IV 1187 + AE 2007, 361* – Nola; 9984 – Puteoli.

A maioria das inscrições tabuladas aqui são avisos pintados de jogos a serem dados. As entradas em itálico indicam outras provas escritas, por ex. resultados e mensagens riscadas relacionadas a indivíduos; podem fornecer a data, mas não se pode esperar que forneçam informações sobre o que mais pode ter acontecido nos jogos. Vários conjuntos de jogos são anunciados como sendo de uma determinada data; aqui o número de gladiadores geralmente sugere que os jogos teriam durado vários dias (talvez dependendo do clima e/ou da rapidez com que as lutas terminaram).

Nós demos uma estimativa para a duração. Um ponto de interrogação indica que parte do aviso não pode ser lida. Onde aparecem cruzeiros, todo o aviso é preservado, sem menção de uma característica específica.

Para outros tipos de entretenimento/instalações anunciados: Ath = atletas; Cruc = crucificações; P = procissão; Sp = borrifos de água; V = vela (toldo); U = descoberto (ou seja, sem toldo). (Tradução autoral do rodapé da tabela A1.2 fora de Pompeia).

relação de troca de mercadorias. Já o mercado caracterizou-se, ao longo do tempo, por um local fixo e destinado apenas a venda de produtos.

Ao nos referirmos a instituição mercado devemos estar atentos que esta prática comercial se desenvolvia em áreas públicas como os fóruns e praças, mas também ocorriam em propriedades particulares. De acordo com o compêndio de leis romanas conhecidas como *Digest*, a realização de mercados particulares já era uma prática nos tempos da República. Esta atividade fica clarificada de acordo com um parecer emitido por Quinto Mucio Scaevola, que nos apresenta a interpretação de uma mulher que delega ao seu herdeiro, os dividendos advindos de sua sala de jantar e celeiro. Esta transação deveria ser consumada após a sua morte e entregue dez denários nos dias da feira ao padre, ao sacristão e aos libertos do templo<sup>48</sup>.

Da mesma forma, Suetônio retrata que o imperador Cláudio solicitou anuência aos cônsules a fim de estabelecer mercados em suas propriedades particulares. Vamos dar voz ao autor dos Césares:

Ele obteve dos membros como um favor o privilégio de trazer consigo o prefeito da guarda pretoriana e os tribunos dos soldados, e a ratificação dos atos judiciais de seus agentes nas províncias. Ele pediu permissão aos cônsules para realizar feiras em suas propriedades particulares. Ele frequentemente aparecia como um dos conselheiros em casos julgados perante os magistrados; e quando davam jogos, ele também se levantava com o resto da plateia e mostrava seu respeito com aclamações e aplausos. (SUETÔNIO, L V, v 12)

Este relato trazido por Suetônio materializa as diversas motivações dos grandes senhores para autorizar a realização de mercados em suas propriedades, sendo uma delas o lucro econômico<sup>49</sup>.

As feiras realizadas na Península Itálica tinham como uma de suas principais características a atmosfera voltada para o local de realização, diferentemente das empreendidas, por exemplo, na Ásia ou até mesmo na Grécia<sup>50</sup>. Na península italiana se desenvolveram feiras associadas as

---

<sup>48</sup> D. 33,1,20 (Scaevola livro 18 digestorum). Cuiacii esclarece (*op. cit.*, t. 7, p. 1.324) que a instituição deve ter tido a permissão do príncipe – seria mais correto entender a dos cônsules ou do Senado, já que era a época republicana- *well sine permissu principis nec in agro suo instituere nundinas licet*. Observe Marco Simón, F., *Ante dies novem*: sobre um lapso temporal mencionado em alguns textos mágico-religiosos, em “Pal. Hisp.” 10, 2010, pág. 583, observamos um novo alcance da expressão *dies nundinarum*, elencado por vezes para referir-se à efetivação de um compromisso ou contrato. Este mesmo significado é observado em uso D. 45.1.138, pr.

<sup>49</sup> SHAW, B. E., *Rural markets in North Africa and the political economy of the roman Empire*, “*Antiquités africaines*”, 17, 1981, p. 57, retira a intencionalidade da obtenção de benefícios econômicos diretos por meio da cobrança de tributos sobre transações ali realizadas. Efetivamente, a legislação imperial os impede (C. 4,60,1), bem como o interesse do comércio. DE LIGT, *op. cit.*, p. 168, elenca possíveis rendimentos econômicos provenientes de forma indireta, como a locação de tabernas a comerciantes para montarem suas tendas.

<sup>50</sup> GABBA, *op. cit.*, p. 155 aponta uma interpretação para este aspecto considerando menos relevante se comparados com os templos gregos, pois aqueles não possuíam as estruturas econômicas e administrativas independentes.

festas religiosas (CAGNAT y BESNIER, 1969, p. 1770) como por exemplo as de Fregellae<sup>51</sup>, ou na própria capital do Império, dando continuidade aos jogos (*Ludi Apollinares* em julho, *Romani* em setembro e *Plebei* em dezembro). As feiras *Campus Macri* (ORTALLI, 2012, p. 197) e *Cremona* e, de menor alcance, a feira *Consilinum*<sup>52</sup>. Contudo, todas demonstraram a força e a relevância desta atividade para todo o Império.

A condição primordial para o desenvolvimento e prosperidade do comércio estava atrelado a segurança e a paz por todo o Império, como elencamos anteriormente. Assim surgem as regras de “paz do mercado”, condição que impõem ao Estado a obrigação de intervir, determinando quem pode ocupar o mercado e onde iria acontecer.

Da mesma forma, as autoridades estabeleceram regras de policiamento e nomearam magistrados específicos que tinham por obrigação fazer valer o cumprimento das diretrizes emanadas pelo Estado<sup>53</sup>, tendo também como atribuição estabelecer normas de segurança das estradas de ida e volta (GARCÍA DE VALDEAVELLANO, L.G., 1975, p.167), pois de maneira geral as vias que ligavam as cidades eram propensas a roubos, o que desencorajava o comércio nas feiras. Outro aspecto essencial da intervenção do Estado era a cobrança de impostos pelas atividades realizadas no mercado.

A primeira menção que retrata a instituição mercado é a Lei das XII Tábuas, que, ao regulamentar *a legis actio per manus iniectioem*, determina que dentro do prazo de sessenta dias o devedor deve permanecer em poder do credor, para o conduzir ao mercado carregado de correntes para três *nundinae*, caso alguém concordasse em pagar sua dívida (Tabelas XII, 3.5)<sup>54</sup>. A existência de dias de mercado também foi, desde o início, atrelada aos atos de publicização, e para isso eram exigidos três dias de mercado. De fato, o *trinundinum* consistia no período temporal que perfazia entre a publicação do projeto (*rogatio*) e sua votação; entre a proclamação das candidaturas - que ocorriam em dia de mercado - e a eleição dos magistrados; entre a acusação de um cidadão e a acusação pela assembleia. No entanto, não existe unanimidade quanto a qualificação dos *nundinae* como *fasti* ou *nefasti*.

<sup>51</sup> STRABON, 5.3.10; DE LIGT., *cit.*, p. 59

<sup>52</sup> Na feira *Consilinum* os pais negociavam seus filhos como escravos com a finalidade de livrá-los do trabalho pesado dos campos, mesmo contrariando as ordens dos imperadores. (cfr. Gabba, *cit.*, p. 159).

<sup>53</sup> Na Grécia clássica, os homens que realizavam estas atividades eram intitulados *agoranomoi*.

<sup>54</sup> ERAT AUTEM IUS INTEREA PACISCENDI AC NISI PACTI FORENT, HABEABANTUR IN VINCULIS DIES SEXAGINTA. INTER EOS DIES TRINIS NUNDINIS CONTINVI AD praetorem IN COMITIUM PRODVCBANTUR, QVANTAEQUE PECVNIAE IVDICATI ESSENT, PRAEDICABATVR. TERTIIS AVTEM NVUNDINIS CAPITE POENAS DABANT, AVT TRANS TIBERIM PEREGRE VENVM IBANT (Gell. 20.1.46.47; Girard-Senn, *Les lois des Romains*, 7ª ed., Jovene ed., Camerino, 1977, p. 34) - Nesse meio tempo, havia o direito de negociar e, a menos que fossem acordados, eles eram mantidos na prisão por sessenta dias. no mesmo dia, três feiras continuamente produziram para o maior da associação, e previa quanto dinheiro foi atribuído. as feiras do terceiro dia pagas e se afastariam de tibers (Tradução autoral).

Os magistrados, em Roma, que possuíam encargos de poder de polícia no mercado eram conhecidos como os *ediles curules*<sup>55</sup>, a estes homens competia a missão de ajuizar as querelas em que se envolviam a *cura urbis* e a *cura annonae*<sup>56</sup>. Esses magistrados estabeleciam em seu edital a responsabilidade de elencar os defeitos e imperfeições da mercadoria, as taras na negociação de animais e escravos. A fim de sancionar o negociante delinquente esta autoridade lançava mão das ações *redhibitoria*<sup>57</sup> e *quanti minoris*<sup>58</sup>.

Desta forma, paulatinamente o Estado foi crescendo seus tentáculos e interferindo nos mercados por meio da cobrança de impostos e regulamentações. Huvelin faz a referência aos impostos de alcance geral que recaíam sobre os produtos negociados nos mercados, como o *centesima rerum venalium*<sup>59</sup>, implementado por Augusto, que tinha como finalidade taxar<sup>60</sup> a venda de terrenos, edificações, leilões e animais, o *portorium*, imposto sobre circulação de mercadorias e o *quinta et vicesima v enalium mancipiorum* sobre a negociação de escravos<sup>61</sup>.

Assim, a partir desta perspectiva procuraremos a seguir, valorar de maneira aproximada o preço de um gladiador. Posteriormente buscaremos algum tipo de comparação, com a finalidade de retificarmos ou ratificarmos a grandiosidade deste tipo de espetáculo.

## 2.2 Valor econômico dos gladiadores

Ao buscarmos entender a lógica e o desenvolvimento espacial das *nundinae* nos deparamos com uma estrutura que realizou a interconexão entre diversas cidades da Península Itálica, estimulando as relações comerciais e que diretamente estiveram relacionadas com os espetáculos de gladiadores.

---

<sup>55</sup> Magistrado incumbido pela inspeção de bens e serviços públicos na capital do Império, este cargo foi introduzido a partir de 483 a.C., com a finalidade de dar suporte ao tribuno da Plebe.

<sup>56</sup> PUGLIESE, G. *Il Roman processo civil. II- Il processo formal*, t. I, Giuffré ed., Milano, 1963, p. 106-107 e 143. A competência do *edil curule* era regulamentada por meio de elementos materiais, a saber, morte ou lesão de homem livre em função de animais, conclusão de contratos no mercado. Em contrapartida, a missão do pretor era estabelecida por elementos ligado a cidadania entre as partes.

<sup>57</sup> Ação de anular uma venda, quando o objeto adquirido apresenta algum tipo de tara.

<sup>58</sup> Ação na qual o comprador verifica a existência de uma tara no objeto comprado e reivindica a diminuição ou o abatimento do valor do objeto adquirido.

<sup>59</sup> Imposto que incidia em 1% sobre as mercadorias vendidas em leilão.

<sup>60</sup> A base de cálculo tributável era o preço de aquisição. A alíquota, inicialmente de 1%, foi reduzida por Tibério para 0,5%, teve uma suspensão temporária durante o reinado de Calígula para Nero, e a posteriori elevada para 1%. Diocleciano aumenta o tributo em 2,5%.

<sup>61</sup> Que arcava com os impostos eram os compradores. A partir de então Nero determinou que o imposto seria pago pelos vendedores. A alíquota seria de 4% sobre o preço de venda; com o passar do tempo, a tributação chegou ao patamar de 20%.

Na seção anterior, podemos verificar a importância desta rede de cidades que proporcionavam uma infraestrutura para a venda de produtos agrícolas, terrenos, objeto de uso cotidiano, suvenires e até mesmo escravos. Assim, nos deparamos com uma atividade que movimentava a “economia” na Campania e no Lácio, proporcionando um deslocamento de pessoas ligadas a este tipo de atividade ou apenas para assistir os espetáculos nas arenas.

Desta forma, podemos inferir que os espetáculos eram grandiosos. No entanto, ao realizarmos esta afirmação temos de levar em consideração o tamanho de cada cidade, pois cada uma destas localidades possuía um quantitativo populacional, porém como já foi apresentado na seção anterior, parte da assistência dos espetáculos não eram residentes naquela cidade. Este fenômeno fica bem claro quando verificamos que as arenas possuíam mais lugares do que habitantes.

Mas, se os espetáculos eram vultosos e movimentavam grande quantidade de recursos materiais e de pessoal, como poderíamos saber a condição financeira dos gladiadores? Sendo assim, esta documentação, que chegou até nós, revela que a mão de obra especializada que produzia esta memória (epitáfios) era dispendiosa, o que mais uma vez reforça a condição financeira alcançada por alguns gladiadores.

Para isso, realizamos uma análise qualitativa de epitáfios de gladiadores e familiares. Estes recortes do passado nos remetem sentimentos vividos por estes homens e mulheres que externaram a atmosfera daquela sociedade, sem qualquer tipo de interpretação ou eufemismo. Assim, procurando aprofundar nossa pesquisa nós nos apoiamos em estudos realizados pela Professora Valéria Hope, no qual a especialista apresenta sua visão sobre a morte romana, incluindo costumes funerários, monumentos funerários e rituais de luto. Vamos dar voz à Dr<sup>a</sup> Hope:

Para os enlutados, uma parte essencial de seu papel em encontrar um lugar para os mortos era a promoção da memória. Isso muitas vezes implicava o reconhecimento implícito de que suas memórias dos enlutados eram pessoais e, portanto, temporárias. Uma gama de opções estava disponível para manter os nomes dos mortos vivos, por exemplo, epitáfios, túmulos, estátuas, edifícios e fundações de caridade (HOPE, 2017, p. 58)

Os epitáfios também nos relatam quais eram os tipos de gladiadores mais comuns, informações sobre suas famílias e suas origens. Contudo, o mais relevante era que todas estas informações disponibilizadas era a “voz” dos próprios infames, familiares ou amigos e não uma interpretação de uma terceira pessoa. Outro dado interessante é que mais da metade dos gladiadores rememorados nos epitáfios eram trácios, *murmillones* ou *retiarius*. (HOPE, 2000, p.96). Observemos alguns epitáfios selecionados que exemplificam nossa afirmação:

O epitáfio faz menção a um gladiador nascido em Locres, filho de Telamon que morreu de velhice em Tasos, sendo invicto nas arenas e tendo sua vida poupada por demonstrar vigor e energia em algumas ocasiões. Foi enterrado por sua esposa. Deste documento podemos extrair várias informações como por exemplo o local de nascimento de Ajax, sua nacionalidade, que ele possuía uma família, que morreu de velhice dentre outras informações. Estes fatos desmentem várias narrativas de que os gladiadores sempre iam as arenas para morrer e que estes guerreiros não possuíam família e que possuíam uma vida efêmera.

Epitáfio de Ajax

Datação: Período Imperial

Região de descoberta: Tasos.

Texto

ὁ Λοκρὸν Αἴαντά με κα -  
 θορᾶς οὐδ' αὖ Τελαμῶνι -ον,  
 ἀλλὰ τὸν ἐν σταδίοις  
 ἀρέσαντα ἀρηίοισι νείκε -  
 σιν, ψυχὰς πολλὰς σώ -  
 σ<α>ντα κρατερῶς ὑπ' ἀ -  
 νάνκηην, ἐλπίζων καὶ -  
 τὸς ὅτι κάμοι τις ταῦτ' ἀ -  
 ποδώσει· καί με κατέ[πε] -  
 [φν]εν ἀντίος οὐδεῖς, ἄλ - λ'  
 ἰδίῳ ἔθανον, καί με ἄλο -χος  
 σεμνὴ ἔνθα θέ -  
 το Θάσου εἰς πέδον  
 [ἀ]γνόν. Καλλιγένεια Α[ῖ]-  
 [α]ντι ἀνδρὶ ἰδίῳ μνήμ -  
 ης χάριν.<sup>62</sup>

Tradução autoral

Não é Ajax de Locres que você vê aqui, nem o filho de Telamon, mas aquele que, no anfiteatro, soube agradar nas batalhas de Ares, poupando muitas vidas por sua energia nesses momentos de angústia, na esperança que para mim outro retribuiria. E (de fato) nenhum adversário me fez cair sob seus golpes, pelo contrário, tive uma bela morte e minha esposa irrepreensível aqui me deitou na terra sagrada de Tasos.

Da mesma forma, destacamos o epitáfio de Skirtos, um *retiarius*, de origem dácia que participou de seis confrontos. Em seu epitáfio observamos toda sua indumentária de combate na arena. O gladiador morreu na arena e foi homenageado por amigos ou familiar não identificado.

<sup>62</sup> ROBERT.L., *op cit.* (1940), n.55. IG XIII, suppl 479.

Texto	Tradução autoral
<p>κίρτος Δακήσις  ἐλεύθ(ερος) παρμῶν  ἔξ, παρὰ μοῖρ –  αν ἀπελθῶν. κεῖμ –  αι δ' εἰν Τόμει, τὸν τάφον  οἶκον ἔχω –  ν. Ἐρρ(ῶσθαι) ὑμᾶς εὐχομαι.<sup>63</sup></p>	<p>Skirtos, de origem dácia, homem livre, parmati. Levado pelo destino após 6 batalhas, deito-me em Tomis, tendo este túmulo como minha casa. Fique bem, eu oro por você!</p>

Outro epitáfio selecionado por nós foi encontrado em Tomis. Por meio dele procuramos exemplificar a prática comum à época na qual o próprio gladiador ou seus familiares buscavam rememorar as façanhas vividas na arena. No exemplo em questão observamos uma homenagem a um *retarius* que obteve um número expressivo de vitórias ao longo de sua vida de e que foi enterrado por um amigo chamado Orestes.

Texto	Tradução autoral
<p>Ἀργοῦτος ἐνθάδε φῶ  κεῖμερήτιάριος νει(κῶν) ζ'.  θάπτε δέ με Ὀρέστης  μνείας χάριν. Χαῖρε  παροδεῖτα.<sup>64</sup></p>	<p>Eu, Argoutos, estou aqui, <i>retarius</i> com 200 vitórias. Orestes me enterrou aqui, em memória. Olá caminhante.</p>

Assim, ao longo de nosso trabalho elencamos outros epitáfios, a fim de ratificar o quanto esses documentos são relevantes para entendermos a lógica da família gladiatória, pois, como já foi dito anteriormente, ao lançarmos mão estas “memórias” damos voz ao ator principal de todo este espetáculo, o gladiador, e ao mesmo tempo temos condições de verificar o quanto os jogos movimentaram a economia por todo o Império Romano.

Destarte, selecionamos epitáfios (Anexo H) que foram patrocinados pelos próprios infames, seus familiares e ou amigos. Esta característica por si só ratifica que os espetáculos movimentavam a economia, tendo em vista que estes homens e mulheres que estavam abaixo da base da pirâmide social, principalmente, em Roma e nem eram considerados cidadãos, tinham condições de patrocinar a confecção de epitáfios muitas vezes com certo grau de detalhes e sofisticação.

<sup>63</sup> BUDDE, L and NICHOLLS, R. A Catalogue of the Greek and Roman sculpture in the Fitzwilliam Museum, Cambridge, p.83, n.134, pl.44, 1964

<sup>64</sup> ROBERT.L, op cit. (1940), n.45.

A partir desta constatação buscaremos verificar o valor financeiro de um guerreiro das arenas. Para isso, adotamos a estratégia de elencar produtos que existiram na capital do Império e que ainda estão presente na nossa dieta. Assim, nos apropriamos dos valores e quantidades de produtos, a fim de realizarmos uma proporção métrica e levantarmos o valor aproximado de um gladiador.

Assim, a fim de buscarmos referências nos baseamos no Edito de Diocleciano sobre preços máximos<sup>65</sup>. Este documento nos forneceu parâmetros de comparação com produtos atuais. Sendo assim tomaremos como base o vinagre. Este “vinho azedo” é um contaminante indesejável na fabricação do vinho, mas, que era utilizado como tempero para os alimentos. Esta prática é utilizada até os nossos dias, diferente de outros produtos como o *garum*<sup>66</sup> que acabou caindo em desuso não tendo grande relevância nos dias de hoje.

Edito de preços de Diocleciano<sup>67</sup>

#### Sumário:

I Leguminosas e cereais	XX. Salários para bordadeiras
II. Vinho	XXI. Salários para tecelões
III. Azeite, sal etc.	XXII. Salários para pisoteadores
IV Carne	XXIII. Seda
V. Peixe	XXIV. fio roxo
VI. Legumes, frutas	XXV. Lãs
VII. Remunerações	XXVI. Lençóis
VIII. Peles, couro	XXVII. Lençóis
IX. Sapato	XXVIII. Lençóis
X. Artigos de couro	XXIX. Têxteis roxos
XI. Produtos feitos de pele de camelo e cabra	XXX. Ouro e prata
XII. Madeira	XXXI. Escravos
XIII. pentes, fusos	XXXII. Gado

<sup>65</sup> Mesmo estando fora do recorte temporal é importante nós valermos do Edito de Preços Máximos (301 d.C.) promulgado pelo Imperador Diocleciano, pois trata-se de um documento oficial que foi obrigatório em todo o Império Romano para estabilizar a moeda e minimizar os efeitos da grave crise econômica. O descumprimento do edito era considerado um crime sentenciado com a morte.

<sup>66</sup> Condimento muito apreciado no Império romano produzido a partir das vísceras de peixes, moluscos e crustáceos e armazenados em salmoura durante um período de dois meses até ser comercializado.

<sup>67</sup> Transcrição de Crawford & Reynolds de acordo com a cópia de Aezani do Price Edict que foi publicada em 1979 em ZPE, Crawford & Reynolds 1979, p. 163 -210.

- XIV. postes, lenha  
 XV. Vagões, ferramentas de madeira, metais e terracota, cerâmica  
 XVI. Marfim, agulhas  
 XXXIII. Mármore e outras pedras  
 XXXIV. Animais selvagens  
 XXXV. Para ceras e resinas, etc

Do sumário do Edito de preços de Diocleciano selecionamos um pequeno extrato da sessão III óleos, a fim de termos um termo comparativo em valores monetários.

Nº. no edita l	Item	Quantidade	Preço em denarius <i>communis</i>
5	Vinagre	1 sextarius (litro)	6

Tabela 4 - Extrato, da sessão III óleos, do Edito de preços de Diocleciano

Sestercíos <sup>68</sup>	EUR O	REAL 2021
24	6,13 €	R\$ 40 (valor médio)

Tabela 5 - Valores convertidos em Sestércios, Euro e Real (Tabela autoral).

Gráfico 3 - Cotação de fechamento (EURO – REAL) Índice diário – 2021



Fonte: BACEN - Banco Central do Brasil – acessado em 29 de out de 2021.

O produto elencado com seu respectivo valor médio serviu como base para traçarmos um paralelo com os tempos atuais e assim podermos dimensionar mesmo que de maneira

<sup>68</sup> O sestércio correspondia ¼ do valor do Denário. O Denário era de fato a moeda corrente em circulação.

relativa o volume de recursos que envolviam os espetáculos e sua importância para a economia romana. Contudo, não podemos perder de vista que a sociedade romana era uma sociedade escravista. Conceito trazido por Moses Finley em sua obra “Escravidão antiga e ideologia moderna” de 1980. Na qual o autor sustenta o posicionamento de que Roma desde o III a.C. possuía uma sociedade em que a escravidão era por si só uma instituição fundamental para o fortalecimento da economia e, influenciando o modo de vida dos patrícios romanos que usufruíam das benesses produzidas pelo trabalho escravo.

Destarte, o comércio era apenas uma parte do lucro desta elite, pois os patrícios romanos não enxergavam a atividade comercial como uma prática que ofertasse status. Sendo assim, a elite romana criou ao longo dos séculos um ambiente favorável para o estabelecimento de uma sociedade escravista e usufruía dos ganhos gerados por esta mão de obra. Isto posto, podemos entender a evergesia como a materialização dos resultados no campo político e econômico, pois está sendo oferecida ao povo para a manutenção do status quo da elite dominante e os jogos de gladiadores davam legitimidade a esta prática e retro alimentava todo este sistema. (VEYNE, 2015).

Assim, desde os tempos republicanos, os edis e pretores eram subsidiados pelo Estado, isto é, parte das despesas dos espetáculos não era oriunda de seus recursos. Estas autoridades recebiam uma quantia fixa do Tesouro, a fim de “editarem” os jogos com todo o luxo e glamour, no entanto, este subsídio era insuficiente. Contudo, mesmo utilizando parte de seu tesouro pessoal os romanos achavam normal seus magistrados patrocinarem estes espetáculos e até mesmo presidi-los pessoalmente. Esta evergesia desempenhada pelos patrícios romanos possuía características específicas e muitas delas apenas empregadas em Roma. (VEYNE, 2015).

No entanto, este cenário muda completamente no início do principado, pois o Imperador evoca para si grande parte das evergesias na cidade de Roma. Esta medida reforça a ideia que os espetáculos na capital do Império possuíam um valor acima das demais cidades do Império Romano. Observemos o que Paul Veyne destaca da atitude tomada por Augusto com relação ao monopólio das evergesias:

Em Roma havia uma herança republicana que incomodava a exclusividade imperial e que foi preciso suprimir ou limitar. Foi obra de Augusto; ele pôs fim às evergesias republicanas, dividiu com os magistrados o direito de oferecer espetáculos, reservou para si o quase monopólio das construções públicas e embelezou Roma para que ela fosse digna de ser a capital de sua monarquia. Essa história parece pouco conhecida e vamos contá-la com algum detalhe; esse detalhe é complicado; antes de reservar o monopólio do evergetismo em Roma a seu mecenato, Augusto começou estimulando o mecenato de seus próprios tenentes; tanto que o desaparecimento do evergetismo

privado em Roma sucede, sem transição, o seu apogeu. O que pode ser explicado: Augusto foi ao mesmo tempo chefe de partido e chefe de Estado; o chefe de partido estimulava seus partidários a conquistar os corações da plebe para o partido, mas o soberano não se afastava imediatamente do chefe de partido, o que explica a peripécia inicial. (VEYNE, 2015, p.708)

O valor dos gladiadores em Roma forçou a limitação de gastos. Desde Augusto algumas ações foram implementadas, com o objetivo de diminuir os custos dos espetáculos, porém sua eficácia foi diminuta devido ao aumento de artigos de luxo utilizados nos espetáculos e à falta de continuidade a estas medidas (CAVALLARO, 1984). Observemos o valor de alguns gladiadores utilizados por Tibério para prestar uma homenagem a seu avô e seu pai respectivamente:

Ele ofereceu um espetáculo de gladiadores em memória de seu pai, e um segundo em homenagem a seu avô Druso, em diferentes momentos e em diferentes lugares, o primeiro no Fórum e estes últimos no anfiteatro, induzindo alguns gladiadores aposentados a aparecer com o resto pelo pagamento de cem mil sestércios<sup>69</sup> para cada um. (SUETÔNIO, Tib,7).

O valor despendido por Tibério segundo Suetônio se convertemos, para os dias atuais, seria algo em torno de € 50.000,00 ou R\$ 326.000,00 por gladiador. Cabe destacar que este valor pago segundo o historiador era por gladiadores aposentados. Sendo assim, o montante por gladiadores na ativa seria mais dispendioso.

Assim, no ano de 57 Nero desautorizou os governadores das províncias de planejar *munera*, valendo-se das arrecadações das cidades. No entanto, no ano subsequente autorizou que os siracusanos ultrapassassem o quantitativo máximo de gladiadores estabelecido por Augusto e Tibério. Suetônio nos traz a ação de Tibério em diminuir os custos dos espetáculos: “Ele reduziu o custo dos jogos e espetáculos diminuindo o salário dos atores e limitando os pares de gladiadores a um número fixo”. (SUETÔNIO, Tib. 34,1).

Ainda, de acordo com os relatos de Suetônio podemos por meio do Imperador Calígula constatar os vultosos recursos que eram empregados, a fim de adquirir uma *famiglia gladiatoria*. Observemos o que relata Suetônio ao apresentar os números de um leilão de treze gladiadores:

Submeteu e vendeu em um leilão que anunciara, os gladiadores que restavam dos espetáculos, pessoalmente solicitando lances e fazendo-os subir tão alto, que alguns que foram forçados a comprar artigos a um preço altíssimo e foram despojados de seus bens, cortaram as veias. Um conhecido incidente é o de Aponius Saturninus; ele

---

<sup>69</sup> Suetônio utiliza em seus textos o sestércio como valor monetário. Assim, durante nosso trabalho faremos a conversão, quando for o caso, de denário para sestércio.

adormeceu em um dos bancos, e como o leiloeiro foi avisado por Calígula para não ignorar, de forma alguma, o cavalheiro pretoriano que não cessava de acenar com a cabeça; a licitação ainda não havia terminado, até que treze gladiadores, por nove milhões de sestércios. Lhe tinham sido confiados sem o seu consentimento. (SUETÔNIO, Cal. 38).

Evidentemente, o valor pelo qual os gladiadores foram arrematados era exorbitante, mas sobretudo demonstra que o *munera* teria condições de alcançar valores exagerados em Roma durante o Alto Império.

Esta manobra executada por Calígula nos dá uma noção de quanto valeria um gladiador em Roma durante o Alto Império. Os 13 gladiadores saíram por um valor de 9.000.000,00 HS (nove milhões de sestércios). Se dividirmos este valor pela quantidade de gladiadores chegaríamos a um valor de 692.307,69HS. A fim de trazermos este valor para os dias atuais em EURO nos valeremos das proporções que buscamos ao procurar um produto que ultrapassou os séculos e chegou a nossos dias o vinagre. Assim, podemos constatar que 1 litro de vinagre era vendido por 6d (seis denários) ou 24 HS vinte e quatro sestércios, o que corresponde atualmente a um valor médio de R\$ 40,00 (quarenta reais), buscando a cotação em euros chegaríamos a um valor de 6,13 € (seis euros e treze centavos de euro) como já foi supracitado. Sendo assim, obedecendo a estas cotações chegamos ao valor do gladiador em Euro, algo em torno de 172.076,92 €. Ainda, procurando uma relação em reais para os dias atuais chegaríamos a um valor de R\$ 1.121.941,59.

Contudo, buscando materializar em termos atuais, propomos uma comparação dos gladiadores vendidos no leilão relatados por Suetônio com os dez maiores jogadores de futebol da atualidade.

Tabela 6 – O valor em EURO dos 10 jogadores mais valorizados do mundo nos dias atuais

NOTÍCIAS    TRANSFERÊNCIAS & RUMORES <b>VALORES DE MERCADO</b> COMPETIÇÕES    FÓRUNS    MEU TM						
Compacto		Tabela completa	Galeria			
#	Jogadores	Idade	Nac.	Time	Valor de mercado	
1	<b>Kylian Mbappé</b> Centroavante	22			160,00 mi. € ▬	
2	<b>Erling Haaland</b> Centroavante	21			150,00 mi. € ↑	
3	<b>Harry Kane</b> Centroavante	28			120,00 mi. € ▬	
4	<b>Jack Grealish</b> Ponta esquerda	26			100,00 mi. € ↑	
5	<b>Mohamed Salah</b> Ponta Direita	29			100,00 mi. € ↓	
6	<b>Romelu Lukaku</b> Centroavante	28			100,00 mi. € ↑	
7	<b>Kevin De Bruyne</b> Meia Ofensivo	30			100,00 mi. € ▬	
8	<b>Neymar</b> Ponta esquerda	29			100,00 mi. € ↓	
9	<b>Jadon Sancho</b> Ponta esquerda	21			90,00 mi. € ↓	
10	<b>Frenkie de Jong</b> Meia central	24			90,00 mi. € ↑	

Fonte: <https://www.transfermarkt.com.br/marktwertetop/wertvollstespieler> - acessado em 11 de out de 2021.

Ao propormos esta comparação verificamos que as nossas estrelas do futebol mundial, ainda possuem um valor extremamente alto se comparado com os gladiadores do leilão. Porém, cabe ressaltar que os valores destes guerreiros das arenas romanas possuíam uma alta cotação no mercado o que encarecia muito a atividade dos *munera gladiatorum*. Porém, cabe destacar que estes infames oferecidos no leilão não eram os principais gladiadores de Roma, mas nos ajuda a valorar os custos desta atividade de grande relevância econômica para a época.

Ainda no primeiro século, os custos dos espetáculos de gladiadores aumentaram. Esta elevação de preços estava em consonância com a maior suntuosidade dos espetáculos. Porém, outro fator que interferiu diretamente neste cenário foram os gladiadores formados nos prestigiosos *ludus imperiais*.

Assim, merece menção o próprio comércio dos prisioneiros de guerra e escravos que eram vendidos nas *nundinae*. Todavia, este tipo de atividade foi gradativamente perdendo

qualidade porque os olheiros dos *lanista* que acompanhavam as legiões compravam os melhores guerreiros antes que estes chegassem aos mercados. No entanto, esta prática sofreu mudanças, quando o próprio Imperador passou a ser proprietário de um *ludus*. Desta forma, os olheiros dos *lanista* só poderiam escolher os prisioneiros de guerra descartados pelo Imperador. Observemos uma passagem onde Suetônio nos descreve o Imperador Calígula comemorando sua vitória e escolhendo homens para seu *ludus*:

Após, voltando sua atenção para seu triunfo. Escolheu além de alguns cativos e desertores bárbaros, ele escolheu todos os mais altos dos gauleses, e como ele expressou, aqueles que eram "dignos de um triunfo", bem como alguns dos chefes. Ele reservou para seu desfile, obrigando-os não apenas a tingir os cabelos de vermelho e deixá-los crescer, mas também a aprender a língua dos alemães e assumir nomes bárbaros. (SUETÔNIO, Cal.47)

O aluguel desses gladiadores era caro, como se refletia no custo da *munera* em Roma. Este aumento influenciava diretamente os gastos com espetáculos também das províncias. O maior salário que um gladiador recebia era de um milhão de sestércios por dia pago pelo imperador Cômodo quando ele atuava em Roma como *secutor*, mas esse número parece ser um exagero de Dio Cássio. (D.C., 72,19,3) Este mesmo salário foi o que um Pretor<sup>70</sup> ofereceu a Nero, para que este atuasse como *citharoedus* no teatro. “Um pretor lhe ofereceu um milhão de sesetércios.” (SUETÔNIO, Nero 21). Esta negociação proposta por Lido a Nero nos dá mais uma vez a real noção dos valores que envolviam os espetáculos.

Todavia, cabe destacar que não era só o aluguel ou a compra de gladiadores que encarecia esta atividade. Existiam além disso a montagem ou construção dos anfiteatros, a confecção de cenários, a colocação do *velarium*<sup>71</sup>, a compra de animais exóticos para as *venationes*, a preparação do armamento para ser utilizado na arena.

Em suma, foi uma atividade que movimentou a economia romana por mais de seis séculos e ainda continua encantando o mundo até os nossos dias. Sendo assim, o principal objetivo de pesquisa deste trabalho é demonstrar a relevância desta atividade para a economia romana durante o Alto Império e para isto, buscamos desenvolver o conceito “entretenimento estruturante”<sup>72</sup>, que procura clarificar e condensar as várias ações desenvolvidas por aquela

<sup>70</sup> Segundo Suetônio o Pretor chamava-se Lido.

<sup>71</sup> Era uma cobertura removível patrocinada pelo editor do espetáculo que poupava os espectadores do sol durante o espetáculo na arena.

<sup>72</sup> Conceito Autoral – Entendemos como Entretenimento estruturante: O patrimônio voltado para o lúdico, onde se desenvolvem atividades no campo material e ou imaterial, que possuem um significado identitário para determinado grupo, amalgamando valores e tradições, que serão transmitidas para gerações futuras e fortaleceram a identidade cultural ao longo dos séculos.

sociedade em prol dos espetáculos, mas que ao mesmo tempo demonstra a força dos espetáculos e sua relevância para a economia como já foi supracitado.

O satirista Petrônio na época de Nero considerou algo em torno de 400.000HS, algo em torno de R\$ 2.640.000,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta mil reais) o custo de um *munus funebre* fictício celebrado em uma cidade na Campânia. O autor na história, nos apresenta Tito, herdeiro de uma fortuna de 30 milhões de sestércios. Na ocasião o legatário organizou para seu pai um magnífico funeral no qual participaram durante três dias bons e caros gladiadores que lutaram *sine fuga* (até a morte). Porém, segundo R.P. Duncan-Jones esta quantia era exagerada, pois o fato em questão passou-se em uma “cidade secundária”, este autor considerou o valor real do mencionado *munus* cerca de 100.000 HS, ou seja, c.35.000 HS / dia ( seiscentos e cinquenta e dois mil reais, ou seja, duzentos e vinte e oito mil e duzentos reais/ dia) . Dentro deste cenário temos a percepção que Petrônio buscou referência no preço de um bom *munus funebre* em Roma, naquele momento, c.200.000 HS / dia (um milhão, trezentos e quatro mil reais / dia), que é o que Tito<sup>73</sup> tentou imitar.

Como podemos constatar os valores dos *munera* em todo o Império Romano foram crescendo exponencialmente ao longo dos séculos, principalmente, a partir do I século de nossa era, com já foi apresentado anteriormente. Contudo, a escalada dos custos chegou a seu ápice no século II d.C., porém, as próprias autoridades da época procuraram estabelecer mecanismos de controle, a fim de viabilizar uma atividade que estimulava a economia, mas ao mesmo tempo estava tornando-se inviável devido aos custos.

Este mecanismo de controle foi encontrado em um anfiteatro na cidade de Itálica (Sevilha), trata-se de uma placa de bronze, na qual está transcrito o édito dos imperadores Marco Aurélio e Cômodo (século II d.C.). Cabe ressaltar que este documento é de grande relevância, pois por meio deste, que chegou até nossos dias, podemos verificar que o principal objetivo era baratear os *munera gladiatorum* para que pudessem ser organizados sem grandes problemas em todas as cidades provinciais<sup>74</sup>.

<sup>73</sup> Petrônio., 45; Duncan-Jones, cit. [n.15], p.245-246. Além disso, deve-se levar em conta que este número, 400.000 HS, coincide exatamente com a fortuna mínima que Tibério, após o colapso do anfiteatro Fidenae no ano 27, havia estabelecido para futuros *munera*. (Tac., Ann. 4, 62-63).

<sup>74</sup> CIL II, 6278 = CEBALLOS, cit. [n.7], nº5. Carter, M., Classificação de gladiadores e o SC sobre a redução dos preços de gladiadores (CIL II 6278 = ILS 5163) em Phoenix 57, 2003, p.83-114.

Figura 12 – Oratio de Pretiis Gladiatorum Minuendis<sup>75</sup>



Desta forma, foram estabelecidos preços máximos de acordo com cinco categorias de programas a saber:

1) *munera assiforana* com valor abaixo de 30.000 HS (R\$ 190.560,00 /cento e noventa mil, quinhentos e sessenta reais)

2) *munera* com valores entre 30.000 a 60.000 HS (R\$ 190.560,00 /cento e noventa mil, quinhentos e sessenta reais a R\$ 391.200,00 trezentos e noventa e um mil e duzentos reais), haveria três categorias de gladiadores: 5.000, 4.000 e 3.000 HS (R\$ 32.600,00/ trinta e dois mil e seiscentos reais, R\$ 26.080,00/ vinte e seis mil e oitenta reais e R\$ 19.560,00/ dezenove mil, quinhentos e sessenta reais).

3) *munera* de 60.000 a 100.000 HS (R\$ 391.200,00/ trezentos e noventa e um mil e duzentos reais a R\$ 652.000,00/ seiscentos e cinquenta e dois mil reais) haveria três outras categorias de gladiadores: 8.000, 6.000 e 5.000 HS (R\$ 52.160,00 /cinquenta e dois mil, cento e sessenta reais, R\$ 39.120,00/ Trinta e nove mil, cento e vinte reais e R\$ 32.600,00/ Trinta e dois mil e seiscentos reais).

4) *munera* de 100.000 a 150.000 HS (R\$ 652.000,00 seiscentos e cinquenta e dois mil reais a R\$ 978.000,00 novecentos e setenta e oito mil reais) haveria cinco categorias de

<sup>75</sup> A tradução completa da Oratio de Pretiis Gladiatorum Minuendis encontra-se no ANEXO L ao final do trabalho, para uma melhor visualização.

gladiadores: 12.000, 10.000, 8.000, 6.000 e 5.000 HS (R\$ 78.240,00/ setenta e oito mil, duzentos e quarenta reais, R\$65.200,00/ sessenta e cinco mil e duzentos reais, R\$ 52.160,00/ cinquenta e dois mil, cento e sessenta reais, R\$ 39.120,00/ Trinta e nove mil, cento e vinte reais e R\$ 32.600,00/ Trinta e dois mil e seiscentos reais).

5) munera acima de 150.000 HS (R\$ 978.000,00 novecentos e setenta e oito mil reais) haveria cinco outras categorias de gladiadores: 15.000, 12.000, 8.000, 7.000 e 6.000 HS (R\$ 97.800,00/noventa e sete mil e oitocentos reais ,R\$ 78.240,00/ setenta e oito mil, duzentos e quarenta reais, R\$ 52.160,00/ cinquenta e dois mil, cento e sessenta reais, R\$ 45.640,00/ quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta reais e , R\$ 39.120,00/ Trinta e nove mil, cento e vinte reais)

Do acima exposto podemos constatar que o custo de um gladiador profissional variava entre 3.000 e 15.000 HS (R\$ 19.560,00 – 97.800,00 / dezenove mil quinhentos e sessenta reais – noventa e sete mil e oitocentos reais) levando em consideração o alcance do espetáculo organizado. Em cada categoria, o *oratio* impunha o mesmo quantitativo de gladiadores a lutarem a cada dia do espetáculo, além disso, junto com esses profissionais, lutariam em igual número *gregarii*, gladiadores não formados em escolas, cujo valor o *oratio* fixava desde 1.000 a 2.000 HS (R\$ seis mil quintos e vinte reais a treze mil e quarenta reais) por indivíduo. A *oratio* também estipulou o preço máximo para um *damnatus ad gladium* (condenado a espada) em 600 HS (R\$ 3.912,00/ três mil novecentos e doze reais) e para um *auctoratus* em 2.000 HS (R\$ 13.040,00/ treze mil e quarenta reais) durante seu período de treinamento na família de gladiadores e em 12.000 HS (R\$ 78.240,00/ setenta e oito mil, duzentos e quarenta reais) quando eles eram *liberatus*.

Contudo, para as pequenas cidades provinciais, o *oratio* estabelecera que esses valores não eram exequíveis, mas sim que o governador, tendo como referência os preços dos últimos dez anos, estabelece-se três tipos de preços: *pretia summa ac media ac postrema*. Essas três estratificações de valores podem ter como parâmetro os custo dos espetáculos supracitados. No nível mais baixo, estaria o *munera* de 2.000 HS / dia (R\$ 13.040,00/ treze mil e quarenta reais/ dia), como os da *lex Vrsonensis*. Já no nível intermediário estariam aqueles de 5.000-10.000 HS / dia (R\$ 32.600,00/ Trinta e dois mil e seiscentos reais – sessenta e cinco mil e duzentos reais/dia), que são aqueles documentados em *Allifae* e *Arelate*. Por último, o nível superior seriam os *munera* de 50.000 HS / dia (R\$ trezentos e vinte e seis mil reais/ dia), usuais nas grandes cidades italianas e capitais de província.

Os *munera gladiatorum* eram o objeto mais relevante, ou seja, a evergesia principal, nos textos das inscrições que os comemoram, de modo que gastariam o total da *summa honorária*<sup>76</sup> e sua *ampliatio*<sup>77</sup> no caso das edições *ob honorem*<sup>78</sup>. A fim de compararmos com os valores acima descritos, nos apropriamos da pesquisa de J. Ramírez que calculou a distribuição da *summae honorariae* nas cidades do Norte da África.

Tabela 7 - Quantidade de *summae honorariae* na África de acordo com a posição e o tamanho da cidade

CARGO \ CIDADE	pequena	média	grande
<i>Decurio</i>	1.000 HS	5.000 HS	20.000 HS
<i>aedilis</i>	2.000 HS	4.000-5.000 HS	20.000 HS
<i>Duouir</i>	2.000 HS	4.000-5.000 HS	20.000 HS
<i>duouir quinquennalis</i>	3.000-6.000 HS	10.000 HS	20.000 HS
<i>Flamen</i>	2.000-6.000 HS	10.000-12.000 HS	20.000 HS

Fonte: Ramírez, cit. [n.15], p.64.

Tabela 8 – Conversão de valores de sestércio para reais

CARGO \ CIDADE	pequena	média	grande
<i>Decurio</i>	R\$ 6.520,00	R\$ 32.600,00	R\$130.4000,00
<i>aedilis</i>	R\$ 13.040,00	R\$ 26.080,00 - 32.600,00	R\$130.4000,00
<i>Duouir</i>	R\$ 13.040,00	R\$ 26.080,00 - 32.600,00	R\$130.4000,00
<i>duouir quinquennalis</i>	R\$ 19.560,00 – 39.120,00	R\$ 65.200,00	R\$130.4000,00
<i>Flamen</i>	R\$ 13.040,00 - 39.120,00	R\$ 65.200,00 – 72.000,00	R\$130.4000,00

Fonte: Tabela autoral.

Ainda nas pequenas cidades existiam espetáculos que não envolviam gladiadores, mas lutadores locais, cujo aluguel era mais barato. Nessa perspectiva, Petrônio comenta a respeito dos *gladiatores sestertarii* em oposição aos *gladiatores liber (a) ti* (as grandes figuras)<sup>79</sup>. Um modelo de quanto esses *gladiatores sestertarii* poderiam custar é fornecido por um legado testamentário de *Miseno* (Itália) do ano 149 onde entre os eventos que tiveram que ser organizados durante a celebração da *Parentália*<sup>80</sup>. Nesta atividade foi realizada a contratação

<sup>76</sup> Valor que magistrados pagavam ao entrar em seus cargos nas cidades do Império Romano. Em alguns lugares, como a colônia cesariana em Vrso, duoviri e edis eram obrigados a contribuir com 2.000 HS para o custo dos jogos públicos.

<sup>77</sup> Adiamento da decisão de um magistrado.

<sup>78</sup> Os *ludi*, por outro lado, normalmente aparecem nas epígrafes expressas em participio absoluto (*ludis editis*), sendo uma liberalidade complementar para o dia da inauguração de uma estátua ou obra pública, que é a evergesia principal.

<sup>79</sup> Petrônio, 45.

<sup>80</sup> Festival religioso que honrava os mortos. Desenvolvia-se entre os dias 13 e 21 de fevereiro. Nestes dias (*dies parentales*) os templos encontravam-se fechados, era proibida a celebração de casamentos e os magistrados não ostentavam as insígnias referentes a seus cargos. As famílias visitavam os túmulos onde se encontravam sepultados os seus familiares e ali realizavam oferendas.

de dez lutadores, que foram pagos 8 HS (R\$ 52.160,00 /cinquenta e dois mil, cento e sessenta reais) para os vencedores e 4 HS (R\$ 26.080,00/ vinte e seis mil e oitenta reais) para os perdedores, além de outros 8 HS (R\$ 52.160,00 /cinquenta e dois mil, cento e sessenta reais) para o *conductor harenae*<sup>81</sup>. Ao compararmos verificamos que os valores pagos estão muito aquém dos 1.000-15.000 HS (R\$ 6520,00/ seis mil quinhentos e cinquenta e vinte reais – R\$ R\$ 97.800,00/noventa e sete mil e oitocentos reais) por combate estabelecido pelo *oratio* de Marco Aurélio.

Do acima exposto, podemos verificar a grandeza e monumentalidade dos jogos quando mensuramos os valores monetários despendidos para a realização dos espetáculos seja nas pequenas cidades da Península Itálica, seja nas cidades localizadas em outro continente e principalmente em Roma, capital do Império.

Assim, ao traçarmos uma comparação dos valores monetários dos principais jogadores mundiais de futebol com os gladiadores buscamos trazer para os nossos dias a importância destes infames das arenas. Mesmo registrando valores aquém das principais estrelas mundiais de futebol os gladiadores eram valorizados dentro da função que desempenhavam e como tal recebiam recursos advindos da sua performance nas arenas. Isto fica claro quando verificamos os epitáfios patrocinados por eles, sua família e seus amigos, pois tratava-se de algo que tinha que ser encomendado e realizado por mão de obra muitas vezes especializada e remunerada.

Da mesma forma, que os profissionais que confeccionaram objetos que materializaram a memória dos gladiadores, outros homens e mulheres atuaram de maneira efetiva, a fim de viabilizar a monumentalidade dos espetáculos nas arenas. A seguir, procuraremos mapear as funções desempenhadas por estes anônimos que por meio do seu trabalho conseguiram eternizar o esplendor dos espetáculos nas arenas, onde o principal ator foi um alguém esquecido por Roma mais eternizado por suas façanhas.

### **2.3 Atividades profissionais ligadas aos espetáculos**

Durante a nossa pesquisa confirmamos o *Amphitheatrum Flavium* como um equipamento cultural, político e econômico que teve influência no cotidiano da sociedade de Roma. Contudo, cabe destacar que o Coliseu era um “ecossistema”, isto é, um local onde diuturnamente pessoas viviam e conviviam a fim de dar vida aos espetáculos.

---

<sup>81</sup> EA, 2000, 344. Ovidio compara al luctator con el gladiator (Ov., trist. 4,6,31-34).

Outros locais dentro do anfiteatro tinham atividades além da areia da arena e da cávea. Em oposição ao senso comum, a atividade no hipogeu era maior do que a própria areia, pois muitos trabalhadores e escravos desempenhavam funções diurnas ocultas sob o piso da arena. Assim, coberto por tábuas de madeira, o *hypogeum* era um lugar escuro, iluminado apenas por tochas e inundado por uma infinidade de sons diferentes – rugidos e gemidos de homens e feras – vindos tanto da arena quanto de dentro. (GOLVIN, 1988, p.40)

Composto por dois níveis era o local onde animais, gladiadores e elementos de palco esperavam sua vez de aparecer na arena, que era acessada por meio de alçapões no piso. Além dos elevadores de carga, no corredor central havia também um complexo sistema de planos inclinados para elevar os grandes palcos até a arena. A seguir, podemos observar uma representação esquemática de como se processava o acesso à areia da arena e ao lado (figura 14) podemos contemplar um modelo construído em tamanho real no *hypogeum* do Coliseu.

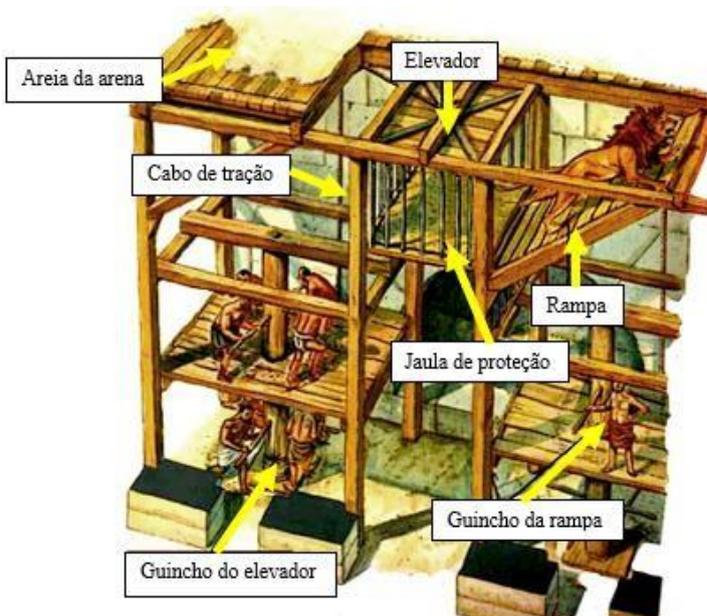


Figura 13 – Esboço esquemático representativo da estrutura elevatória sob a arena.

[https://3.bp.blogspot.com/Fyyf\\_OWBnto/UWBy90ou9II/AAAAAOdc/iOsoYdXtDgo/s1600/colosseo-\(1\).jpg](https://3.bp.blogspot.com/Fyyf_OWBnto/UWBy90ou9II/AAAAAOdc/iOsoYdXtDgo/s1600/colosseo-(1).jpg) - acessado em 05/02/2021.



Figura 14 – Modelo construído no Coliseu da estrutura elevatória sob a arena. [https://revealedrome.com/2018/06/colosseum-underground-tour-worth-it/dsc\\_1556web/](https://revealedrome.com/2018/06/colosseum-underground-tour-worth-it/dsc_1556web/) - acessado em 19/03/2021.

Contudo, apesar de não ser objeto de nossa pesquisa a estrutura física do Coliseu, é importante destacarmos que apesar do grande avanço nas pesquisas sobre a estrutura do *Amphitheatrum Flavium*, ele ainda é uma grande “caixa preta” principalmente quando nos referimos ao *hypogeum*. Observemos a colocação do arqueólogo, alemão, Heinz-Jürgen Beste, consultor científico do Instituto Arqueológico Alemão em Roma, no artigo *Foundations and wall structures in the basement of the Colosseum in Rome*:

A superestrutura/fachada de aproximadamente 50 m de altura e a *cavea* do Coliseu repousam sobre um anel de fundação composto por cerca de 246.000 m<sup>3</sup> de *opus caementiciam*. A enorme massa da fundação parece estar devidamente dimensionada, porque partes do lado sul da estrutura ruíram apenas no século XII, presumivelmente devido a fortes sismos. O fato de que a tese segundo a qual o Coliseu repousava sobre fundações em tiras de *opus quadratum*, embora formulada em 1927 sem uma investigação detalhada, tenha esperado 50 anos para ser corrigida é indicativo do limitado interesse que ainda se dedica aos problemas estruturais. (BESTE, 2003, p.379)

Após, este breve recorte para ressaltarmos a falta de conhecimento sobre as estruturas do Coliseu, vamos retomar nossa abordagem sobre a mão de obra que atuava no *Amphitheatrum Flavium*.

Além dos indivíduos diretamente ligados aos jogos; homens e mulheres tinham que cuidar dos animais, dos condenados, transportar alimentação, ração e armas.<sup>82</sup> Toda esta dinâmica logística acontecia independentemente da realização dos espetáculos e empregava uma mão de obra silenciosa, mas necessária para a continuidade do show e responsável por manter o ambiente limpo e o menos insalubre possível.

Assim, as fossas no piso do *hypogeum* compunham parte de um sistema de drenagem de água elaborado, cujo objetivo era manter as salas do *hypogeum* o mais limpas possível, tendo em vista os materiais ali armazenados (madeira, feno) se deteriorarem com a umidade. As fossas se conectavam a um sistema de esgoto que levava as águas do *Amphitheatrum Flavium* para o de esgoto da cidade.

No entanto, não era apenas a água que era transportada pelas valetas do sistema de esgoto do Coliseu, mas também o lixo que as pessoas produziam e descartavam no local. Fragmentos de ossos de touros, veados e cervos encontrados nos esgotos do Coliseu podem ter sido oferecidos como alimento para os grandes mamíferos ou utilizado também nas *venatio*.

---

<sup>82</sup> CARETTONI, G, *Le gallerie ipogee del foro romano e i ludi gladiatorii forense*, *Bulletino della Commissione Archeologica Comunale di Roma*, 76, 1956, p.23-44.

Observemos o relato de Suetônio ao descrever o comportamento de Calígula<sup>83</sup> “Quando o gado para alimentar as feras que ele havia fornecido para um show de gladiadores era bastante caro, ele selecionou criminosos para serem devorados e revisou a fila de prisioneiros sem examinar as acusações” (SUETÔNIO, L IV, v 27).

Contudo, mesmo havendo indícios de uma grande matança de animais nas areias do Coliseu existem poucas evidências de ossadas de grandes animais. Assim, é factível que os animais mortos na arena tenham sido distribuídos para a assistência como uma forma de *missilia*. Segundo o professor Donald Kyle, da Universidade do Texas, Arlington, “Circunstâncias e costumes adotados em Roma, e de acordo com a antropologia comparativa, demonstram os romanos não teriam simplesmente descartado todas as toneladas de carne animal deixadas depois dos espetáculos” (KYLE, 2001, p.189). Da mesma forma, segundo Kyle as carcaças dos animais também teriam um destino mais nobre, isto é, “parece provável que animais mortos na arena (sua carne, couro e chifres) eram utilizados comercialmente para lucro” (KYLE, 2001, p.190). Mais uma vez podemos atestar que existia toda uma atividade comercial que era influenciada pelas atividades desenvolvidas no *Amphitheatrum Flavium*.

Ossos de gato também foram encontrados, pois este animal era utilizado para tentar manter os ratos afastados. Em vestígios de animais como cavalos, burros, corços e veados foram detectadas marcas de dentes de carnívoros, o que indica que estes eram utilizados como alimento para os animais que estavam em cativeiro, enquanto, aguardavam para serem utilizados na arena. Normalmente, estes animais eram mantidos em jejum, até o momento do espetáculo, mas, esporadicamente era preciso ofertar-lhes algum alimento enquanto aguardavam o dia da apresentação. (GHINI, 1988, p.105)

Outro indício da existência de uma vida cotidiana no *hypogeum* foi a prospecção de grande quantidade de ossos de animais domésticos, grande parte com evidência de que foram levados e preparados para servir de refeição (cozidos e/ou assados) para os trabalhadores que lá desempenhavam algum tipo de função. Também, foram encontrados nos sedimentos dos esgotos, além de ossos, sementes e caroços de frutas, como azeitonas, figos, melões, nozes, pêssegos e pinhões. (GHINI, 1988, p.101) O caroço da azeitona também foi encontrado em grande quantidade. Isso se explica, pois este fruto era comum na dieta dos menos afortunados juntamente com o pão. Estes homens eram a mão de obra utilizada no *hypogeum*. Os pêssegos e os melões só são colhidos em uma época específica do verão, o que ratifica que os espetáculos ocorriam no período em que o tempo estava mais ameno isto é, grande parte dos espetáculos

---

<sup>83</sup> É importante destacarmos que o fato descrito por Suetônio é anterior a inauguração do *Amphitheatrum Flavium*, mas demonstra que era uma prática comum a época, alimentar as feras com animais domésticos.

aconteciam na Península Itálica durante a primavera, em particular durante o mês de maio, variando entre 1 a 4 dias. (FREI-STOLBA, 2000, p.285)

Como vimos, o estudo do *hypogeum* do *Amphitheatrum Flavium* foi confirmado por meio dos documentos que relatam o surgimento repentino de cenários, gladiadores e bestas.<sup>84</sup> Para que isso acontecesse o trabalho desempenhado pelos *harenarii* nos bastidores era fundamental, pois eles eram responsáveis por tracionarem as máquinas que ali estavam e também eram encarregados de coordenar todas as atividades que aconteciam sob a arena (figura 13). Desta forma, as feras e todas as cenas das representações de caça eram mantidas, fora da vista do público, até o momento exato do espetáculo em que deveriam aparecer como foi supracitado, emocionando e surpreendendo a plateia.

A seguir, podemos verificar um relevo encontrado em Pompéia, que materializa de maneira pormenorizada o cortejo de anúncio de um espetáculo de gladiadores, as lutas na arena e até mesmo as *venationes*. Esta representação é rica em detalhes e explícita, de maneira fidedigna, um considerável efetivo de pessoas que atuavam como mão de obra para os espetáculos dentro e fora das arenas.

Figura 15 – Conjunto escultórico encontrado em Pompéia que representa as fases do espetáculo de gladiadores



Fonte: Museu Arqueológico Nacional de Napoli – Napoli, Itália.

Outras atividades laborais exercidas que estavam ligadas diretamente aos jogos e movimentava a economia era a dos *praecones* e dos porta-estandartes. Estes homens com seus ofícios estimulavam o povo, durante os cortejos, a comparecer às arenas. No entanto, os *praecones* contavam com a má vontade da população devido aos insuportáveis gritos<sup>85</sup>.

<sup>84</sup> CALPURNIO SÍCULO, *Eclogae*, 7.23-24.

<sup>85</sup> DIÃO CÁSIO, 60.13.4.

Estes homens também eram responsáveis pela comunicação durante o espetáculo entre o *editor*, a *cavea* e até mesmo os gladiadores. Cícero nos deixa entender que os gladiadores solicitavam aos *praecones* que perguntassem ao *editor* se ele já estava satisfeito com o combate que estava sendo travando. Este relato ratifica a presença de pessoas que atuavam, dando apoio aos espetáculos. Vamos observar o relato de Cícero:

Mas e aqueles para quem a vitória dos olímpicos parece antiga? gladiadores, ou homens perdidos, ou bárbaros, que pragas eles suportam! De que maneira aqueles que estão bem treinados preferem receber um golpe do que evitá-lo vergonhosamente! Quantas vezes parece que eles preferem não fazer nada a agradar o mestre ou o povo! Eles também enviam aqueles que foram feridos a seus mestres, que perguntam o que querem; que belo gladiador gemeu, quem já mudou seu semblante? Quem não apenas se levantou, mas também se prostrou em desgraça? Quem, quando estava deitado, contraiu o pescoço quando recebeu a ordem de receber o ferro? (Cícero, *Tusculanae Disputationes*, 2.41)

Outra atividade desenvolvida nas areias do *amphitheatrum* que foi de grande relevância para o bom andamento dos combates entre os gladiadores era o trabalho de mediação dos árbitros. Estes homens, de acordo com o historiador francês Louis Robert, eram gladiadores aposentados, que foram libertados após uma brilhante participação nas arenas, tendo recebido em honraria às suas apresentações a *rudis*<sup>86</sup> (ROBERT, 1948, p.85). Ao atingir qualquer uma dessas posições, o gladiador aposentado alcançava uma situação confortável e podia viver até idades avançadas para o padrão da época.

De maneira geral, estes mediadores dos combates eram representados, segurando o que deveríamos pensar ser um interruptor de combate, isto é, uma vara curva longa que teria a finalidade de parar ou separar os gladiadores. Sempre que representado, ele está claramente supervisionando o combate de dois gladiadores e provavelmente impondo regras e padrões de comportamento.

Assim, quando um dos gladiadores não possuísse as condições mínimas de permanecer no combate, o árbitro intervinha na contenda. A partir da interrupção do combate o gladiador poderia ter sua vida poupada sob os gritos da plateia *missum* ou *mitte* (deixem ir), ou poderia ser morto pelos sob gritos de *iugula* (degola). (JUNKELMANN, 2000, p.68). No entanto, a gritaria do público impossibilitava o *editor* de discernir se a maioria gritava *missio* ou *iugula*, então o gestual da multidão era fundamental, pois ele acataria o gesto que predominasse nas arquibancadas, reproduzindo-o.

---

<sup>86</sup> Ao vencer uma batalha o gladiador recebia ramos de palmeira pela vitória e o *rudis* (espada de madeira) como um gesto simbólico de sua liberdade.

Contudo, se o combate ocorresse no *Amphitheatrum Flavium*, esse processo de emissão do veredicto sofria uma pequena variação devido à presença das vestais. As sacerdotisas assistiam o *munus* de um dos camarotes do pódio, ao lado do *pulvinar*. O *editor* (o imperador) de maneira geral acompanhava o voto das vestais.

O que o público da *cavea* do *Amphitheatrum Flavium* tentava fazer com seus gestos era influenciar a decisão das vestais. Assim, as sacerdotisas após observar a opinião da *cavea*, dariam seu veredicto, que seria referendado pelo Imperador<sup>87</sup> e seguido pelo árbitro. Mais uma vez este procedimento denota a importância dos árbitros para os jogos.

Existiam dois tipos de árbitros: os *summa rudis*, ou seja, o primeiro árbitro, e os *secunda rudis*. Ao ser nomeado *summa rudis*, este passava a integrar a colégio *summae rudes*<sup>88</sup> da cidade em que atuava como árbitro. Esta escola criava uma formalidade ao trabalho desempenhado pelos mediadores e ao mesmo tempo nivelava o tipo de conduta a ser adotado na arena durante o combate.

Todo este aparato que circundava os árbitros demonstrava a seriedade com que os espetáculos eram conduzidos. Outra demonstração da importância desta atividade pode ser materializada por meio das inúmeras representações figurativas em que aparecem, ao longo de todo o período imperial, seja por meio dos mosaicos, pinturas, lápides e epitáfios. Abaixo destacamos um pequeno extrato do mosaico descoberto em Zliten, cerca de 35 km, a leste de Leptis Magnae.

Figura 16 – Anexo F - Extrato do Mosaico de Zliten (intervenção do árbitro)



Fonte: Museu Nacional Trípoli.

<sup>87</sup> PRUDENCIO, *Contra Symmachum*, 2.1088-1112 (Manifestação das vestais quanto ao encaminhamento final do combate).

<sup>88</sup> O colégio de *summae rudes* também decidiria questões como a concessão do *rudis*, aspectos do regulamento. L. ROBERT, n° 90: “Aelia [a esposa] de Publius Aelius, o ilustre *summa rudis* de Pérgamo, membro do colégio dos *summae rudes* de Roma, ...”.

A seguir temos uma representação detalhada de dois árbitros. Esta pintura foi encontrada em um jarro em Ismant el-Kharab, antiga Kellis, no Egito. Ao selecionarmos tivemos a intenção de observar de maneira detalhada a indumentária dos árbitros e principalmente sua expressão facial algo que não podia ser capturado nos mosaicos e nas lápides.

Figura 17 – Anexo C - Representação pictórica dos árbitros durante a mediação do combate



Fonte: HOPE; WHITEHOUSE, 2003, p. 299.

No próprio conjunto escultórico encontrado em Pompéia (figura 18), podemos observar também a participação do árbitro. Este se encontra na parte central da lápide, fazendo parte do segundo grupo, da esquerda para a direita. Nesta representação escultórica podemos observar um *murmillo* vitorioso, que espera ser proclamado vencedor ou retomar a luta. Ao lado dele está o árbitro. O gladiador derrotado, um *Thraex*, é mostrado por trás, de joelhos, ele é apoiado por quatro *harenarii* (assistentes da areia), enquanto um quinto recolheu seu escudo.

Figura 18 – Detalhe do árbitro do conjunto escultórico encontrado em Pompéia que representa as fases do espetáculo de gladiadores.



Fonte: Museu Arqueológico Nacional de Napoli – Napoli, Itália.

Da mesma forma que os árbitros, para que o show acontecesse era necessária a presença dos *harenarii*, homens que tinham funções específicas como varrer a areia, espalhar areia nova, prestar algum tipo de apoio aos gladiadores durante o combate e remover os cadáveres de homens e animais. A fim de exemplificar como se processavam outros tipos de mão de obra empregados na arena, vamos nos apoiar nas inscrições do anfiteatro Statilius Taurus (SUETÔNIO, L II, v 29.5) Este edifício construído para o entretenimento, mas pouco utilizado devido ao seu tamanho, nos apresentou outros trabalhadores,<sup>89</sup> a saber, *custos de Amphitheatrum* (guarda do anfiteatro), *ostiarius de amphitheatrum* (porteiro do anfiteatro) e um ajudante *de amphitheatrum* (auxiliar do anfiteatro).

Mas, ao relatarmos os vários ofícios que eram desempenhados na areia não podemos desqualificar os trabalhos desenvolvidos no *hypogeum* do *Amphitheatrum Flavium*, pois este espaço não se limitava apenas a ser a “antessala” dos gladiadores, era uma estrutura com vida própria que empregava centenas de trabalhadores, cujo principal objetivo era entreter o público como já foi supracitado.

Ampliando nossa prospecção e saindo de dentro do *hypogeum* para o entorno do Coliseu, nos deparamos com quatro túneis subterrâneos que ligavam o *hypogeum* com áreas contíguas a arena, a saber, o túnel que corria sob a Porta Libitinensis levava ao *Ludus Magnus*, o túnel do lado oposto sob a Porta Triumphalis levava à área do templo de Vênus e Roma, onde eram produzidos os cenários. Os outros dois túneis, um corria na direção sul para Celio e o outro túnel para a direção norte nas termas de Tito.

Entretanto, a influência do *Amphitheatrum Flavium* foi além das muralhas e do subsolo da arena. Assim, ao expandirmos nosso olhar verificarmos a grande quantidade de homens e mulheres que estiveram envolvidos e o quanto de mão de obra e de recurso foram despendidos além dos limites de Roma para o sucesso dos espetáculos.

Destarte, nos deparamos com uma atividade muito peculiar, mas, que foi assim como as demais, importante para o sucesso dos espetáculos. As *venationes* só foram possíveis pelo esforço de homens que se dedicaram à captura, ao transporte e ao comércio destes animais que fizeram parte das atividades realizadas nas arenas e ao mesmo tempo foram responsáveis por movimentar o comércio à longa distância. Esta comercialização foi a grande impulsionadora das *venationes*, pois a maioria dos animais exóticos utilizados nas arenas vinha de outros locais fora de Roma.

Assim, para aprofundarmos nosso conhecimento vamos nos valer de fragmentos da

---

<sup>89</sup> *CIL*, VI, 6226, 6227, 6228.

obra de Plínio que foram relevantes para elucidar maneiras pelas quais os elefantes eram domados, algo bastante comum no período romano. Os textos do autor fornecem indicações e sugestões sobre a submissão e treinamento de elefantes selvagens com o uso de álcool, fome e pressão. (PLÍNIO, O velho. *HN VIII 24-5*) Assim, podemos nos apoiar no catálogo robusto desenvolvido por Patrizia Sabbatini Tumolesi. Neste inventário observemos a inscrição de origem desconhecida (*apud lapicidam in Esquiliis, CIL*). Mantida no Palazzo Barberini na parede externa da antiga estufa que corre paralela à rampa que leva ao jardim.

D(is) M(anibus).  
 Ti(berio) Claudio Speclatori  
 Aug(usti) lib(erto) procurator(i)  
 Formi Fundis Caietae,  
 5 Procurator(i) Laurento ad  
 elephantos,  
 Cornelia Bellica coniugi  
 b(ene) m(erenti)  
 D(é) M(anibus).  
 Ti(berio) Claudius the Speclator  
 Aug(usti) lib(erto) procurator(i)  
 As desvantagens do percurso  
 5Gerente (Laurento  
 elefantes  
 A esposa de Cornélia Bella  
 b(eno) m(erenti). (TUMOLESI, 1988, p. 23)

Na inscrição catalogada por Tumolesi vemos à utilização de uma mão de obra conhecida na época como “*procurador ad elephantos*”<sup>90</sup>, exercida por um liberto imperial provavelmente trabalhando em um “zoológico imperial”. Esta atividade laboral desempenhada por este liberto vem consubstanciar o quão era inviável a captura e o traslado de elefantes selvagens do norte da África, mas ao mesmo tempo reforça nossa tese do dinamismo econômico gerado pelos espetáculos de gladiadores e a quantidade de mão de obra envolvida nas mais diversas atividades voltadas para o entretenimento.

O fato dessas feras não serem importadas em grande escala da África e o investimento de tempo e esforço na criação, manutenção e talvez domesticação, provavelmente também resultou em uma abordagem mais gentil na arena; é provável que os elefantes não fossem caçados e mortos como leões, leopardos, ursos e herbívoros, mas treinados para fazer truques e mantidos vivos para que pudessem ser usados em espetáculos de entretenimento com mais frequência.

---

<sup>90</sup> *Procurator ad elephantos: CIL, VI 10089, cf. pág. 3492; ILS 1766.*

Após termos um pequeno recorte de atividades relacionadas com as arenas, traçaremos uma trajetória de rotas e tipos de atividades desenvolvidas relacionadas a este comércio até as arenas ou nas *nundinaes*.

Esta estratégia de abordagem do tema tem por objetivo aprofundar o conhecimento sobre a atuação dos profissionais na captura de animais “exóticos” provenientes principalmente do Norte da África. Uma das grandes questões é como ocorria a distribuição e disponibilidade de animais selvagens no Norte da África e a demanda por animais de *venatio* de Roma, investigaremos também como os *editores* de *venatio* conseguiram por meio das evergesias obter animais para seus espetáculos de caça.

Contudo, ao elencarmos locais no Norte do continente africano para apoiar nossa pesquisa nos deparamos com uma ausência de evidências literárias africanas sobre o processo de captura, transporte e manutenção de bestas-*venatio* até o dia do espetáculo. Assim, teremos que recorrer a fontes literárias para aprender mais sobre o processo de aquisição animais para *venationes* em Roma.

Em primeiro lugar, vamos nos voltar para as correspondências que Cícero e seu conhecido M. Célio Rufo trocaram por volta de 50 a.C.<sup>91</sup>, e para a carta de Q. Aurélio Symmachum, um renomado senador que ocupou altos cargos na África e em Roma cerca de quatro séculos depois. Essa correspondência fornece uma visão interessante sobre as redes de caçadores, comerciantes, transportadores e intermediários nas províncias que eram necessárias para importar animais e a maneira como eram administrados pelos ambiciosos benfeitores de Roma. As *venationes* que Rufus e Symmachus estavam preparando aconteceriam em Roma e os animais foram capturados na Cilícia (Rufus) e na África, Egito, Escócia e Dalmácia (Symmachus), mas o processo de instruir caçadores e transportadores locais para capturar animais selvagens para *venationes* deve ter sido semelhante para *editores* na África Romana. Observemos a troca de cartas entre o Célio Rufo, candidato a edil em Roma, e Túlio Cícero, que na época em que escrevia, em 51 a.C., era governador da Cilícia. Em suas cartas, Rufo pede urgente e repetidamente a mediação de Cícero e ajuda no fornecimento de leopardos para seus jogos tribunicianos em 50 a.C. Em uma das cartas ele escreve:

Em quase todas as cartas que escrevi para você, mencionei o assunto das panteras. Será pouco para seu crédito que Patiscus tenha enviado dez panteras para Curio e você não muitas vezes. Curio me deu esses mesmos animais e outros dez da África - caso você imagine que as propriedades rurais são a única forma de presente que ele

---

<sup>91</sup> Cabe, destacar mais uma vez, que a documentação em questão está fora de nosso recorte temporal, mas, explicita o envolvimento de vários estratos da sociedade na captura e comércio dos animais que eram utilizados nos espetáculos de gladiadores.

conhece! Se você mantiver isso em mente e mandar chamar as feras de Cibyra e escrever para Panfília da mesma forma (dizem que a caça é melhor lá), o truque estará feito. Estou ainda mais empolgado com isso agora porque acho que terei que fazer todos os meus arranjos à parte do meu colega. Seja um bom sujeito e dê a si mesmo uma ordem sobre isso. Você geralmente gosta de ser consciencioso, como eu, na maioria das vezes, gosto de ser descuidado. A consciência neste negócio é apenas uma questão de dizer uma palavra no que lhe diz respeito, isto é, dar uma ordem e uma comissão. Assim que as criaturas forem capturadas, você terá os homens que enviei em conexão com o vínculo de Sittius para cuidar de sua alimentação e transporte para Roma. De fato, se você tiver alguma esperança quando escrever, acho que enviarei mais alguns homens. (CÍCERO, *Ad familiares*. 82.3 (VIII-9))<sup>92</sup>

A resposta de Cícero é no mínimo audaciosa, pois demonstrou em sua fala certo grau de ironia após os contínuos pedidos de panteras por parte de Rufo, candidato a edil:

Sobre as panteras, os caçadores usuais estão fazendo o melhor que podem sob minhas instruções. Mas as criaturas estão em uma quantidade notavelmente escassa, e dizem que as que temos estão reclamando amargamente porque são os únicos seres em minha província que têm que temer desígnios contra eles. conseqüentemente, eles teriam decidido deixar esta província e ir para Caria. Mas o assunto está recebendo muita atenção, especialmente de Patiscus [que já havia enviado dez animais]. O que vier à mão será seu, mas o que isso equivale a eu simplesmente não sei. Garanto-lhe que sua carreira como edil é uma grande preocupação para mim. (CÍCERO, *Ad familiares* 90.2 (II-11))<sup>93</sup>

Isso nos diz não apenas que Cícero, como governador, mantinha contatos com caçadores em sua província, homens aparentemente mais habilitados a este tipo de atividade, pois são descritos como “os caçadores habituais”, mas também que Cícero havia instruído um certo Patiscus para fiscalizar o processo. Aparentemente, o próprio Rufo não teve acesso a essa rede de profissionais de caça liderada por Patiscus e, portanto, tentou usar a de Cícero. A preocupação de Rufus com a chegada dos animais a Roma na data prevista era compreensível, pois Rufus temia por sua popularidade e carreira como edil se seu espetáculo não atendesse às expectativas e o anseio dos populares. No entanto, temos a sensação de que Cícero está ridicularizando as preocupações de Rufo com suas observações sobre as queixas das panteras

<sup>92</sup> Cícero, *Ad familiares*. 82.3 (VIII-9): “*Fere litteris omnibus tibi de pantheris scripsi. Turpe tibi erit Patiscum Curioni decem pantheras misisse, te non multis partibus pluris; quas ipsas Curio mihi et alias africanas decem donavit, ne putes illum tantum praedia rustica dare scire. Tu si modo memoria ten<u>eris et Cibratas arcessieris itemque in Pamphyliam litteras miseris (nam ibi pluris capi aiunt), quod voles efficies. hoc vehementius laboro nunc quod seorsus a collega puto mihi omnia paranda. Amabo te, impera tibi hoc. Curare soles libenter, ut ego maiorem partem nihil curare. In hoc negotio nulla tua nisi loquendi cura est, hoc est imperandi et mandandi. Nam simul atque erunt captae, qui alant eas et deportent habes eos quos ad Sittianam syngropham misi. Puto etiam, si ullam spem mihi litteris ostenderit, me isto missurum alios.*”

<sup>93</sup> Cícero, *Ad familiares*. 90.2 (II-11) : “*De pantheris per eos qui venari solent agitur mandatu meo diligenter. Sed mira paucitas est, et eas quae sunt valde aiunt queri quod nihil cuiquam insidiarum in mea provincia nisi sibi fiat. Itaque constituisse dicuntur in Cariam ex nostra provincia decedere. Sed tamen sedulo fit et in primis a Patisco. Quicquid erit, tibi erit; sed quid esset plane nesciebamus. Mihi mehercule magnae curae est aedilitas tua.*”

sobre sua segurança e sua decisão de deixar a Cilícia. Assim, para benfeitores como Rufus esse assunto era de grande importância para sua carreira.

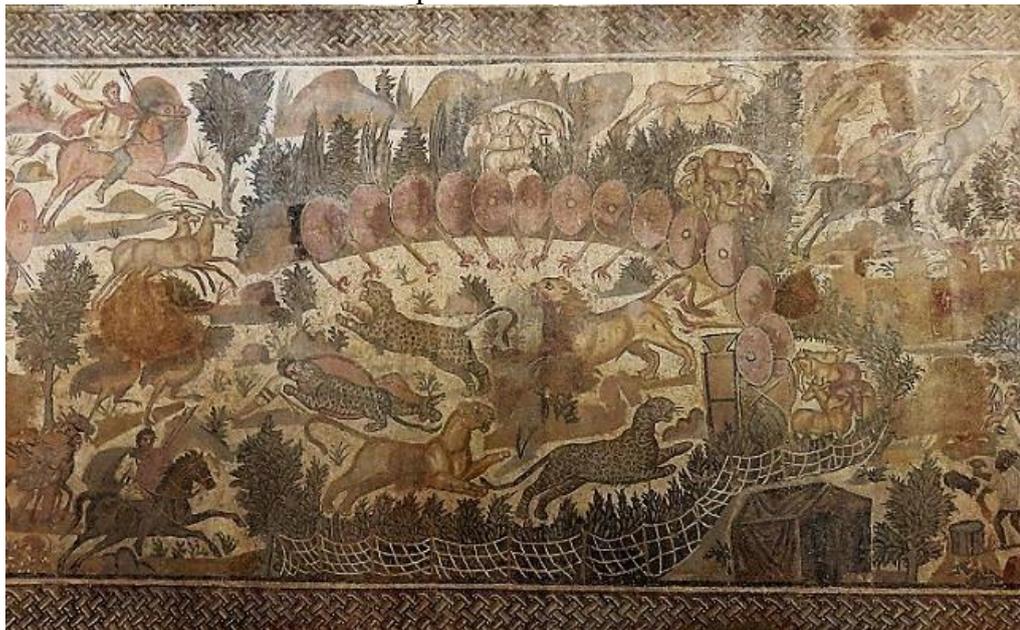
Todavia, é de suma importância destacarmos que os antigos caçadores que capturavam animais para *venationes* não matavam os leões e leopardos que procuravam, esta afirmação encontra respaldo nas descrições de Opiano e Aelian. As técnicas de rastreamento, uso de isca e espera noturna silenciosa eram muito utilizadas. O desafio para os caçadores antigos era capturar os animais vivos e entregá-los ao *editor* da *venatio* de preferência sem estarem feridos. Opiano descreve como isso era executado:

Mas, antes de mais nada, gostaria que você guardasse no coração a excelente caça ao leão e o valente espírito dos caçadores. Primeiro eles vão e marcam um lugar onde entre as cavernas um leão bem-criado rugindo habita um grande terror para o gado e para os próprios pastores. Em seguida, eles observam o grande caminho com as pegadas desgastadas da fera, por onde ele muitas vezes vai ao rio para beber um gole doce. Lá eles cavam uma cova redonda, largo e grande; e no meio da trincheira eles construíram uma grande coluna, erguida e alta. Dali eles penduram um cordeiro recém-criado, tirado de sua mãe. E do lado de fora da cova eles cercam um muro, construído com pedregulhos próximos, para que o Leão não veja o abismo astuto quando se aproximar. E o cordeiro de peito alto bale, e o som atinge o coração faminto do Leão, apressando-se no rastro do grito e esquadrinhando um lado e outro com olhos de fogo. E logo ele se aproxima da armadilha, e ele se vira e uma grande fome o impele, e imediatamente obedecendo ao impulso da fome ele salta sobre o muro, e o largo abismo redondo o recebe, e ele vem involuntariamente para o abismo de um poço inesperado. Em todos os lugares que ele circula, correndo sempre para frente e para trás, mesmo como um cavalo de corrida veloz em volta do poste de virada, constringido pelas mãos de seu cocheiro e pelo freio. E de seu mirante, os caçadores o veem e correm para cima, e com correias bem cortadas amarram e baixam uma gaiola trançada e bem compactada, na qual também colocam um pedaço de carne assada. E ele, pensando imediatamente em escapar do poço, salta exultante; e para ele não há mais nenhum retorno preparado. Assim eles usam na sede aluvial e para ele não há mais nenhum retorno preparado. Assim eles usam na sede aluvial e para ele não há mais nenhum retorno preparado. Assim eles usam na sede aluvial terra dos líbios.<sup>94</sup> (OPIANO, Livro V, p.169)

<sup>94</sup> Opp. Cyn. IV 75-110: “Ἀλλὰ σύ μοι πρὸ τισταλεόντων ἔξοχον ἄγρην ἐν θυμῷ βῆ βλάβη λλοιοκαϊάνδρ ὠνάκιμονήτορ. χῶρον μὲν πρὸ τιστον ἐπεφράσσαντο κιώντες, ἐνθα περὶ σπήλυγγας ἐρὶ βρομοζήῦκομοζ λίζενδι ἄει, μέγα δὲ ἰμαβοῶν ἀνὰ τῶν τενομῶν ἦν ὄθη ὅς δ' ἂν ὑμεῖς ἐπειταπελῶ ριονὸ πῆσαν τοῖς χενεσιτριβομ ἐνοισιν ἀταρπιτόν, ἦ ἔντολλοζλαρ ὀντιόμοζ ποταμηπόροζ θύζοδε ἕει. ἐνθ' ἦ τοι βόθρον μὲν εὐδρομον ἀμφιζῶρζαν, εὐρύν και ἐπέριμετρον ἀτάρμεζ ἀτηνιτά φρωκίοναδεῖμ ἀσθημέγαν, ὄρθιον, ὑψικόλωνον ὠῶ πομὲν κρεμ ἄσαντο μετ' ἦρονα ἄέρυσαν τεζάρνει ὀνεσογλόνυπ' ἂ ριτι ὀκοιοτεκο ὕσης ἔκτοθεδ ἂ ἕβόθροιοπερὶ τροχονέστερ ἄνωσαναίμασι ἦν, πυκάσαν τεζέπασστυ ἐροισμυλάκεσσιν, ὄφρα κε μῆπελάσασζολερὸ νχάοζ ἀθρήσειε· καί ὃ μὲν ὑψικρεμ ἦ ζυπομάζιοζ ἀμνὸζ ἀντε ἰ τοῦ δέ τεπειναλ ἐνηκραδ ἠνεπάταξεν ἰωήμαι ὀμενοζ ἰθυσσε, φίλον κεχαρημ ἐνοζήτορ, ἰχνοζ ἐπισπέρχων βληχ ἦζ ἦδ' ἐνθα καὶ ἐνθα παταίνων πυρόεν· τὰ χαδ' ἦ λυθεν ἄγγιδολόιο, ἀμφιτέδινε ἴται, κρατερὸζ δέ ἐλλμ ὀζόρι νει. αὐτίκα δ' ἂν ἰμασι ἠμὲν ὑπέρθορ γεαστρ ἰπιθήσας, δέκτοδ ἐμινχάοζ εὐρὺν τεριστεφέζ, οὐδ' ἐνόησεν, ὡς ἐπιβυσσὸν ἔκανε ἀνὰ ὠῖστοιο βερέθρον· παντὸς ἐδινε ὠῶσσο τοζαῖ ἐν ὄρω, ὀποιοζ περὶνύσσαν ἀεθλοφ ὀροζθοδὸζ ἴπποζ, ἀγγόμοζοζ παλάμη σικαῖ ἠν ἰοχοιοχαλιν ὠ οἶδ' ἄρ' ἂν πὸ σκοπιζ ζηλαυγ ἐοζ ἀθρήσαν τεζ ἀγρευτῆ ρεζόρουσαν, ἐριτυ ἦ τοισιδ ἰμᾶ σιδησάμοικαθ ἄσινεῦ στροφατυκτ ἀμέλαθρα, ὀπταλέονκά κείσε δὸ λονκρὺν ψαν τεζ ἐδωδ ἦζ· αὐτὰρ ὄγ' ἐκβόθροιοδοκε ὕμενοζ αὐτίκ' ἄλλοζ ἐν ἐνθροεκαγγαλόων· παρὰ δ' ὃ ὑκέτινὸς τοζέτομοζ. ὠδε μὲν ἀμφιζυτ ἦν Λιβύων πολυδ' ἰψινοαῖαν.”

No piso mosaico<sup>95</sup> abaixo, que hoje se encontra no Museu Annabai, Argélia, podemos verificar uma cena da captura de animais. A representação pictórica é similar à descrição de Opiano. Esta cena reproduz a principal finalidade da armadilha que era capturar animais vivos para serem utilizados nas arenas romanas.

Figura 19: Piso mosaico retratando a captura de animais.



Fonte: Museu Annabai, Argélia.

Aelian registra que os caçadores mouros usaram uma técnica semelhante para capturar leopardos:

A caça aos leopardos parece ser uma prática mourisca. As pessoas constroem uma estrutura de pedra, que se assemelha a uma espécie de jaula: esta é a primeira parte da emboscada; e a segunda parte é esta: dentro eles prendem um pedaço de carne estragada e cheirando, por uma corda comprida e montam uma porta frágil feita de algum tipo de junco trançado, e através deles o cheiro da referida carne é exalado e se espalha no exterior. Os animais notam isso, gostando por algum motivo de objetos malcheirosos, porque o cheiro de os assalta, estejam eles no topo das montanhas ou em uma ravina ou mesmo em um vale. Então, quando o leopardo encontra o cheiro, fica excitado e em seu desejo excessivo vem correndo para o banquete que ama: é atraído para ele como por algum feitiço. Em seguida, ele se lança à porta, derruba-a e prende a refeição fatal - fatal, porque no referido cordão foi tecido um laço com muita destreza, e como a carne está sendo comida, ele é desalojado e cerca o guloso. Leopardo. Assim, é apanhado e paga a pena por sua barriga faminta e seu banquete imundo, o pobre coitado.<sup>96</sup>

<sup>95</sup> Piso mosaico Anexo C.

<sup>96</sup> Ael. NA XIII.10: “Θή ραδὲπαρδ ἄλεωνΜαυρουσίαεἰῆἄν. καίεστιναὐ τοῖζοι κοδομ ἰαλί θωνπεποιημ ἐνη, καίεοικεζωγρε ἰφτιν ἰ, καίεστιμένολόχοσδεόπρωτοσ·ὄγεμῆνδεύτεροσ, ἐνδοτ ἐρωσπαροῦκρέωσκαιδῶδωδ ὅτοσμοῖρανμη ἰνθουτιν ὄσμακροτέ ραζέξαρτ ὤσι, θῶ ρανδὲἐκρίπιδωνκαίτινωκαλ ἄμωνάραι ἀπέσπαρα, καίμὲ ντοκαίδι ἂ ὑτῶνἐκπνεῖταιῆτοῦκρέωστουπροιρημ ἐνουόσμ ἦδιαρρ ἔουσα. αἰ σθάνονταιδεαἰθῆ ρεσ,

Embora ambas as descrições contenham o instinto da fera movida por impulso, da fome, são notáveis as coerências com as técnicas explicadas, o que torna provável que os fragmentos de Aelian e Opiano descrevem a prática real em que os felinos foram primeiro rastreados, depois atraídos com isca e finalmente capturados após alguma espera noturna.<sup>97</sup> O uso de armadilhas bem colocadas talvez permitisse aos caçadores antigos capturarem os felinos de forma eficiente, porque os permitia esperar a uma distância segura da isca, reduzindo assim o risco de serem feridos por um leão ou leopardo. Além disso, essa técnica permitia que os caçadores capturassem os animais sem feri-los.

---

καὶ γὰρ πῶς τοῖς κακῶς μοιζοφίλῃδο ὕσι προσβῶ ἀλλεῖ γὰρ αὐτὰς ὀτῶν προειρημῶν ἔων ἀήρ, ἐάντε ἐν ἄκροισι τοῖς ὄρεσιν ἐάντε ἐν φάραγγι, καὶ μέντοι καὶ ἐν ἀλῶνι. εἰ ταύτα ἀνεφλέχθη τῆσιν ἡέντυχοι.<sup>97</sup>  
καὶ ὑπὸ τῆσιν ἀγανόρμῃσι ἐξέστην θοίνῃ ντήνφί λην ἄττειφερομέ νη ἔλκεται δὲ ὑπὸ ἀὐτῆσιν ὀπίτινος ἵγγος. εἰ  
ταῖς ἐπιπέτῃσι θύρα καὶ ἀνατρῆσει αὐτῆν καὶ ἔχεται τοῦ δυστυχοῦς δεῖπνον. τῆ γὰρ τοιμηρῶν ἰθὺσι τῆ προειρημῶν ἐνησυνφῶ ἀνθηπάγη καὶ μάλα σοφῆ, ἢ περὶ ἐσθίου ἐνοῦτο ὑκρέως κινεῖται, καὶ περιλαμβά νειτὴν λίχον πάρδαλιν. καὶ ἐάλω, γαστρὸς ἀδηφῶ ἀγουκαίμουσαρ ἄξέστι ἄσεως δὲ καζέκτινους αἰδυστυχοῦς.<sup>97</sup> Curiosamente, Opiano em sua descrição das qualidades de bons cães de caça também observa o uso de rastreadores e a importância do silêncio durante a caça: “Nem os deixe [os cães] serem propensos a latir; pois o silêncio é a regra para os caçadores e sobretudo para os rastreadores”, Opp. Cyn. I 449-50: “ἐπειμὰ λαθηρευτῶν ἡρσισι γῆτέ θμι ὄξέστι, πανέξοχα δὲ ἵχνευτῶν ἡρσιν.”

	<b>Item</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço em denarius <i>communis</i></b>
1a	Leão de primeira classe	1	600.000
2	Leão de segunda classe	1	500.000
3	Leoa de primeira classe	1	500.000
4	Leoa de segunda classe	1	400.000
5	Leopardo de primeira classe	1	400.000
6	Leopardo de segunda classe	1	300.000
7	Avestruz	1	20.000
8	Herbívoros		
8a	Urso de primeira classe 25.000 100.000	1	100.000
9	Urso de segunda classe	1	80.000
10	Javali de primeira classe	1	24.000
11	Javali de segunda classe	1	16.000
12	Cervo de primeira classe	1	12.000
13	Veado de segunda classe	1	8.000
14	Onagro (burro selvagem)	1	20.000
Tabela 9 - Extrato, da sessão XXXIV animais selvagens da África, do Edito de preços de Diocleciano			

<b>Sestércios</b>	<b>Euros</b>	<b>Reais</b>
2.400.000	612.000	3.960.000
2.000.000	510.000	3.300.000
2.000.000	510.000	3.300.000
1.600.000	408.000	2.640.000
1.600.000	408.000	2.640.000
1.200.000	306.000	1.980.000
80.000	20.400	132.000
Herbívoros		
400.000	102.000	660.000
320.000	81.600	528.000
96.000	24.480	158.400
64.000	16.320	105.600
48.000	12.240	79.200
32.000	8.160	52.800
80.000	20.400	132.000
Tabela 10 - Valores convertidos em Sestércios, Euro e Real (Tabela autoral).		

O processo de fornecimento de animais selvagens para as arenas era demasiadamente custoso, complicado e arriscado, não apenas porque a captura dos animais era perigosa. Mas, principalmente porque a captura sendo exitosa, a próxima fase, não menos perigosa, era retirar a fera da armadilha e colocá-la em uma sólida gaiola de madeira construída com o intuito de transportar o animal ao seu destino.

Assim, como descrito acima o fornecimento de animais exóticos para os espetáculos era um grande negócio que movimentava grandes somas de dinheiro. Destarte, buscando ratificar nossa análise nos apoiamos em um extrato do Edito de preços de Diocleciano,<sup>98</sup> (nº XXXIV animais selvagens da África) que nos apresenta os valores dos animais capturados no continente africano.

Como verificamos o custo para capturar um animal era demasiadamente alto, pois era montado todo um aparato, a fim de dar suporte a esta atividade. Além disso, existiam outras atividades ligadas a esta prática que também eram necessárias para o sucesso neste tipo de operação. Dentre elas podemos destacar o trabalho dos veterinários que eram responsáveis por algum tipo de intervenção cirúrgica ou curativo, a fim de que os animais aguentassem longas viagens. Mais uma vez vamos observar um extrato dos valores apontados no Edito de preços de Diocleciano para este tipo de atividade.

Nº. no edito	Item	Quantidade	Preço em denarius <i>communis</i>
20	Veterinário, para tosquia e preparando os cascos	Por animal	6
21	Veterinário, para hemorragias e cirurgias	Por animal	20

Tabela 11 – Extrato, da sessão VII - salários, do Edito de preços de Diocleciano

Sestércios	Euros	Reais
24	6,12	39,6
80	20,4	132

Tabela 12 – Valores convertidos em Sestércios, Euro e Real (Tabela autoral).

<sup>98</sup> Transcrição de Crawford & Reynolds de acordo com a cópia de Aezani do Price Edict que foi publicada em 1979 em ZPE, Crawford & Reynolds 1979, p. 163 -210.

Abaixo selecionamos uma cena de um sarcófago em alto relevo, que captura a atividade de transporte de leões em uma embarcação. Esta tarefa era demasiadamente perigosa e ao mesmo tempo também envolvia grandes somas de recursos.

Figura 20 – Translado de animais por via marítima



Fonte: Museu Naval, Ostia.

Com toda a certeza estes animais exóticos davam mais vida aos espetáculos, demonstrava força e poder por parte dos romanos, pois conseguiam subjugar feras (venationes), isto é, dominar a natureza e ao mesmo tempo poderiam utilizar estes animais nos espetáculos do meio dia.

Neste horário eram realizadas as matanças dos criminosos ou outros tipos de ações de cunho coercitivo por parte do Império. Para este tipo de atividade muitas vezes eram utilizadas as feras que estavam estabuladas no *hypogeum*.

Como visto, para que estes animais fizessem parte do espetáculo era necessário que eles cruzassem o oceano ou realizassem exaustivas viagens por rotas terrestres até que chegassem às arenas. Nestas viagens os transportadores eram responsáveis pela condição física de sua carga viva, que precisava ser alimentada e transportada adequadamente, a fim de que fossem vendidas a um bom preço ou que não fossem depreciadas em seu valor no ato da entrega.

Abaixo realizamos uma amostra qualitativa onde elencamos os custos de frete por via marítima e terrestre das viagens que tinham origem ou destino a cidade de Roma.

Nº. no edito	Item	Quantidade	Preço em denarius <i>communis</i>	Sestércios	Euros	Reais
1a	Alexandria -Roma	1K. mo	16	64	16,32	105,6

	(Seidel: Ostia)						
11		1K. mo	18		72	18,36	118,8
22	Éfeso – Roma	1K. mo	16		64	16,32	105,6
25	África (Seidel: Carthago) - Roma	1K. mo	...		-	-	-
32	Roma- Sicília (Seidel: Messana)	1K. mo	6		24	6,12	39,6
33	Roma– Thessaloni ca	1K. mo	18		72	18,36	118,8
34	Roma- Acaia (Seidel: Corinto)	1K. mo	14		56	14,28	92,4
35	Roma- Espanha (Seidel: Tarraco ou Carthage Nova)	1K. mo	10		40	10,2	66
36	Roma- Gália (Seidel: Narbo)	1K. mo	4		16	4,08	26,4
38	Nicomédia - Roma	1K. mo	18		72	18,36	118,8
46	Bizâncio - Roma	1K. mo	...		-	-	-
55	Para frete em transporte oficial deve-se obter tarifa especial						
Tabela 13 – Extrato, da sessão XXXVII - Frete marítimo, do Edito de preços de Diocleciano				Tabela 14 – Valores convertidos em Sestércios, Euro e Real (Tabela autoral).			

Nº. no edito	Item	Quantidade	Preço em denarius <i>communis</i>	Sestércios	Euros	Reais
1a	Carga para uma pessoa	Por cada milha	2	8	2,04	13,2
2	Cobrança por um vagão completo	Para cada milha	12	48	12,24	79,2
3	Frete para um vagão de 1.200 lb	Para cada milha	20	80	20,4	132
4	Taxa de frete para um vagão de 600 lb	Para cada milha	8	32	8,16	52,8
5	Taxa de frete para uma carga de burro	Para cada milha	4	16	4,08	26,4
6	Para forragem					
6a	Forragem de ervilha	2 lb	2	8	2,04	13,2
7	Feno ou palha <sup>4</sup> lb <sup>2</sup>	4 lb	4	16	4,08	26,4
8	Forragem verde	6 lb	1	4	1,02	6,6
Tabela 17 – Extrato, da sessão XVII - Frete rodoviário, do Editto de preços de Diocleciano				Tabela 16 – Valores convertidos em Sestércios, Euro e Real (Tabela autoral).		

Do acima exposto, podemos constatar que devido aos problemas e riscos regulares envolvidos nas viagens terrestres e marítimas, além de roubos ou mau tempo, o traslado do animal era financeiramente uma atividade muito onerosa e a encomenda destes animais só poderiam ser realizadas por grandes fortunas.

Por fim, cabe ressaltar que nossa seleção dos profissionais que exerciam atividades ligadas aos espetáculos obedeceu a um critério qualitativo, isto é, apesar da sociedade romana ser escravista por natureza, buscamos elencar uma série de atividades remuneradas, que foram de grande importância para os jogos. Mas, acima de tudo os *munus* gladiatórios paulatinamente foram se modificando, deixando de ser algo que era voltado para homenagear os mortos<sup>99</sup> e tornou-se uma prática que movimentava multidões e cada vez mais profissional.

Para que as principais estrelas adentrassem as arenas era necessário, que esses homens frequentassem um *ludus* (escola de gladiadores), a fim de aprimorar suas técnicas de combate e acima de tudo conseguisse cativar as multidões, condição *sine qua non* para sua longevidade

<sup>99</sup> A primeira evidência desse cerimonial fúnebre entre os romanos ocorreu por volta do ano 264 a.C., quando os filhos de Bruto Pera promoveram o combate de três pares de gladiadores em homenagem à memória de seu pai. (ROBERT, 1995, p. 100).

nas arenas. Na próxima seção, voltaremos nossos olhares para esta instituição que tinha como finalidade precípua formar os melhores gladiadores possíveis e para isso contava com homens experientes capazes de auxiliar no desenvolvimento dos guerreiros das arenas.

#### 2.4 Atividades de apoio ao gladiador em um *ludus gladiatorius*

O espetáculo não estava encerrado nas atividades desenvolvidas exclusivamente no Anfiteatro, como apresentado na seção anterior. Isto fica bem explícito quando observamos toda a trajetória percorrida pelos gladiadores ao longo dos séculos. Desde os primeiros *munus gladiatorium* ligados aos ritos fúnebres, passando pelos criminosos capturados e prisioneiros de guerra frequentemente incorporados a *gladiatorium familia*, nas *nundinae* onde os escravos eram negociados (WISDOM, 2001). Com uma menor quantidade de guerras, devido a Pax Romana e a própria evolução dos jogos cresceu o número de gladiadores independentes (*auctorati*), que se ofereciam para serem gladiadores, seja pelo gosto da emoção e do perigo, devido a dívidas ou para obter fama e glória. (RIVER, 2013)

Assim, toda esta jornada foi sendo lapidada e aperfeiçoada ao longo dos séculos, por meio das escolas de formação de gladiadores, os *ludi*. A primeira dela foi provavelmente o ludus de Cápua, que já funcionava em 105 a.C., sob a direção de C. Aurélio Scauro. Em 73 a.C. seu novo proprietário foi Gneo Lentulus Batiatus. Em 49 a.C., o *ludus* passou a ser propriedade de Júlio César, que organizou um corpo de cerca de 5.000 *secutores*<sup>100</sup>, esta escola de gladiadores ganhou a denominação de *ludus Iulianus*. Já, a partir de Augusto, o *ludus* de Cápua se tornaria a primeira propriedade imperial.

Contudo, voltemos nosso olhar para a capital do Império, o primeiro ludus de que temos notícia em Roma foi o *ludus Aemilius*, provavelmente construído pelo triúviro Lépido, ou por seu filho, no período republicano<sup>101</sup>. Próximo ao término do principado de Augusto, surgiria outro *ludus* junto ao teatro Pompeu e um terceiro próximo ao anfiteatro Estatilio Tauro. Da mesma forma, o Imperador Calígula também foi proprietário de um *ludus* em Roma, embora não esteja claro se era um dos já mencionados ou se era uma escola diferente<sup>102</sup>.

<sup>100</sup> CÍCERO, *Ad Atticum*, 3.14.

<sup>101</sup> Horácio faz menção a este *Ludus* em sua obra *Ars Poetica* publicado em 18 a.C. (HORACIO, *Ars Poetica*, 32).

<sup>102</sup> O classicista inglês Michael Grant argumenta que existe a possibilidade de que o *ludus* Statilius e *ludus* localizado próximo ao teatro de Pompeu fossem o mesmo (GRANT, 1971, p.39).

Evolução e perigo representavam as escolas de gladiadores, pois lá se ensinava e cultuava a violência, exemplo disto foi a revolta liderada por Spartacus entre 73 e 71 a.C., quando os *ludi* de propriedade privada começaram a ser banidos de Roma por Augusto e completamente proibidos por Domiciano, que os substituiu pelos quatro *ludi* imperiais que foram erguidos ao lado do *Amphitheatrum Flavium* (o *Ludus Matutinus*, o *Magnus*, o *Gallicus* e o *Dacicus*), a seguir nos deteremos de maneira mais pormenoriza nestas escolas.

Assim, uma nova lógica foi implantada, isto é, estabeleceu-se um duplo sistema de *ludi*, os privados (localizados fora da Capital do Império) e os imperiais (os 4 da capital e alguns fora, como o de Cápua). Desde então, em Roma não haveria *lanista* (dono de *ludus*), já que na capital do Império esta atividade foi monopolizada pelo imperador, por meio de seus procuradores à frente dos quatro *ludi* de Roma<sup>103</sup>.

De acordo com o ponto de vista econômico o *ludus* representava um polo promissor, pois movimentava economicamente a região, tendo em vista que estas escolas de gladiadores necessitavam de mão de obra especializada como armeiros, alfaiates, sapateiros, massagistas, médicos, instrutores e, conseqüentemente, faziam circular recursos. Nesta parte do capítulo, daremos ênfase aos dois últimos.

A despeito do fato acima apresentado, existe no Brasil algo similar, principalmente, nas cidades de pequeno e médio porte que possuem Organizações Militares (OM). No caso em questão vamos nos apropriar de informações do artigo “As Organizações Militares da Marinha e o crescimento econômico dos municípios brasileiros” publicado na revista Pesquisa e Planejamento Econômico.

Neste artigo os autores argumentam que é possível observar um impacto positivo de crescimento econômico em virtude da presença de OMs em municípios brasileiros, em virtude da injeção de dinheiro aportada pelos integrantes das OMs por meio de seus salários no consumo de bens e serviços locais. De acordo com Ribeiro e Ribeiro (2021, p. 164) “é razoável supor que a presença dessas bases militares contribua para “a movimentação da economia” de alguns municípios, em especial, dos pequenos e médios, por meio de impulso ao comércio e serviço locais”.

A partir destas premissas, os autores, procuraram identificar o montante de recurso recebidos pelos integrantes das OMs e o quanto isso estimulou a economia destes municípios. Estes dados foram disponibilizados pela Pagadoria de Pessoal da Marinha (PAPEM), que gerencia as informações no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape)

---

<sup>103</sup> O fato de existirem *ludi* sobre a tutela do imperador demonstrava que o *munus* deveria ser tratado como um "assunto de interesse público" (AUGUET,1972. p.32).

e no Sistema de Pagamento da MB (Sispag) (RIBEIRO, E. A.; RIBEIRO, S. F., 2021, p. 170). A fim de buscar parâmetros, os autores estabeleceram uma matriz de variáveis de controle que esta apresentada na tabela abaixo.

Tabela 17 – Descrição das variáveis

Variável	Sigla	Descrição	Fonte
Taxa de crescimento econômico	Cres	Crescimento do PIB municipal entre 1999 e 2000 e entre 2009 e 2010.	IBGE
Gasto com pagamento de pessoal	MIL	Somatório dos gastos referentes ao pagamento de pessoal militar e civil funcionários de OMs da MB*	Papem (coletados nos Sispag e Siape)
PIB inicial	PIB	PIB <i>per capita</i> municipal corrigido a preços de 2000.	IBGE
Anos de estudo	est	Média de anos de estudo da população local.	PNUD/IBGE
Despesas de capital	dcap	Somatório das dotações para o planejamento e a execução de obras e aquisições de instalações e equipamentos.	STN
Despesas correntes	dcor	Somatório do valor de todas as operações destinadas à manutenção e funcionamento de serviços públicos.	STN
Fundo de Participação Municipal	FPM	Cotas do Fundo de Participação Municipal.	STN
Transferência de ICMS	ICMS	Valores recebidos da transferência do ICMS.	STN
Carga tributária total	CTT	Somatório do IPTU, do ISS e de outros impostos.	STN

Fonte: Ribeiro e Ribeiro (2021, p. 171)

Portanto, nesse estudo, foi possível observar que os recursos advindos das bases impactaram positivamente o crescimento econômico dos municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes e com mais de 500 mil habitantes. Cabe destacar ainda, que nessas OMs também existem a presença de barbearias, carpintarias, fotógrafos, lanchonetes, alfaiatarias, que assim como no *ludus* são responsáveis por dinamizar a economia local.

Retomando nosso olhar sobre Roma, é importante salientarmos que segundo nossa análise, o fenômeno econômico em torno dos gladiadores foi potencializado na capital do Império devido os *ludi* estarem subordinados ao Imperador. Outro fator preponderante neste cenário era a própria suntuosidade dos espetáculos (SUETÔNIO. Livro VIII, v.7.7) oferecidos à população de Roma.

A partir da constatação de que os *ludi* foram importantes vetores de estímulo econômico para as cidades vamos buscar decifrar como os gladiadores eram forjados e para isso é fundamental entendermos o que era efetivamente o *ludus gladiatorius*, como funcionava sua rotina e quais profissionais atuavam nesta escola.

Para isso, vamos nos apoiar em dois documentos de naturezas distintas, mas que irão ajudar no entendimento das atividades laborais desenvolvidas em um *ludus gladiatorius*. O primeiro documento seria o discurso de defesa de Apuleio contra seu enteado e acusador, o jovem Sicinius Pudens, o segundo é uma pesquisa arqueológica desenvolvida pelo *Ludwig Boltzmann Institute for Archaeological Prospection and Virtual Archaeology (LBI ArchPro)* em Carnuntum, próximo a cidade de Viena na Áustria. Este material foi publicado pela Universidade de Cambridge em 2014 e apresenta informações que nos ajudaram a entender a estrutura física da escola de gladiadores e traçamos um paralelo com a estrutura do *Ludus Magnus*.

*O Ludus Magnus foi a principal escola de gladiadores de todo o Império. Construído durante os principados de Domiciano e Trajano, foi definitivamente inaugurado pelo Imperador Adriano. Esta edificação fez parte de um impressionante conjunto de infraestruturas destinadas a apoiar o Amphitheatrum Flavium.*

Cabe, ainda, elencarmos outras três escolas localizadas nas imediações do Coliseu, que fizeram parte desse complexo voltado para o entretenimento. Duas escolas de gladiadores, o *ludus gallicus* e o *ludus dacicus*, e uma terceira escola especializada no treinamento de *venatores*, o *ludus matutinus*. Além dessas três outras escolas, uma série de edificações também foram projetadas, com a finalidade de apoiar os espetáculos: o *spoliarum*<sup>104</sup>, o *saniarium*<sup>105</sup>, o *armamentarium*<sup>106</sup> e o *summum choragium*<sup>107</sup>.

Assim, como apresentamos anteriormente, todo este complexo edificado de acordo com nossa tese fez parte do que conceituamos como entretenimento estruturante. No mapa abaixo podemos identificar as estruturas que compunham este complexo de entretenimento.

---

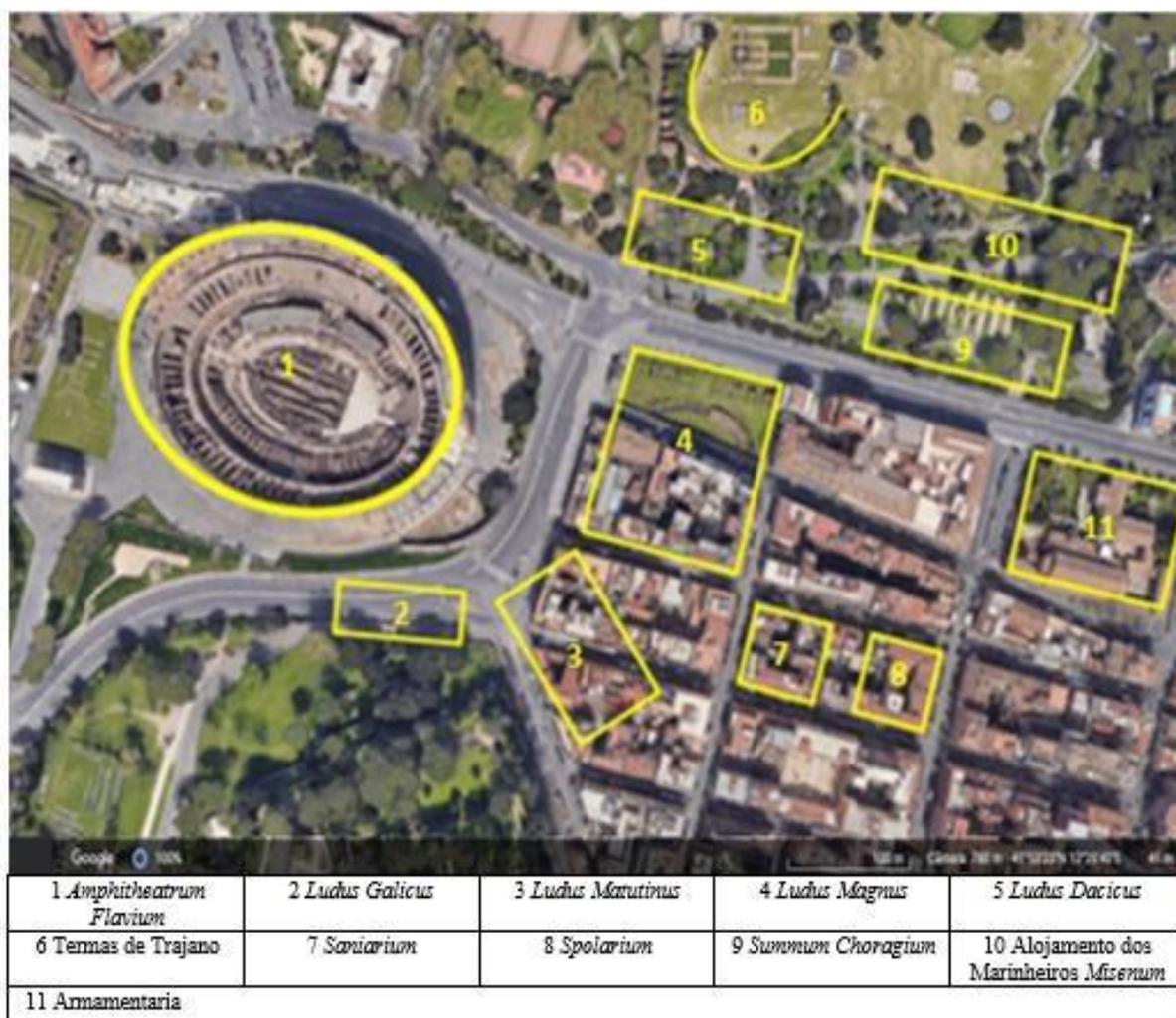
<sup>104</sup> Local para onde eram trazidos os cadáveres dos gladiadores derrotados.

<sup>105</sup> Local destinado a atender os gladiadores feridos durante os espetáculos.

<sup>106</sup> As armas utilizadas na arena pelos gladiadores dos quatro *ludi* eram fabricadas e armazenadas nesta instalação (sala d'armas).

<sup>107</sup> Local destinado ao armazenamento do maquinário e dos cenários utilizados na arena o para as encenações.

Mapa 3 – Localização espacial das estruturas que compunham o complexo de entretenimento de apoio ao Amphitheatrum Flavium.



Fonte: (Mapa autoral) - Acessado em 11/04/2021.

<https://earth.google.com/web/@41.89004072,12.49455149,24.06639009a,756.92344129d,35y,0h,3.12802917t,0r>

A partir do discurso de Apuleio, temos um entendimento pormenorizado da rotina e das pessoas que possuíam algum tipo de atividade na escola de gladiadores. Da mesma forma, a pesquisa ora citada realizada em Carnuntum desvela as estruturas físicas que compunham um *ludus*, utilizando o método de espectroscopia de imagem aérea, indução eletromagnética e radar de penetração no solo o que proporcionou um levantamento pormenorizado das fundações de um grande complexo de edificações desconhecidas até setembro de 2011, quando foi descoberta uma escola de gladiadores (*ludus gladiatorius*) em Carnuntum.

Antecedendo a descoberta do *ludus gladiatorius* na região Carnuntum houve prospecções arqueológicas realizadas entre os anos de 1923 e 1930 (EGGER, 1926; MILTNER, 1933) as quais também identificaram um anfiteatro. Esta estrutura situava-se fora das antigas

muralhas da cidade e foi construído no final do século II d.C. A arena era cercada por arquibancadas que comportavam cerca de 13.000 espectadores.

Dando continuidade ao trabalho, no ano de 1941, outra escavação foi realizada em um prédio a oeste do anfiteatro, porém, não obteve qualquer tipo de resultado satisfatório (KANDLER 2004, p. 46). Contudo, a partir da análise de fotografias aéreas de região teve início uma nova fase da pesquisa, na qual evidências apontavam para estruturas localizadas próximas ao anfiteatro. (NEUBAUER, W. et al, 2014).

Abaixo podemos identificar as ruínas do anfiteatro e a reconstrução virtual do anfiteatro desenvolvida pelo *LBI ArchPro*.



Figura 21 – Ruínas do anfiteatro municipal de Carnuntum. Ao fundo na vegetação sinais dos limites da escola de gladiadores (Foto: Michel Doneus) Fonte: (NEUBAUER, W. et al, 2014).

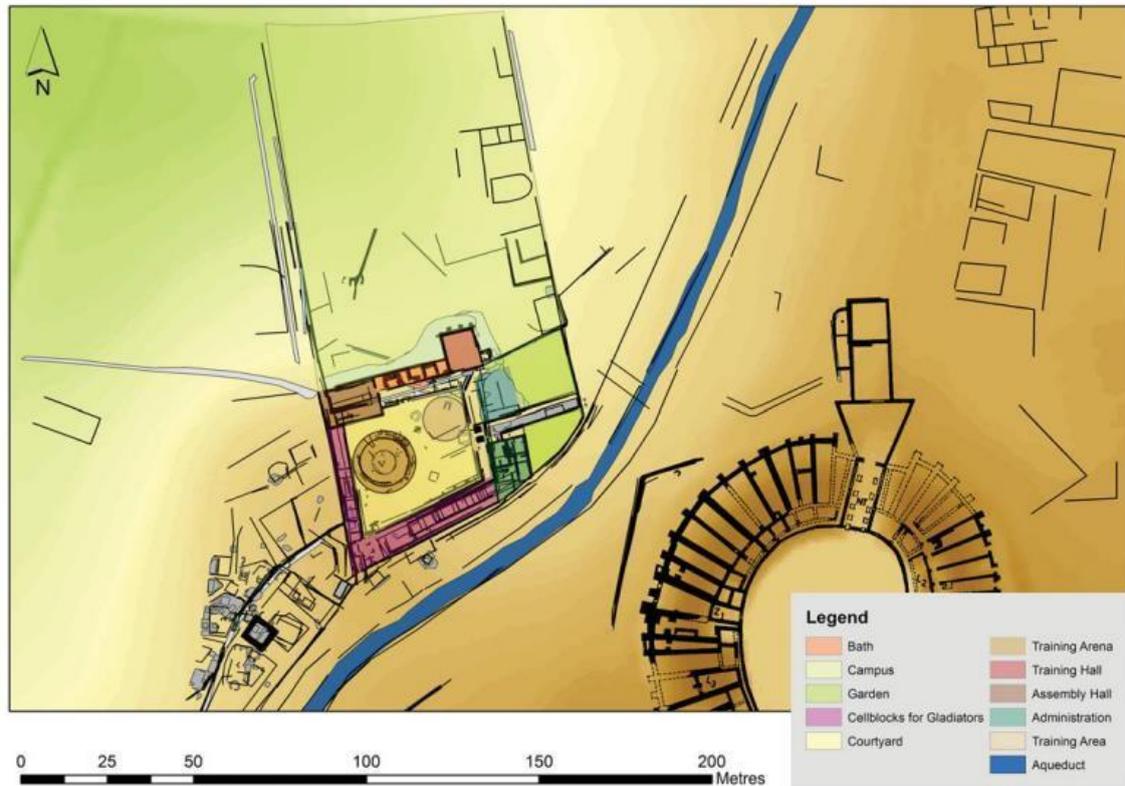


Figura 2 – Reconstrução virtual do anfiteatro de Carnuntum. <https://www.carnuntum.at/en/roman-city-of-carnuntum/the-amphitheaters-of-carnuntum> - acessado em 19/05/2022.

A partir deste edifício monumental era lógico que houvesse uma estrutura de apoio, a fim de suprir as necessidades de homens e materiais aos espetáculos que aconteciam na arena de Carnuntum.

Outro exemplo vem do trabalho desenvolvido pelo *LBI ArchPro* (supracitado), o qual revelou uma arena de treinamento circular, conjuntos de celas, salas de treinamento, áreas de treinamento dos gladiadores, um complexo de banho e uma ala administrativa. Vamos observar o esboço abaixo apresentado por Wolfgang Neubauer.

Figura 23 – Mapa de interpretação arqueológica baseado em GIS da escola de gladiadores em Carnuntum derivado do radar de penetração no solo e dados magnéticos combinados com o modelo topográfico derivado de varredura a laser aerotransportada (gráficos: Wolfgang Neubauer)



Fonte: (NEUBAUER, W. et al, 2014).

Toda esta estrutura nos moldes do *Ludus Magnus* foi desenvolvida para aumentar o rendimento atlético dos guerreiros das arenas, pois estes homens apesar de serem estereotipados como infames, principalmente na capital do Império, eram demasiadamente custosos para o *lanista* e seu valor financeiro poderia chegar a alguns milhares de sestécios, como já foi constatado na seção 2.2 sobre o valor econômico dos gladiadores, da presente pesquisa.

A partir de agora, vamos adentrar a escola de gladiadores. O caminho de acesso ao *ludus Magnus* terminava em um portão frontal separando por dois prédios retangulares. Estes dois edifícios formavam a fachada de todo o complexo de edifícios. De acordo com os dados de prospecção, o edifício sul está num melhor estado de conservação do que o edifício do norte. Os pesquisadores interpretaram esta parte do complexo como o bloco administrativo e aposentos do *lanista*.

Mas, quem era o *lanista* e qual sua função no *Ludus*? Segundo as insinuações de Apuleio, a escola de gladiadores que Pudens, seu enteado, aparentemente frequentava regularmente possuía um *lanista*. Vamos ouvir parte do discurso de Apuleio: “Ele também frequenta a escola de gladiadores, conhece todos os nomes dos gladiadores e suas lutas e feridas;

esta nobre criança está até recebendo instrução do próprio *lanista!*” (APUL. APOLO 98.7). (tradução autoral).<sup>108</sup> De acordo com o filósofo, o *lanista* era um treinador de gladiadores. Mas, contrariando Apuleio, o *lanista*, termo pejorativo vindo de *lanius* (açogueiro), não era apenas um treinador, mas um empresário que administrava a escola, realizava a compra de gladiadores e arranjava contratos para alugar seus infames para espetáculos.

Porém, ser proprietário de uma escola de gladiadores não era algo respeitado pela sociedade romana, muito pelo contrário, era considerada uma atividade desonrosa, pois ter qualquer tipo de envolvimento e lucro advindo de lutas por dinheiro era considerado desonroso, *infamis*<sup>109</sup>. Mas, mesmo diante de todo este quadro, o *lanista* consolidado era um homem rico que possuía representantes em diferentes cidades, a fim de garimpar possíveis gladiadores para seu *ludus*.

Voltemos ao trabalho realizado pelos pesquisadores de Viena. A análise dos estudiosos aponta que existia na entrada do *ludus* uma estrutura que seria o alojamento do *lanista*, como já foi supracitado. Assim, esta constatação ratifica seu status dentro da escola de gladiadores. Ao retomarmos as colocações de Apuleio ele relata que seu enteado, Pudens, recebeu treinamento do “próprio *lanista*”, situação que significaria que o jovem estava recebendo instrução do homem que administrava todo o *ludus*, chegando a conhecer suas *pugnas et vulnera*, (suas lutas e suas feridas).

Presumivelmente, este contato só foi possível em razão do convívio frequente do jovem Pudens no *ludus* e principalmente devido ao seu elevado status social. No entanto, cabe ressaltar que o treinamento de maneira geral era ministrado pelos instrutores especializados da escola de gladiadores, isto é, gladiadores aposentados.

Deste relato de Apuleio podemos extrair informações preciosas ao interpretarmos o *ludus*. Este local, diferentemente do que é colocado ao senso comum, não era similar a uma prisão ou um repositório de delinquentes, e sim um espaço onde era permitido o acesso de familiares dos gladiadores e até mesmo o acesso de jovens (COLEMAN, K. M, 2005) da elite que tivessem interesse em aprender a esgrima gladiatória.

Mais uma vez, segundo o trabalho do *LBI ArchPro*, após ultrapassarmos os portões nos deparamos com um pátio central (Figura 24) onde existiam algumas estruturas voltadas para o treinamento e a preparação física dos guerreiros das arenas. A primeira área de treinamento a

---

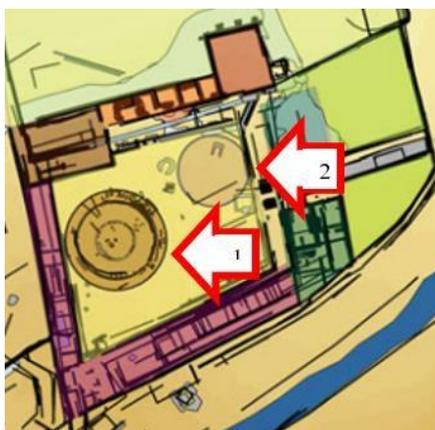
<sup>108</sup> “*in ludo quoque gladiatorio frequens visitur; nomina gladiatorum et pugnas et vulnera plane quidem ut puer honestus ab ipso lanista docetur.*”

<sup>109</sup> De acordo com o conceito legal, atentar para Kaser 1956; Horsmann 2008; e Edwards 1997 para as implicações sociais mais gerais sobre o conceito de infâmia.

ser pontuada era a arena de treinamento. Esta construção era a mais destacada no pátio, pois se tratava de uma edificação circular independente de 19m de diâmetro, que poderia ser entendida como arena de treinamento. Esta arena era rodeada por arquibancadas de madeira assentadas em fundações de pedra que são claramente discerníveis no GPR dados.

No centro da arena foram detectadas evidências de algo similar a um buraco de poste, onde possivelmente estava ancorado o *palus*<sup>110</sup>. Já, no canto nordeste do pátio interno existia outra estrutura circular detectada, por meio dos dados GPR, que sugere uma área de treinamento adicional, no entanto, esta área anexa à arena não possuía local para acomodar o público, sendo apenas uma área voltada para o treinamento dos próprios gladiadores. (NEUBAUER, W. et al, 2014) Abaixo podemos observar a localização aproximada da arena dentro de todo o complexo.

Figura 24 – Extrato da arena circular nº1 e área adicional nº 2



Fonte: (NEUBAUER, W. et al, 2014, p. 184).

Ao nos referirmos ao *palus*, é importante nos atentarmos para o fato de que este meio auxiliar de instrução era de vital importância para a hierarquia dentro da escola, isto é, dentro da estratificação dos gladiadores, visto que não era permitido a um novato utilizar o *palus* com um veterano. Mais à frente buscaremos clarificar esta hierarquização dos gladiadores.

Como se processava a organização e a estratificação de funções dos instrutores no *ludus*? No topo desta hierarquia estavam os *doctores*, estes eram gladiadores aposentados que se destacaram na arma e que passaram a ensinar na escola de gladiadores. Porém, devido à idade avançada ou a condição física debilitada, estes homens eram auxiliados pelos *magistri*. (CARTER, 1999, p. 263 - 264). Ao contrário dos *doctores* estes instrutores eram gladiadores recém aposentados ou ainda na ativa, mas que ainda não possuíam o *know-how* para exercer a

<sup>110</sup> Um poste de madeira de dois metros de altura, no qual o gladiador executava golpes com o *rudius* e com o escudo.

função de *doctores*. Assim, sua principal responsabilidade era ensinar as técnicas e a arte de esgrimir (fintas, ganchos, chaves) (ROUECHÉ, 1993, p.64-68) aos gladiadores mais novos.

Após anos de serviço como gladiador, era possível libertar-se do controle de um *lanista*, simbolizado por meio da outorga da *rudis*, a espada de madeira usada no treinamento. Assim, o gladiador era chancelado como *rudarius*,<sup>111</sup> ganhando sua liberdade.

A fim de dar continuidade a sua vida, estes homens de maneira geral retornavam ao ludus como um *auctoratus*, pois era o único tipo de atividade que sabiam desempenhar. Desta maneira, na maioria das vezes estes homens tornavam-se instrutores da *gladiatorium familia* como já foi supracitado.

Outra maneira comum dos gladiadores aposentados ganharem a vida era torna-se um “agente livre”, esses homens recebiam uma avaliação máxima (*aestimatio*) de 12.000 sestércios, presumivelmente tratava-se de um pagamento dado a eles por uma aparição em espetáculos. (CARTER, 2003, p. 99 - 100).

A principal e mais árdua tarefa destes habilidosos guerreiros das arenas (*magistri*, *doctores* e *lanista*), no dia a dia do ludus, era transformar homens duros, corpulentos e indesejáveis em gladiadores disciplinados. Para isso se tornar real era necessário que estes aspirantes a gladiadores conseguissem dominar diversas habilidades que eram adquiridas ao longo do tempo por meio dos ensinamentos colhidos dos instrutores. Para que isso acontecesse era uma prática usual que o homem ou mulher que pleiteava tornar-se um gladiador teria de prestar um juramento (*auctoramentum*) e, a partir de então, seria exigido do aspirante a gladiador uma disciplina rígida<sup>112</sup>.

Cabe destacar que a tarefa era ainda mais dificultada, tendo em vista que grande parte dos recém-chegados não falava latim, mas línguas desconhecidas dos *magistri* e dos *doctores*. Nos *ludi* não só lhes ensinaram técnicas de luta, como também incutiram neles a personalidade de gladiadores, criando neles o orgulho de pertencer a uma *gladiatorium familia*.

<sup>111</sup> Suet. Tib. Livro III, v .7.1.

<sup>112</sup> PETRONIUS, Satyricon, CXVII: *uri, vinciri, verberari, ferroque necari*; EPITETO, Disc. 29.2: δεῖ σ' εὐτακτεῖν, ἀναγκοτροφεῖν, ἀπέχεσθαι περμμάτων, γυμνάζεσθαι πρὸς ἀνάγκην, ἐν ᾧρα τεταγμένη, ἐν καύματι, ἀγύχει, μὴ ψυχρὸν πίνειν, μὴ οἶνον, ὡς ἔτυγεν, ἀπλῶς ὡς ἰατρῶ παραδεδωκέναι σεαυτὸν τῷ ἐπιστάτῃ, εἶτα ἐν τῷ ἀγῶνι παρέρχεσθαι, ἔστι δὲ ὅτε χεῖρα βαλεῖν, σφυρὸν στρέψαι, πολλὴν ἀφὴν καταπιεῖν, ἔσθ' ὅτε μαστιγωθῆναι καὶ μετὰ τούτων πάντων νικηθῆναι. (EPITETO, 2012, p.38). “É preciso ser disciplinado, submeter-se a um regime alimentar, abster-se de guloseimas, exercitar-se obrigatoriamente na hora determinada (tanto no calor como no frio), não beber água gelada nem vinho, mesmo que ocasionalmente. Em suma, <é preciso> confiar-se ao treinador como ao *doctore*. Depois, <é preciso> lançar-se à luta e, por vezes, machucar as mãos, torcer o tornozelo e engolir muita areia. Às vezes, tanto ser fustigado quanto, depois de tudo isso, ser vencido.” (Tradução: Alfredo Julien)

Os *doctores* ensinavam mais que técnicas e táticas de combate. Ensinavam aos gladiadores a sobreviverem na arena. Os instrutores insistiam que o corpo deveria ser coberto de forma eficaz com o escudo, especialmente o torso nu. Eles também ensinavam a golpear com a ponta do gládio e não com as bordas, já que perfurar causava ferimentos mais profundos e letais do que cortar. Porém, se ambos os gladiadores concordassem em não ferir um ao outro, é claro que evitariam se espetar, dando mais importância aos cortes na troca de golpes<sup>113</sup>. Vejamos a colocação de Vegecio:

“Além disso, eles estavam aprendendo não a cortar, mas a bater à queima-roupa. Para aqueles que estavam lutando, a batalha não foi apenas facilmente derrotada, mas também ridicularizada pelos romanos. Pois a matança, seja qual for o ataque que vier, muitas vezes não mata, quando tanto as armas vitais quanto os ossos são defendidos; mas contra os pontos duas polegadas estão presas ao mortal; pois é necessário que os vitais penetrem em tudo o que estiver imerso. Então, enquanto o abate está sendo realizado, o braço direito e o lado são expostos; mas as pontas são levadas ao teto com o corpo e o adversário é morto, antes que ele veja” (VEGECIO, *De Re Militari*, 1.12) (Tradução autoral)

Da mesma forma, no *ludus* os gladiadores aprendiam a realizar movimentos elegantes, não exagerados, inúteis ou supérfluos, a fim de economizar energia se a luta perdurasse por um tempo. Os *doctores* alertavam que muitas vezes o perigo não estava tanto nas lesões sofridas pelo adversário, mas em como as lesões do oponente poderiam modificar os destinos da contenda. Um oponente mortalmente ferido tornava-se mais perigoso, pois tinha consciência que não tinha mais nada a perder.

Um dos ensinamentos disseminados pelos *doctores* é que o gladiador acima de tudo deveria conquistar os espectadores, pois sua vida dependia da opinião do público. Assim, juntamente com a arte de esgrimir, eles também eram ensinados a cativar o público. Em Roma existia ainda um jogo de sedução direcionado às Vestais, pois estas decidiam o veredicto dos combates. O jornalista francês Roland Auguet nos apresenta suas impressões extraídas das reflexões de Cícero e Sêneca. Vamos dar luz à fala de Auguet:

Os gladiadores, na verdade, aprenderam a morrer da mesma forma que aprenderam a lutar. Nada contava tanto aos olhos do público quanto aquela atitude de se mostrar mestre e mestre do menor gesto antes da morte: se um gladiador não o possuía, era uma pena, não só para ele, mas para todo o comunidade, que o fez, ele condenou como uma afronta e uma degradação: "Nós odiamos", diz Cícero, "os gladiadores que imploram para viver". Mas coragem não é suficiente. Como bem sublinham Cícero e

<sup>113</sup> VEGECIO, *De Re Militari*, 1.12: “*Praeterea non caesim sed punctim ferire discebant. Nam caesim pugnantes non solum facile vi-cere sed etiam derisere Romani. Caesa enim, quovis impetu veniat, non frequenter interficit, cum et armis vitalia defendantur et ossibus; at contra puncta duas uncias adacta mortalis est; necesse est enim, ut vitalia penetret quicquid inmergitur. Deinde, dum caesa infertur, brachium dextrum latusque nudatur; puncta autem tecto corpore infertur et aduersarium sauciat, antequam videat*”

Sêneca, para merecer elogios é preciso antes de tudo saber evitar o reflexo no último momento: encostar a mão na espada, ou cobrir o rosto, tentar esconder o pescoço, contrair os membros, ou ingenuamente retirando a cabeça. É preciso conseguir fazer com que os músculos cumpram os princípios simples que o *lanista*, sem ironia, repetiu milhares de vezes durante os exercícios: apresentar o pescoço ao adversário; dirigir contra si mesmo, se necessário, a ponta da espada que o cansaço pode fazer tremer na mão do vencedor, receber finalmente o golpe, como diz Cícero, "com todo o corpo". Os gladiadores morriam sem tirar os elmos; tirá-lo seria mostrar outra cara, distorcer o jogo e quebrar, perante o público, uma cumplicidade que, sem dúvida, constituía o alimento indispensável da enorme emoção vivida durante aqueles espetáculos. (AUGUET, 1972, p. 52)

As habilidades de atuação do gladiador podiam ser rentáveis, já que os editores queriam as estrelas que lotavam os anfiteatros para seus jogos. Quanto mais famoso era o gladiador, mais caro era o contrato e, conseqüentemente, maior era o valor pago pelo *editor* ao *lanista*, proprietário do *ludus*, ao qual pertencia o gladiador.

Na escola de gladiadores existia uma progressão hierárquica, por isso o tratamento recebido pelos aspirantes a gladiador estava condicionado principalmente pela sua origem: os condenados eram submetidos a uma vigilância mais rigorosa (SÊNeca, *Epistulae*, 8.70.20.), pois, se fugissem, o Estado poderia responsabilizar o *lanista*; os escravos gozavam de mais liberdade e, se ocorresse uma fuga, era responsabilidade exclusiva do *lanista*; os gladiadores voluntários desfrutavam de liberdade quase total. De fato, alguns viviam fora do *ludus*, em casa, com a esposa e os filhos, e iam ao *ludus* apenas para treinar. Aqueles que não tinham casa própria recebiam um quarto no *ludus*.

Os aspirantes a gladiador eram denominados *tirones* (recruta bruto), este era o estrato mais baixo da hierarquia no *ludus*. Durante o processo de seleção e treinamento, atenção especial era dada aos canhotos. Esta característica agregava valor ao gladiador, pois essa qualidade era muito apreciada.

Até os dias atuais, em esportes como tênis, esgrima ou no boxe (COLEMAN, 1996, p.196), existe uma valorização por este tipo de atleta. Não há uma explicação científica para esta predileção, mas existem artigos que tratam a questão. Dentre estes estudos podemos citar o artigo “*Effects of left- or right-hand preference on the success of boxers in Turkey*” (GURSOY, 2009). Neste estudo publicado no Jornal Britânico de medicina desportiva, o autor, Recep Gürsoy, nos apresenta resultados tabulados que fazem uma análise quantitativa de lutadores destros e canhotos. Os resultados apontam para um sucesso maior dos lutadores canhotos no caso do boxe.

Após esta breve análise pela predileção por guerreiros canhotos, vamos retomar nossa escala hierárquica dos gladiadores no *ludus*. Após o primeiro estágio como *tirones*, existia uma progressão dentro dos diferentes escalões de gladiadores veteranos (GRANT, 1970, p.100),

progredindo para o status de *magistri, doctores* e, finalmente, para *lanista*. Esta hierarquia era importante também para criar um espírito de corpo no *ludus*, algo que transpassava os muros da escola e era levado para o resto da vida. O primeiro estágio na condição de *tirone* perdurava até que o novato saísse vivo de sua primeira luta. A partir desse feito ele passava a condição de veterano.

Como vimos, os jovens gladiadores aprendiam com os veteranos a sentir respeito e admiração pelos *doctores*, antigas estrelas dos espetáculos. Estes sobreviventes das arenas ensinavam pelo exemplo, lembravam as lutas passadas e as técnicas usadas e mostravam os ferimentos que tiveram como resultado. Exemplo disto foi o relatado de Apuleio em seu discurso, no qual o autor observa que seu enteado, Pudens, aprendeu até mesmo o *pugnae et vulnera* dos gladiadores durante suas frequentes visitas ao *ludus*. Esta dupla função como gladiador e treinador é observada por Martial em seu pequeno poema sobre o gladiador Hermes, *et gladiator et magister*.<sup>114</sup> Vamos dar voz ao poeta:

Hermes, que encanta seu século e Roma;  
Hermes, hábil em todos os tipos de armas;  
Hermes, gladiador e treinador;  
Hermes, terror e pavor de seus rivais;  
Hermes, medo exclusivo de Hélio;  
Hermes, o único que derrotou Advolante;  
Hermes, capaz de vencer sem ferimentos;  
Hermes, o insubstituível;  
Hermes, que enriquece quem aluga as cadeiras;  
Hermes, preocupação e angústia das esposas dos gladiadores;  
Hermes, soberbo no manejo da lança;  
Hermes, ameaçando com o tridente de Netuno;  
Hermes, terrível sob o capacete com a pluma esvoaçante;  
Hermes, glória de Marte em todos os combates;  
Hermes, único em tudo e três vezes um. (Tradução autoral)

Assim, graças ao trabalho desenvolvido pelos instrutores no *ludus* as verdadeiras estrelas do espetáculo, os gladiadores, ganhavam desenvoltura e agilidade para entreter as multidões. Antes de entendermos como se processavam as atividades desenvolvidas pelos gladiadores na escola, vamos demarcar a localização espacial do guerreiro das arenas, quais instalações eram utilizadas e qual sua finalidade, pois assim teremos melhores condições de mensurar a importância dispensada pelo *lanista* ao seu principal investimento.

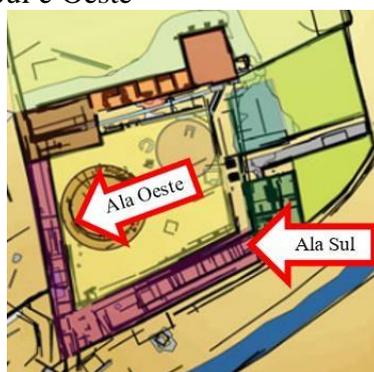
---

<sup>114</sup> MARCIAL, Epigram. 5, 24: “*Hermes Martia saeculi voluptas / Hermes omnibus eruditus armis / Hermes et gladiator et magister / Hermes turbo sui tremorque ludi / Hermes, quem timet Helius, sed unum / Hermes, cui cadit Advolans, sed uni / Hermes vincere nec ferire doctus / Hermes subpositicius sibi ipse / Hermes divitiae locariorum / Hermes cura laborque ludiarum / Hermes belligera superbus hasta / Hermes aequoreo minax tridente / Hermes casside languida timendus / Hermes gloria Martis universi / Hermes omnia solus et ter unus*”.

Para isso, vamos, mais uma vez, nos basear na pesquisa desenvolvida pelo *LBI ArchPro*, pois a partir dela teremos melhores condições de analisar a estrutura do *ludus* utilizada pelos gladiadores.

As acomodações estavam localizadas na ala Sul e, talvez, parcialmente na ala Oeste do complexo de edifícios. A Ala Sul mostra uma linha central de pequenas celas de 3 - 7m<sup>2</sup> de área dispostas dentro de um bloco de celas alongado (tamanho total de 130m<sup>2</sup>), que poderia ser acessado pelo Norte e pelo Sul, conforme indicado pelos respectivos corredores. Este mesmo projeto também é encontrado no quartel no *Ludus Magnus*. (NEUBAUER, W. et tal, 2014, p. 185). Abaixo vemos no esboço a parte roxa que delimita a área de acomodação dos gladiadores.

Figura 25 – Acomodações Ala Sul e Oeste



Fonte: (NEUBAUER, W. et tal, 2014, p. 184).

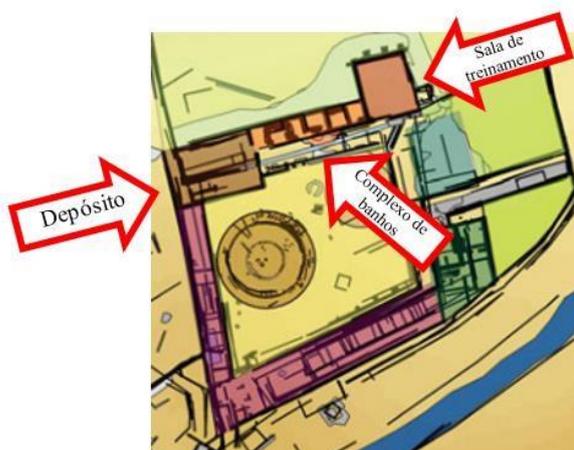
A pesquisa aponta que as Alas Oeste e Sul eram interligadas por um edifício de canto de aproximadamente 90m<sup>2</sup>. Esta área provavelmente foi usada pelos instrutores ou outros funcionários. As medições do GPR indicam ainda que o edifício de esquina era acessível a partir do pátio por uma porta bem no canto do *Ludus*. A Ala Sul dos prédios da escola e o alojamento do *lanista* na entrada do complexo tinham pelo menos dois andares, como indicam os corredores de escada. A partir da dimensão das celas e do número de andares, a pesquisa aponta que a ala Sul do *Ludus* comportava aproximadamente 75 gladiadores. (NEUBAUER, W. et tal, 2014, p. 185).

Dentro do complexo ainda existiam outras áreas voltadas para atender ao programa de treinamento dos gladiadores. Podemos destacar na Ala Norte (canto nordeste) uma estrutura de formato retangular com dimensões internas de 8,7 m × 10,5 m. Nesta sala, o radar de penetração detectou por meio das ondas de sondagem um grande forno, o *praefurnium* de 6,5m<sup>2</sup>. A partir desta estrutura os pesquisadores relataram: “pela nossa experiência, isso indica claramente a presença de um sistema de *hypocaustum* para piso radiante” (NEUBAUER, W. et tal, 2014, p.

186). Assim, provavelmente esta estrutura seria uma sala de treinamento aquecida ou um salão de assembleia.

Ainda na Ala Norte, foram detectadas estruturas similares a um complexo de banho com bancos indicando a presença de uma piscina, segundo os pesquisadores. Toda esta estrutura era interligada por meio de um sistema de esgoto. No extremo Noroeste da Ala Norte existia um edifício retangular que era acessado por dentro e por fora do Ludus, provavelmente era utilizado como depósito (NEUBAUER, W. *et tal*, 2014, p. 187). No esquema abaixo podemos identificar as estruturas acima apresentadas.

Figura 26 – Infraestrutura de apoio aos gladiadores



Fonte: (NEUBAUER, W. *et tal*, 2014, p. 184).

A pesquisa realizada por mais de 15 anos, no sítio arqueológico em Carnuntum, utilizou ao longo deste tempo técnicas sofisticadas de arqueologia, que abriu novos horizontes e possibilitou materializar as estruturas de apoio aos gladiadores. No entanto, ainda carecem informações sobre a área destinada aos feridos e aos que necessitam de cuidados médicos, bem como áreas de rancho e confecção de alimentos, mas, a possibilidade de traçar um paralelo com a estrutura do *Ludus Magnus* descortina o quanto de recurso era investido em termos de estrutura para dar melhores condições de treinamento aos gladiadores.

O investimento por parte do *lanista* com a manutenção do *ludus* era substancial, pois de maneira geral o custo para prover um gladiador era demasiadamente alto. Assim, era importante que o combatente estivesse sempre nas melhores condições físicas possíveis. Para isso, ele deveria treinar o ano todo, mesmo em momentos frios, tendo em vista existirem estruturas que proporcionavam temperaturas mais amenas para o treinamento.

Os ensinamentos eram ministrados em sessões pela manhã e à tarde. Terminado o dia de exercícios, o gladiador tinha a possibilidade de usufruir de sua estada no *ludus*. Após os

treinamentos exaustivos era importante que o gladiador tivesse condições de se alimentar e recuperar-se fisicamente, e para isso poderia desfrutar de um banho romano totalmente equipado. Todo este aparato proporcionado pelo *ludus* ratifica nosso posicionamento de que o gladiador era um atleta e o seu custo era muito elevado.

Logicamente, morar em uma escola de gladiadores tinha suas vantagens e desvantagens. As desvantagens eram os castigos corporais, a rotina diária ou não poder sair do *ludus* quando queria. E as vantagens eram ter garantido alimentação, uma infraestrutura para treinamento, abrigo e segurança pessoal contra ladrões e criminosos. Portanto, o *ludus* era um lugar tranquilo e seguro, a selva ficava do lado de fora<sup>115</sup>.

Em alguns *ludi*, como o de Cápua, a vigilância dos guardas e as condições eram tão duras que os gladiadores fugiam (revolta liderada por Spartacus). A partir deste incidente, a vigilância foi aumentada. Assim, qualquer motim era rapidamente reprimido pelos guardas, uma vez que os gladiadores não tinham acesso às armas, que eram guardadas no *armamentarium*.

O armamento só era entregue durante o treinamento e era novamente recolhido após o término da atividade. Além disso, as armas utilizadas eram de madeira. Os equipamentos de defesa eram os únicos elementos metálicos utilizados no treino pelos atletas.

Como atleta era necessário técnica, força, arrojo e coragem. Todas estas características eram adquiridas de forma paulatina. Existia um caminho a ser percorrido desde o juramento até tornar-se verdadeiramente um gladiador. Este parece ter sido o desejo de Pudens e outros jovens romanos: receber treinamento com armas e buscar instrução em um *ludus*.

A principal atividade que acontecia no *ludus* era o treinamento tanto físico como com armas. Os romanos acreditavam que o treinamento físico (*exercitio*) era primordial para a melhora do condicionamento físico, mas também da vontade e do caráter. Estes elementos foram amplamente evidenciados pelo estrategista militar Vegecio<sup>116</sup>. A fim de aprimorar a condição física do gladiador, o treino era baseado nos conhecimentos herdados dos treinadores gregos, que, desde o século VIII a.C. preparavam seus atletas para os Jogos Olímpicos<sup>117</sup>.

Desta forma, esportes gregos como a luta livre e *pankration*, foram fundamentais para aprimorar o treinamento físico dos gladiadores. Plínio, o Jovem, destaca que uma prática comum que os *ludi* utilizavam era ter um treinador-adjunto de origem grega no seu plantel, pois

---

<sup>115</sup> JUVENAL, Sat., 3.8-9, Chama Roma de uma cidade selvagem (*saevae urbis*).

<sup>116</sup> VEGECIO, *De Re Militari*, 1.1: “Pois de nenhuma outra maneira vemos que o povo romano subjugou o mundo, exceto pelo exercício das armas, pelo treinamento de acampamentos e pela prática da guerra.”

<sup>117</sup> MORENTE, A. Treinamento para os antigos jogos olímpicos em GUILLÉN, M. (Ed.), Os jogos olímpicos na história do esporte (CÓRDOBA, 2008, p.103).

estes desenvolviam um ciclo de treinamento de quatro dias (*tetrada*) que fora absorvido no *ludus* como uma boa prática para a preparação física dos gladiadores<sup>118</sup>.

Outra atividade relevante na preparação dos gladiadores foi o levantamento de peso como um treinamento de força e ganho de massa muscular. Esta modalidade de treinamento era dividida em dois tipos de sessão. A primeira era o *halterae* de grande peso (pedra ou metal), onde o praticante levantava o peso com os braços estendidos do chão até a cintura ou como se fosse carregá-lo. Alguns desse *halterae* chegavam a possuir uma carga superior a 100 kg (CROWTHER, 1977, p.111-120). A fim de facilitar o manuseio desses objetos a pegada era esculpida, com a finalidade de proporcionar maior conforto ao praticante no momento da execução do exercício. (HARRIS, 1972, p.148) A segunda forma de exercício era o *halterae* de pouco peso. Esta modalidade era utilizada para exercícios de braço. O tipo de *halterae* utilizado neste exercício era confeccionado em bronze ou ferro com cargas variando entre 2 a 20 Kg. (CROWTHER, 1977, p.118)

O treinamento com *halterae* conjugado com *tetrada* aumentava o condicionamento e a força, pois os gladiadores tinham que desenvolver resistência física para aguentar os 10 ou 15 minutos que durava uma luta na arena. Contudo, outro fator foi importante para desenvolver destreza, habilidade e principalmente resistência aos gladiadores: a utilização de armamentos mais pesados durante os treinos.

O *rudis* e o resto das armas que empregadas no treino, ou contra o *palus*, pesavam mais do que as armas utilizadas nas arenas durante os espetáculos. Esse foi um dos artifícios de treinamento que foi repassado ao exército<sup>119</sup>. O resultado obtido era maior velocidade no manuseio das armas reais. Vamos ouvir o que Vegetio tem a nos falar:

---

<sup>118</sup> ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, 3.3. O primeiro dia era voltado para exercícios preparatórios, segundo dia trabalho intenso, terceiro dia relaxamento e no último dia um trabalho de média intensidade.

<sup>119</sup> VEGECIO, *De Re Militari*, 1.11-12: “*Antiqui, sicut invenitur in libris, hoc genere exercere tirones. Scuta de vimine in modum cratium conrotundata texebant, ita ut duplum pondus cratis haberet, quam scutum publicum habere consuevit. Idemque clavas ligneas dupli aequae ponderis pro gladiis tironibus dabant. Eoque modo non tantum mane sed etiam post meridiem exercebantur ad palos. Palorum enim usus non solum militibus sed etiam gladiatoribus plurimum prodest. Nec umquam aut harena aut campus invictum armis virum probavit, nisi qui diligenter exercitatus docebatur ad palum ... Ideoque ad dimicandum hoc praecipue genere usos constat esse Romanos; dupli autem ponderis illa cratis et clava ideo dabantur, ut, cum vera et leviora tiro arma sumpsisset, velut graviore pondere liberatus securior alacriorque pugnaret*”

“Os antigos, conforme constam nos livros, treinavam os recrutas dessa maneira. Eles teciam escudos de vime em forma de barras, de modo que o peso da barra era o dobro do escudo público. E eles deram os mesmos tacos de madeira de peso duplo aos recrutas para espadas. Dessa forma, eles eram treinados não apenas pela manhã, mas também à tarde nas fogueiras. Pois o uso de estacas é de grande benefício não apenas para os soldados, mas também para os gladiadores. Nem a areia nem o campo jamais provaram um homem de armas invencível, exceto aquele que foi cuidadosamente treinado para a fogueira ... E, portanto, é evidente que os romanos estavam especialmente acostumados a esse tipo de luta; e aquelas barras e maças de peso duplo foram dadas para que, quando ele pegasse as armas verdadeiras e mais leves do soldado, ele lutasse com mais confiança e energia, como se estivesse livre de um peso maior. (VEGECIO, *De Re Militari*, 1.11-12) (Tradução autoral)

Ao nos preocuparmos com a instrução e o treinamento nos deparamos com todo um aparato disponibilizado para os gladiadores no *ludus*. Esta prospecção nas estruturas da escola de gladiadores foi facilitada pela pesquisa desenvolvida pelo *LBI ArchPro*. Porém, como os próprios pesquisadores apresentam no artigo, ainda existem estruturas que não foram contempladas até o presente momento mais que serão abordadas em pesquisas futuras.

Dentre estas estruturas existiam uma área voltada para atender a higidez dos gladiadores. Por tratar-se de uma atividade que estava relacionada com a violência a presença de médicos era fundamental para atender as enfermidades advindas dos treinos ou das contendidas nas arenas. Assim, em todos os *ludus* e ou anfiteatros havia pelo menos um médico par atender qualquer tipo de enfermidade. O mais famoso médico a atuar em uma escola de gladiadores foi Galeno, que trabalhou no anfiteatro de Éfeso. (NUTTON, 1973, p. 158-171) Os médicos dos gladiadores absorveram muito do conhecimento e da bagagem dos médicos dos atletas gregos.

Documentos relatam sobre os cuidados médicos dispensados aos gladiadores, mas as informações mais precisas foram encontradas nos esqueletos dos gladiadores do cemitério de Éfeso, onde os restos exumados provam que estes homens recebiam uma atenção médica especial. (CURRY, 2008, p. 28 - 30) A dieta era considerada um elemento essencial para preservar a saúde e alcançar o máximo desempenho esportivo, por isso uma das principais tarefas do médico era preparar uma dieta que permitisse ao gladiador realizar o máximo de suas possibilidades. Nesse sentido, o próprio Galeno relata:

Os atletas pensam que talvez participem de alguns dos bens do corpo. Seus exercícios criam saúde, o maior bem corporal? Se ouvirmos Hipócrates, em ninguém encontramos uma diátese mais instável: *O desenvolvimento extremo que os atletas adquirem é enganador. A manutenção da saúde depende de evitar a saciedade na alimentação e a fadiga no exercício. Fadiga, alimentação, bebida, sono, sexo, tudo com moderação.*

Os atletas fazem exatamente o oposto. Eles se cansam até o limite e depois comem em excesso, prolongando sua refeição muitas vezes até o meio da noite. Regras análogas àquelas que orientam o exercício e a alimentação regulam também o sono. Na hora em que as pessoas que vivem de acordo com as leis da natureza param de

trabalhar para almoçar, os atletas se levantam. Parecem ter prazer em obrigar-se com a loucura dos coribantes a agir contrariando os preceitos do divino ancião.

Levar uma vida contrária aos princípios de higiene os torna muito mais favoráveis à doença do que à saúde. Hipócrates, creio eu, teve o mesmo sentimento quando afirmou: "O desenvolvimento atlético não é natural, a condição saudável é melhor"; declarando assim que seu modo de vida é contra a natureza. Ele nunca usa a palavra "condição" em conexão com o adjetivo atlético, não querendo empregar uma expressão pela qual os antigos descreviam o estado dos indivíduos em perfeita saúde. A condição é um estado permanente que muda com dificuldade, enquanto o desenvolvimento atlético, levado ao extremo, está sujeito a mudanças. Levado ao mais alto grau, ele não pode crescer, e incapaz de permanecer estacionário, ele só pode se deteriorar.

Enquanto os atletas exercem sua profissão, seu corpo permanece nesse estado perigoso. Quando param, caem em um estado ainda mais perigoso. Alguns morrem pouco depois, outros vivem um pouco mais, mas nunca atingem a velhice, ou se o fazem, assemelham-se exatamente aos sacerdotes de Homero: "Mancando, disformes e vesgos".

Assim como as paredes abaladas até os alicerces pelas máquinas de guerra caem facilmente no próximo ataque, os atletas, com seus corpos enfraquecidos pelos solavancos que receberam, estão predispostos a adoecer à menor provocação. Seus olhos geralmente fundos tornam-se prontamente o centro de fluxões; seus dentes, tão prontamente feridos, caem. Com músculos e tendões frequentemente rompidos, suas articulações tornam-se incapazes de resistir à tensão e deslocam-se facilmente.

Do ponto de vista da saúde, nenhuma condição é mais miserável. Com razão, pode-se dizer que eles foram perfeitamente nomeados, uma vez que a palavra *athletai* (atletas) é derivada de *athlioi*, que significa infeliz, ou o último do primeiro, ou ambos vêm da fonte comum *athliotes*, que significa miserável.<sup>120</sup>

Devido às exigências de força impostas no treinamento dos gladiadores, como foi supracitado, a carne era um alimento presente na dieta para aumentar a massa muscular e a força<sup>121</sup>. Junto com a carne, fonte de proteína, a dieta era complementada com alimentos ricos em carboidratos, como a cevada. Plínio, o Velho, relata que os gladiadores eram chamados de *hordearii* (comedores de cevada)<sup>122</sup>.

Outras iguarias como infusões de madeira e ossos, muito ricos em cálcio, ajudavam a fortalecer os ossos e a recuperá-los mais facilmente em caso de fraturas. Os ossos recuperados em Éfeso apresentaram níveis de cálcio superiores à população normal.<sup>123</sup> Também complementavam a dieta dos gladiadores legumes, especialmente feijão, como indica os restos da Necrópole de Éfeso.<sup>124</sup>

<sup>120</sup> Este estrato da tradução da *Exortatio ad Artes Addiscendas* de Galeno, de Joseph Walsh, MD, foi publicada pela primeira vez no periódico *Medical Life*, vol. 37, p.507-529, 1930. A presente edição foi levemente editada e codificada em HTML para Ancient Medicine/Medicina Antiqua por Lee Pearcy em abril de 1996 e posteriormente reformatada por Jason Davies no início de 2004.

<sup>121</sup> CIPRIANO, *Ad Donatum*, 7 (ingesta de carne).

<sup>122</sup> PLÍNIO, *NH*, 18.14: "O mais antigo dos alimentos é a cevada, como aparece no rito ateniense Menandro, o autor relata que os gladiadores, que eram chamados *hordearii*." A análise dos restos dos gladiadores do cemitério de Éfeso confirma que a cevada era um alimento predominante em sua dieta.

<sup>123</sup> PLÍNIO, *NH*, 36.27.69 (sobre a infusão de cinzas).

<sup>124</sup> GALENO, *De aliment. facul.*, 1.19.

As refeições no *ludus* não tinham um sabor muito agradável. Neste sentido, Quintiliano diz: "a comida de um gladiador, certamente não é muito saborosa, mas fortalece o corpo"<sup>125</sup>.

Por fim, todos os estudos levantados até o momento, na presente pesquisa, corroboram com nossa afirmação de que realmente existiu uma economia robusta que dava suporte aos espetáculos de gladiadores. Prova disso foi toda a estrutura desenvolvida nas escolas de gladiadores para dar suporte ao investimento principal da “companhia” o gladiador. Esta economia foi responsável por alavancar milhões de sestécios e esta força econômica fica mais evidenciada, quando o próprio Imperador começa a tratar o espetáculo nas arenas como uma atividade de Estado.

---

<sup>125</sup> QUINTILIANO, *Declamationes maiores.*, 9.5.

*Ofereci ao povo um espetáculo de uma batalha naval além do Tibre onde agora se ergue o bosque dos césaes, o solo tendo sido escavado por um comprimento de 548 metros e uma largura de 365 metros. Nesse espetáculo trinta navios com aríetes, trirremes ou birremes, e um grande número de navios menores entraram em conflito. Nessas frotas lutaram cerca de três mil homens, excluindo os remadores. (Res Gestae, IV, 23)*

### 3 UM NOVO CENÁRIO

#### 3.1 Regulamentado pelo Império ou gosto pessoal do Imperador

Neste momento de nossa pesquisa é importante destacarmos que todas estas altas cifras que foram dispendidas para a aquisição de gladiadores, preparação e montagens de infraestrutura que apoiasse os espetáculos, só foi possível devido a uma condição favorável que foi sendo preparada paulatinamente e teve seu principal momento durante o início do principado, mais especificamente, durante o reinado de Augusto.

Augusto, o primeiro Imperador<sup>126</sup> romano, veio a falecer em 19 de agosto de 14 d.C., com aproximadamente setenta e seis anos de idade. É sabido que ao final da vida ele escreveu quatro documentos que foram selados e confiados às Vestais, a fim de que fossem lidos, no Senado, após sua morte.

Da mesma forma, Suetônio na obra “A vida dos doze Césares” escreve de maneira pormenorizada as vontades de Augusto por ocasião de sua morte. Vamos dar luz ao relato de Suetônio:

no terceiro dia antes das nonas de abril, um ano e quatro meses antes de morrer, em dois cadernos, escritos em parte de sua própria mão e em parte no de seus libertos Políbio e Hilarion. Foi levado pelas virgens vestais que o haviam recebido em depósito com mais três rolos, que foram igualmente selados. Todos estes foram abertos e lidos no senado. Ele nomeou como seus principais herdeiros Tibério, para receber dois terços da propriedade, e Lívia, um terço; este também ordenou que assumissem seu nome. Seus herdeiros em segundo grau era Druso, filho de Tibério, para um terço, e para o resto Germânico e seus três filhos homens. Na terceira série, ele mencionou muitos de seus parentes e amigos. Deixou ao povo romano quarenta milhões de sestércios; para as tribos três milhões e quinhentos mil; aos soldados da guarda pretoriana mil cada; para as coortes da cidade quinhentos; e aos legionários trezentos. Essa quantia ele ordenou que fosse paga de uma vez, pois sempre a mantinha à mão e pronta para o efeito. Ele deu outros legados a vários indivíduos, alguns chegando a vinte mil sestércios, e providenciou o pagamento destes um ano depois, dando como desculpa para o atraso o pequeno valor de sua propriedade, e declarando que não mais de cento e cinquenta milhões viriam para seus herdeiros; pois embora tivesse recebido mil e quatrocentos milhões durante os últimos vinte anos dos testamentos de seus amigos, ele disse que gastou quase tudo, assim como as propriedades que lhe foram deixadas por seu pai natural e adotivo, em benefício de o Estado. Ele deu ordens para que sua filha e sua neta Júlia não fossem colocadas em seu Mausoléu, se algo lhes acontecesse. Em um dos três rolos, ele incluiu instruções para seu funeral; no segundo, um relato do que havia realizado, feito para ser gravado em pranchas de bronze na fachada de seu mausoléu. O terceiro, um resumo da condição de todo o império; quantos soldados havia em serviço ativo em todas as partes, quanto dinheiro havia no tesouro público e no erário público e quais receitas estavam em atraso. Acrescentou,

---

<sup>126</sup> *Imperator* em Roma era um título outorgado aos generais militares. Com o início do Principado e o fim das guerras civis, o título se restringe ao *Princeps*, que se torna o general do Exército Romano

além disso, os nomes dos libertos e dos escravos a quem poderiam ser exigidos os pormenores. (SUETÔNIO, L II, v 101)

Ainda, de acordo com o relato de Suetônio no último capítulo da obra “A vida do Divino Augusto”, foram lidos no Senado seu testamento (*testamentum*) e outros três documentos escritos pelo próprio *Princeps*<sup>127</sup>. Desses três, o primeiro apresentava algumas determinações do próprio Imperador com relação ao seu enterro, o segundo explicitava dados que Augusto teve a intenção de deixar documentado para a posteridade, abordando temas relativos a todo o Império, e por fim, o terceiro, de acordo com Suetônio: “*indecem rerum ase gestarum, quem vellet incidi in aeneis tabulis, quae ante Mausoleum statue-rentur*”, (um resumo de seus feitos, que ele desejava que fosse gravado em pranchas de bronze colocadas na fachada de seu mausoléu) (SUETÔNIO, Aug. C I)<sup>128</sup>. Este é o documento que ficou conhecido como as “*Res Gestae Divi Augusti*” e tem um valor inestimável, pois foi escrito na primeira pessoa e apresenta o principado descrito pelo próprio autor.

As *Res Gestae Divi Augusti*, foram redigidas pelo próprio Imperador, como já foi supracitado, e reproduzidas em paredes de templos e em placas de bronze que deveriam ser postadas na abertura do seu Mausoléu em Roma. No entanto, grandes partes dessas publicações se perderam, restando apenas alguns exemplares, como a cópia que foi encontrada no século XVI no *Monumentum Ancyranum* (Ancara/Turquia) e foi divulgado para a humanidade por Buysbecche, um pesquisador holandês que foi enviado, em 1555, por Fernando II em uma embaixada ao sultão Soliman em Amasia, na Ásia Menor.

A cópia encontrada no Templo de Augusto em Roma encontra-se reproduzida em latim e grego. O texto latino na parte interna informa que a inscrição é uma cópia do exemplar romano, tal como foi gravado *in duabus aeneis pilis quae sunt Romae positae* (colocado em dois pilares de ferro que estão em Roma) e uma versão grega na parede externa do templo por se tratar de uma província onde o grego era então a língua corrente.

---

<sup>127</sup> *Princeps* significava “o primeiro dos cidadãos”. Segundo o Professor Pedro Paulo Funari “Otávio Augusto manteve, na aparência, o regime republicano e, de fato, o estado continuou a chamar-se de res publica, mas passou a dominar o Príncipe do Senado, conhecido também como general do exército (*Imperator*, de onde deriva nosso conceito moderno de Império). Um princípio do direito romano, “o que agrada ao Príncipe (= imperador), tem força de lei” (*quod principi placuit legis habet vigorem*) viria a caracterizar, de certa maneira, os limites dos direitos civis romanos, pois o agrado do imperador passava a ser um parâmetro jurídico”. (FUNARI, Pedro. “A cidadania entre os romanos”. In: PINSKI, J.; PINSKY, C.B. (org). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

<sup>128</sup> TRANQUÍLO. C. S, *A Vida do Divino Augusto*. In: AUGUSTO e SUETÔNIO. A vida e os feitos do Divino Augusto. Tradução de Mateus Trevisan, Paulo Sérgio Vasconcellos, Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Abaixo, podemos identificar nas duas primeiras figuras o Templo de Augusto em Roma, de onde foram retirados os moldes da inscrição das *Res Gestae Divi Augusti* e, na sequência, podemos observar uma cópia esculpida na fachada do Museu do Altar da Paz em Roma.



Figura 27 – Templo de Augusto e Roma nas paredes da cela, *Res Gestae Divi Augustus*. Localização: Ancara (Turquia). Foto: Carole Raddato



Figura 28 – Detalhe da parede do Templo Localização: Ancara (Turquia). Foto: Carole Raddato



Figura 29 – Na parede externa do Museu do Altar da Paz. Localização: Roma. - Acessado em 11/08/2022. <https://earlychurchhistory.org/politics/caesar-augustus-and-his-deeds/>

As *Res Gestae* estão divididas em trinta e cinco parágrafos. Os quatorze iniciais registram as honrarias concedidas pelo Senado e povo romano. Ainda enumera as funções desempenhadas por Augusto ao longo de sua brilhante carreira. Vejamos um exemplo do que Augusto redigiu, no primeiro parágrafo, no qual ele especifica os primeiros poderes que adquiriu com a legitimação de seu Exército e sua ascensão ao consulado:

Com a idade de dezenove anos, por minha própria iniciativa e às minhas custas, levantei um exército por meio do qual restabeleci a liberdade da República, que tinha sido oprimida pela tirania de uma facção. Por tal serviço o Senado, com decretos honrosos, me inscreveu à sua ordem, durante o consulado de Caio Pansa e Aulo Hércio, e me concedeu ao mesmo tempo precedência consular na votação; também

garantiu o comando militar e como pro-pretor, me ordenou, junto com os cônsules, garantir que a República não sofresse nenhum dano. No mesmo ano, além disso, à medida que ambos os cônsules caíam em guerra, o povo elegeram-me cônsul e um triúmviro para reorganizar a constituição da *Res Publica* (*Res Gestae Divi Augusti, I, I*).

Entre os parágrafos quinze e vinte e quatro, o Imperador traz ao conhecimento de todos uma “prestação de contas”, abarcando despesas (*impensae*) de diferentes naturezas feitas em favor da plebe da cidade de Roma, as doações que fez utilizando recursos próprios aos legionários aposentados; patrocínio de jogos e espetáculos e obras públicas. Ao explicitar sobre o repasse de dinheiro empregado para as construções e nas obras públicas, Augusto refere-se apenas ao que doou de seu *patrimonium*, isto é, o numerário utilizado para estas benfeitorias em grande parte foi herdado de César, e foi subtraído da sua *pecunia privata* ou tiveram origem nos despojos de guerra. Todo este conjunto de benesses estão próximas do conceito evergetismo<sup>129</sup>.

Cabe ressaltar que o êxito dessas obras esteve atrelado à criatividade e habilidade de Marco Agripa. Contudo, estas intervenções construtivas também foram uma maneira de garantir ocupação a certo número de pessoas e ao mesmo tempo movimentar a “economia” da cidade de Roma. Somam-se a este dinamismo econômico os espetáculos de gladiadores e teríamos uma maneira de governar que perduraria por séculos.

Após listar os novos templos construídos, o fórum, a restauração do Capitólio, do teatro de Marcelo e de oitenta e dois templos na capital do Império, Augusto faz referência às melhorias no abastecimento de água de Roma, por meio de reformas nos aquedutos da cidade, onde erigiu um novo canal que denominou de aqueduto Juliano ou *Aqua Iuliaem* em homenagem a Otávio (GRIMAL, 2008, p. 42.). No décimo nono parágrafo das *Res Gestae*, o Imperador relata de maneira pormenorizada algumas reformas implementadas durante seu principado:

Construí a cúria e o Calcídico adjacente, o templo de Apolo no Palatino com seus pórticos, o templo do divino Júlio, o Lupercal, o pórtico do Circo Flamínio, que eu me chamei de Otávio, nome com o qual construí um outro no mesmo local, o palco no Circo Máximo, os templos no capitólio de Júpiter Ferétrio e o de Júpiter Tonante; o templo de Quirino, os templos de Minerva e de Juno Rainha e de Júpiter Liberdade no Aventino, o templo dos Lares no fim da via sacra, o templo dos deuses Penates da Vélia, o templo da Juventude, o templo da Grande Mãe no Palatino. (*RES GESTAE DIVI AUGUSTI, IV, 19*).

---

<sup>129</sup> Este conceito será analisado em seção posterior deste capítulo.

A massa humana que vivia em Roma era heterogênea, sendo composta por cidadãos<sup>130</sup>, homens livres sem cidadania e escravos. Este universo humano tão desigual gerava uma falta de unidade. Em consequência disso, era difícil de a plebe urbana ter um programa de reivindicações alinhado com seus anseios como um todo. Ela acabou por se tornar a massa de manobra do Imperador, sem efetiva força política, tampouco econômica. Apesar disso, essas pessoas obtinham um tratamento privilegiado na condição de habitantes da cidade de Roma. A plebe era um cliente manobrado por uma administração “paternalista”, sendo controlada por meio de uma política de distribuições. Este cenário materializava a famosa expressão cunhada pelo poeta satírico Juvenal “*panem et circenses*” (Sat. X, 81).

A repulsa e aversão da elite pela plebe era mais um ingrediente desta Roma imperial. No entanto, ao mesmo tempo, esta massa era cortejada, criando-se um pacto velado, no qual o Imperador angariava popularidade em troca de benesses materiais concedidas à plebe urbana de Roma. Na *Res Gestae*, parágrafo 22, Augusto identifica as realizações de seu governo ao oferecer jogos gladiatórios: “nesses jogos lutaram quase dez mil homens”. Da mesma forma o imperador enumera a quantidade de espetáculos de gêneros variados patrocinados por seu principado: “vinte e seis vezes ofereci ao povo no circo ou no foro ou no anfiteatro caçadas de feras africanas; e durante estes espetáculos foram mortas três mil e quinhentas feras”. São lembrados ainda as *naumachias*, que contaram com a participação de cerca de três mil homens.

Outra inquietação de Augusto, ao longo de sua vida, e que foi externada nas *Res Gestae* foi a situação dos veteranos. As necessidades deste grupo eram as mais urgentes e vitais, pois o não atendimento poderia acarretar falta de apoio das legiões e conseqüentemente o Imperador ficaria mais fragilizado para se manter no poder. Os legionários compunham um grupo social consciente da própria força e do papel que desempenhavam na sociedade romana. Para atender

---

<sup>130</sup> Ser cidadão é muito mais do que ter um simples status jurídico, é uma espécie de ofício e até um modo de vida. O *ius civile*, o direito de cidadania romano, significa que os que o detêm terão suas relações familiares, patrimoniais e comerciais reguladas segundo um direito comum e seus delitos ou lites serão julgados segundo esse direito. A existência de leis para todos os cidadãos é o fundamento, embora nem todos tenham exatamente os mesmos direitos; as desigualdades são derivadas da situação de cada um no concernente ao patrimônio e à posição. O *civis optimo iure*, o cidadão completo, dispõe do direito de voto (*ius suffragii*) e do direito de ser eleito magistrado (*ius honorum*). A vida cívica é o conjunto dos direitos e deveres comuns a todos os cidadãos, sendo regulada por regras consuetudinárias. As vantagens da vida comum implicam, por outro lado, sacrifícios: o ônus, os encargos, as obrigações. Esses não são conceitos abstratos e filosóficos, mas parte da vida diária. Em troca do que recebe, o cidadão deve responder, quando necessário, para a defesa e manutenção da *res publica*. Portanto, ele é devedor em três aspectos: nos deveres militares, nos deveres fiscais e, por fim, na participação das deliberações políticas e no exercício de certos cargos. O cidadão é um soldado que pode ser mobilizado a qualquer momento quando preciso, um contribuinte e um eleitor. Sobre o cidadão recai o *tributum*, o imposto direto, mas cobrado somente na ocorrência de despesas extraordinárias, geralmente para cobrir o custo da guerra. O cidadão de primeira classe pode, eventualmente, ser também um candidato a determinadas funções. (CORASSIN, 2006, p.)

ao pleito das Legiões era necessário que Augusto interviesse, ordenando a fundação de colônias para assentá-los às terras.

Contudo, este apoio das Legiões romanas não era realizado de forma incondicional ao seu comandante, isto é, este apoio estava diretamente ligado ao atendimento de suas reivindicações. A principal delas, como observamos acima, era a distribuição de terra. Isto era natural, pois os legionários eram em sua grande maioria ex-agricultores e, ao passarem para a reserva, almejavam desempenhar funções ligadas à terra. Observemos a colocação de Augusto sobre a doação de terra a veteranos:

O número de cidadãos romanos que se comprometeram a mim por juramento militar foi de cerca de 500.000. Destes, estabeleci-me em colônias ou enviei de volta para suas próprias cidades, após o período de serviço, algo mais de 300.000, e a todos distribuí terras, ou dei dinheiro como recompensa pelo serviço militar. (*RES GESTAE DIVI AUGUSTI*, I, 3).

Do capítulo vinte e cinco ao trinta e três, Augusto relata seus feitos militares e de como firmou tratados com outras nações durante o seu reinado. Já, nos capítulos trinta e quatro e trinta e cinco, o *Princeps* destaca o reconhecimento do Senado e do povo em relação ao seu governo, seus atos e seus dois títulos: “*Augustus*” e “Pai da Pátria”. O título de *Augustus* foi uma honra conferida pelo Senado em consonância com todos os cidadãos romanos como reconhecimento das virtudes de Otávio (a clemência, a justiça e a piedade). Vejamos o relato do próprio punho do Imperador:

Em meu sexto e sétimo consulado, quando extingui as chamas da guerra civil, depois de receber por consentimento universal o controle absoluto dos assuntos, transferei a República do meu controle para a vontade do Senado e do povo romano. Por este serviço da minha parte, me deram o título de Augusto por decreto do Senado, e os postes da porta de minha casa foram cobertos com os louros com o ato da publicação. Uma coroa cívica foi fixada acima da minha porta, e um escudo dourado foi colocado na Cúria Júlia, cuja inscrição atestou que o Senado e o povo romano me deram isso em reconhecimento ao meu valor, minha clemência, minha justiça e minha piedade. Depois desse tempo, fui superior a todos em autoridade, mas não tive mais poder do que aqueles que eram meus colegas em cada magistratura. (*RES GESTAE DIVI AUGUSTI*, VI, 34).

Na resenha escrita pela Professora Maria Regina da Cunha Rodrigues da Universidade de São Paulo (USP) do livro “*Res Gestae Divi Augusti*”, publicada na revista de História da USP, a autora destaca a importância do texto para os estudiosos de História Antiga. Ao mesmo tempo, em seu relato, a historiadora enfatiza os moldes que foram retirados do original, destacando a importância destas reproduções e o motivo do texto ter chegado até nossos dias. Vamos ouvir a Professora Rodrigues:

Apesar das recomendações do autor — preocupado com a imortalidade — até a presente data, nenhum dos citados documentos originais foi encontrado. Todavia Tibério teve a feliz inspiração de enviar cópias do *Index* aos governadores de cada província. Em uma delas, o texto — como esclarece o Prof. Leoni — foi gravado nas duas paredes internas do pronau do templo dedicado a Augusto, já adorado como uma divindade. Sabe-se que o *Index* estava dividido em seis colunas, com o longo título de três linhas disposto sobre as primeiras três colunas. Em se tratando de uma região de influência helênica, no muro externo correspondente ao lado esquerdo da cela do templo foi gravada a tradução grega, que ocupou nove colunas. Posteriormente, o templo foi transformado em mesquita, mas felizmente, por razões que não se conhecem, as inscrições foram conservadas e se bem que bastante danificadas puderam ser autenticadas e interpretadas a partir da segunda metade do século XVI. (RODRIGUES, 1959, p.244-245)

As *Res Gestae Divi Augusti* nos permitem conhecer dados muito precisos sobre os espetáculos na arena durante o reinado do primeiro Imperador. Assim, em virtude do recorte de nossa pesquisa nos limitaremos ao trecho do documento compreendido entre o decimo quinto e vigésimo quarto parágrafo.

O combate de gladiadores nasceu como um rito fúnebre e como o passar dos séculos, foi dia a dia despertando a curiosidade e o fascínio do público. Assim, sofreram uma metamorfose, isto é, deixaram de ser apenas uma homenagem aos mortos e tornaram-se espetáculos que encantaram multidões por todo o Império Romano, mas nunca deixaram de possuir um caráter religioso.

Os jogos públicos passaram a ser utilizados para celebrar e rememorar as conquistas políticas e militares, principalmente durante o período imperial, quando a quantidade de dias de jogos cresceu exponencialmente. Da mesma forma, as atividades lúdicas também foram utilizadas para festejar com pompas e circunstâncias ocasiões especiais para o imperador.<sup>131</sup>

No entanto, a lógica de patrocínio dos jogos de gladiadores passou por uma profunda transformação na cidade de Roma. O Imperador Augusto, a partir de sua percepção, entendeu que os *munera* eram uma paixão de Roma. Assim, com a subordinação do senado ao Imperador coibiu-se a disputa entre os senadores pela organização dos *munera*<sup>132</sup>. Somente o Imperador possuía a prerrogativa de organizar os *munera*. Ao mesmo tempo em que retirava poder político da mão dos senadores, Augusto angariava a simpatia do povo, pois um Imperador sem o apoio popular era um governante deposto.

---

<sup>131</sup> TÁCITO, *Historiae*, 2.95: “*Quin et natalem Vitellii diem Caecina ac Valens editis tota urbe vicatim gladiatoribus celebravere, ingenti paratu et ante illum diem insolito*”. Além disso, tendo Caecina e Valens celebrado o dia do nascimento de Vitélio, toda a cidade festejou com gladiadores à força, com uma preparação imensa e incomum antes desse dia. (Tradução autoral) (R. F. NEWBOLD, “*Cassius Dio and the Games*”, *L’Antiquité Classique*, 44, 1975, p.604).

<sup>132</sup> Esta era uma prática comum durante o período republicano.

Uma consequência positiva desta medida foi a sensação de tranquilidade que passou a imperar nas ruas de Roma, pois já não havia desordens envolvendo senadores e suas tropas de gladiadores. Os senadores diante deste cenário acreditaram que não haveria mais interesse de alguém patrocinar os jogos, devido ao alto custo desta atividade.

Como um antídoto a esta percepção dos senadores, Augusto ofereceu ao povo de Roma *munera* organizados pelo Estado. No entanto, a fim de que isso não comprometesse suas finanças pessoais, o Imperador criou os *ludi imperiais*<sup>133</sup> e deu aquiescência a construção de anfiteatros permanentes em Roma. Segundo nosso entendimento, este momento foi o nascimento do conceito desenvolvido por mim e denominado “entretenimento estruturante”, o qual já foi explicado e desenvolvido no capítulo anterior.

Esta quebra de paradigma do Imperador Augusto iria mudar a maneira de administrar os jogos e aumentaria o custo dos espetáculos e, conseqüentemente, dinamizaria a economia que estava diretamente relacionada às arenas. A organização de cada *munus* imperial passou a ter custos ilimitados para Augusto. Da mesma forma, os gladiadores que lutavam tutelados pelos *ludi imperiais* eram propriedade do Imperador e, conseqüentemente, não era necessário negociar com nenhum *lanista*. Os próprios anfiteatros onde eram realizados os combates já estavam construídos a priori, o que não acarretaria gastos extras para a montagem da estrutura.<sup>134</sup>

Augusto foi além quando o assunto eram jogos de gladiadores. O Imperador estabeleceu inúmeras regras que tornaram a gladiatura mais profissional e atrativa para a assistência. Até mesmo a disposição da assistência na *cavea* foi pensada. Esta nova forma de tratar a gladiatura ficou conhecida como “Reforma Augustana”<sup>135</sup>. Além de regulamentar o *múnus*, Augusto teve a intenção de conter os custos, principalmente, dos espetáculos organizados pelos pretores nas províncias romanas.

Os pretores que tinham a missão de organizar os *munera* ordinários nas províncias só tinham a concessão de proporcionar ao público dois *munera* por ano. Estes espetáculos só poderiam contar com a apresentação máxima de sessenta gladiadores por *munus*. Porém, a fim de promover o espetáculo, o encarregado recebia do Estado uma quantia de fundos públicos fixa. Existia a preocupação de que este fundo fosse o mesmo para todos os pretores. Ao mesmo

<sup>133</sup> Escolas de gladiadores pertencentes ao Imperador.

<sup>134</sup> Até as mudanças implementadas por Augusto, os *munera* eram realizados em instalações provisórias instaladas no Fórum ou no *Campus Martius*, o que implicava em uma despesa extra, pois a cada espetáculo a estrutura teria de ser remontada. Outro local utilizado de maneira improvisada até aquele momento para os *munera* era o *Circus Maximus*.

<sup>135</sup> JUNKELMANN, M. *Familia Gladiatoris: The Heroes of the Amphitheatre* en E. KÖHNE y C. EWIGLEBEN (Eds.), *Gladiators and Caesars: The Power of Spectacle in Ancient Rome*, Berkeley, 2000, p.35.

tempo, o encarregado não poderia colocar recursos pessoais, pois nenhum poderia ofuscar ou ser comparado ao espetáculo<sup>136</sup> oferecido pelo Imperador. Assim, pelo fato de usufruir de todos os recursos econômicos do Império, os espetáculos de Augusto eram suntuosos e incomparáveis. Vamos observar a colocação de Augusto enaltecendo os jogos e que está no *Res Gestae*:

Eu dei três presentes de gladiadores em meu nome e cinco em nome de meus filhos ou netos; em quais papéis eles lutaram contra cerca de dez mil homens Eu dei ao povo as caçadas de feras africanas em meu nome ou de meus filhos e netos no circo ou no mercado ou no anfiteatro seis vezes e ganhando, com as quais cerca de três mil e quinhentas bestas foram mortas (*RES GESTAE DIVI AUGUSTI*, IV, 22).

Augusto incumbiu-se da responsabilidade de propor um calendário ordinário dos *munera*, a fim de garantir que, pelo menos, em todos os rincões do Império as pessoas tivessem a oportunidade de assistir a uma quantidade mínima de espetáculos por ano. Esta medida tinha por finalidade criar o gosto pelos *munera* e, desta forma, criar um vínculo “afetivo” com aquele tipo de espetáculo, e assim paulatinamente adotá-lo como de sua preferência e tendo a predisposição de perceber-se parte do mundo romano.

De acordo com o Professor Alberto Ceballos, a relevância atribuída aos espetáculos aponta para a possibilidade de que houvessem mais do que os dez *munera* indicados no calendário anual; vejamos a colocação do autor: “a construção de um anfiteatro de pedra ultrapassou no caso mais modesto o milhão de sestércios, portanto que os *munera* nas cidades não seriam tão escassos quanto apenas 10 dias em dezembro (como aponta o calendário Filocalus de 354), pois aquele desembolso não faria sentido.” (CEBALLOS, 2003, p.63).

Dentro desta nova realidade criada pelo próprio Augusto, a quantidade de recursos gasta para oferecer os *munera* tornou-se substancialmente elevada. A opinião do público era que um espetáculo imperial, para ter qualidade e ser digno de um Imperador, deveria ser caro, pois o luxo, o esbanjamento e a abundância, deveriam ser características identificadoras dos *munera*

---

<sup>136</sup> CASIO DIO, 54.2.3-4. Não ocorreu nenhum *munera* que competiu com os jogos oferecidos pelo Imperador. O Príncipe sempre se manteve como o favorito do povo, inibindo o cenário político ocorrido no final da República, que permitiu o florescimento de tantos concorrentes políticos que degenerou em guerra civil (da qual Augusto havia saído vitorioso)... Augusto havia aprendido com as experiências anteriores, então, quando ele chegou ao poder, não permitiu que ninguém, exceto ele, se destacasse. Essa ideia foi desenvolvida por Domiciano (81-96), que estabeleceu que em Roma apenas o imperador poderia oferecer *munera*, e que para celebrá-los fora de Roma, era necessária sua permissão prévia. Ou seja, o Imperador controlava absolutamente a celebração do *munera*.

imperiais.<sup>137</sup> Sendo assim, o nível de exigência da assistência foi crescendo exponencialmente como o passar do tempo, bem como a quantidade de dias dedicados aos *munera*.<sup>138</sup>

Apesar do múnus ter adquirido um elevado grau de importância para a sociedade de Roma e para as demais províncias do Império, esta atividade também se constituía em um eficiente instrumento de controle social. Esta característica foi perfeitamente percebida pelo Imperador Augusto, que a utilizou de maneira magistral, fortalecendo-a por meio da Reforma Augustana. Paralelo a estratégia de encantamento do público pelo luxo e o exótico, outro fator que contribuiu para a aderência da sociedade aos espetáculos de gladiadores foi a distribuição gratuita de alimentos<sup>139</sup> para as pessoas.

Esta prática iniciada por Augusto<sup>140</sup> criou a necessidade política do *munus* para o bom funcionamento do Império e estimulou a “economia” de Roma como foi analisado anteriormente. Os estudiosos, até mesmo os mais proeminentes, como Marco Cornélio Frontón, tutor de Marco Aurélio, observou que os espetáculos se tornaram um meio eficiente e eficaz do Estado manter um equilíbrio social e de manter relativa tranquilidade. Vamos entender a lógica proposta por Frontón ao demonstrar o poder dos espetáculos como medida mantenedora da estabilidade política:

“mas ninguém será encontrado que tenha se tornado mais agradável ao povo romano do que Trajano pelas artes da paz \*\*\* É por uma política sábia e elevada que este príncipe não negligenciou os histriões e os outros atores do palco, circo, arena; ele sabia que o povo romano era guiado principalmente por duas coisas, milho e shows; que um governo tem sucesso não menos em diversões do que em coisas sérias; que se expõe a mais prejuízos negligenciando as coisas sérias, e a mais descontentamento negligenciando as diversões; que a generosidade pública é desejada com menos ardor que os espetáculos; que apaziguamos a parte pobre do povo com distribuições de trigo, e todo o povo com shows ”. (FRONTÓN, *Principia Historiae*, 20) (Tradução M. Arman Cassan)

O Principado de Augusto encarregou-se da organização de um novo sistema político. Ele conseguiu utilizar e equilibrar, na burocracia estatal, os grupos mais privilegiados (patrícios e novos ricos ligados ao comércio), mitigando a tensão política vigente. Durante o período que o Imperador esteve à frente, aproximadamente quatro décadas, as suas reformas alicerçaram o

<sup>137</sup> *DIÃO CÁSIO*, 52.30.1: (Conselho de um Mecenas ao Imperador Augusto): “Adorne esta capital (Roma) com enorme desprezo pelo custo e torne-a magnífica com festivais de todos os tipos. Pois é certo que nós, que governamos muitos povos, excedamos todos os homens em todas as coisas, e a excelência desse tipo também tende a inspirar respeito em nossos aliados em relação a nós e terror em nossos inimigos.

<sup>138</sup> 246 *CÍCERO*, *Ad Fam.*, 7.1; *SUETÔNIO*, *Calígula*, 27; O gosto pelos jogos dos romanos era insaciável, o que se refletia no aumento contínuo do número de feriados; se com Augusto eles desfrutavam de 77 feriados por ano no quarto século, eles tinham 177 (*CAMERON*, A. *Circus factions*, Oxford, 1976, p.175).

<sup>139</sup> “o que caracterizou então a vida da plebe que vivia na cidade de Roma no tempo do Império foi sua neutralização política (aquietação das insatisfações sociais, reivindicações e revoltas) dos pobres, por meio de subsídios alimentares e de diversões públicas”. (*FUNARI*, 2011, p. 114).

<sup>140</sup> Esta foi uma prática adotada também por outros imperadores que sucederam a Augusto.

caminho para o funcionamento da nova máquina burocrático-militar, que governou o Império Romano pelos séculos seguintes.( CORASSIN, 2004, p.193)

Como consequência deste longo período de governo, criaram-se estruturas, como a guarda pretoriana que tinha como finalidade proteger a capital do Império e o próprio Imperador. A administração provincial sofreu alterações, isto é, foram criadas duas categorias: as províncias senatoriais e as imperiais, sob o domínio do Senado e do Imperador, respectivamente.

O Principado de Augusto livrou Roma da guerra civil, instaurando um longo período de estabilidade política. (CORASSIN, 2004, p.190) Naquele momento, as conquistas foram reduzidas, a fim de consolidar as fronteiras. Esta transformação capitaneada pelo *Princeps* ficou conhecida como a Pax Romana, pois proporcionou uma situação favorável para a empreitada traçada por Augusto, já que o Imperador conseguiu manter a lealdade das províncias e ao mesmo tempo demonstrar que Roma "governava o mundo". A pseudo Pax Romana foi um momento<sup>141</sup> do imperialismo romano travestido de tranquilidade em todo o mundo mediterrâneo, pois a paz era a busca pela manutenção da ordem e do *modus operandi* romano por meio do conflito ou da guerra, mas, que foi primordial para a estabilidade política e o crescimento econômico de todo o Império. Segundo Paul Veyne: “Era um imperialismo autossuficiente; não inspirado nem alegado por valores, ideologia, ou por uma religião” (VEYNE, 2009, p. 85).

A Pax Romana também beneficiou o campo cultural, em especial, as letras e as artes. Artistas, escritores, e poetas foram favorecidos, pois passaram a receber o apoio oficial do Estado por meio de Caio Mecenas, um dos ministros do Imperador. As virtudes romanas foram estimuladas por este tipo de iniciativa. Dentre elas podemos destacar o poeta Virgílio que rememorou as lendas da fundação de Roma, bem como Tito Lívio que escreveu uma história contextualizando a cidade de Roma.

O período da Pax Romana, caracterizado pelos séculos I e II, constitui-se como um período de crescimento econômico e, sobretudo, de ampliação e fomento das relações comerciais. Contudo, alguns fatores tiveram relevância para a expansão do comércio. Dentre estes fatores podemos sublinhar: uma rede de estradas capilarizadas, ligando Roma as principais províncias do Império; a existência e a adoção de uma moeda única (o denário) por todo o Império e a ampliação da estrutura portuária.

---

<sup>141</sup> Foi um período compreendido entre o reinado de Augusto (27 a.C. –14 d.C.) até o reinado de Marco Aurélio (161 –180 d.C.).

As reformas estruturais e urbanísticas implementadas começaram com a reconstrução da cidade de Roma. Isto ficou materializado por meio da construção, modernização e ampliação de templos, edifícios públicos, termas, estradas e até as estruturas que proviam o abastecimento de água da cidade. (CUNHA, 2020, p.25) Este investimento estatal na infraestrutura transformaria a capital do Império e o próprio Império Romano em si.

Dentro deste cenário de mudanças, o Imperador Augusto, próximo do fim da vida, redigiu duas simples sentenças que resumiram e materializaram o seu período à frente do trono: "Eu encontrei uma cidade construída com tijolos secos. Eu a deixo revestida em mármore".

Ao nos apropriarmos dos fatos narrados por Augusto nas *Res Gestae* temos uma pequena noção da hercúlea obra desenvolvida por este homem ao longo de seu principado. É importante ressaltarmos o grande apoio dado pelo Imperador aos espetáculos de gladiadores, seja em qualidade e quantidade, seja nas quantias desembolsadas, a fim de proporcionar um espetáculo de qualidade e cada vez mais rebuscado, em virtude do nível de exigências crescente da assistência. Todo este esforço criou oportunidades para o desenvolvimento de uma estrutura conjunta em torno do Amphitheatrum Flavium, que esteve voltada para o entretenimento. A este cenário desenvolvemos o conceito de entretenimento estruturante, que buscou sintetizar todo o suporte ligado aos espetáculos.

Este cenário só foi possível devido ao investimento de Augusto no embelezamento da cidade de Roma. A *Urbs* foi o cenário escolhido pelo Imperador para dar vazão, por meio da arquitetura, a uma nova paisagem urbana. (CUNHA, 2020, p.30) A capital do Império passou a ser não apenas um símbolo de esplendor e monumentalidade, mas também se estabelecia como documento visual da história romana, pois cada edificação estabelecia uma ligação com acontecimentos míticos ou históricos, rememorando a história da cidade desde suas origens até o período que esteve sob sua administração. Roma sob a tutela de Augusto reconquistava um hiato de paz e prosperidade.

Todo este melhoramento da cidade expressava a sua dedicação e interesse nas relações com as divindades, bem como com o dia a dia dos cidadãos e habitantes da capital do Império.

Estes homens e mulheres coabitavam em uma cidade cada vez mais próspera, devido à convergência de riquezas advindas de outras regiões do Império. De acordo com Richard Beacham, "governante e governados foram exortados pelos símbolos, mitologia, poesia, arte e arquitetura da época a conceber-se como atores em um grande desfile histórico: a expansão, a perfeição e a celebração do poder romano e da conquista romana." (BEACHAM, 2007, p.151)

O que para outras cidades era considerado ostentação, em Roma estava à disposição de todos. Exemplo disto era a abundância de água disponibilizada nas fontes espalhadas pela

cidade. Esta profusão só foi possível devido aos aquedutos reformados ou construídos por Augusto e Agripa. Plínio, o Velho, externou em seus escritos sua grande admiração aos feitos romanos no que se refere à água trazida pelos aquedutos. Para Plínio nada era mais digno de deferência. Vamos dar voz ao naturalista romano:

Se considerarmos apenas o abundante abastecimento de água ao público, para banhos, piscinas, canais, fins domésticos, jardins, lugares nos subúrbios e casas de campo; e depois refletir sobre as distâncias que são percorridas, os arcos que foram construídos, as montanhas que foram perfuradas, os vales que foram nivelados, devemos, necessariamente, admitir que não há nada a ser encontrado mais digno de nossa admiração em todo o universo (PLÍNIO, O VELHO, *História Natural*, XXXVI,123).

Assim como os aquedutos, as estradas romanas foram um caso de sucesso que criou condições para o desenvolvimento de Roma e contou com a predisposição de Augusto em mantê-las e, sobretudo, ampliá-las. Logo após ser nomeado, Augusto voltou sua atenção para o sistema de transporte de Roma, iniciando reparos na Via Flâmínia, ao norte da cidade.

Boas estradas facilitavam a locomoção e, conseqüentemente, contribuía para o controle do Império e possibilitavam um maior fluxo de pessoas, caravanas e mercadores. A capital do Império era o epicentro de onde partiam todas as estradas desde as portas romanas até os mais longínquos destinos. Era muito importante a manutenção das estradas, das ruas e os rios, a fim de garantir o fluxo ininterrupto de alimentos, materiais de luxo, animais, materiais de construção e tropas.

Toda a infraestrutura que foi melhorada por Augusto permitiu o desenvolvimento e o florescimento de uma nova Roma. (CUNHA, 2020, p.24) Assim, Estrabão externou com riqueza de detalhes procedimentos que aparentemente não estavam voltados para o embelezamento da cidade, mas que foram fundamentais para criar uma infraestrutura que desse suporte a esta cidade:

Acredita-se que as cidades gregas tenham florescido principalmente por causa da feliz escolha feita por seus fundadores, em relação à beleza e à força de seus lugares, à proximidade de algum porto e à excelência do país. Mas a prudência romana era mais particularmente empregada em assuntos que receberam pouca atenção dos gregos, como pavimentar suas estradas, construir aquedutos e esgotos, para transportar os esgotos da cidade para o Tibre. Na verdade, eles pavimentaram as estradas, atravessaram colinas e encheram vales, de modo que a mercadoria pode ser transportada a partir dos portos. Os esgotos, arqueados com pedras cortadas, são suficientemente grandes em algumas partes para que os vagões carregados de feno passem; a água é trazida para a cidade através dos aquedutos em quantidades tão grandes que pode-se dizer que os rios atravessam a cidade e os esgotos; e quase todas as casas têm cisternas, canos e fontes abundantes (ESTRABÃO, *Geografia*, V, 3, 8).

Todo este trabalho realizado por Augusto, enquanto esteve à frente do Império, abriu caminho para que outros Imperadores que o sucederam tivessem a oportunidade de dar continuidade ao trabalho iniciado. Podemos compreender, assim, a relevância que Roma possuía no imaginário existente durante o reinado de Augusto e, soma-se a isso, as artimanhas desenvolvidas pelo *Princeps* para exteriorizar seu interesse pelo bem comum.

Isso foi demonstrado no legado deixado por Augusto para todos nós por meio das *Res Gestae*. Neste documento fica eternizado seu vultoso esforço para desenvolver em Roma uma arquitetura exuberante que outorgasse à cidade as condições necessárias para que se tornasse digna de ser a “capital do mundo” conhecido, a sede do poder imperial e a casa do Imperador.

Para atingir esta suntuosidade, Augusto ornou-a com os mais belos exemplares arquitetônicos, carregados com uma decoração rica de detalhes, esculpidos em preciosos mármore. Abaixo podemos contemplar grande parte deste esplendor materializado pelo *Princeps*. Vamos dar voz ao próprio Imperador:

Eu construí a cúria e o Chalcidicum adjacente a ela, o templo de Apolo no Palatino com seus pórticos, o templo do deificado Júlio, o Lupercal, o pórtico do *Circus Flaminius* que eu permiti ser chamado Octavia pelo nome daquele que havia construído um anterior no mesmo local, a caixa do estado no *Circus Maximus*, os templos na capital de Júpiter Feretrius e Júpiter Tonans, o templo de Quirinus, os templos de Minerva, de Juno, a Rainha, e de Júpiter Libertas, no Aventino, o templo dos Lares no ponto mais alto da Sacra Via, o templo dos Di Penates no Velia, o templo da Juventude, e o templo da Grande Mãe no Palatino. O Capitólio e o teatro de Pompeu, ambas obras de grande custo, reconstruí sem nenhuma inscrição de meu próprio nome. Eu restaurei os canais dos aquedutos que em vários lugares estavam caindo aos pedaços com o tempo, e dupliquei a capacidade do aqueduto chamado Marcia, transformando uma nova nascente em seu canal. Concluí o Fórum Juliano e a basílica que estava entre o templo de Castor e o templo de Saturno, obras iniciadas e muito avançadas por meu pai, e quando a mesma basílica foi destruída pelo fogo, comecei sua reconstrução em um local ampliado, para ser inscrito com os nomes de meus filhos, e ordenou que, caso eu não vivesse para completá-lo, deveria ser concluído por meus herdeiros. Em meu sexto consulado, de acordo com um decreto do senado, reconstruí na cidade oitenta e dois templos dos deuses, sem omitir nenhum que na época precisava de reparos. Como cônsul pela sétima vez, construí a Via Flaminia da cidade a Ariminum, e todas as pontes, exceto a Mulvian e a Minucian. (*RES GESTAE DIVI AUGUSTI*, IV, 19 e 20).

Contudo, para que todo este esplendor tornasse se real, uma conjuntura de fatos convergiu, mas principalmente a cidade de Roma contou com homens como Augusto e outros que se predispuseram a patrocinar esta empreitada seja no campo arquitetônico, das artes e dos espetáculos. A seguir entenderemos como ocorreu este auxílio financeiro dos mecenas de Roma.

### 3.2 Os patrocinadores de Roma

Antropologicamente o compartilhamento de riqueza na forma de comida e presentes pode remeter a uma prática na qual um líder oferta festas e comidas para sua comunidade. Este costume praticado por tribos da América do Norte é denominado *potlatch*. Na obra *The Gift*, o etnólogo francês Marcel Mauss utilizou o vocábulo *potlatch*, com a finalidade de descrever práticas associadas a troca de presentes com motivações de caráter político, econômico, religioso e de parentesco. De acordo com o sociólogo, Paulo Martins, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, uma das principais contribuições de Mauss para a sociologia foi:

demonstrar que o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo é fundamental para a vida social. Ele chegou a esta compreensão a partir da análise das modalidades de trocas nas sociedades arcaicas e da verificação do fato de que essas modalidades não são apenas coisas do passado. Isto é, Mauss entendeu que a lógica mercantil moderna não substitui as antigas formas de constituição dos vínculos e alianças entre os seres humanos e constatou que tais formas continuam presentes nas sociedades modernas. (MARTINS, 2005, p.46)

A economia dessas sociedades tribais é fortemente influenciada pela troca competitiva de presentes entre os doadores que buscam suplantar seus concorrentes, com a finalidade de ser agraciado com funções relevantes a serem desempenhadas em proveito daquela sociedade.

Da mesma forma que o *potlatch*, o evergetismo foi uma prática utilizada pelos romanos na qual o patrocinador utilizava demonstrações públicas de generosidade protagonizadas por indivíduos abastados. A magnificência seria ao mesmo tempo uma disposição antropológica universal. Segundo os gregos, os homens eram evergetas por natureza.

Ao nos referirmos ao objeto espetáculo de gladiadores, recaímos sobre a figura do editor dos jogos. Esta personalidade buscava criar um sentido de comunidade como benfeitor do espetáculo colocado à disposição daquela sociedade. Os espetáculos significavam inteiração com determinado grupo e para atingir esta integração o editor lançava mão de estratégias como a distribuição de alimentos. Assim, o editor fazia os espectadores membros de um mesmo grupo, no qual ele tinha a intenção de criar um sentimento de pertencimento mútuo. A mera contemplação do espetáculo já integrava o espectador àquele grupo, mas se o editor interagiu com a assistência, sua integração ao grupo era facilitada.

Durante o período republicano, os *editores* se concentravam na figura dos políticos. A partir do Império, os espetáculos oferecidos em Roma passaram para o controle do

Imperador,<sup>142</sup> (FRECCERO, 1995, p.139) isto é, pois somente o imperador oferecia shows extraordinários, que eram os mais lindos e suntuosos, mandava construir edifícios públicos (com exceção dos monumentos que o Senado e o povo romano construíam em sua honra) e distribuía sozinho presentes para o povo da capital do Império. Os integrantes da aristocracia senatorial organizavam espetáculos de rotina e conservavam com seus próprios recursos as estradas e os aquedutos de Roma.

As evergesias dos aristocratas se dissipavam em meio ao anonimato e eram esquecidas com o tempo. No entanto, as do *Princeps* eram valorizadas, pois o Imperador tinha com a plebe de sua capital, relações particulares. O povo era como sua família, ele lhes deixou legados que se perpetuaram através dos séculos. (VEYNE, 2015, p. 714) Toda esta singularidade de tratamento era muito diferenciada, principalmente, após Augusto assumir o trono. Veyne nos coloca de forma clara esta “mutação” política que foi proposta pelo *Princeps* e fortaleceu sobremaneira seu o poder.

durante todo o Alto Império, a partilha se estabelece da seguinte maneira: em Roma, o imperador é o único que tem o direito de erigir monumentos públicos; nenhum evergeta pode fazê-lo. Em princípio, o Senado também tem o direito de construir, mas ele constrói somente estátuas honoríficas de imperadores e de magistrados, ou monumentos para a glória dos imperadores.<sup>143</sup> Unicamente o imperador tem o direito de oferecer jogos e munera extraordinários à Roma; em compensação os jogos e munera ordinários continuam a ser oferecidos pelos magistrados.<sup>144</sup> Em boa lógica, o imperador deveria ter reservado para si o monopólio integral dos espetáculos: mas como as instituições republicanas permaneciam, o príncipe teve que compactuar com elas. Parece desnecessário dizer que, fora de Roma, nas cidades municipais e nas cidades peregrinas, espetáculos e construções mantêm-se livres.<sup>145</sup> E enfim, os presentes públicos de qualquer tipo, que continuam lícitos em Roma, são reservados ao imperador na capital; apenas ele, doravante, concederá à plebe distribuições de dinheiro, banquetes ou *epulae* e congiários, e apenas ele será honrado pela plebe: é

<sup>142</sup> Enquanto na República os grandes evergetas eram senadores e políticos, no Império é o Imperador que se torna o grande evergeta.

<sup>143</sup> O último edifício erigido em Roma antes do século IV por alguém que não fosse o imperador ou o Senado foi, sem dúvida, o teatro de Balbos ou então o *porticus Vipsaniae*, construído pela irmã de Agripa. Em virtude da diarquia, o Senado, em nome do povo e em seu próprio (o que engendra a fórmula S. P. Q. R., que surge... sob o Império: Mommsen, *Staatsrecht*, v.3. pág. 1257), manda construir em Roma monumentos para a glória dos príncipes: templos de Vespasiano e de Tito (*Corpus*, VI, 938), arco de Constantino (VI, 1139): como se uma regra de pudor impedisse os imperadores de honrarem a si mesmos. Além dos monumentos desse tipo, a autoridade do Senado reduz-se à construção de estátuas em solo público (*Staatsrecht*, v.3, p.1185), mesmo os fóruns imperiais (*Staatsrecht*, v.1, p.450; acrescenta Tácito, *Anais*, 15, 72; ver Dessau, n.273; Suetonio, *Vitellius*, 3, 1), e a fazer que se aposentem (*Staatsrecht*, v.3, p.1190). Sobre a dualidade do *curator operum publicorum* e do *procurator operum publicorum*, ver Hirschfeld, *Verwaltungsbeamten*, p.265-272, e Pflaum, *Carrières procuratoriennes équestres*, v.2, p.600.

<sup>144</sup> Friendländer, em Marquardt, *Staatsverwaltung*, v.3, p.490.

<sup>145</sup> Respeitando a lei que proíbe a um liberto oferecer munera sem autorização especial e os regulamentos que fixam um máximo para as despesas para os gladiadores. Além disso, os governadores de província, senatoriais ou equestres, não têm o direito de oferecer munera (Tácito, *Anais*, XIII, 31; ver Mommsen, *Epigraphische Schriften*, v.1, p.523): eles teriam arruinado seus administrados oferecendo-lhes espetáculos à custa deles e fazendo que os perdoassem, graças aos espetáculos, por terem-nos pilhado.

evidente que a cidade de Roma não tinha outro *patronus* além do imperador, “pai da pátria”(VEYNE, 2015, p. 711)

Desde então passou a ser encarado como uma “exigência” da plebe a obrigatoriedade da oferta de alimento à assistência. Esta obrigação estava no mesmo nível do entretenimento oferecido. De acordo com este cenário, o povo exaltava o *Princeps* que adotava uma atitude paternalista, satisfazendo as necessidades alimentares e de entretenimento do seu povo. Neste papel, o imperador devia também assegurar a justa redistribuição das riquezas do Império, e dar comida e jogos era, entre outras evergesias, a forma como o povo mais claramente percebia que essa redistribuição estava ocorrendo. Outro tipo de evergesia utilizada pelo governante de natureza demagógica era a distribuição de dinheiro para o povo. Observemos o relato de Suetônio sobre uma prática adotada por Domiciano, por ocasião das festividades da Saturnália:

Ele fez um presente para o povo de trezentos sestércios cada um em três ocasiões, e no curso de um de seus shows em comemoração à festa das Sete Colinas deu um banquete abundante, distribuindo cestas de pães para os senadores e cavaleiros e ao povo pequenas cestas com iguarias ; e ele mesmo foi o primeiro a começar a comer. No dia seguinte, ele distribuiu presentes de todos os tipos para serem disputados e, como a maior parte deles caiu onde o povo estava sentado, ele ordenou que fossem arremessados quinhentos bilhetes em cada seção ocupada pelas ordens senatoriais e equestres. (SUETÔNIO, L VIII, v 4)

Todas estas benesses (*sparsiones*, sorteios, abertura do *velum*) que ocorriam durante o espetáculo eram coordenadas com a totalidade do *munus* (*venatios*, o *ludus meridiani*<sup>146147</sup> e o *munus*). Para que o evento transcorresse de maneira organizada, a tarefa era executada pelo diretor de cena.

Com Calígula surge um cargo específico para organizar as exposições do anfiteatro: o *curador munerum ac uenationum*. Suetônio nos relata um episódio no qual Calígula manda

<sup>146</sup> Eram cerimônias executadas ao meio-dia, no intervalo entre os *venationes* e os combates de gladiadores. Este evento era a execução de criminosos. *Damnatio ad Bestias* refere-se aos condenados à morte pelas feras, atividade que ocorreu no período republicano, mas que ganhou maior popularidade durante o Império.

<sup>147</sup> Carta de Sêneca a seu amigo Lucílio: “Muitas pessoas preferem este programa aos duelos habituais e combates “a pedido”. Claro que sim; não há capacete ou escudo para desviar o golpe. Qual é a necessidade de armadura defensiva, ou de habilidade? Tudo isso significa adiar a morte. Pela manhã lançam homens aos leões e aos ursos; ao meio-dia, jogam-nos aos espectadores. Os espectadores exigem que o assassino encare o homem que vai matá-lo por sua vez; e eles sempre reservam o último vitorioso para outro massacre. O resultado de cada luta é a morte, e os meios são fogo e espada. Esse tipo de coisa continua enquanto a arena está vazia. Você pode replicar: “Mas ele era um ladrão de estrada, ele matou um homem!” E daí? Admitido que, como assassino, merecia este castigo, que crime você cometeu, pobre colega, que você mereça sentar-se e ver este espetáculo? Pela manhã, eles clamaram: “Mate-o, açoite-o, queime-o, porque ele usa a espada de uma maneira tão covarde, porque ele bate tão debilmente, porque ele não morre no jogo, chicoteie-o para arder suas feridas! Deixe-o receber golpe por golpe, com peitos nus e expostos ao ataque!” E quando os jogos param para o intervalo, eles anunciam: “Um pouco gargantas sendo cortadas, para que possa haver algo acontecendo!” Convenhamos, você não entende sequer esta verdade, que um mau exemplo retorna contra o agente? Agradeça aos deuses imortais que você está ensinando crueldade a uma pessoa que não pode aprender a ser cruel.” (SENECA, carta VII, 4-5)

açoiar um curador anônimo: “Ele mandou espancar o gerente de seus espetáculo de gladiadores e lutas de feras com correntes em sua presença por vários dias sucessivos, e não o matou até que ele ficasse enjoado com o fedor de seu cérebro putrefato.” (SUETÔNIO, L IV, v 27).

O curador, ao idealizar o espetáculo, possuía a preocupação de deixá-lo o mais atrativo possível, evitando que o roteiro fosse tedioso ou que os gladiadores não se aplicassem, pois o público não hesitava em mostrar seu descontentamento por meio de assovios. Esta era uma forma simples de mostrar o descontentamento do público com o *editor*, o curado ou com os próprios gladiadores. Cícero nos apresenta uma passagem onde toda a multidão irrompeu um assovio ruidoso aos gladiadores que assustou até mesmo os animais: “*non modo gladiatores, sed equi ipsigliadiatorum repentinis sibilis extimescebant*”<sup>148</sup>.

Todo este cenário reforça a importância do *editor* dos jogos em Roma e sua força de manipulação das massas. Sua função, quando bem utilizada, era uma força política importante para o Imperador. Augusto conseguiu utilizá-la de maneira hábil a seu favor. Mais para que isso fosse possível, o evergetismo foi fundamental. Mas o qual o significado dessa palavra para a sociedade do Alto Império, já que eles não conheciam nem o vocábulo economia, apesar de praticá-la por todo o Império Romano, em maior o menor grau, dependendo da região? Vejamos o que Paul Veyne em seu livro “Pão e Circo” fala sobre o evergetismo:

A palavra Evergetismo é um neologismo – ou melhor, um conceito – que devemos a André Boulanger e Henri – I. Marrou<sup>149</sup>; ela foi forjada nos moldes da minuta dos decretos honoríficos helenísticos, através dos quais as cidades enalteciam aqueles que, por sua fortuna ou atividade pública “ajudavam a cidade”; em geral, uma beneficência era uma evergesia. Nenhuma palavra da Antiguidade corresponde perfeitamente ao evergetismo. (VEYNE, 2015, p.14)

O conceito no sentido semântico ainda não havia sido criado, como observamos acima, mas é de grande valia aprofundarmos seu entendimento, a fim de entendermos a lógica da sociedade romana, quando o assunto eram os espetáculos e sua mudança no decorrer dos séculos. Para isso iremos fazer uma pequena digressão, com a finalidade de entendermos o amadurecimento<sup>150</sup> dos espetáculos.

<sup>148</sup> CÍCERO, *Pro Sestio*, 54.115; *Ad Atticum*, 2.19.3.

<sup>149</sup> A. Boulanger, *Aelius Aristide et la sophistique dans la province d'Asie*, De Boccard, 1923, H. I. Marrou, *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité*, Seuil (desde 1948), índice dos *notabilia* e p.405. Em grego moderno, o uso de "evérgeta", no sentido de benfeitor público, de mecenas, é muito comum: de fato, a palavra evergetismo vem do grego moderno, tido de mecenato dos escritos de Boulanger, que foi membro da Escola Francesa de Atenas: chamavam-se evérgetas, por volta dos anos 1900, os ricos negociantes gregos que, do Egito ou da Anatólia, fundavam escolas ou edifícios públicos em seu país natal. (VEYNE, 2015, p.14)

<sup>150</sup> Ao utilizarmos o termo amadurecimento estamos nos referindo ao longo processo por qual passaram os espetáculos até serem utilizados como ferramenta política.

Como vimos, no segundo capítulo da presente pesquisa, os espetáculos são originários de rituais fúnebres utilizados para homenagem aos mortos. Ao longo dos séculos foi ganhando outras conotações, que agregaram valor, até chegar ao ponto de tornar-se um espetáculo de entretenimento das massas, mas, nunca perdeu sua essência fúnebre. Para exemplificar nossa digressão sobre as origens dos espetáculos e sua evolução, vamos nos apropriar de um estrato do artigo publicado pela Professora Norma Mendes, na revista Phoinix:

Originalmente, os *ludi* foram um rito funerário adotado pelos etruscos e samnitas, no qual homens mascarados lutavam entre si ou com animais. Tratava-se de um ritual de sacrifício dos prisioneiros em honra ao *manium* do general. O primeiro combate de gladiadores ocorreu em 264 a.C. e foi organizado pelos filhos de Junio Bruto, durante o qual lutaram três pares de gladiadores. O número de escravos e prisioneiros que faziam parte destes combates fúnebres não cessou de aumentar durante o período republicano, principalmente, ao ser relacionado com o *ethos* da aristocracia romana do século I a.C. A realização dos *ludi circenses* e *ludi scaenici* de forma cada vez mais complexa e luxuosa foi utilizada como um instrumento de popularidade e propaganda política: os *ludi*, forma de tributo necessário para apaziguar os mortos, passou a ter uma dimensão sócio-política. Nos jogos pela vitória de César, apresentaram-se trezentos gladiadores todos com armadura de prata. Augusto colocou na arena seiscentos e vinte e cinco pares (MENDES, 2000, p. 285)

Após, mais uma vez, ratificarmos o aspecto evolutivo dos espetáculos e sua apropriação como ferramenta política, chegamos a um ponto de convergência, isto é, para tornar-se uma ferramenta política, foi necessário investimento de capital para atrair as massas e, assim, poder manipulá-la.

Porém, esta ferramenta utilizada desde a república por políticos e, posteriormente, monopolizada, em Roma, pelo Imperador foi uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo que o Imperador supostamente angariava a simpatia da plebe como força política, a plebe utilizava a benevolência do *Princeps*, para conseguir vantagens materiais. Assim, como Veyne coloca: “uma evergesia é um “fato social total”: ela é um hábito ou mesmo um aspecto de direito escrito, uma atitude e um fenômeno de mentalidade; ela tem um alcance político-social” (VEYNE, 2015, p.16)

O Imperador e a massa humana que lotava a *cavea* passava um terço ou um quarto de seus dias juntos nos espetáculos. Mesmo que o *Princeps* não estivesse presente no espetáculo, os jogos começavam com uma homenagem pública ao Imperador. Esta apropriação da arena como um espaço político foi, segundo minha percepção, um fator que reforçou a importância dos jogos. A minha dissertação de mestrado “Arena de pedra e homens de ferro: a relação de poder travada no Amphitheatrum Flavium, durante o Alto Império” aborda a questão política

da arena com maior profundidade. Porém, neste momento, vou me apoiar nas palavras de Veyne ao identificar a arena e, até mesmo o circo, como espaços políticos:

os espetáculos se tronam uma arena política, porque a plebe e seu soberano encontram-se ali face a face: é o lugar onde a multidão romana honra o príncipe, solicita-lhe prazeres, fala de suas reivindicações políticas, enfim, aclama-o sob o disfarce de aplaudir ou vaiar os espetáculos. Foi assim que o circo e o anfiteatro tomaram uma importância desproporcional na vida política romana. Mesmo quando o imperador não assistia pessoalmente a algum espetáculo (o próprio Cômodo estava de vez em quando ausente), as insígnias imperiais estavam, aparentemente, sempre instaladas em seu lugar e visíveis diante de todos:<sup>151</sup> o espetáculo era uma cerimônia oficial. Ora, a multidão sabe que o espetáculo é feito para ela é a rainha da festa e que as autoridades querem agradá-la; a multidão se sente em casa no circo e nos teatros (tanto que, nos dias de agitação política, é para lá que ela corre para se reunir e manifestar). Como os espetáculos eram a sua festa, quando o editor dos jogos era o imperador, ele se colocava, nesses dias, a seu serviço e se humilhava diante dela: Cláudio chamava os espetáculos de “senhores” (*domini*) – ele que, como soberano, era normalmente chamado pela multidão de “nosso senhor” (*dominus noster*). Quando Augusto se ausentava dos espetáculos (ele podia eventualmente se ausentar “durante longas horas, às vezes durante dias inteiros”), ele primeiramente pedia desculpas ao público e recomendava-lhe o presidente efetivo que ficava encarregado de substituí-lo (VEYNE, 2015, p.735)

Este fenômeno teve a força de estimular a economia romana, principalmente na capital do Império. Com a evolução quantitativa e qualitativa dos espetáculos, o Imperador tinha que despender cada vez mais recursos, a fim de proporcionar para a assistência mais atrações, maior quantidade de alimentos e presentes. O cenário foi retratado pelo poeta satírico Juvenal, quando concebeu a famosa expressão “pão e circo”. Vamos trazer o recorte da sátira X “Os vates” de Juvenal:

Se Tibério morresse neste instante,  
Sejano aclamaria o mesmo Povo.  
Desque o direito da eleição perdemos  
Descansados estamos. Noutros tempos,  
Ditadores, e Cônules, Pretores  
Todos os cargos dávamos sublimes:  
**Teatro e Pão**, é nosso afã agora  
Dizem que há condenados muitos?  
Não duvido, o vulcão aceso existe.  
Ventídio, amigo meu, do templo junto  
De Marte, aflito, e descorado encontro,  
Temo que o novo Ajax, como vencido,

<sup>151</sup> Id, 72,17: “Que Cômodo estivesse presente ou ausente, (era) sua pele de leão e sua clava (que) eram colocadas nos (anfi)teatros em seu assento de ouro”; a novidade me parece ser não que as insígnias imperiais sejam colocadas em um trono vazio (nada era mais normal), mas que essas insígnias sejam uma clava e uma pele de leão que implicam que o imperador vivo era um novo Hércules. Não existe nada de mais banal que o uso cerimonial e a iconografia do trono vazio no qual são colocadas as insígnias do poder. J.W. Salomonson, Chair, Scepter and Wreath: Historical Aspects of their Representation, tese de Groningue, 1956; não existe ali nenhum “simbolismo funerário”, exceto secundariamente, mas uma realidade do cerimonial.

No Senado não crendo achar vingança  
Se volve à inocência, e nos oprime!  
O de César inimigo pois calquemos (JUVENAL, S X, v 76 – 86. Grifo nosso)

A prática de distribuição de alimentos é muito anterior ao Império. Durante muito tempo, foi uma medida adotada em momentos de calamidade, a fim fornecer a população em geral uma ração de sobrevivência em tempos de secas ou crises excepcionais de abastecimento. Júlio César, durante o seu governo, reorganizou a *Cura Annonae*. Esta ação foi feita após um recenseamento, visando restringir a distribuição outrora desorganizada e sem controle. Por sua vez, o Imperador Augusto reduziu ainda mais o número de beneficiários da anona, fixando-o em duzentos mil cidadãos.

Todo este processo demonstrava que a distribuição de trigo era algo planejado e extremamente meticuloso por parte do governante, contrariando o senso comum de que a distribuição de alimento era algo indiscriminado e totalmente politiqueiro. A expressão criada por Juvenal reforçava esta ideia de maneira errônea. Paul Veyne relata de maneira muito feliz em seu livro “Pão e Circo” a ação de governo empreendida pelos Imperadores, que visava subsidiar e controlar a distribuição do pão à plebe. Vamos dar voz ao autor:

Depois do circo, o pão. Todos os imperadores têm cuidados com sua capital que não podiam ter com todo o Império. Nenhuma cidade pode se comparar a Roma nisso; argumento importante naqueles tempos nos quais os menores vilarejos rivalizam entre si como pequenas nações. Apenas Roma tem pão gratuito, congíários e uma anoma: o *panem* de Juvenal não é o pão gratuito, mas o que o anoma consegue fazer chegar até o mercado de Roma a título de impostos ou organizando a atividade dos comerciantes. (VEYNE, 2015, p.707)

Na próxima seção de nossa pesquisa iremos aprofundar a questão da anona e qual foi seu impacto para a população da capital do Império. Porém, neste momento, vamos retornar ao evergetismo. A prática da evergesia despertava na plebe o sentimento de que os mais abastados deveriam contribuir com seus próprios recursos para as despesas públicas, a fim de que suas necessidades fossem atendidas. Para os patrícios contribuir com as despesas públicas era algo espontâneo. Mas, é importante fazermos uma observação: o evergetismo não era uma obrigação fiscal, um imposto, a evergesia existia paralelamente, e não se sobrepunha ao imposto.

Todavia, a exigência do povo crescia cada vez mais, isto é, criando um nível de exigência cada vez maior, obrigando o evergeta a dispendir cada vez mais recursos pessoais. A interpretação do fenômeno da evergesia é a seguinte: onde existia obrigatoriedade não existia gratuidade. O povo os forçava a pagar em nome da justiça, e não da caridade. O evergetismo antigo consistia em um mecenato, e não em redistribuição. (VEYNE, 2015, p. 24)

Os gastos do Imperador, em Roma, e dos demais homens públicos nas províncias tinham a tendência de voltar-se para atividades que contemplasse a grande massa, como os combates nas arenas, os espetáculos do circo, bem como banquetes. Porém, quando a evergesia estava relacionada às construções públicas, estas deveriam estar intrinsecamente correlacionadas com a comunidade agraciada, sendo fundamental que o edifício trouxesse a materialização daquela doação, isto é, fizesse referência ao doador seja por meio de inscrições na arquitrave<sup>152</sup> ou na base da edificação, seja no hall social. Tudo para rememorar a benfeitoria oferecida pelo evergeta.

Contudo, o evergetismo foi uma ferramenta útil para a estruturação do espaço, como já foi supracitado. Porém, estas intervenções construtivas deveriam dialogar com as tradições locais por meio de um programa coerente, levando em consideração até mesmo o espaço disponível, os materiais e técnicas locais e, principalmente, os usos da intervenção amalgamada aos programas construtivos anteriores que formaram o espaço da *urbs*.

Algumas vezes as evergesias eram oferecidas por personalidades generosas que não estavam correlacionadas com suas atribuições. Este tipo de ação enquadra-se no evergetismo livre. Da mesma forma, este tipo de benesse poderia ser concedida na ocasião da eleição de um patrício, uma magistratura ou uma função municipal. Este outro modelo estaria enquadrado dentro do evergetismo *ob honorem*, sendo moralmente ou até mesmo legalmente obrigatório. (VEYNE, 2015, p.15)

Este comportamento por parte do benfeitor poderia encontrar uma dicotomia de atitudes, pois por um lado estaria sendo realizado dentro de um espírito de “magnanimidade”. Este modelo poderia ser exemplificado por meio da atitude do Imperador Augusto, quando procurou trazer beleza e sofisticação para a cidade de Roma. Toda esta monumentalidade ficou eternizada por meio da *Res gestae*, documento que tivemos oportunidade de aprofundar na seção anterior deste trabalho. Já o outro modelo atitudinal seria o de homens pressionados pela plebe ou por seus pares, sendo impelidos a satisfazer as necessidades da comunidade na qual estava inserido. Como exemplo disso, temos a atitude de Imperadores, como Calígula, que buscava agradar a massa por meio de espetáculos e outras benesses, a fim de contrabalançar sua péssima administração.

Contudo, em função de uma má gestão o Imperador não concedia o circo à plebe para despolitizá-la; porém, seria bem provável ela politizar-se caso o *Princeps* tivesse recusado conceder-lhe o circo. As benesses não eram concedidas em função de uma eterna necessidade

---

<sup>152</sup> É uma viga horizontal que repousa sobre os capitéis das colunas. É um elemento arquitetônico característico da arquitetura clássica.

de equilíbrio, mas em função de um pacto histórico que é próprio daquela sociedade. (VEYNE, 2015, p.93)

Esse pacto era apenas o resultado do ato de oferecerem presentes ao povo, a fim de caracterizar que não deviam mais nada. Mas, também o faziam por uma razão quase inversa, isto é, para demonstrar o seu sentimento e seu amor ao povo; eles almejavam comprovar, por meio das evergesias, que faziam tudo por bondade, apesar de não fazerem nada por altruísmo.

Oferecer-lhe jogos, de acordo com a lógica dos governantes, demonstrava que se interessam pela plebe e até mesmo por seus prazeres. Seria atestar ao povo que possuía deveres para com eles e ao mesmo tempo mostrar à população que não lhes devia nada e que era divinamente superior aos interesses mundanos e, por esse motivo, lhes concedia algo que eles, por si só, não teriam condições usufruir.

No fundo a duplicidade de atitudes por parte *Princeps* era uma questão de política. Porém, o Imperador era o proprietário de seu Império, e não haveria nenhuma outra lei além de sua vontade. Da mesma forma que o amor do povo por seu soberano era um sentimento quase sempre respeitoso e incondicional, semelhante a um deus, mas que possuía atitudes humanas. A seguir, observemos uma fala de Paul Veyne quanto ao sentimento e a admiração da plebe por seu Imperador:

Acontece porque as particularidades individuais e a vida privada do soberano tomam uma importância enorme aos olhos de seus súditos. O que não tem nada a ver com “estrelato”. As estrelas encarnaram publicamente uma coisa privada, a humana condição de seus sonhos, enquanto a curiosidade obsessiva pela individualidade real é política. Quando Cômodo se exibia no anfiteatro como gladiador, ele não se oferecia para realçar o brilho da coroa vestindo os louros de campeão, e o público não o admirava como uma estrela da gladiatura esquecendo que era o príncipe: os espectadores admiravam que seu soberano tivesse todos os dons e realizasse todas as virtualidades humanas (os ricos e os poderosos devem atualizar toda a condição humana, já que possuem os recursos para isso); os espectadores gostavam também quando o senhor mostrava à plebe que ele compartilhava seus gostos esportivos, e não desprezava a cultura do povo. Cômodo tornava-se popular como soberano (VEYNE, 2015, p.540)

O evergetismo foi uma prática que despertou amor e ódio por parte da plebe romana. Contudo, foi importante para aquela sociedade, pois apesar ter sido utilizada em muitos momentos com fins eleitoreiros e demagógicos, tinha em sua essência um sentimento altruísta, que proporcionou, principalmente, ao povo de Roma a oportunidade de usufruir de uma cidade mais urbanizada e mais bela, ao mesmo tempo, desfrutar de espetáculos luxuosos e exóticos. Em resumo, o evergetismo movimentou a economia do Império, principalmente da capital Roma.

A expressão “pão e circo” desenvolvida por Juvenal cria uma falsa impressão de que o povo era plenamente satisfeito em suas necessidades materiais. A seguir, veremos se a *annona* foi relevante para o Império Romano e qual foi seu impacto para aquela sociedade.

### 3.3 *Annona*

As grandes limitações da agricultura e da logística no mundo antigo moldaram o provimento de grão fornecidos pelo Estado. Em 439 a.C., o Senado e seu representante Lúcio Minúcio defenderam sua responsabilidade por *annona against* Spurius Maelius. Em virtude do fracasso da safra de grãos do ano anterior, Roma vivia um ambiente tempestuoso em termos políticos. Sob os protestos do Senado, os tribunos garantiram a nomeação extraordinária de Lúcio Minúcio como *praefectus annonae*<sup>153</sup> (LIVY AB URBE 4.12). Apesar de seus esforços na busca de grãos, Lúcio não obteve sucesso como *praefectus annonae*. Em resposta, Tito Lívio registra como:

Então *Spurius Maelius* da ordem equestre, como um homem rico para aqueles tempos, temperado com um empreendimento útil no pior precedente com pior julgamento. Pois quando ele comprou grãos da Etrúria com seu dinheiro pessoal por meio do trabalho de seus amigos-hóspedes estrangeiros e de seus clientes, o que eu acredito ser um impedimento para aliviar o mercado de grãos com cuidados públicos, ele organizou uma distribuição pública de grãos. Com esse serviço, os plebeus ficaram encantados. Sempre que ele caminhava, ele era visto e criado para se colocar acima do modo de um homem privado. O homem não duvidava de seu apoio e se desesperava em suas esperanças pelo consulado.<sup>154</sup> (AB URBE 4.13)

<sup>153</sup> *Praefectus Annonae*, o prefeito das provisões, especialmente do mercado de grãos, não era um magistrado regular na república, mas era nomeado apenas em casos de escassez extraordinária, quando tinha a inteira responsabilidade de fornecer o capital com provisões, especialmente com grãos, e fixou o preço a que este último deveria ser vendido. Este magistrado foi nomeado pela primeira vez em 439 a.C. (Liv. IV.12; Niebuhr, Hist. de Roma, II. p.418). A superintendência do mercado de grãos em toda a república foi posteriormente confiada a Pompeu por um período de cinco anos (DIÃO CÁSIÓ. XXXIX .9; Cic. anúncio Att. IV.1; Liv. Epit. 104); e, de acordo com este exemplo, Augusto assumiu a mesma superintendência e ordenou que duas pessoas, que haviam sido pretoras cinco anos antes, fossem nomeadas todos os anos para a distribuição do milho (DIÃO CÁSIÓ. LV .26, 31; *curam frumenti populo dividendi*, Suet. 37 de agosto). Posteriormente, Augusto atribuiu esse dever a duas pessoas de posição consular (DIÃO CÁSIÓ. LV .26, 31); mas ele também criou um oficial sob o título de *Praefectus Annonae*, que devem ser diferenciados dos oficiais acima mencionados. Este cargo era permanente e parece ter sido ocupado por apenas uma pessoa de cada vez: ele tinha jurisdição sobre todos os assuntos relativos ao mercado de milho e, como o *Praefectus Vigillum*, foi escolhido entre os *Equites* e não foi contado entre os magistrados ordinários (DIÃO CÁSIÓ. LII .24 ; Dig. 1 tit. 2 s.2 §33 ; 14 tit. 1 s.1 §18, tit. 5 s.8; 48 tit. 2 s.13). O *Praefectus Annonae* continuou a existir até os últimos tempos do império: respeitando seus deveres em tempos posteriores, veja Walter, Gesch. des Röm. Rechts, § 360, 2ª ed. Cf. *Fruentariae Leges*. (SMITH, 1875, p.952)

<sup>154</sup> *tum Sp. Maelius ex equestri ordine, ut illis temporibus praedives, rem utilem pessimo exemplo peggiore consilio est adgressus. frumento namque ex Etruria privata pecunia per hospitem clientiumque ministeria coempto, quae, credo, ipsa res ad levandam publica cura annonam impedimento institui pumentum hoc munere delinitam,*

Este foi um dos primeiros episódios da atuação do *praefectus annonae*, cargo criado para atuar de maneira emergencial, isto é, acionado pelas autoridades romanas com a missão de obter gêneros alimentícios em tempos de secas ou crises excepcionais de abastecimento.

Contudo, ao desenvolvermos um trabalho que aborda as questões econômicas que apoiaram os jogos de gladiadores, não poderíamos nos furtar de abordar a *annona*<sup>155</sup>, pois o comércio de grãos representava o maior mercado em volume no antigo mundo mediterrâneo. Apenas uma embarcação era capaz de transportar cerca 10 milhões de HS em valor. Isso equivale a cerca de 2,5 milhões de *modii* de grãos no provável preço do século II d.C. Os grãos como mercadoria a granel continuaram sendo muito caros para transportar, exceto pelo mar. Combinado com o tempo volátil e a tecnologia agrícola limitada, os desafios do transporte e acondicionamento garantiram que a *annona* se tornasse um “problema” para a cidade de Roma.

Devido às condições climáticas, a bacia do Mediterrâneo favoreceu o cultivo de algumas espécies de cereais. As principais espécies frumentárias adquiridas pela administração anônária para atender a população de Roma foram cevada e trigo. O trigo dividia-se em dois grupos: grãos duros (camada protetora) e grãos nus. O farro foi um dos primeiros grãos domesticado pelo homem, sendo levantado como o primeiro alimento do Lácio. (ANDRÉ, 1981, p.51)

Este cereal era ingerido como uma papa (*pultes*). O processo de preparo iniciava com a torra dos grãos. A seguir a camada protetora era removida e o farro era moído. No final do processo o farelo era misturado com água, ou com leite. As papas caíram no gosto do homem romano, mas posteriormente foi sendo paulatinamente substituída pelo consumo de pão. (ANDRÉ, 1981, p.62-63) O pão, mesmo após ser incorporado à dieta do homem romano (no final do século I a.C.), continuou concorrendo com as papas tradicionais, consumidas principalmente pela população pobre da Urbe e pelos gladiadores. (GARNSEY, 2004, p.237)

Devido às conquistas militares, houve a anexação de terras, ao vasto Império Romano, por parte da elite romana. Este fenômeno fez crescer a quantidade de escravos enviados das terras recém-conquistadas para os latifúndios da elite romana. Este novo cenário desencadeou o aumento da mão de obra escrava, que teve como consequência a desvalorização dos preços dos produtos e da mão de obra. Assim, a maioria dos camponeses da Península Itálica se viu obrigada a vender suas terras e migrar para a capital do Império.

---

*quacumque incederet, conspectus elatusque supra modum hominis privati secum trahere, haud dubium consulatum favore ac spe despondentem. (Ab Urbe 4.13)*

<sup>155</sup> Na sua concepção primitiva, o substantivo “*annona*” simbolizava o produto anual da colheita de diversos gêneros alimentares, como cereais, fruta ou vinho. Como o cereal era o principal gênero alimentício do mundo antigo, foi especialmente recoberto pelo termo. Com efeito, “*annona*; ou *annonaria species*” poderiam ser utilizadas, como sinônimo de cereal; como forma de expressar o preço do frumento no mercado; ou, sobretudo, como meio de designar as provisões cerealíferas importadas anualmente para alimentar a população de Roma.

A principal consequência deste quadro foi o aumento expressivo da população urbana sem condições mínimas de se manter, gerando uma grande massa populacional que necessitava do apoio do Estado para se manter. O trigo na forma de pão era responsável pela maior parte das calorias, ingeridas diariamente pela população mais pobre.

Sendo assim, o governo concentrou seus esforços no mercado de trigo, a fim de garantir seu suprimento. Durante a República Tardia e o Principado, Roma excedeu a capacidade das fontes locais de alimentos devido ao crescimento populacional, tendo como consequência a importação de grãos estrangeiros. Assim, o Senado se sentiu impelido a apoiar o fornecimento de grãos à população de Roma.

No entanto, o Senado falhou na forma de administrar a *annona*. Dada a riqueza de seus membros e o seu distanciamento da plebe, a instituição não teve a sensibilidade de compreender as questões complexas que envolviam a *annona*. Quando percebeu a importância do tema, já não possuía mais condições de reorganizar a gestão da *annona* devido aos múltiplos interesses políticos. Assim, Pompeu e César, com seus poderes extraordinários, reorganizaram a distribuição de grãos na cidade de Roma. Porém, nenhum dos dois foi capaz de desenvolver um sistema de gestão da *annona* a longo prazo. Já Principado, a questão foi reavaliada e Augusto e seus sucessores criaram um sistema fora da velha ordem republicana.

Devido à escassez de grãos de 23 a.C., Augusto buscou novamente apoiar a autoridade tradicional do Senado em *annona*. Porém, mais uma vez o Senado se mostrou ineficiente para administrar a *annona*. Como consequência disso, em 22 a.C., novos problemas surgiram devido a uma grande crise frumentária. Assim sendo, a população instou os senadores a atribuírem a Augusto a *cura annonae*. O *Princeps* passou a gerenciar a *cura* não por um período limitado, mas perpetuamente. Desse modo, a *cura annonae* tornou-se uma atribuição direta do Imperador, sendo transmitida funcionalmente de *Princeps* para *Princeps*. (VIRLOUVET, 1985, p. 17)

Frente a este cenário, Augusto entendeu a importância social da *cura annonae*, bem como sua importância política. De acordo com o historiador Boudewijn Sirks, o correto exercício da *cura annonae* proporcionava bem-estar aos cidadãos romanos, isto é, aqueles que possuíam direito de voto. Assim, esta estrutura proporcionava ao Imperador potencialidade para convertê-la em um instrumento político. (SIRKS, 1991, p 13)

O Imperador finalmente reestruturou a *annona* por meio do *praefectus annonae*, convertendo a função para um oficialato permanente (anteriormente era uma função emergencial). Em algum momento entre 9 e 11 d.C, Augusto nomeou o *equestrian Gaius*

*Turranius* como o primeiro *praefectus annonae* imperial permanente.<sup>156</sup> Até o século III d.C., o *praefectus annonae* e sua equipe manteriam o *cura annonae* de fato uma atribuição dos imperadores em seu nome, trabalhando com uma teia de agentes públicos e privados para garantir a *annona*. (RICKMAN 1980, p.92-93).

No processo, o *praefectus* criou regulamentações de mercado, julgou processos judiciais e negociou o suprimento pessoal de grãos do Imperador. Sem demora esta função passou a ser a mais prestigiada do curso senatorial e o seu titular era escolhido direta e unicamente pelo Imperador.

Graças ao cenário político positivo, devido à falta de oposição, Augusto reestruturou a política romana ao longo de três anos como cônsul. No processo, o Imperador indeferiu suas leis inconstitucionais das guerras civis, banuiu homens indignos do Senado e, por fim, redistribuiu a riqueza aos senadores restantes (DIÃO CÁSIÓ, *His. Rom.* 52. 42 e 53.2).

O Imperador encontrava-se no topo da estrutura administrativa da *annona*, a qual estava ligada tanto ao ente municipal, como o provincial. No papel de *curator annonae*, o *Princeps* se apresentava como grande responsável pelo êxito anual do aprovisionamento cerealífero da cidade de Roma. Essa *cura* compreendia todas as fases do processo de abastecimento, desde a recolha do tributo frumentário à distribuição do benefício.

No entanto, devido a infinidade de atribuições que necessitavam o acompanhamento do Imperador, a delegação foi um processo natural. As várias etapas foram estratificadas e confiadas a diferentes oficialatos, que tinha como resultado a distribuição dos gêneros armazenados nos *horrea*. Após a morte de Augusto, o *praefectus annonae* tornou-se parte da herança imperial de Tibério. Apesar de sua tentativa inicial de “republicanizar” a *annona*, Tibério deu continuidade ao *praefectus annonae* e ao legado de Augusto.

Apesar dos inúmeros produtores de grãos, os campos da Sicília, no Norte da África e do Egito, forneciam a maior quantidade dos grãos da cidade de Roma.<sup>157</sup> No primeiro século a.C., segundo Lionel Casson, Roma importava 60.000.000 *modii* 400.000 toneladas de grãos todos os anos de norte da África e Egito, usando evidências de Aurelius Victor (Caesar 1.6) e Josephus (De bello Judaico libri 2.383, 386). (CASSON, 1979, p.21)

A Sicília tinha condições de fornecer 2.500.000 *modii*. Mesmo sendo um exportador de menor expressão, tinha sua importância estratégica para Roma, pois permaneceu como um fornecedor crítico de grãos devido a sua proximidade territorial, especialmente pouco antes da

---

<sup>156</sup> Dião Cásió propõe algo entre 9 e 11 d.C., Peter Garnsey presume que as seções ausentes incluiriam uma explicação da nomeação do primeiro *praefectus annonae* (GARNSEY 1988, p. 222).

<sup>157</sup> *Historia Naturalis* de Plínio, o Velho 18.12

temporada de navegação, quando o fornecimento de grãos romanos tendia a diminuir. (ERDKAMP, 2005, p. 219)

A grande importância do grão como mercadoria de subsistência universal da área do Mediterrâneo durante este período esteve diretamente atrelada ao transporte. Roma e, em menor grau, a Itália estariam no centro de uma economia mediterrânica integrada. Assim, “o trigo fora de Roma seria valorizado pelo que valia em Roma”. (KESSLER e TEMIN 2008, p.144) O principal componente que proporcionava a diferenciação de preço do grão era os custos de transporte.

O transporte pelo mar era demasiadamente elevado e representava um fator complicador para a comercialização do produto. Os navios ainda eram muito lentos para transportar alimentos além de vinho, azeite, molho de peixe e grãos devido à deterioração. Assim, Roma com a taxa dos impostos elevada e o influxo de liquidez aumentaria os preços locais, tornando os produtos locais caros. Dessa forma, os produtores de diversas províncias levavam vantagem comparativa de preço e suplantavam os concorrentes italianos. Abaixo apresentamos uma tabela que caracteriza a situação enfrentada por Roma, abordando a distância da capital do Império e preços dos grãos segundo Kessler e Temin:

Tabela 18 – Os preços praticados em comparação com Roma

Região	Distância de Roma (km)	Preço de Roma (HS)	Preço da Província (HS)	Distância de Roma "desconto" (HS)	Ano
Sicília	427.	4,00	2,00-3,00	-1,5	77 a.C.
Espanha (Lusitânia)	1363	3,00 - 4,00	1	-2,5	150 a.C.
Vale do Pó	1510	3,00- 4,00	0,5	-3	150 a.C.
Ásia Menor (Antioquia da Pisídia)	1724	5,00 - 6,00	2 - 2,25	-3,13	80 d.C.
Egito (Fayum)	1953	5,00 - 6,00	1,5	-4,00	20 a.C. – 56 d.C.
Palestina	2298	5,00-6,00	2 – 2,50	-3,25	15 d.C.

Fonte: (KESSLER e TEMIN 2008, p.144).

A tabela nos apresenta a realidade enfrentada por Roma onde os preços seriam mais altos devido a uma maior demanda e a oferta mais restrita. Em contrapartida, lugares remotos e distantes em relação a capital teriam uma vida mais barata. Os autores apresentam uma tendência ascendente geral que leva de 3,5 HS por *modius* durante o século II a.C. até 5,5 HS no século I d.C.

No mundo romano, o comércio de longa distância, como abordamos anteriormente, está amplamente documentado. Papiro e evidências literárias abordam a presença de uma Colônia Tyrian em Puteoli (atual Pozzuoli), de sírios na Gália e asiáticos na Itália. A descoberta de tipos similares de cerâmica originários de regiões específicas em todo o Mediterrâneo é ainda hoje o testemunho mais visível dessa rede de comerciantes que ligava o antigo mundo romano.

A fim de corroborar com esta afirmação sobre o comércio de longa distância no Mediterrâneo, vamos observar o artigo escrito por Daniele Manacorda entitulado: “*The Ager Cosanus and the Production of the Amphorae of Sestius: New Evidence and a Reassessment*” (“O Ager Cosanus e a produção das ânforas de Sestius: novas evidências e uma reavaliação”).

No artigo o autor destaca a região de *Ager Cosanus*, território da colônia de Cosa, fundada em 273 a.C., que possuía o porto de *Cosanus*.

Este porto localizado perto da Via Aurélia tornou-se um importante ponto de embarque da Córsega e da Sardenha e um ponto de apoio à navegação costeira, tendo destaque nos assentamentos marítimos do *Ager Cosanus* no século I a.C. A região atingiu seu apogeu econômico no final da República Tardia, destacando-se como um movimentado centro de exportação marítima de vinho e peixe, notabilizando-se ainda como um centro de importação de bens de luxo.

Apesar de estar fora de nosso recorte temporal é relevante para nossa pesquisa, pois reforça a interligação de um comércio que ocorreu no Mediterrâneo como vimos no capítulo 2. Abaixo uma representação do porto de Cosanus durante seu apogeu e ao lado uma foto de satélite da área atual do que foi o Porto e seus vestígios arqueológicos.



Figura 30 – Desenho do Porto de Cosanus. Kathleen K. Borowick, cortesia de AM McCann <https://archive.archaeology.org/image.php?page=online/features/cosa/jpegs/cosa5.jpeg> - acessado em 07/07/2022.

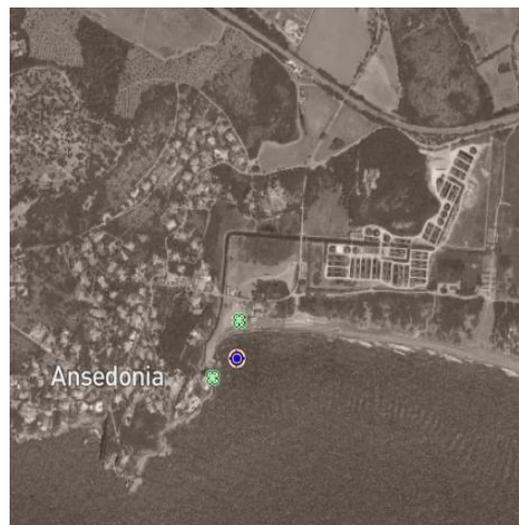


Figura 31 – Representação da região do Porto de Cosanus (atualmente um sítio arqueológico). <https://pleiades.stoa.org/places/831144251> - acessado em 09/07/2022.

O auge da Cosa não duraria. A cidade fortificada na colina foi dizimada, por volta de 70-60 a.C., porém, o porto continuou a prosperar. No entanto, o apoio a Brutus em 42 a.C. pode ter contribuído pelas retaliações sofridas por parte do Império, o que levou ao declínio do comércio estruturado pela família Sestius, interrompendo o comércio em Porto Cosanus.

As necessidades da capital do Império passaram a fluir pelo porto de Ostia, onde desembarcavam mercadorias do sul, grãos para atender a crescente população de Roma e luxos que eram demandados para os espetáculos e para a elite da cidade. No início do período

imperial, a dependência de Cosa como um centro de exportação para o norte havia chegado ao fim, tornando-se apenas um porto local em decadência destinado à importação de mercadorias.

O Porto assim como a região de Cosa é na atualidade um manancial para as pesquisas arqueológicas, pois guarda uma grande quantidade fragmentos cerâmicos de ânforas (aros, pegas, bases e paredes de ânforas -principalmente as do tipo - Dressel. 1). A partir destas observações, vamos trazer as colocações trazidas por Danile Manacorda em seu artigo escrito para “*The Journal of Roman Studies*”:

As investigações no local deixaram claro que o depósito de cerâmica, que cobre uma área de aproximadamente 100-200 metros quadrados, é proveniente de trabalhos recentes realizados nas imediações para lançar as fundações de alguns edifícios, felizmente sem grandes dimensões. Um número particularmente grande de bordas de ânforas foi encontrado na superfície do depósito. Entre estes pudemos recolher alguns exemplares com selos: 5 jantes com o carimbo SES e âncora (fig. 1, 1-5); 4 abas com o selo SES e um caduceu (fig. 1, 6-9); 3 jantes com o selo SES e estrela de oito pontas (fig. 1, 10-12); 3 abas com o selo SEST e folha de palmeira (fig. 1, 13-15); 2 aros com o selo SES e tridente (fig. 1, 16-17); 2 jantes com o selo SES e bipénis (fig. 1, 18; 2, 19). A este grupo de jantes devem ser acrescentados três outros selos fragmentários que não conservaram o símbolo que acompanhava as letras SES (fig. 2, 20-2), e alguns com letras incertas que se encontram em muito mau estado de conservação, mas parecem pertencem à mesma série. Em um caso, o carimbo foi impresso no cotovelo da alça em vez da borda. Foram também recuperados dois aros com selos com letras indecifráveis nas quais não é possível detectar qualquer vestígio das letras SES apesar de a forma da moldura ser idêntica (fig. 2, 23-4); uma aba com selo quadrado sem letras mas com o símbolo de uma estrela de oito pontas em relevo (fig. 2, 25); e por fim um selo fragmentário em moldura retangular com as letras DION.DI---], que acaba por nunca ter sido publicado antes (fig. 2, 26). (MANACORDA, 1978, p. 123-124)

No recorte do artigo apresentado acima, o autor faz uma exposição pormenorizando os diversos selos representados nas ânforas. Esta epigrafia anfórica ainda é controversa, pois divide a opinião dos estudiosos sobre os diversos tipos de selos: o do produtor da ânfora, do dono da mercadoria ou do próprio comerciante. Da mesma forma, a rolha da ânfora recebia um selo quando do seu fechamento. A seguir vemos um modelo de selo utilizado no fechamento de uma ânfora de Argila Pozzolana Dressel 1B: (Descrição completa do objeto anexo C)

Figura 32 – Selo de ânfora



Fonte: Localização: Museu Nacional de Arqueologia Subaquática.

No entanto, o selo poderia estar relacionado ao conteúdo introduzido pelo produtor ou pelo comerciante no ato do fechamento da transação comercial. No caso específico dos selos SES, por vezes ainda, conservam uma rolha com L. Titi. De acordo com Manacorda em seu artigo: “Na opinião de Benoit, Sestius é o comerciante e L. Titius o produtor. Mas, na verdade, as referências poderiam muito bem ser o contrário.” (MANACORDA, 1978, p. 123-124)

Também é necessário ressaltar que este cenário possui variações, dependendo do período temporal e da região geográfica onde foram localizados os vestígios arqueológicos.

Abaixo apresentamos um extrato das bordas das ânforas abordadas por Manacorda em seu artigo. Primeiramente dividimos em duas seções completas do que foi apresentado pelo autor. Em seguida procuramos aproximar as imagens, a fim de ter uma melhor visualização das características das bordas das ânforas.

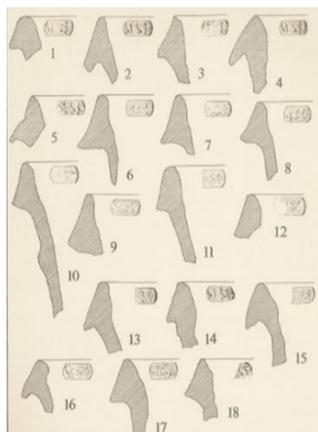


Figura 33 – Bordas desenhadas de ânforas de Portus Conasus (nº1 -18). Desenhada por Antony C. King. Direitos reservados. (MANACORDA, 1978, p. 123)

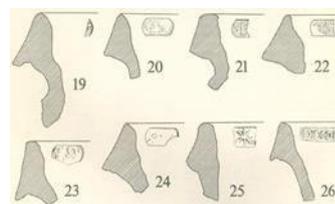


Figura 34 – Bordas desenhadas de ânforas de Portus Conasus (nº19 -26). Desenhada por Antony C. King. Direitos reservados. (MANACORDA, 1978, p. 124)

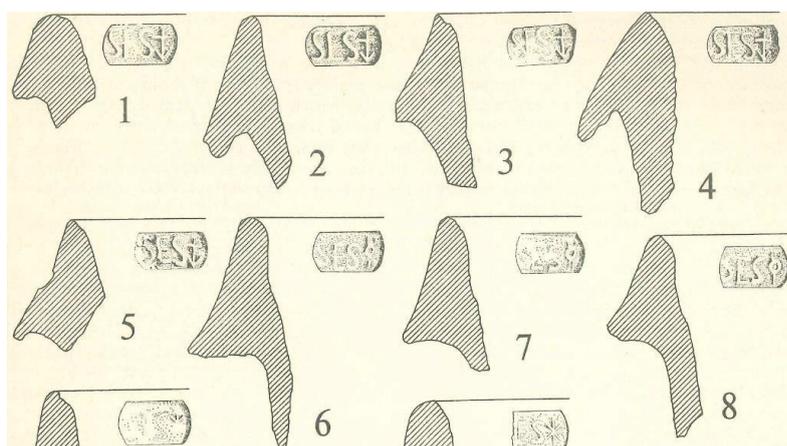


Figura 35 – Representação de 1 – 8. (MANACORDA, 1978, p. 123)

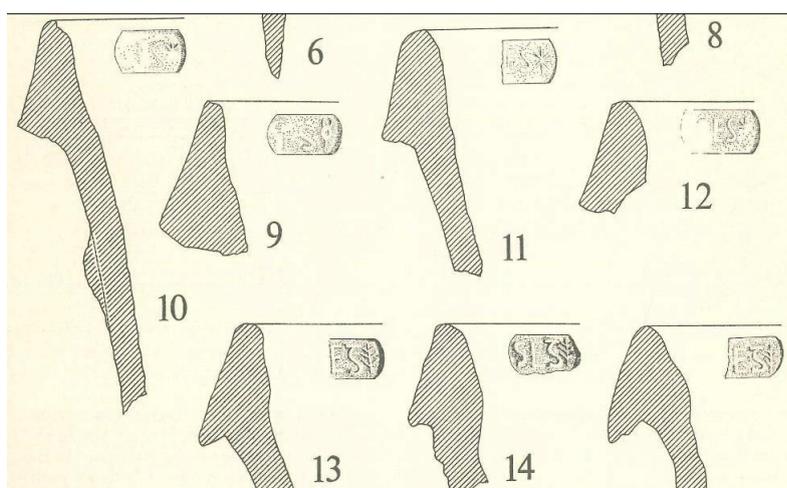


Figura 36 – Representação de 9 – 14. (MANACORDA, 1978, p. 123)

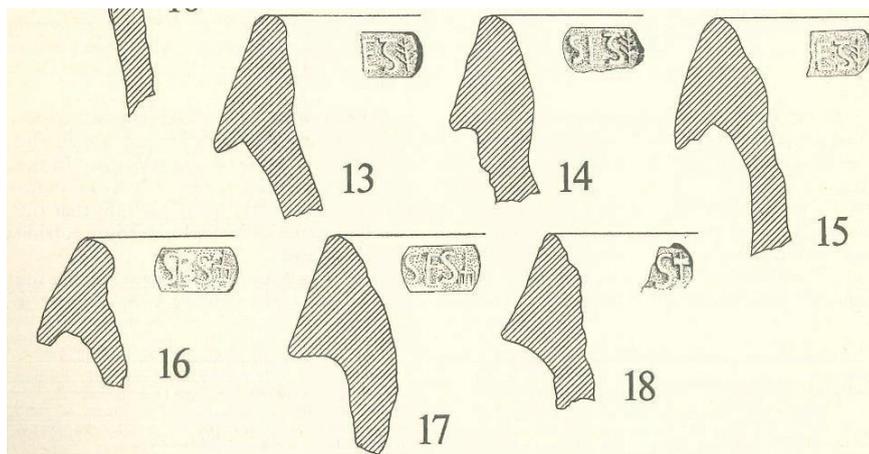


Figura 37 – Representação de 15 – 18. (MANACORDA, 1978, p. 123)

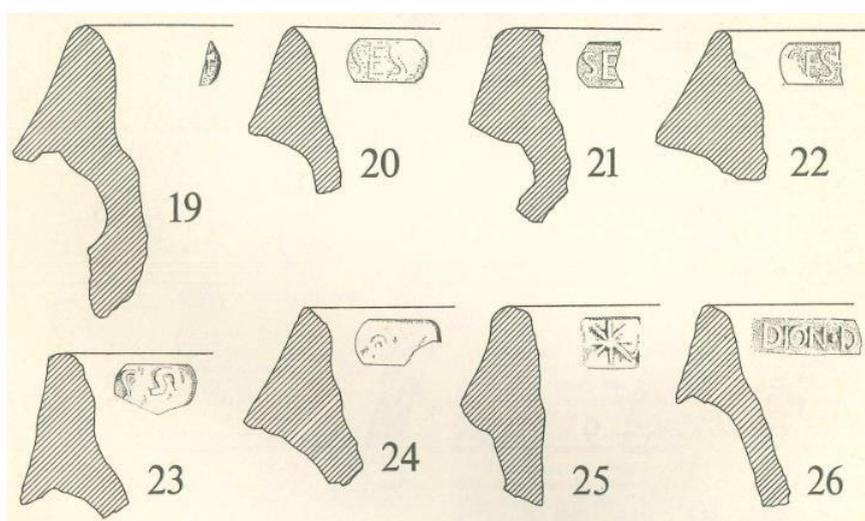


Figura 38 – Representação de 19 – 24. ((MANACORDA, 1978, p. 124)

Nosso objetivo, ao apresentar as bordas das ânforas tipo Dressel 1 trazidas por Manacorda em seu artigo, foi explicitar a diversidade de inscrições que poderiam estar presentes nestes recipientes, que foram os primeiros a serem utilizados no transporte de vinho na região da Campânia, do Lácio e da Etrúria. Este tipo de ânfora pode ter transportado outros gêneros alimentícios como: *garum*, grãos e azeitona.

Temos consciência da profusão de ânforas tipificadas por Heinrich Dressel, mas a encontrada na região do Porto *Cosanus* foi a primeira das quarenta e cinco classificadas pelo autor, de acordo com a imagem abaixo.

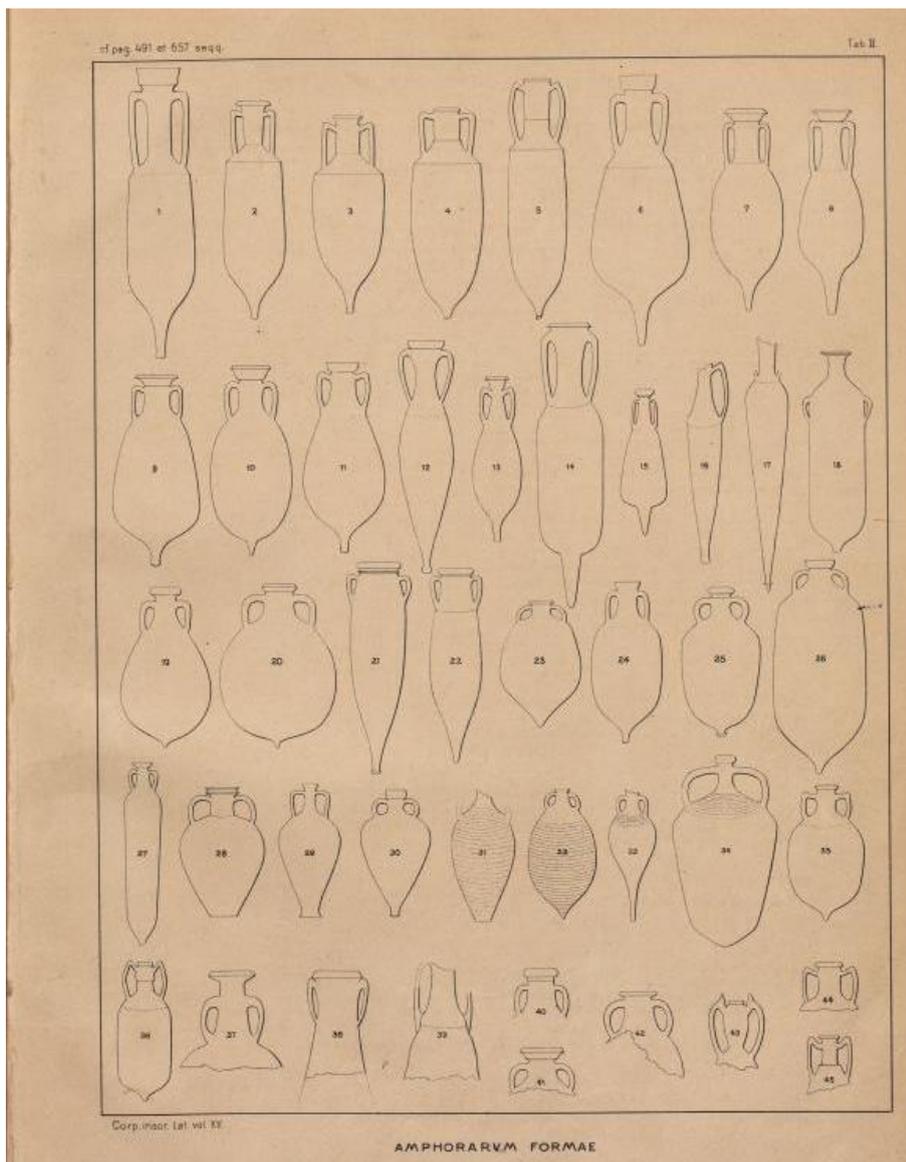


Figura 39: DRESSEL, Heinrich. Deutsches Archaeologisches Institut, Abteilung Rom, Bibliothek, p. [491] -996, [2] folhas do pl. - 39 cm. - Berolimi,1899.

As ânforas tiveram um papel fundamental na “economia” romana, pois foram utilizadas como método de acondicionamento para transportar, principalmente a tríade alimentar da dieta mediterrânea (vinho, azeite e grãos). Estes objetos foram importantes para o entendimento da história econômica do Império Romano, pois disponibilizou informações que clarificaram a importância do comércio marítimo, seja por meio da navegação de cabotagem, responsável por interligar o Mediterrâneo, seja através da navegação marítima, que interligou continentes, promovendo uma rede de comércio que foi capaz de transportar animais, artigos de luxo e grãos para incrementar a *annona* romana.

Porém, antes de prosseguirmos nossa pesquisa para compreendermos a importância da *annona* para a economia romana, vamos fazer uma breve parada e entendermos a grande relevância da estrutura portuária para a cidade e para o povo de Roma.

É de conhecimento comum que os portos fluviais da capital do Império possuíam importância fundamental para o comércio da principal cidade do Império Romano. No entanto, a topografia não se prestava facilmente a instalação de portos. Vejamos a ilustração abaixo que retrata esta realidade.

Mapa 4 – Planta geral dos portos fluviais de Roma - Portus Tiberinus e Portus Emporium



Fonte: (After LE GALL 2005: fig. 42 apud KEASY, 2012, p. 35)

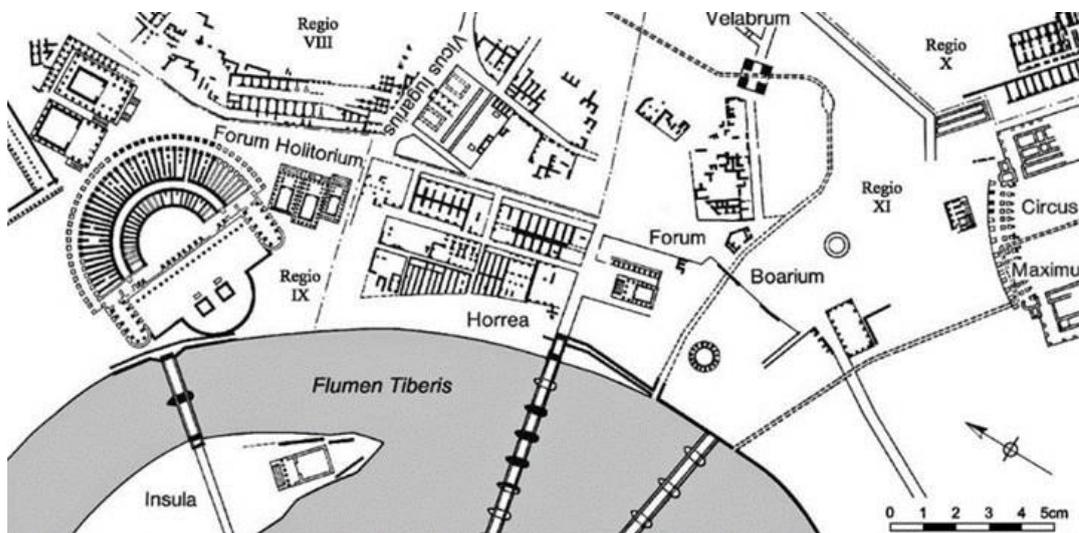
O *Portus Tiberinus*, o primeiro porto de Roma, (sec. IV a.C.) esteve instalado entre o Tibre e as colinas Capitolina e Aventina. A falta de espaço físico desencadeou a construção de instalações (sec. II a.C.) mais ao sul. Esta região ficou conhecida como *Portus Emporium*.

O porto se desenvolveu como consequência das crescentes necessidades da cidade, sendo o eixo de comércio e redistribuição no coração de Roma, desde o século VI a.C. (COARELLI, 1992: p.113-127). Era uma região baixa, ou seja, 8.000 m<sup>2</sup> que abrangiam a área

entre o corte do rio a oeste, o Teatro de *Marcellus* ao norte, o *Forum Holitorium* a leste e o *Forum Boarium* ao sul.

Materiais de construção e utensílios utilizados nos jogos gladiatórios provavelmente foram descarregados e armazenados nesta região. Tal afirmação se ampara nas escavações arqueológicas, onde a descoberta de mármore foi bastante comum na área entre o Ripetta e os principais monumentos do *Campus Martius* (MAISCHBERGER, 1997, p.178-179). Observemos o mapa abaixo, onde se pode ver a localização do *Portus Tiberinus*.

Mapa 5 – Plano do Portus Tiberinus



Fonte: (After COARELLI 1998: fig. .412 apud KEASY, 2012, p. 35).

O *Emporium*, construído no século II a.C. e expandido nos decênios subsequentes, se constituiu num espaço modelo de convergência do *canon frumentarius urbis Romae*. Os navios, ao aportarem, eram descarregados pelos *saccarii*<sup>158</sup>, que esperavam provavelmente nos galpões do *porticus Aemilia*<sup>159</sup>.

Antes de serem armazenados nos *horrea*, os gêneros eram novamente pesados. Esta operação era executada pelos *mensores* de Roma, no cais ou nos pátios. Depois de medidos, os *frumenta fiscalia* eram armazenados nos *horrea* localizados atrás do *Porticus Aemilia*. Os catálogos regionais de Roma registaram a existência de 35 *horrea* nesta região (região XIII).<sup>160</sup>

<sup>158</sup> *CIL*. 6.4417, atesta a existência de *saccarii* em Roma.

<sup>159</sup> O *Porticus Aemilia* foi um armazém construído em 193 a. C., nas margens do Tibre. O galpão foi construído, buscando atender as novas necessidades e utilizando novas técnicas construtivas (concreto).

<sup>160</sup> *DISCRIPTIO XIII REGIONVM VRBIS ROMÆ*. Disponível em: [goo.gl/7rzKfk](http://goo.gl/7rzKfk). Acessado em: 19/07/2022.

O complexo possuía uma extensão aproximada de 167x146m e era compartimentado em três grandes pátios retangulares de 28x118m, rodeados por colunas que provavelmente sustentavam uma cobertura, que tinha a finalidade de proteger os gêneros armazenados.

A proteção dos gêneros alimentícios e a manutenção da sua integridade era uma preocupação constante dos Imperadores. Para operacionalizar e salvaguardar o estoque, o *Princeps* emitia legislações referentes às condições prediais nas imediações dos *horrea*. Porém, devido ao grande adensamento populacional da cidade e às inúmeras edificações, o perigo dos incêndios era uma realidade sempre presente. O fogo proveniente das edificações adjacentes aos armazéns constituía uma ameaça séria para a segurança alimentar da população de Roma. (POTTER, 1999, p. 180)

Portanto, o propósito dos *horrea* situados na região do *Emporium* consistia em armazenar as provisões nas melhores condições sanitárias possíveis. Embora não seja inverosímil que uma parte dos gêneros permanecesse no armazém por pouco tempo. Assim, o grosso era deslocado para vários galpões, espalhados pelas restantes treze regiões da cidade de Roma.

A estrutura construída contemplava um grande terminal urbano voltado para as atividades comerciais dos grandes portos marítimos. No Mapa 4, podemos verificar uma grande construção retangular que identifica esta estrutura de armazéns do *Emporium*.

Assim, todo este complexo portuário que se desenvolvia ao longo do Tibres e atendia a cidade de Roma foi sendo aprimorado. As instalações portuárias contíguas à borda norte do *Campus Martius* e no prolongamento da margem leste do *Transtiberim* sofreram transformações ao longo do tempo. Todo este complexo portuário abrangia uma área em torno de 1,5 km. (KEAY, 2012, p. 34)

Desse modo as quatro áreas (*Portus Tiberinus*; *Portus Emporium*, *Campus Martius* e *Transtiberim*) tornaram-se pontos modais, oferecendo acesso às principais vias de comunicação da capital, notadamente o *Pons Aemilius*, a *Via Aurelia*, o *Velabrum*, a *Via Ostiensis* e a *Via Portuensis*. (KEAY, 2012, p. 39)

Porém, com a entrada em operação dos portos de Cláudio e Trajano, houve uma desaceleração nas atividades em *Portus Emporium*, sendo reduzido a um simples depósito de materiais, sobretudo mármore (origem ao nome de *via Marmorata*). Entre os séculos II e III d.C., esta região se tornou um depósito de ânforas usadas e sucateadas, sobretudo devido à grande importação de azeite procedente da região da *Hispania*, dando vida à colina artificial do *Monte dei Cocci (Testaccio)*.

Com o crescimento comercial da cidade de Roma, a ampliação do sistema portuário foi fundamental. O porto construído pelo Imperador Cláudio proporcionou um alívio inicial ao sistema portuário romano. No entanto, não conseguiu resolver as dificuldades que os navios de grande porte encontravam para ancorar na embocadura do rio Tibre.

Assim, o complexo fluvial do Tibres, que já não acompanhava o crescimento da capital do Império, foi apoiado pelos portos de Ostia e Portus. Ambos os portos se situavam numa paisagem marginal estuarina, perto da foz do Tibre. Ostia ficava situado na margem do rio, a uma curta distância do mar, sendo conectada a Roma por meio da Via Ostiensis. Esta via fazia deste porto elo de Roma com o mundo. (KEAY, 2012, p. 39)

Já Portus, ficava a 2 km ao norte de Ostia, era ligada a Roma pela Via Campana / Portuensis. Ambos os portos, portanto, desempenharam papéis complementares e fundamentais no fornecimento de material, grãos, condimentos e, até mesmo, animais exóticos a Roma e, indiretamente, aos jogos gladiatoriais.

Todavia, a espera demasiada para aportar e o atraso para desembarcar mercadorias, acarretava a perda de gêneros e de outros produtos perecíveis. Este problema foi minimizado com a ampliação da área de desembarque após o Imperador Trajano determinar que fosse construído um novo porto ao lado do porto de Cláudio.

Este complexo foi ampliado substancialmente com a adição de uma segunda base menor de forma hexagonal e mais armazéns. Isso teria permitido o acesso de navios maiores, aumentando o espaço de armazenamento e ancoragem, o que possibilitou um transbordo ainda mais eficiente de cargas. (KEAY, 2012, p. 41)

Todo este aprimoramento foi operacionalizado, a fim de suplantar as dificuldades de aportar os navios de grande calado, pois a capital do Império estava em pleno desenvolvimento e conseqüentemente aumentou de maneira substancial a necessidade de importações, seja de gêneros alimentícios ou de produtos de luxo e mercadorias voltadas para atender os espetáculos.

Outra preocupação dos arquitetos do Imperador foi atender as reivindicações daqueles que trabalhavam diuturnamente no cais e nos armazéns. Assim, inúmeras lojas, armazéns e edifícios foram erguidos ou reconstruídos. Os trabalhadores se concentravam principalmente nos quarteirões ocidentais, entre o rio Tibre, Via Foce e a Via dos Aurigas, áreas também de instalações portuárias de mercadorias.

Desta forma, esta ampliação desencadeada por Trajano de um novo porto marítimo 46 d.C. foi muito relevante. Este complexo era constituído por uma enorme bacia artificial para salvaguarda, bem como uma bacia menor (Darsena) e armazéns. Dois canais ligavam o complexo ao Tibre e ao mar, permitindo uma transferência muito mais leve de cargas para



“[...] as telhas e os tijolos, os legumes, os frutos, e os vinhos da Itália; os trigos do Egito e da África; o azeite da Espanha, a caça, as madeiras e as lãs das Gálias; os salgados da Bética; as tâmaras dos oásis; os mármore da toscana, da Grécia e da Núbia; os pórfiros do deserto arábico; o chumbo, a prata e o cobre da Península Ibérica; o marfim dos Sirtas e dos Mauritanos; o ouro da Dalmácia e da Dácia; o estanho das Cassitérides e o âmbar do Báltico; os papiros do vale do Nilo; os vidros da Fenícia e da Síria; os tecidos do Oriente; o incenso da Arábia; as especiarias, os corais e as gemas da Índia; as sedas do Oriente.[...]”(DESSAU, *Gerchichte des rom. Kaiserzeit*, Berlim, 1930, II, p. 411 apud CARCOPINO, 1959, p.219).

O coração da Roma antiga foi considerado o ponto de encontro mais conhecido do mundo em toda a história. (GRANT, p.11,1970). Esta afirmativa do estudioso classista Michel Grant aponta não somente todo o poder e força da capital do Império frente às demais cidades romanas, mas, sobretudo, demonstra a importância dos portos que serviam a Roma.

O centro nevrálgico de toda a vida da capital era o Fórum Romano. Ali se desenvolviam diversos tipos de atividades, desde assuntos de estado até atividades comerciais. No entanto, com o crescimento do Império as antigas tendas que ocupavam o fórum foram cedendo lugar a templos e edifícios públicos. Assim, aquele ambiente foi ganhando monumentalidade, o que pode ser visto ainda hoje nas imponentes ruínas do Fórum Romano.

Nos primeiros anos do século II d.C., as praças centrais do mercado de Trajano, a Roma dos Antoninos, foram o principal centro comercial da Roma imperial (CARCOPINO, p.220, 1959). No entanto, grande parte dos estabelecimentos localizados no mercado Trajano não eram lojas e sim escritórios, onde se estabeleceram os grandes negociantes da época. Mesmo assim, o mercado ainda mantinha lojas ligadas aos *horrea*, onde se armazenavam produtos que iam desde azeite, peixe, vinho e trigo até produtos como dentes de elefantes trazidos dos caçadores africanos, que eram trabalhados pelos eborários (*eborarii*), mercadores de anéis (*anularii*) e de pérolas (*margaritarii*) e ourives (*aurifices*). Todo este material era vendido nas lojas, feiras ou, até mesmo, por ambulantes que iam de *vicus* em *vicus*.

De acordo com Carcopino (1959), este comércio se desenvolvia no entorno do Amphitheatrum Flavium e tinha o objetivo de alimentar e, ao mesmo tempo, distrair a plebe, pois mensalmente acontecia no Pórtico de *Minucius* a distribuição de trigo. Esta medida acontecia até mesmo nos anos de dificuldade do Tesouro, porém, os Césares esforçavam-se para oferecer mais festas à plebe, chegando a ocupar mais da metade do calendário anual. Observemos uma colocação de Carcopino sobre a quantidade de festas que aconteceram durante o Alto Império.

“[...] as festas extraprograma ordenadas pelos Césares, cujo interesse era aumentado pelo imprevisto e que cresceram de importância com a prosperidade dos reinados: os triunfos que os imperadores se faziam atribuir ao Senado; o concurso que ele anunciava de improviso; principalmente os munera ou combates de gladiadores

decretados com um pretexto de ocasião, cuja frequência acabou por igualar a dos *ludi*, e que no século II da nossa era se desenrolavam ao longo de meses inteiros[...]" (CARCOPINO,1959, p.250).

Toda esta evolução econômica desde os tempos quando Roma era apenas uma cidade com vocação agropastoril veio, paulatinamente, se transmutando e tornando a cidade em “centro do mundo”. Este caminho foi permeado de intenções políticas por parte de seus governantes e, ao mesmo tempo, um local onde o espetáculo fez parte do inconsciente coletivo. Desta forma, esta estrutura foi utilizada para entreter, mas, acima de tudo, teve grande parcela de contribuição no desenvolvimento econômico da capital do Império.

Esta cidade centro do mundo, durante o Alto Império, foi sendo construída por migrantes de cidades vizinhas ou até mesmo por imigrantes, que vinham a Roma, fosse para realizar transações comerciais ou até mesmo por homens e mulheres que chegavam como prisioneiros de guerra e se tornavam escravos nesta cidade complexa e ímpar para aquela sociedade.

Com a expansão territorial, devido à anexação de terras conquistadas por meio das guerras de conquistas, como abordamos anteriormente, o Império tornou-se cada vez mais poderoso e os pequenos camponeses, que utilizavam estas terras para sua subsistência, viam Roma como uma forma de sobrevivência. Este processo de empobrecimento dos pequenos camponeses e a expansão do número de escravos gerou uma situação de superpopulação nas ruas e pórticos de Roma, contribuindo para uma onda de fome, epidemia e violência urbana. Dentro deste quadro urbano caótico, ganham força na capital do Império os espetáculos que serão habilmente utilizados pelos Imperadores a seu favor.

Ainda, durante a República Romana, a máquina fiscal foi adaptada para as províncias conquistadas. Esta reestruturação ampliou as ações em proveito do Estado central. Por exemplo, a Sicília, durante a República, continuou e expandiu o sistema de dízimos de grãos que existia na Sicília cartaginesa e na Síria grega. (RICKMAN,1980, p 37). Já Augusto e seus sucessores herdaram arranjos semelhantes no Norte da África e no Egito.

Os imperadores também eram grandes proprietários de terra, o *partimonium principis*. Este patrimônio de maneira geral era oriundo de suas conquistas e confiscos. (ERDKAMP, 2005, p.221) Por meio de seus procuradores, eles arrendavam parte de suas vastas porções de terra, o que lhes garantia um retorno bem rentável em grãos. Diferentemente dos Imperadores, os fazendeiros comuns geralmente tinham que transportar seus grãos para o interior da aldeia

para avaliação de impostos.<sup>161</sup> Tendo entrado no mercado por meio de impostos, os grãos eram carregados para os navios de transporte e desta forma tinha início o ciclo de abastecimento voltado para a capital do Império.

O Imperador Augusto e seus sucessores não organizaram uma marinha mercante nacional, apesar da criação de frotas navais permanentes em Ravena e Miseno. Assim, quem realizava o transporte marítimo de maneira geral eram os carregadores privados e os mercadores de grãos, que transportavam os gêneros alimentícios para Ostia durante os meses de verão.

Ao chegar a Ostia, os *navicularii* entravam no porto artificial construído em *Portus* por Cláudio para fornecer um porto protegido de águas profundas para a frota de grãos, que anteriormente tinha que ancorar na foz do rio em Ostia, conforme apresentado no mapa anterior.

Uma vez no porto, o *procurator annonae*<sup>162</sup>, um subordinado do *praefectus annonae*, realizava o pagamento aos *navicularii* pelo transporte marítimo, após medição e descarregamento. Em Ostia, os gêneros eram armazenados dentro de um sistema de celeiros públicos, aguardando o embarque de Ostia para Roma (HOUSTON, 1979, p. 161). Na sequência dos trabalhos, o *procurator annonae* realizava o acondicionamento do grão em barcaças fluviais, a *navis codicaria*, e subia o rio Tibre até Roma. Ao chegar no distrito de Emporium, o porto fluvial de Roma, a *navis codicaria* era descarregada por carregadores (*saccarii*) para o *horrea* de Roma, onde a carga era medida e armazenada.

Para distribuir *frumentationes*, grãos grátis, ou para regular o preço de mercado, o *praefectus annonae* poderia utilizar os suprimentos do *horreae* sob sua responsabilidade. (CASSON, 1979, p.25) Para operacionalizar a distribuição das *frumentationes* à população, o *praefectus annonae* preestabelecia dia e local para realizar o fornecimento possivelmente nos próprios *horreae* ou em vários *portici*.

Embora as qualificações precisas para receber os gêneros públicos variassem, todos os postulantes precisavam apresentar seus ingressos ou *tesserae* em troca de seus grãos - cerca de 5 *modii* aproximadamente 75 libras do grão preferido, trigo. Este cereal poderia alimentar um

<sup>161</sup> Segundo Adams: existia a possibilidade de que arrendatários estaduais ou imperiais realizassem pagamentos ao governo para que este lhes fornecesse transporte. Apesar da extensa documentação da tributação egípcia, as evidências desse aspecto permanecem obscuras, complicadas por variações regionais e temporais. (ADAMS, 2007, p.166.)

<sup>162</sup> O cargo era ocupado por *equites*, cavaleiros. Os titulares eram homens ilustres, com extensa carreira (*cursus honorum*). Eles foram homenageados com estátuas em Ostia e nas províncias: Croácia, Sardenha, Tunísia e Argélia. O foco de sua atividade deve ter sido em contratos, finanças e questões legais, comunicando-se especialmente com guildas locais, capitães e comerciantes da metade ocidental do Império. Inscrições os ligam aos construtores de Ostian (*fabri tignuarii*), medidores de grãos (*mensores frumentarii*), comerciantes de grãos (*mercatores frumentarii*) e carregadores fluviais (*lyntrarii*). (CHRISTOL, 2018, p.375)

homem adulto por um mês com apenas algumas outras frutas e vegetais para fornecer outros nutrientes. (RICKMAN, 1980, p.5)

Como vimos, todo este aparato logístico tinha como principal objetivo alimentar os romanos que se aglomeravam pelas ruas e vielas da capital do Império. Mas, acima de tudo, a *annona* foi ao maior *commodity*<sup>163</sup> conhecida pelo homem até os dias atuais.

Um dos principais historiadores do Principado, Tácito, credita a ascensão de Augusto à sua habilidade superior de organizar *annona* (ANNALES 1.2).

---

<sup>163</sup> É uma mercadoria cuja preferência entre mercados diferentes não existe devido a padronização de qualidade. É um ativo físico padronizado cuja negociação é ampla, feita em diversas localidades, podendo ser transportado e armazenado por um longo período de tempo.(PEREIRA,

## CONCLUSÃO

“É impossível conhecer seu tempo  
para quem ignora todo o passado;  
ser uma pessoa contemporânea é  
também ter consciência das heranças  
consentidas ou contestadas.”

René Rémond

A historiografia nas últimas décadas tem experimentado uma sistemática revisão de seus pressupostos e, da mesma forma, tem passado por uma expansão de seus objetos, de suas abordagens, de seus aportes teóricos, de sua transversalidade interdisciplinar. Assim, a História como um campo de conhecimento mais amplo, tem testemunhado esta redefinição de seus saberes. Com a História Econômica isto não tem sido diferente.

Esta tese parte da constatação de que a economia na antiguidade ainda é um fenômeno que gera muita controvérsia. Apesar de vários discursos entre historiadores das últimas décadas de que a questão entre primitivistas e modernistas ficou para trás, penso que o tema ainda está longe de ser ponto pacífico. Sabemos que “história é filha de seu tempo” (Lucien Febvre), mas buscarmos analisar a economia da antiguidade com o olhar modernista, isto é, procurarmos analisar aquela sociedade com as perspectivas do nosso tempo é algo simplório e anacrônico, segundo as percepções de alguns historiadores com que me defrontei ao longo da tese e aos quais eu me alinho.

Para isso, procurei realizar uma digressão e buscar a origem do vocábulo economia. Neste processo nos deparamos com uma realidade na qual aquela sociedade desconhecia por completo o que era o conceito de economia, mas este esteve sempre presente mesmo de forma inconsciente e empírica. Esta percepção foi corroborada ao longo da tese.

Frente a este posicionamento o meu alinhamento com Karl Polany foi algo “natural”, pois o historiador econômico em seu estudo das sociedades antigas refutou as noções de um “homem econômico”, da pretensa aptidão para a troca e para o intercâmbio, da procura inata do ganho. Em síntese, os posicionamentos da moderna teoria econômica se baseiam única e exclusivamente na economia de mercado. Já nas sociedades antigas a “economia” estava imbricada com a sociedade, sendo muitas vezes sequer identificável.

Os princípios de organização social e os padrões institucionais que regiam aquela sociedade, definidos na reciprocidade e na redistribuição, eram totalmente divergentes do

modelo atual. Temos a percepção que as diversas escolas que analisamos durante a tese tiveram pontos positivos e negativos. Contudo, nosso objetivo principal no primeiro capítulo foi absorver do pensamento polanyiano a condição de distanciamento, a fim de nos possibilitar não projetarmos, automática e acriticamente, as características e especificidades da nossa sociedade em outras sociedades.

Assim, este sobrevoos sobre as escolas econômicas e suas divergências foi interessante, pois nos possibilitou termos um posicionamento mais amadurecido, que nos propiciou avaliarmos as idas e vindas sobre o tema dentro da percepção das diferentes escolas econômicas.

Após criarmos uma base conceitual sobre o tema economia, analisamos a evolução do conceito defendido pelas diferentes escolas. Procuramos, no segundo capítulo da tese, trazer a prática e a vivência daquela sociedade para o campo econômico em seu dia a dia. Assim, procuramos entender as *nundinae* e sua importância para os romanos, destacando que por meio destas feiras criou-se uma rede de cidades que compunham um calendário, que estimulou a prática econômica e o comércio em diversas regiões da península itálica e até mesmo em outros continentes que foram atraídos pela “força econômica” da cidade de Roma.

Todavia, ao utilizarmos o termo economia durante a tese temos consciência de que os romanos não possuíam o conhecimento, nem tão pouco o intuito das práticas capitalistas que visavam o lucro e se apoiavam nas modernas teorias econômicas de mercado. As atividades comerciais estavam vocacionadas para os gêneros alimentícios, já que aquela sociedade era eminentemente rural. Porém, os espetáculos fugiam à regra, pois movimentavam um tipo de comércio voltado para o luxo e para a negociação de escravos que poderiam ser utilizados tanto nas propriedades rurais como nas arenas romanas.

Ao falarmos de luxo saímos do lugar comum, isto é, apenas as grandes fortunas possuíam condições de empregar vultosas somas para adquirir gladiadores, animais exóticos e patrocinar espetáculos. Assim, ao entendermos a magnificência dos jogos, procuramos valorar o guerreiro das arenas e buscamos um comparativo com os jogadores de futebol da atualidade, a fim de termos uma real perspectiva de quão grande era aquele investimento.

As grandes estrelas das arenas realmente possuíam valores elevados para aquela sociedade e movimentavam grandes somas de dinheiro, bem como os animais que eram empregados nos shows. Mais uma vez voltamos à ideia base de Polanyi, pois aquela sociedade realizava as atividades buscando a reciprocidade e a redistribuição e não o lucro. Esta percepção é transversal por toda a tese, pois entendemos que as atividades mesmo que tivessem uma intenção econômica estava sempre voltada para o lado social.

Ao buscarmos valorar os gladiadores abrimos uma nova frente, pois qualquer investimento ligado aos espetáculos mobilizava grandes somas de recursos e conseqüentemente movimentava a economia romana. Desse modo, nada amais justo que adentrarmos ao principal palco dos espetáculos em Roma, o *Amphitheatrum Flavium*. Neste local um verdadeiro exército de homens trabalhava diuturnamente para proporcionar o maior espetáculo da terra.

Arelado ao *Amphitheatrum* foram desenvolvidas ao logo dos séculos várias estruturas de apoio aos jogos, que criaram um suporte material para o desenvolvimento da atividade na arena. Para essa estrutura desenvolvemos um conceito que nominamos entretenimento estruturante. A finalidade precípua desse complexo voltado para o entretenimento foi criar condições favoráveis de bem estar social voltado para o entretenimento e com isso angariar a simpatia e a aprovação da sociedade.

Esta estrutura proporcionava aos gladiadores melhores condições de vida, de treinamento e de saúde. Conseqüentemente, aumentava o nível técnico dos espetáculos e proporcionava à assistência um show de melhor qualidade. No entanto, nem todos os gladiadores podiam usufruir na totalidade desses complexos, apenas aqueles que estava ligado ao *Ludus Gallicus*, *Ludus Dacicus*, *Ludus Matutinus* e ao *Ludus Magnus*.

Assim como nós cruzamos os portões do *Amphitheatrum Flavium* para desvendar as atividades que se desenvolviam sobre as areias da arena e no *hypogeum*, também procuramos adentrar o *ludus* e nos aproximarmos do dia a dia do infame das arenas. Entender sua realidade e suas motivações para tornar-se um gladiador. Ao olharmos os bastidores do *ludus* identificamos vários profissionais que atuavam em prol do gladiador e todo o aparato logístico que era disponibilizado para melhorar a performance física e sanitária deste homem que arriscava sua vida nas arenas.

Mas uma vez, nos deparamos com todo o envolvimento financeiro que era disponibilizado para dar suporte a esta atividade. Manter vários homens convivendo diuturnamente em um ambiente de treinamento, voltado para a alta performance, que disponibilizava treinadores, massagistas, cozinheiros e médicos, não deveria ser algo barato.

Ao longo da tese procuramos valorar as mais diferentes atividades que estiveram atreladas direta ou indiretamente aos gladiadores. Entretanto isto só foi possível, pois ao longo dos séculos esta atividade que nasceu apenas como um rito fúnebre foi crescendo de importância até tornar-se o maior espetáculo da terra, arrastando multidões de fãs para a *cavea*.

Porém, um homem teve papel de destaque para o crescimento dos espetáculos, principalmente, na capital do Império. Isto porque seu reinado proporcionou condições favoráveis por meio da *Pax Romana* e de toda a infraestrutura que foi sendo construída ao longo

dos mais de quarenta anos de reinado. As reformas estruturais e urbanísticas implementadas começaram com a reconstrução da cidade de Roma. Este investimento estatal na infraestrutura transformaria a capital do Império e o próprio Império Romano.

Augusto além de todos os feitos como imperador nos proporcionou ter acesso a um dos mais importantes documentos de todo o período imperial a “*Res Gestae Divi Augusti*”, pois foi escrito na primeira pessoa e apresenta o principado descrito pelo próprio autor.

Assim, no terceiro capítulo da tese tivemos condições de nos debruçarmos mais amiúde sobre a *Res Gestae* e conhecermos os espetáculos e os pormenores do novo sistema político que foi implementado, abrindo caminho para investimentos econômicos que proporcionaram uma melhor condição social para a população de Roma.

Este novo cenário proporcionado por Augusto esteve muito ligado ao Evergetismo na capital do Império. O Imperador dotado de uma grande visão política conseguiu deixar sob a tutela do *Princeps* o patrocínio dos jogos em Roma, devido a todo o sucesso dos espetáculos que já foi explanado massivamente durante a tese. Augusto aumentou sua popularidade com a plebe romana e angariou maior prestígio junto ao senado romano.

Todavia, não poderíamos deixar de abordar a *annona*, ao desenvolvermos um trabalho voltado para a temática econômica. Isto porque esta *comodity* foi responsável por movimentar a maior quantidade de recursos financeiros de todo o período imperial. Outra consequência positiva advinda da *annona* foi o desenvolvimento do modal hidroviário, pois esta foi a principal forma de transportar estes gêneros alimentícios, devido ao custo mais acessível do transporte e rapidez.

Durante a tese apresentamos crises de abastecimento que assolaram Roma e, graças às medidas econômicas adotadas por Augusto, os impactos sob a população foram minimizados. Entretanto, a *annona* também foi utilizada como capital político por parte dos Imperadores, pois os espetáculos ao mobilizarem grandes massas humanas proporcionava palanque para o *Princeps*.

Todo este movimento econômico que tivemos a oportunidade de acompanhar durante a pesquisa nos permitiu testemunhar momentos de grande progresso. No entanto, este fenômeno sempre esteve carregado de personalismo, como por exemplo o que aconteceu no Principado de Augusto.

Assim, buscando clarificarmos o entendimento desta situação singular vivida por aquela sociedade chegamos ao conceito que denominamos “Pan-imperismo” e por meio dele procuramos sintetizar a nossa contribuição sobre o que entendemos sobre a atividade econômica durante o Alto Império.

A nossa contribuição para o contexto em questão foi o desenvolvimento do conceito autoral de Pan-imperismo, entendido como: “A totalidade de práticas públicas, no campo econômico, desencadeadas sem um planejamento prévio. Não possuem um objetivo estruturante ou de organizar uma política macroeconômica. Sua finalidade era atender demandas intempestivas, visando responder a situações específicas ou com finalidade eleitoreira. Esta prática foi utilizada durante a República Romana e perduraria até o fim do Império Romano.”

Por fim, ao longo da tese tivemos a oportunidade de ratificar nossa percepção de que as moedas de bronze forjaram homens de ferro que abriram mão de suas vidas para apoiarem os espetáculos de gladiadores durante o Alto Império e proporcionar para aquela sociedade o maior espetáculo da terra.

## REFERÊNCIAS

### Documentação

- AELIANUS, Claudius, *De Natura Animalium*, (trad. SCOLFIELD A.F), Harvard University Press & William Heinemann; Loeb Library Edition, 1958.
- ARISTÓTELES. Coleção - Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Ética a Nicômaco*; São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Ética a Nicômaco*, ed. J. L. Calvo (trad. do espanhol), Madrid, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A Política*. Tradução do grego de Nestor Silveira Chaves. 2a. ed., São Paulo: Edipro, 2009.
- AUGUSTO, *Res Gestae Divi Augusti*, (trad. FREDERICK W. Shipley), Harvard University Press, Londres, Coleção Loeb, 1992.
- AUSONIO, *Griphus*, ed. A. Pastorino, Turín, 1978; ed. A. Alvar (trad. do espanhol), Madrid, 1990.
- CALPURNIO Sículo, *Eclogae*, ed. J. W. Duff y A. M. Duff, Londres, 1934; ed. S. Díaz (trad. do espanhol), México, 1989.
- CÍCERO. *Letters to Friends*, Volume III: Letters 1-113. Edited and translated by D. R. Shackleton Bailey. Loeb Classical Library 205. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Letters to Friends*, Volume III: Letters 114-280. Edited and translated by D. R. Shackleton Bailey. Loeb Classical Library 216. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Letters to Friends*, Volume III: Letters 281-435. Edited and translated by D. R. Shackleton Bailey. Loeb Classical Library 230. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. *De Re Publica*, ed. C. F. W. Mueller, Leipzig, 1915; ed. A. D'Ors (trad. do espanhol), Madrid, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Tusculanae Disputationes*, ed. M. Pohlenz, Stuttgart, 1957; ed. A. Medina (trad. do espanhol), Madrid, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Pro Sestio*, ed. A. Clark, Oxford, 1905; ed. J. Aspa (trad. do espanhol), Madrid, 1995.
- CÍCERO, Marco Túlio. Tratado da República. Lisboa: Círculo de Leitores & Temas e Debates, 2008.
- CIPRIANO DE CARTAGO. Cartas e tratados. Introducción y notas de Julio Campos. Madrid: BAC, 1964.

- \_\_\_\_\_. Cartas. Introducción y notas de Maria Luisa García Sanchidrián. Madrid:Gredos, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Ad Donatum*, ed. bilingue, J. A. GIL-TAMAYO, Obras Completas de San Cipriano de Cartago I, = BAC, Madrid, 2016.
- CLAUDIANTUS, C. *De consulatu Stilichonis* Loeb Classical Library, 1922.
- COLUMELLA, L.J.M. *De Re Rustica*. Cambridge: Loeb Classical, 1974.
- DIÃO CÁSIIO, *Historia Romana*, ed. D. Plácido, J. M. Candau y M. Luisa Puertas (trad. do espanhol), Madrid, 2004.
- EPITETO, *O Encheirídion de Epicteto*. Edição Bilíngue.Tradução do texto grego e notas Aldo Dinucci; Alfredo Julien. Textos e notas de Aldo Dinucci; Alfredo Julien. São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe, 2012.
- FRONTÓN. *Principia Historiae*, ed. M. P. J. van den Hout, Leipzig, 1988; ed. A. Palacios (trad. do espanhol), Madrid, 1992.
- GALENO, *De Alimentorum Facultatibus*, ed. K. Koch, Leipzig, 1923; ed. T. Martínez (trad. do espanhol), Madrid, 2002.
- HOMERO, *Ilíada*, ed. A. López Eire (trad. do espanhol), Madrid, 1989.
- HORÁCIO. *Saturae*, ed. H. Silvestre, Madrid, 2003; ed. J. L. Moralejo (trad. do espanhol), Madrid, 2008.
- \_\_\_\_\_. Arte Poética. Trad. de Raul Miguel Rosado Fernandes. Lisboa: Inquérito, 1984.
- JUVENAL, D. J. Sátiras. Tradução: do Latim Francisco Antônio Martins Bastos. São Paulo: Editora Tecnoprint S.A, 2006.
- LUCANO, *Pharsalia*, ed. D.R. Shackleton, Sturgart, 1997; ed. Jesús Bartolomé (trad. do espanhol), Madrid, 2003.
- LIVY. History of Rome. English Translation by. Rev. Canon Roberts. New York, New York. E. P. Dutton and Co. 1912.
- \_\_\_\_\_. *Ab Urbe Condita*, ed. P. Jal, París, 2005; ed. J. Fernández y A. Ramírez (trad. do espanhol), Madrid, 2009.
- MARCIAL. *Liber Spectaculorum*, ed. K. M. Coleman, Oxford, 2006.
- \_\_\_\_\_. *The Epigrams Of Martial* (1860), (Prólogo Henry George Bohn) Editora: Kessinger Publishing, 2008.
- \_\_\_\_\_. O livro dos Espetáculos. (trad, notas e ensaios de F. P. Cairolli e J. A. O. Neto), Arché Editora, São Paulo, 2018.
- OLIVEIRA, Robertson de; GENNARI, Adilson Marques. História do pensamento econômico. São Paulo: Saraiva, 2009.
- OVÍDIO, P. *Os Fastos* Madrid: Gredos, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Os Fastos In.: Obras*. Trad. CASTILHO, Antônio Feliciano. São Paulo: Cultura,

1943.

OPIANO de Anazarbo, *Pesca*, ed. C. Calvo (trad. do espanhol), Madrid, 1990.

OPIANO, *Cynegetica*, Livro IV. Cambridge: Loeb Classical, 1928.

PETRÔNIO, *Satyricon*, (trad. Michael Heseltine e W.H.D. Rouse), Londres, Harvard University Press, Coleção Loeb, 1987.

PLINIO o Velho, *Naturalis Historia*, ed. H. Zehnacker, Paris, 1998; ed. J. Cantó (trad. do espanhol), Madrid, 2002.

\_\_\_\_\_. Le jeune. *Lettres*. Tome I: Livres I-III. Texte établi, traduit et commenté par H. Zehnacker. XL. 2009.

\_\_\_\_\_. *Lettres*. Tome II: Livres IV-VI. Texte établi et commenté par H. Zehnacker, traduit par N. Méthy. 2011.

\_\_\_\_\_. *Lettres*. Tome III: Livres VII-IX. Texte établi et commenté par H. Zehnacker, traduit par N. Méthy. IX- Indices. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lettres*. Tome IV: Livres X. Texte établi, traduit et commenté par H. Zehnacker et N. Méthy. XXXIII. Indices. 2017.

PLUTARCO, *Cayo Graco*, ed. J. P. Sánchez, Madrid (trad. do espanhol), 2009.

\_\_\_\_\_. *Quaest. Conv. =Moralia*, ed. J. García y A. Morales (trad. do espanhol), Madrid, 2004.

PRUDENCIO, *Contra Symmachum*, ed. H.J. Thomson, Londres, 1949; ed. L. Rivero (trad. do espanhol), Madrid, 1997.

PSEUDO ASCONIO, *Sobre “la adivinación” de Cícero*.

QUINTILIANO, *Declamationes Maiores* – Biblioteca latina, Sally Winchester a partir de um e-texto não identificado.

SÊNECA. *Moral Esseys, Volume I*, Tradução John. W Basore, Loeb Classical Library, Londres, 1928.

\_\_\_\_\_. *Moral Esseys, Volume III*, Tradução John. W Basore, Loeb Classical Library, Londres, 1935.

\_\_\_\_\_. *Epistulae*, ed. N. Carandini, Bolonia, 2008; ed. I. Roca (trad. do espanhol), Madrid, 2005.

\_\_\_\_\_. *Cartas a Lucílio*. Trad.: J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

\_\_\_\_\_. *Sobre a ira. Sobre a Tranquilidade da alma*. Tradução, José Eduardo S. Lohner, ed, Companhia das Letras, São Paulo, 2014.

SÊNECA o velho. *Controversias*. Livros I -V. Tradução, Ignacio Javier Adiego Lajara, Ester Artigas Álvarez, Alejandra de Riquer Perma, Biblioteca Clásica Gredos, 2016.

\_\_\_\_\_. Controversias. Livros VI-X. Suasorias. Tradução, Ignacio Javier Adiego Lajara, Ester Artigas Álvarez, Alejandra de Riquer Perma, Biblioteca Clásica Gredos, 2016.

STRABO. *Geography*. Trad. Horace Leonard Jones. Harvard: University Press, 1923. (The Loeb Classical Library).

TÁCITO, *Historiae*, ed. A. Arici, Turín, 1983; ed. J. L. Conde (trad. do espanhol), Madrid, 2006.

\_\_\_\_\_. *Annales*, ed. B. Ceva, Milán, 1985; ed. C. López (trad. do espanhol), Madrid, 2008.

TERTULLIANO: De Spectaculis, Trad. Martino Menghi, Arnaldo Mondadori, Verona, 1995.

TITO LÍVIO. *Historia de Roma desde su fundación*. Tomos I-V. Traducción y notas de José Antonio Villar Vidal. Madrid: Gredos, 1993.

TRANQUÍLO. C. S. *The lives of the Caesars*, (trad. J.C. Rolfe), Harvard University Press, Londres, Coleção Loeb, 1989.

\_\_\_\_\_. *A vida dos doze Césares*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. *A Vida do Divino Augusto*. In: AUGUSTO e SUETÔNIO. A vida e os feitos do Divino Augusto. Tradução de Mateus Trevisan, Paulo Sérgio Vasconcellos, Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

VALERIO MÁXIMO. *Factorum et Dictorum Memorabilium*, ed. D. R. Shackleton, Cambridge (Mass), 2000; ed. S. López *et al* (trad. do espanhol), Madrid, 2003.

VEGECIO, F. R. *De Re Militari*, Editora Independently Published, Madrid, 2020.

VITRUVIO, *De Architectura*, ed. L. Callebat, Paris, 2003; ed. F. Manzanero (trad. do espanhol), Madrid, 2008.

## Artigos e obras

ACCURSIO, F. Glossa in Digestum Novum, Corpus Glossatorum Juris Civilis, IX, Iuris Italici Historiae Instituta Taurinensis Universitatis, 1968.

ÁLVAREZ, Macarena Bustamante et al., *Sigillatas claras de Aljustrel: a crise do século II d.C. nas minas do Sudoeste ibérico*. Revista portuguesa de arqueologia, Portugal (Lisboa) volume 11, número 1. 2008.

ANDRADE, A. M.L.; MORAIS, C. O tratado De re rustica de Columela na versão portuguesa de Fernando de Oliveira. In: MORAIS, C.(org.). Fernando Oliveira: um humanista genial. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2009.

ANDRÉ, J., *L'alimentation et la cuisine à Rome*, Paris, Les Belles Lettres, 1981.

ANDREAU, Jean. Introduction. In: ROSTOVTSEFF, M.I. *Histoire Économique et Sociale de l'Èmpire Romaine*. Paris: Robert Laffont, 1988.

ANGELA, Alberto. *Una giornata nell'antica Roma: vita quotidiana, segreti e curiosità*, Milão: Mondadori. 2007.

ANNEQUIN, J., CLAVAL-LÉVÊQUE, M. e FAVORY, F. “Apresentação”, in ANNEQUIN et alli. *Formas de Exploração do Trabalho e Relações Sociais na Antiguidade Clássica*. Lisboa, Ed. Estamppa, 1978.

AUGÉ, Marc. *El oficio del antropólogo*. Barcelona: Gedisa, 2007.

\_\_\_\_\_. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da super modernidade*. São Paulo: Papyrus. 2007.

\_\_\_\_\_. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. *El viaje imposible: el turismo y sus imágenes*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998.

\_\_\_\_\_. *O sentido dos outros: atualidade da antropologia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Por qué vivimos: por una antropologia de los fines*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004.

AUGUET, R. *Crueldad y civilización: Los juegos romanos*, Barcelona, 1972.

BARROS, Sidney de Souza. A legitimidade do poder econômico e da governabilidade de Gaius Julius Caesar Octavianus Augustus direcionada à plebe romana (27 a. C. – 14 d. C.). 2020. 142f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BEACHAM, R. *The Emperor as Impresario: Producing the Pageantry of Power*. In: GALINSKY, K. (ed.). *The Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2007.p. 151-174.

BEARD, M. “The sexual status of Vestal Virgins”, *Journal of Roman Studies*, 70. 1980. p.12-27.

BENEFIEL, Rebecca. *Regional, Interaction*. In: COOLLEY, Alison E. *A Companion to Roman Italy*. Wiley- Blackwell. 2016.

BESCHAOUCH, A. *Nouvelles recherches sur les sodalités de l'Afrique romaine*, CRAI 121.3. 1977.

BESTE, H.-J. *I sotterranci del Colosseo: impianto, trasformazioni e funzionamento*, in: *Sangue e Arena* (REGINA, A., la – org.), Electa, Roma, 2001, pp. 277-299.

\_\_\_\_\_. H.-J., *The construction and phases of development of the wooden arena flooring of the Colosseum*, in: *Journal of Roman Archaeology*, Michigan University Press, Michigan, vol. 13, 2000.

- BIEBER, Margarete. *The history of the Greek and Roman theater*, Princeton University Press, 1961.
- BENOIT Fernand. *Epaves de la côte de Provence*. In: Gallia, tome 14, fascicule 1, 1956. p. 23-34; doi : <https://doi.org/10.3406/galia.1956.1453>
- BOETHIUS, A.; Ward-Perkins, J. B. *Etruscan and Roman architecture*. Harmondsworth : Penguin, 1970.
- BOULEY, E. *Le culte de Nemesis et les jeux de l'amphithéâtre dans les provinces balkaniques et danubiennes* em C. Domergue et al (Eds.), *Spectacula I. Gladiateurs et amphithéâtres*, Lattes, 1990.
- BOULEY, E., e PROEVA, N. *Un secunda rudis président d'un collège à Stobi en Macédoine romaine*, in C. Brixhe (ed.) *Poikila Epigraphica*, Nancy, 1997.
- BROWN, P. *Through the Eye of a Needle: Wealth, the Fall of Rome, and the Making of Christianity in the West, 350-550 AD*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2013.
- BRÜGGEMANN, T. *Nundinae als Bindeglied zwischen römischer Administration und indigenen Gesellschaften im antiken Nordafrika, Differenz und Integration*, VI-4, No 1, 2004.
- BUCHALA, L, S. *Economia e sociedade em Karl Polanyi*. *Formação Econômica*, Campinas, (10): 101-125 jun./dez. 2003.
- BÜCHER, Karl. *Études d'Histoire et d'Économie politique*. Bruxelas/Paris: Henri Lamertin Éditeur & Félix Alcan Éditeur, 1901.
- BUDDE, Ludwig and NICHOLLS, Richard. *A Catalogue of the Greek and Roman sculpture in the Fitzwilliam Museum*, Cambridge, p.83, n.134, pl.44, 1964.
- CABILLO, C. *Los fora de la época imperial: los ejemplos alpinos y sardos*, VELEIA, 26, 2009.
- CALLU, J.-P.(éd.), SYMMAQUE, *Correspondance*, t.1, livres I-II, Paris, 2003 (1èreéd.: 1972).
- \_\_\_\_\_. *Correspondance*, t.2, livres III-V, Paris, 2003 (1èreéd.: 1982).
- \_\_\_\_\_. *Correspondance*, t.3, livres VI-VIII, Paris, 2003(1èreéd.: 1995).
- \_\_\_\_\_. *Correspondance*, t.4, livres IX-X, Paris, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Discours et Rapports*, t.5, Paris, 2009.
- CAMERON, A. *Circus factions*, Oxford, 1976.
- CANDIDO, Maria Regina. Et al. *Novas perspectivas sobre aplicação metodológica em História Antiga*. In: BELTRÃO, Claudia. Et al (org.). *A Busca do Antigo*. Rio de Janeiro: Trarepa: Nau, 2011.
- CARANDINI, Andrea. *L'anatomia della scimrnia. Lu formazione economica della societa prima del capitule*. Turim: Boringhieri, 1979
- \_\_\_\_\_. *Il vigneto e la villa dl fondo di Settefinestre nel Cosano: un caso di produzione agricola per il mercato transmarino, The Seaborne Commerce of Ancient Rome: Studies in Archaeology and History*. Roma: American Academy, 1980, p. 1 - 10.

\_\_\_\_\_. Prefazione - *Quando Ia dimora dello stnimento e l'uomo, Kolendo, J. L'Agricoltura nell'Italia Romana*. Roma: Riuniti, 1980, IX-LX.

\_\_\_\_\_. *Columella's Vineyards and the Rationality of Roman Economy*. Opus, v. 21, 1983.

CARCOPINO, Jérôme. *A vida cotidiana em Roma no apogeu do Império*. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 1938.

CARDOSO, Ciro Flamarion e ARAÚJO, Sonia Regina Rebel de. A sociedade romana do alto império. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (org.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.

\_\_\_\_\_. Existiu uma “Economia Romana”? PHOÏNIX, Rio de Janeiro, 17 – 1: 15 – 36, 2011.

CARNEIRO, D. C. *A autorepresentação da elite imperial no De Re Rustica, de Columella*. 2014. 84 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto. 2014.

CARETTONI, G. *Le gallerie ipogee del foro romano e i ludi gladiatori forense*, *Bulletino della Commissione Archeologica Comunale di Roma*, 76, 1956.

CARTER, Michael. *A doctor secutorum and the retiarius Draukos from Corinth*, *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, nº 126, 1999, p.262-268.

\_\_\_\_\_. “*Gladiatorial ranking and the SC de pretiis gladiatorum minuendis (CIL II 6278 = ILS 5163)*”, *Phoenix* nº 57, 2003.

\_\_\_\_\_. *Armorum Studium: Treinamento gladiatorial e o Ludus gladiatorial*. In *Bulletin of the Institute of Classical Studies*: Oxford University Press, nº 61, 2018.

CASSOL, A, P. *Instituições sociais e mercados alimentares tradicionais: barganha, preços, variedade, qualidade e consumo em feiras*. 2018. 297f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, , Porto Alegre, 2018.

CASSON, L. *Travel in the Ancient World*. Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 1994.

\_\_\_\_\_. *Everyday life in ancient Rome*, Londres, 1998.

CAVALLARO, M.A., *Spese e spettacoli. Aspetti economici-strutturali degli spettacoli nella Roma giulio-claudia*, Bonn, 1984.

CEBALLOS Hornero, Alberto, *Los espectáculos del anfiteatro en Hispania*, *Iberia*, 6, 2003, p.63

\_\_\_\_\_. *Los Espectáculos em la Hispania Romana: La Documentación Epigráfica* -Tomo I. Cuadernos Emeritenses nº 26. Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 2004, p. 162 -177.

\_\_\_\_\_. *El coste de los espetáculos gladiatorios em las ciudades del occidente romano*. *Archivo Español de Arqueología*, Madrid, v.80, 2007.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. *O testemunho da iconografia nos vasos áticos dos séculos VI e V a.C.: Fundamentação teórica para sua interpretação como fonte para o conhecimento da cultura e sociedade da Grécia Antiga*. In: *História em Revista* (UFPel), Pelotas/RS, v. Especi, 2005.

CHAMPLIN, E. *God and Man in the Golden House*. In CIMA, M. e LA ROCCA, E. (Orgs). *Horti Romani: atti del convegno internazionale*, Roma: L'Erma di Bretschneider, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAUVEL, M. A. *The History of Marketing Thought and "The Great Transformation" of Polanyi: How To Conciliate Social and Economic Interests*. In: *Balas Conference*, 2001.

CHIAVIA, C. *Programmata. Manifesti elettorali nella colonia romana di Pompei*. Turin: S. Zamorani, 2002.

CHINI, P. *L'antica Capua e l'anfiteatro, Forma Urbis*, 2003.

CLARIDGE, Amanda. *Rome: an Oxford archeological guide*. Nova York: Oxford University Press, 1998.

COLEMAN, K. M. *Missio at Halicarnassus, Harvard Studies in Classical Philology*, 100, 2000.

\_\_\_\_\_. *Bonds of danger: communal life in the gladiatorial barracks of ancient Rome*, The Fifteenth Todd Memorial Lecture. Department of Classics and Ancient History, University of Sydney, 2005.

COMPARATO, Fábio Konder. *Função social de propriedade dos bens de produção*. Tratado de direito comercial. Tradução. São Paulo: Saraiva, 2015.

COOLEY, A.E. e COOLEY, M.G.L. *Pompeii and Herculaneum*. A sourcebook. London and New York: Routledge, 2014.

CORASSIN, M. L. *Comentário sobre as RES GESTAE DIVI AVGVSTI*. *Revista de História* 151 (2º - 2004), p.181-199.

\_\_\_\_\_. *O cidadão romano na república*. *Projeto História*, São Paulo, n.33, p. 271-287, dez. 2006.

CORNELL, Tim; MATTHEWS, *Grandes Impérios e Civilizações*. Roma - Legado de um império. 1 ed. Madri: Ediciones del Prado, 1996.

COSTA, E. J. M. *Cultura e Capitalismo em Max Weber*. *Revista de Economia*. V. 43, n.82, p. 745 - 773. 2022

CRAWFORD, M.H. and REYNOLDS, J.M.: *The Aezani Copy of the Price Edict, Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, Bd.34, 163-210. (Note AK: prices of gold, slaves, marble and other stone, domestic and wild animals, etc.) 1979.

CHRISTOL, M. Procurator annonae et procurator utriusque portus au IIIe siècle: l'évolution vers une seule fonction? Art Mélanges de l'École française de Rome. Antiquité, 2018.

CUNHA, M. de C. B. da. *Roma no Período Agustano: a construção material e simbólica da capital do mundo conhecido*. Politeia - História E Sociedade, 19(2), 16-32. <https://doi.org/10.22481/politeia.v19i2.7424>,2021.

CURRY, A. *The Gladiator Diet*, Archaeology, 61 (6), 2008.

DALTON, G. *Economic Theory and Primitive Society*. In Economic Anthropology: Readings in Theory and Analysis (E. LeClair & H. Schneider, orgs.). New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

DAVIES, R.W., *Service in Roman Army*. Edinburgh, 1989.

DECCA, Edgar Salvadori de Decca. *O Nascimento das Fábricas*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DECKER, W.; THUILLIER, J. P., *Le sport dans l'Antiquité. Égypte, Grèce, Rome*. Editions A & J Picard. Paris, 2004.

DEGRASSI, A., *Inscriptiones Italiae* vol. XIII, fasc. 2. Rome: Istituto Poligrafico dello Stato, 1963.

DE LIGT, L. *Fairs and Markets in the Roman Empire*, Gieben, Amsterdam, 1993.

DUCROS, M. *Organisation et importance des combats de gladiateurs dans les régions nord-égéennes: Macédoine, Thrace, Thasos*. In: FOURNIER, J e PARISSAKI, M, G. *Les Communautés du Nord Égéenau Temps de L'hégémonie Romaine entre: Ruptures et Continuités*. Μελετηματα 77. Athènes: 2018. p. 341-357.

DUNCAN-JONES, R.P., *The economy of the Roman Empire. Quantitative studies*. Cambridge, 1974.

EDWARDS, C. *Unspeakable professions: public performance and prostitution*, in M. Skinner and J. Hallett (eds), *Roman Sexualities*, Princeton, 1997. p.66–95.

EDMONSON, Jonathan. *Conmemoración funeraria y relaciones familiares en Augusta Emerita*. IN: *Sociedad y cultura em Lusitania romana*. Mérida, 2000.

EGGER, R. *Das zweite Amphitheater, in Der romische Limes in Osterreich 16: 69-158*. Wien: Holder-Pichler-Tempsky, 1926.

EPPLETT, C. *Animal Spectacles of the Roman Empire*. Vancouver: Unpublished Dissertation, University of British Columbia, 2001b.

ERDKAMP, P. *The Grain Market in the Roman Empire: A social, political and economic study* (Cambridge), 2005.

FEISEL, Ken "Artifact", *Archaeology*, Estados Unidos, v.64, n.5, p.142, 2011.

FINLEY, Moses I. *Politics In the ancient world*. Cambridge. Cambridge University Press. 1983.

\_\_\_\_\_. *A Economia Antiga*, Lisboa, Ed Afrontamento, 1986.

- \_\_\_\_\_. Uso e abuso da História. Livraria Martins Fontes, Ed. Ltda, São Paulo, 1989.
- \_\_\_\_\_. História Antiga - Testemunhos e Modelos. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOGAGNOLO, S. *L'anfiteatro romano e i suoi giochi*, *Forma Urbis*, 5, 2003.
- FRAYN, J.M. *Markets and Fairs in Roman Italy: their social and economic importance from the second century BC to the third century AD*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- FRANK, Tenney. *An Economic History of Rome*. New York: Bartoche Books, 2004.
- FRANKLIN, J.L., Jr. *Pompeis Difficile Est. Studies in the Political Life of Imperial Pompeii*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Pompeii: the electoral Programmata, campaigns and politics, A.D. 71–79*. Rome: Papers and Monographs of the American Academy in Rome 28, 1980.
- FREI-STOLBA, R. *Le donne e l'arena*, *Labeo*, 46, 2000.
- FREITAS, T. RABELO. Instituições sociais e sistema econômico: a perspectiva de Karl Polanyi, *Revista da sociedade brasileira de economia política* 60 / maio 2021 – agosto 2021.
- FRECCERO, R. *Sport e società*, Turim, 1995.
- FRIEDLAENDER, L. *La sociedad romana. Historia de las costumbres em Roma, desde Augusto hasta los Antoninos*. México: Fundo de Cultura econômica, 1947.
- FORBES, H. A.; FOXHALL, L., *Sitrometreia. The role of grainas a staple food in Classical Antiquity*, *Chiron*. Mitteilungen der Kommission für Alte Geschichte und Epigraphik des Deutschen Archäologischen Instituts, n.º 12, München, 1982, pp. 71, 74.
- FUNARI, P.P.A. *A vida cotidiana na Roma antiga*. São Paulo, Editora Annablume, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A cidadania entre os romanos*. In: PINSKI, J.; PINSKY, C. (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FUNARI, P. P. A.; GARRAFFONI, Renata Senna. *Economia romana no início do Principado*. In: SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco (eds.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006.
- FUTRELL, Alison. *Blood in the Arena: the Spectacle of Roman Power*. Austin, 1997.
- \_\_\_\_\_. *The Roman Games: a Sourcebook*. Historical Sources in Translation. Oxford, 2006.
- GABBA, E. *Mercati e fiere nell'Italia romana*, *Studi Classici e Orientale*, vol. 24, 1975.
- GARCÍA MORCILLO, M. *Las ventas por subasta en el mundo romano: la esfera privada*, Universidad de Bar-celona, 2005.

GARCÍA DE VALDEAVELLANO, L. G. *Curso de historia de las instituciones españolas. De los orígenes al final de la Edad Media*, Revista de Occidente, Madrid, 1975.

GARRAFFONI, R. S. Economia romana no início do Principado. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. (org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad X; Vitória: Edufes, 2006.

\_\_\_\_\_. *Grécia e Roma*. São Paulo, Editora: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. *Bandidos e Salteadores na Roma Antiga*. São Paulo, Editora Annablume /FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. *Gladiadores na Roma Antiga: dos combatentes às paixões cotidianas*. São Paulo, Editora Annablume / FAPESP, 2005.

\_\_\_\_\_. *Técnicas e destreza nas arenas romanas: Uma leitura da gladiatura no apogeu do Império*. Tese de Doutorado orientada pelo Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, IFCH/UNICAMP, Campinas: 2004.

GABUCCI, A *The Colosseum*. Editora: Oxford University Press, Estados Unidos, 2002.

GARNSEY, P., *Cities, peasants and food in Classical Antiquity*. Essays in social and economic history, edição com addenda de W. Scheidel, Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

GARRIDO MORENO, Javier. *El anfiteatro: una oscura imagen de la Antigua Roma*. In: Berceo, n. 149, 2005.

GHINI, G, *Prime indagini archeologiche en CONFORTO*. M. L, Originalità Del Modello Architettonico, in: Anfiteatro flavio: immagine, testimonianze, spettacoli, Roma, 1988.

GIARDINA, Andréa. (Ed.). *O Homem Romano*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa : Estampa, 1992.

GODELIER, Maurice. *The Enigma of the Gift*. Cambridge, UK: Polity Press. 1996 p. 147–161.

GOLVIN, J-C., *L'Amphiteatre Romain – Essai sur la théorisation de em forme et de ses fonctions*, Publications du Centre Pierre Paris, Paris, 1988.

GONZÁLEZ, E, M e PASCHIDIS, P. *A Supplement to Έπιγραφές Κάτω Μακεδονίας Α : Έπιγραφές Βέροιας*. Ινστιτουτο Ιστορικων Ερευνων / Εθνικο Ιδρυμα Ερευνωνinstitute Of Historical Research / National Hellenic Research Foundation. Digital Publications 05. Athens, 2020.

GRANT, Michael. *Gladiators*. Harmondsworth, Penguin, 1971.

GREGORI, G. L. *Ludi e munera: 25 anni di ricerche sugli spettacoli d'età romana*, Milán, 2011.

GREENE, K. “*Technological innovation and economic progress in the ancient world: M. I. Finley reconsidered*”, *Economic History Review*, vol. 53., n. 1, 2000, p. 29-59.

GRIMAL, Pierre. *A vida em Roma na antiguidade*. Trad. Victor Jabouville, João Daniel Lourenço e Maria Cristina Pimentel. Portugal: Publicações Europa-América, 1981.

- \_\_\_\_\_. *O Império Romano*. Trad. Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O Século de Augusto*. Lisboa: Lugar da História, 2008.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. *Ruínas de uma Paisagem: Arqueologia das Casas de Fazenda na Itália Antiga (Século VII a.C.- II d.C.)*. Tese de Doutorado em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A economia antiga e a arqueologia rural –algumas reflexões*. In: *Clássica*. Revista Brasileira de Estudos Clássicos. São Paulo, v. 7/8, p.271-283, 1994/1995.
- \_\_\_\_\_. *Uma Morfologia da História: As formas da História Antiga*. *Politeia*, v.3, n. 1. p.41-62, 2003.
- GUILLÉN, J. *Urbs Roma: vida y costumes de los romanos, I, La vida Privada*, Ediciones Síngueme, Salamanca, 1988.
- GURSOY, R. *Effects of left- or right-hand preference on the success of boxers in Turkey*. *Br J Sports Med*, 2009
- GRYNSZPAN, Mário. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.
- HARRIS, H. A. *Sport in Greece and Rome*, Londres: Cornell University Press, 1972.
- HARRIS, W. V. *Concerning this book*. In: W. V. Harris (ed.). *The Inscribed Economy. Production and distribution in the Roman empire in the light of instrumentum domesticum*. (Journal of Roman Archaeology Supplement 6). Ann Arbor: Journal of Roman Archaeology, 1993, p.7-9.
- HARRISON, Stephen (ed.), *A Companion to Latin Literature*. Oxford, Blackwell, 2007.
- HASEBÖK, J. *Trade and Politics in Ancient Greece*. Nova York: Biblo and Tannen, 1965.
- HAUKEN, T. & MALAY, H. “A New Edict of Hadrian from the Province of Asia Setting Regulations for Requisitioned transport”, in: Haensch, R. (ed.) *Selbstdarstellung und Kommunikation die Veröffentlichung staatlicher Urkunden auf 323 Stein und Bronze in der Römischen Welt*. *Vestigia*. Beiträge zur alten Geschichte 61. Munich: Verlag C.H. Beck, 2009.
- HEILBRONER, Robert L. *A formação da sociedade econômica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1972.
- HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and Empire*, London and New York: Routledge, 2005.
- HOLLERAN, C. *Shopping in Ancient Rome: The Retail Trade in the Late Republic and the Principate*, United Kingdom, Oxford, 2012.
- HOPE, C. A., and WHITEHOUSE, H. V. *The Gladiator Jug from Ismant el-Kharab*. In *Oasis Papers 3*, edited by C. A. Hope and G. E. Bowen, 290-310. Oxford: Oxbow Books, 2003.

HOPE, Valerie. *Fighting for identity* en A. Cooley (Ed.), *The epigraphical landscape of Roman Italy*, Londres, 2000a.

\_\_\_\_\_. *Living without the dead: finding solace in ancient Rome*. In: Tappenden, Frederick S. and Daniel-Hughes, Carly eds. *Coming Back to Life: The Permeability of Past and Present, Mortality and Immortality, Death and Life in the Ancient Mediterranean*. Montreal, Quebec: McGill Scholarly Publishing, 2017.

HOPKINS, Keith. *The Mediterranean as a market-place*, Times Literary Supplement, 25 de janeiro de 1974, p. 79-80.

\_\_\_\_\_. On the Political Economy of the Roman Empire (1999 – 2000) Disponível em: <http://sshi.stanford.edu/Conferences/1999-2000/empires/hopkins.pdf>

HOWGEGO, Christopher *The supply and use of money in the roman world 200 B.C. to A.D. 300*. In *The Journal of Roman Studies*, Vol. 82, 1992 p. 1-31.

\_\_\_\_\_. *Coin circulation and the integration of the roman economy*, in *Journal of Roman Archeology*, Vol. 7, 1994, p. 5-21.

HUGONOT, Christophe; HURLET Frederic e MILANEZI, S. *À l'ombre des acteurs: les amuseurs à l'époque classique*. Paris: Editora François – Rabelais University Press, 2004.

HORSMANN, G. *Public performances by senators and knights and the moral legislation of Augustus*, in J. Nelis-Clement and J.-M. Roddaz (eds), *Le cirque romain and son image*, Bordeaux, 2008, p. 475–480.

HUVELIN, P. *Essai historique sur le Droit des marches & des foires*. Arthur Rousseau, Paris, 1897.

JAMES, ker. *Nundinae: The Culture of the Roman Week*. Phoenix, Canadá, v. 64, n. 3, p.360-385.

JASHEMSKI, W.F. *The Gardens of Pompeii: Herculaneum and the villas destroyed by Vesuvius*. 2 vols. New Rochelle, NY: Caratzas Brothers, 1979.

JOLY, Fabio Duarte. Espaço, Poder e Escravidão no De Re Rustica de Columella. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, p. 281-299, 2003.

JONGMAN, W. *The Economy and Society of Pompeii*. Amsterdam: J.C. Gieben, 1988.

JUNKELMANN, M. *Familia Gladiatoris: The Heroes of the Amphitheatre* em E. Köhne y C. Ewigleben (Eds.), *Gladiators and Caesars: The Power of Spectacle in Ancient Rome*, Berkeley, (2000<sup>a</sup>).

\_\_\_\_\_. *Greek athletics in Rome: Boxing, wrestling and the pankration* em E. Köhne y C. Ewigleben (Eds.), *Gladiators and Caesars: The Power of Spectacle in Ancient Rome*, Berkeley, (2000<sup>b</sup>), p.75-85.

\_\_\_\_\_. *On the starting line with Ben-Hur: chariot racing in the circus Maximus* en E. Köhne y C. Ewigleben (Eds.), *Gladiators and Caesars: The Power of Spectacle in Ancient Rome*, Berkeley, (2000<sup>c</sup>), p.86-102.

\_\_\_\_\_. *Gladiatoren. Das Spiel mit dem Tod*. Alemanha. Editora: Philipp Von Zabern, 2008.

JASHEMSKI, W. F. *The Gardens of Pompeii*, Nueva York, 1979.

KAHN, J.S. *Towards a history of the critique of economism: the nineteenth-century German origins of the ethnographer's dilemma*. MAN: The Journal of the Royal Anthropological Institute, Londres, v. 25, n2, p. 230-249, junho de 1990.

KANDLER, M. Carnuntum, in M. Sasel Kos & P. Scherrer (ed.) *The autonomous towns of Noricum and Pannonia/Die autonomen Stadte in Noricum und " Pannonien: Pannonia II: 11–66*. Ljubljana: Narodni Muzej Slovenije, 2004.

KASER, M. 'Infamia und Ignominia in den römischen Rechtsquellen', ZRGRom 74, 1956, p. 220–278.

KEAY, Simon. *Rome, Portus and the Mediterranean 21 Archaeological monographs of The British School at Rome*. The British School at Rome, London, 2012.

KEHOE, DENNIS P. *Law and the rural economy in the Roman Empire*. Michigan: The University of Michigan Press, 2007.

KESSLER D, TEMIN P. *Money and prices in the early Roman empire* in *The monetary systems of the Greeks and Romans*. Oxford University Press UK, 2010.

KISCHENER, A, Manoel e tal. *A contribuição de polanyi na compreensão do processo de mercantilização da sociedade rural*. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 17, n. 31, p. 206-217, jan./jun. 2015.

KNUST, José Ernesto Moura. *Senhores de Escravos, Senhores da Razão: Racionalidade Ideológica e a Villa Escravista na República Romana (Século II a.C. Século I a.)*. Dissertação de Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, UFF, 2011.

KONIGSON, Elie. *L'Espace Théâtral Médiéval*. Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1975.

KULA. Wilold. *Théorie économique du système féodal*. Paris/HAia. Mouton. 1970. p. 136.

KYLE, Donald. G. *Spectacles of Death in Ancient Rome*. Londres : Routledge, 1998.

LAFAYE, G. 'Gladiator' em C. Daremberg y E. Saglio (Eds.), *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, Paris, vol.2, 1896, p.1563-1599.

LA ROCCA, E, Guida. *Acheologica di Pompei*, Roma, 1981.

LESHEM, Dotan. *Oikonomia in the age of empires. History of Human Sciences*. California: Sage Publishing, v. 26, n.1, 2013, p. 29-51.

LEWIS, Charlton Thomas, William Freund, E. A. Andrews, and Charles Short. 1966. *A Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press.

- LIPOVETSKY, Nathalia. *Efetividade da justiça no mundo contemporâneo: entre ética e economia*. 2016. 168 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- MACDONALD, W. L. *The Architecture of the Roman Empire*, 2 vols. New Haven and London, 1982/1986.
- MAÑAS, Alfonso. *Gladiadores. El gran espectáculo de Roma*. Madrid: Editora Ariel, 2013.
- MANACORDA, Daniele. *The Ager Cosanus and the Production of the Amphorae of Sestius: New Evidence and a Reassessment*. *Journal of Roman Studies*, vol LXVIII., p. 122 – 131, 1978.
- MARTINS, P. H. *A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação*. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [On line], v. 73, p.45-66, 2005.
- MAU, A. *Pompeii: its life and art* (trans. F.W. Kelsey). New York: The Macmillan Company, 1899.
- MAXIMO, M, M de Almeida. *A Guerra dos Métodos: A visão da Escola Histórica Alemã*. ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH – RIO MEMÓRIA E PATRIMÔNIO. XIV., Rio de Janeiro. 2010. Resumo dos trabalhos. Rio de Janeiro: ANPUH, 2010.
- MELO, J.M.S. *A medicina e sua história*. Rio de Janeiro: EPUC; 1989.
- MENDES, N. Musco. *Feriae Romani: Discurso Imperial Romano*. Phoinix, Rio de Janeiro, 6, p. 282-294, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de Colapso*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Roma e o Império. Estruturas de Poder e Colapso de um Império Antigo*. In: SILVA, F.C. Teixeira da, MUNHOZ, S. (org.) *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2009, p. 27-44.
- MEYER, E. *La evolución económica de la Antigüedad*. In: \_\_\_\_\_. *El historiador y la Historia antigua*. Mexico/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1955.
- MICKWITZ, G. *Economic Rationalism in Graeco-Roman Agriculture*. *The English Historical Review*, vol. 52, no. 208, 1937, p. 577–89. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/553701>. Accessed 8 June 2022.
- MILLETT, Martin. *The Romanization of Britain: An Essay in Archaeological Interpretation*. London: Cambridge University Press, 1990.
- MILTNER, F. *Das zweite Amphitheater von Carnuntum (Der romische Limes in Osterreich 17)*. Wien: Austrian Academy of Sciences Press, 1933.
- MOMMSEN, Theodor. *El mundo de los Cesares*. Madrid. Editorial Fondo de Cultura Económica, 1983.
- MORAIS, Rui. *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. UAUM · Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho em parceria com o NARQ · Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho. Braga, 2005.

- MORLEY, Neville. *Metropolis and Hinterland. The city of Rome and the Italian Economy, 200BC-AD200*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Trade in Ancient Economy*. London: Cambridge University Press, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Approaching the Ancient World. Theories, Models in Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- MOSCI SASSI, M.G., *Il linguaggio gladiatorio*, Pàtron Editore, Bolonha, 1992.
- MOURITSEN, H. *Elections, Magistrates and Municipal Élite: studies in Pompeian epigraphy*. Rome: «L'Erma» di Bretschneider 1988.
- MUÑOZ, M. P. *Viriato. A luta pela liberdade*. Madrid. Editorial Esquilo, 2003.
- NARDONI, D. *I gladiatori romani: nei riquadri del museo Borghese, Roma*. Nash, E (1961-2). *Pictorial Dictionary of Ancient Rome*, Nova York, 1989.
- NAU, H. *Gustav Schmoller's Historico - Ethical Political Economy: ethics, politics and economics in the younger German Historical School, 1860 - 1917*. Euro. J. History of Economic Thought, Vol 7, n. 4, p. 507-531, 2000.
- NICCOLINI, F. *Le case ed i monumenti di Pompei disegnati e descritti*, Sorrento, 1854.
- NEUBAUER, W. et al *The Discovery of the school of gladiators at Carnuntum, Austria*. *Antiquity*. Cambridge University Press, 88 (339), p.173-190, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003598X00050298>
- NOGUEIRA, A, V. *Werner Sombart (1863-1941): apontamento biobibliográfico*. *Análise Social*, Lisboa, Portugal vol. XXXVIII (169), 2004, p.1125-1151.
- NOVELLI, F. B. *Considerações sobre o Cameralismo*. Ver. Dir. Públ e Ciência Política, Rio de Janeiro – Vol. V, nº 1- janeir/abril, 1962.
- NOSSOV, Konstantin. *Gladiator: Rome's Bloody Spectacle*. Oxford: Osprey Publishing Ltd, 2009.
- NUTTON, V. *The Chronology of Galen's Early Career*, *Classical Quarterly*, 23, 1973.
- ORDÁS, J. C., GONZÁLEZ, P. R., MURCIEGO, N. M. *Instrumental medico procedente de la excavacion del yacimientode epoca romana de la carretera del cementerio, Puente Castro, Leon: uma aproximacion*. Lancia. Leon: Servicio de Publicacione de la Universidad de Leon. 4, 2001.
- ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Fontes, 2003.
- ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco*. Cuba. Editorial de Ciências Sociais, 1991.
- PANELLA, Clementina. *La Domus Aurea nella valle del colosseo e sulle pendici 218ela Velia e del Palatino*. In: TOMEI, M.A. e REA, R. (Orgs.). *Nerone*. Milão: Electa, 2011.
- PALMEIRA, Miguel, Soares. *A Economia Antiga é um Campo de Batalha”: história social de uma controvérsia erudita*. *Política & Sociedade - Florianópolis* - Vol. 17 - Nº 38 - Jan./Abr. de 2018. p. 340 -372.

PAULA, J. A. DE. *Afinidades eletivas e pensamento econômico: 1870-1914*. Kriterion: Revista de Filosofia, v. 46, n. 111, p. 70–90, jan. 2005.

PÉCHÉ, V e VENDRIES, C. *Musique et spectacles dans la Rome antique et dans l'Occident romain*. Paris: Editions France, 2001.

PEREIRA, Leonel Molero. *Modelos de Formação de Preço de Commodities Agrícolas aplicando ao mercado de Açúcar e Álcool*. 2009. 209f. Tese (Doutora em Administração) – Departamento de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo. 200 PINHO, D. B. A racionalidade econômica - abordagem histórica. *Revista de História, [S. l.]*, v. 54, n. 107, p. 173-188, 2023.

PÉREZ, María Dolores Mirón. "Oikos y oikonomia" *el análisis de las unidades domésticas de producción y reproducción en el estudio de la Economía antigua*. *Gerión*, ISSN 0213-0181, Vol. 22, Nº 1, 2004, p. 61-79.

PIERUCCI, A. F. *Economia e sociedade: últimos achados sobre a "grande obra" de Max Weber*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, p. 41–51, out. 2008.

PINTO, Renato. Os crânios do cemitério do Vale Superior do Walbrook: tafonomia e ritos. *Revista M. Rio de Janeiro*, v. 2, n. 4, p. 375-395, jul./dez. 2017.

PYE, Lucian W. *Political Science and the Crisis of Authoritarianism*. *The American Political Science Review*, vol. 84, no. 1, 1990, p. 3–19.

POCIÑA PÉREZ, A. *Los espectadores, la LexRoscia Theatralis y la organización de la cavea en los teatros romanos*, *Zephyrus*, XVI-XVII, 1976.

POLANIY, Karl. *Aristóteles descubre la economía* In: ARENSBERG, C. Pearso, H. Comercio e Mercado em los impérios antigos. Barcelona: Labor, 1976.

\_\_\_\_\_. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Karl Polanyi. Tradução de Fanny Wrabel. 2. Ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POTTER, D. S. *Performance, Power, and Justice in the High Empire*, em W. J. Slater (Ed.), *Roman Theater and Society*, Michigan, 1996. p. 129-160.

\_\_\_\_\_. *Entertainers in the Roman Empire* em D. S. Potter y D. J. Mattingly (Eds.), *Life, Death, and Entertainment in the Roman Empire*, Michigan. 1999. p.186 -325.

PORTEOUS, J. *Coins in history: a survey of coinage from the reform of Diocletian to the Latin Monetary Union*, London, Weidenfeld e Nicolson, 1969.

POST, E. "Pollice Verso", *The American Journal of Philology*, 13 (2). 1892. p.213-225.

PRYOR, Frederic L. *The Origins of the Economy: A Comparative Study of Distribution in Primitive and Peasant Economies*. Nova York: Academic Press, 1977.

PUGLIESE, G. *Il processo civile romano. II-Il processo formulare,I*, Giuffrè, Milano, 1963.

RAWSON, Elizabeth. *Discrimina Ordinum: The lex Julia Theatralis*. In: *Papers of the British School at Rome*, Vol. 55, 1987.

RAY, J.C., Hunter L. and Zigouris J. *Setting conservation and research priorities for larger African carnivores*. Report No.24. New York: Wildlife Conservation Society, 2005.

REIBIG, André. *The Bücher-Meyer controversy: the nature of the ancient economy in modern ideology*. 2001. 348f. Thesis Submitted in Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy in the Faculty of Arts. Department of Philosophy. University of Glasgow, 2001.

REGER, G. *The Price Histories of Some Imported Goods on Independent Delos*, in J. Andreau, P. Briant and R. Descat (eds.) *Economie antique, Prix et formation des prix dans les économies antiques*, Entretiens d'archéologie et d'histoire (Saint-Bertrand-de-Comminges), 1997, p.53-72.

RIBEIRO, M. M. *Arena de pedra homens de ferro: a relação de poder travada no Amphitheatrum Flavium, durante o Alto Império*. 2018. 163f. Dissertação (Mestrado em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RIBEIRO, E. A.; RIBEIRO, S. F. *As organizações militares da marinha e o crescimento econômico dos municípios brasileiros*. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.51, nº 3, p. 161 - 184, dez. 2021. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe>. Acessado em 25 de jul. 2022.

RICKMAN, G.E. *The Grain Trade Under the Roman Empire*. Memoirs from the American Academy in Rome, 1980.

RIERA, J. *Historia, medicina y sociedad*. Madrid: Ediciones Pirâmide, 1985.

RIVER, Charles. *The Roman Gladiators: the history and legacy of ancient Rome's most famous warriors*. New York: Charles River Editors, 2013.

ROBERT, Louis. *Les Gladiateurs dans l'Orient grec*, E. Champion, Paris, 1940.

\_\_\_\_\_. *Monuments de Gladiateurs dans l'Orient Grec*, *Hellenica* 5, 1948.

ROBERT, Jean-Noël. *Os prazeres em Roma*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1995.

ROCCA, E.; et al, *Guida archeologica di Pompei*, Roma, 1981.

RODRIGUES, M. R. da C. Resenha do livro *Res Gestae Divi Augusti. Texto latino do Monumentum Ancyranum*. Revista de História, [S. l.], v. 18, n. 37, p. 244-245, 1959. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1959.107280 Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107280>. Acesso 22 de jun. 2022.

RODRIGUES, Waldecy; SANTOS Nayara Silva. *Karl Polanyi e o desenvolvimento econômico: um novo olhar sobre o regional / local?*. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XIX – V. 1 - N. 36 - Abril de 2017 -Salvador, BA – p. 168 – 190.

ROLL, Eric. *Historia de las doctrinas economicas*. Trad. Florentino M. Torner. México: Cia. Editora Nacional, 1978.

ROSTOVTZEV, Michail. *Historia Economica y Social del Imperio Romano*. Trad. Luiz Lópes Ballesteiros. Madrid: Espalsa Calpe, 1986.

- ROUECHÉ, C. *Performers and partisans at Aphrodisias in the Roman and Late Roman Periods: A Study Based on Inscriptions from the Current Excavations at Aphrodisias in Caria*, London, 1993.
- SALLER, R. *Framing the debate over Growth in the ancient economy*. In: SCHEIDEL, W.; VON REDEN, S. (Org.) *The ancient economy*. New York: Routledge, 2002.
- SANTOS N, S. *Desenvolvimento municipal no brasil: uma análise a partir da concepção teórica de Karl Polanyi*. 2015. 155f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.
- SCHEIDEL, Walter; MORRIS, Ian & SALLER, Richard. (org.). *Economic History of the Greco-Roman World*. Cambridge: Cambridge University, 2007.
- SCHEIDEL, Walter. *Slavery in the Roman Economy*. Stanford Working Papers in Classics, September 2010. Disponível em <http://www.princeton.edu/~pswpc/pdfs/scheidel/091003.pdf>.
- SCHIAVONE, Aldo. *Uma História Rompida. Roma Antiga e Ocidente Moderno*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SCHMOLLER, G. *Die sociale Frage und der preubische Staat*. Preubische Jahrbücher, nº XXXIII, 1874, p.323 -.342.
- SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. *Sociologias*, v. 13, n. 27, p. 180–219, maio 2011.
- SCHNEIDER, S. *Mercados e Agricultura Familiar*. In: MARQUES, F, C. *Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural*. UFRGS. 2016. p. 93 -140.
- SCOBIE, A. *Spectator security and comfort at gladiatorial games*, Nikephoros, 1, 1988.
- SCULLARD, H.H. *The elephant in the Greek and Roman world*. London: Thames and Hudson, 1974.
- SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure of the transportation and processing of supplies for the imperial distributions in Rome and Constantinople*, Amsterdam, J.C. Gieben, 1991.
- SILVA, Uiran Gebara da. *A historiografia do império romano tardio: do estado máximo ao estado mínimo, e de volta outra vez*. *Revista de História* (São Paulo), n. 176, 2017.
- SHAW, B. E. *Rural markets in North Africa and the political economy of the Roman Empire*, *Antiquités africaines*, 17, 1981.
- SMITH, William. "Praefectus Annonae", in 'A dictionary of Greek and Roman Antiquities', London: John Murray, 1875.
- SOUSA, A. T. *Curso de História da medicina. Das origens aos fins do século XVI*. Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- STANFIELD, J. R. *The economic thought of Karl Polanyi: lives and livelihood*. Hong Kong: Macmillan, 1986.

- STE. CROIX, G. E. M. de. Resenha de *Trade and Politics in the Ancient World* (Atas do 2o Congresso Internacional de História Econômica), *Journal of Hellenic Studies*, vol. 87, 1967.
- STRABON, *Géographie*, l. III-IV, trad. Laserre, ed. Les Belles Letres, Paris, 1966.
- STREISSLER, Erich; MILFORD, Karl. *Theoretical and Methodological Positions of German Economics in the Middle of the Nineteenth Century*, *History of Economic Ideas*, v. 1/2 n. 3/1, 1993, p. 43 – 79.
- SYME, R. *Correspondants of Pliny, Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, 34.3.3. 1985.
- TEIXEIRA, Aloisio. *Marx e a economia política: a crítica como conceito*. *Econômica (UFF)*, v.II, n.4, dez. 2000, p. 85-109.
- TEMIN, Peter. *A market economy in the early roman empire*. In: *The Journal of Roman Studies*, vol. 91, 2001, p. 169-181.
- \_\_\_\_\_. *The Labor Market of the Early Empire*. In: *The Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 34, No. 4, Spring, 2004, p. 513-538.
- \_\_\_\_\_. *The Economy of the Early Roman Empire*. In: *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 20, No. 1, Winter, 2006, p. 133-151.
- \_\_\_\_\_. *The Roman market economy*. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- TOSI, G. *Gli edifici per spettacoli nell'Italia romana*. Rome: Quasar, 2003.
- TOVAR, A. y BLÁZQUEZ, J.M. *The Economy of Mediterrâneo* (KOHNE & EWIGLEBEN, 2001).
- TRIBE, Keith. *Historical Economics, the Methodenstreit, and the economics of Max Weber* in: TRIBE, K. *Strategies of Economic Order: German Economic Discourse, 1750 - 1950*, 2007, p. 66 – 94
- TUDE, J, M. *Organizações intergovernamentais: uma reflexão a partir da perspectiva intelectual de Karl Polanyi*. 2014. 296f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade da Bahia, Bahia, 2014.
- TUMOLESI, Patrizia Sabbatini. *Gladiatorum paria. Annunci di spettacoli gladiatorii a Pompei*. Edizioni Di Storia e Letteratura: Roma, 1980.
- VEYNE, Paul *Le pain et le cirque*. França. Editora Le Seuil, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A Sociedade Romana*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O Império Romano*. In: Veyne, Paul (org.). *História da Vida Privada: do Império Romano ao ano mil*. Companhia de Bolso, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O Império Greco-romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- \_\_\_\_\_. *História da vida privada v.1: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia do Bolso, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Pão e Circo*. Trad. Lineimar Pereira Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

- VILLE, G. *La gladiature en Occident des origines à la mort de Domitien*. École Française de Rome, Roma, 1981.
- VIRLOUVET, C., *Famines et émeutes à Rome des origines de la république à la mort de Néron*, Rome, École Française de Rome, 1985
- VISCOGLIOSI, Alessandro. *Qualis Artifex Pereo. L'architettura neroniana*. In: TOMEI, M.A. e REA, R. (Orgs.). Nerone. Milão: Electa, 2011.
- VISMARA, C. *La nascita dell'anfiteatro e la sua struttura* in A. GABUCCI (Ed.), *Il Colosseo*, Milán, 1999.
- \_\_\_\_\_, e CADELLI, M, L. *Epigrafia anfiteatrale dell'Occidente Romano V Alpes Maritimae, Galia Narbonensis, Tres Galliae, Germaniae, Britannia*. Rome. Edizione Quasar, 2000.
- WALBAN, F. *Awful Revolution: Decline of the Roman Empire in the West*. London: Cambridge University Press, 1969.
- WARD-PERKINS, J. B. *Roman Imperial Architecture*. Yale University Press: Londres, 1981.
- WEBER, Max. *História Geral da Economia*. São Paulo, Editora Mestre Jou, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade*. V.1. Brasília, ed. UNB, 1991.
- \_\_\_\_\_. *História Agrária Romana*. Ed Martins Fontes. São Paulo, 1994.
- WELCH, Katherine E. *The Roman Amphitheatre: From its origins to the Colosseum*, New York: Cambridge University Press, 2007.
- WIEDEMANN, T. *Single combat and being roman*, in: *Ancient Society*, 27, Bélgica, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Emperors and Gladiators*, Routledge, Londres, 1995.
- WHITE, K.D. *Greek and Roman Technology*. Londres: Thames and Hudson Ltd, 1984, p. 6.
- WILL, Édouard. *Trois quarts de siècles de recherches sur l'économie grecque antique*. Annales ESC. Paris, 1954.
- WILSON, Andrew. *Machines, power and the ancient economy*, in *The Journal of Roman Studies*, Vol. 92, 2002, p. 1-32.
- WOOLF, Greg. *Imperialism, Empire and the Integration of the Roman Economy*. In: *World Archaeology*, v. 23, n.3, *Archaeology of Empires*, 1992, pp. 283-293. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/124763>>. Acessado em 21/04/2020, às 19:20h.
- \_\_\_\_\_. *The Formation of Roman Provincial Cultures*. In: METZLER, J. (ed.) *Integration in the early roman west: the role of culture and ideology*. Luxembourg, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Monumental Writing and the Expansion of Roman Society in the Early Empire*. In: *The Journal of Roman Studies*, vol. LXXXVI, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Urbanization and its discontents in early Roman Gaul*. In: FENTRESS, E. (ed.) *Romanization and the City. Creation, Transformation, and Failures*. Proceedings of a conference held at the American Academy in Rome to celebrate the 50th anniversary of the

excavations at Cosa, 14-16 May, 1998. Portsmouth, Rhode Island: 115-131 (Journal of Roman Archaeology, Supplementary Series, n. 38).

\_\_\_\_\_. *Inventing empire in ancient Rome*. IN: ALCOCK, S. & D'ALTROY, T. (edit) *Empires*. Cambridge University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *Becoming Roman: the origins of provincial civilization in Gaul*. In: THOMPSON, C.B. (edit) *Roman Imperialism. Readings and sources*. London: Blacweel, 2004.

\_\_\_\_\_. *Provincial Perspective*. IN: GALINSKY, P. (Edit.) *The Cambridge Companion of the age of Augustus*. Cambridge University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. *Movers and stayers: the limits of mobility*. In: DE LIGHT, L. and TACOMA, L.E. *Migration and mobility in the early Roman Empire*. Leiden: Brill, 2016.

WISDOM, Stephen. *Gladiators: 100 BC-AD 200*. Oxford: Osprey Publishing, 2001.

YAVETZ, Z. *Slaves and Slavery in Ancient Rome*. New Brunswick; London: Transaction Publishers, 198

## METODOLOGIA DE ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS OBRAS

### ANEXO A - *Res Gestae Divi Augusti*

#### DOCUMENTO I

AUGUSTO, *Res Gestae Divi Augusti*, (trad. Frederick W. Shipley), Harvard University Press, Londres, Coleção Loeb, 1992.

#### I.1 – Processo de Descrição

<b>Autor/ Obra / ano</b>	César Augusto/ <i>Res Gestae Divi Augusti</i> – Escrita por volta do ano 14 d.C.
<b>Período/ Região</b>	Século I d.C./ Império Romano – Roma.
<b>Gênero do discurso Público/ Privado</b>	Público. O propósito do autor era dar à sociedade romana uma visão de suas realizações como Imperador.
<b>Manifestação da Língua</b>	Latim I século d.C.

#### I.2 – Análise do Texto

<b>Propriedade da Linguagem do Texto</b>	Linguagem erudita.
<b>Qualificação do Texto</b>	O texto representa uma breve introdução de 35 parágrafos e um adendo póstumo. A obra foi reunida em quatro seções: carreira política, benefícios públicos, realizações militares e uma declaração política.
<b>Comunicação do texto</b>	O texto foi escrito em primeira pessoa, pouco antes de sua morte em 14 d.C.
<b>Objeto do discurso</b>	Temos como perspectiva que um dos principais objetivos do discurso de Augusto era que com o seu <i>exemplum e uirtus</i> , poderia influenciar os jovens membros da <i>gens Iulia</i> , <sup>164</sup> assim como as novas gerações de senadores, equestres e demais magistrados itálicos e provinciais tendo como alvo principal os seus filhos, pois eram aqueles que o <i>princeps</i> considerava como o futuro do Principado.

#### I.3 – Componentes do Texto

<b>Modo de Funcionamento</b>	Na obra <i>Res Gestae Divi Augustae</i> vemos uma descrição nos primeiros quatorze capítulos que abrangem os cargos civis e religiosos de Augusto, assim como as homenagens que aceitou ou recusou em sua trajetória. Nas seções subsequentes, que vão dos capítulos quinze ao vinte e quatro, nos deparamos com um relato das despesas feitas por Augusto em nome do povo e Roma. A terceira
------------------------------	---

<sup>164</sup> Formado por uma *gens* romana muito antiga, à qual pertencem alguns dos personagens mais influentes do Império Romano.

	<p>parte vai do capítulo vinte e cinco ao trinta e três, e tem como principal finalidade expor os feitos históricos de Augusto como conquistador e pacificador do mundo conhecido, ou seja, as <i>Res Gestae</i>. Os dois capítulos finais (34 e 35) resgatam o tema elencado na primeira parte.</p>
<b>Textualidade</b>	<p>As informações da obra que chegou até nossos dias são provenientes das cópias que foram enviadas para Ancara, Apolônia e Antioquia na Pisídia. Porém, cabe destacar algumas características heterogêneas, como a celebração das virtudes, a resposta a alguma controvérsia, assim como o seu alcance e circulação que devem ser levadas em consideração. Em resumo, apreciamos as <i>Res Gestae Divi Augustae</i> como uma memória política, a qual foi difundida como autorrepresentação epigráfica de Otávio Augusto, isto é, uma reunião de relatos das ações que foram implementadas, das honras que foram auferidas e a generosidade que foi oferecida em serviço da República de forma monumental.</p>

#### I.4 – Categorias Temáticas

<b>Temas</b>	<b>Pertinência</b>	<b>Objetividade</b>
<p><i>Res Gestae Divi Augustae/</i> Cap 4 - Parágrafo 22</p>	<p>Três vezes em meu próprio nome dei um show de gladiadores, e cinco vezes em nome de meus filhos ou netos; nesses shows lutaram cerca de dez mil homens. Duas vezes em meu próprio nome fiz para o povo uma exposição de atletas reunidos de todas as partes do mundo, e uma terceira vez em nome do meu neto. Quatro vezes eu dei jogos em meu próprio nome; como representante de outros magistrados vinte e três vezes. Para o colégio de quindécimvirs, como mestre desse colégio e com Marcus Agrippa como meu colega, dirigi os Jogos Seculares no consulado de Caio Furnius e Marcus Silanus. Em meu Décimo terceiro consulado dei, pela primeira vez, os jogos de Marte, que, desde então, os cônsules por decreto do senado deram em anos sucessivos em conjunto comigo. Em meu próprio nome, ou de meus filhos ou netos, em vinte e seis ocasiões eu dei ao povo, no circo, no fórum ou no anfiteatro, caças de feras africanas, nas quais cerca de três mil e quinhentas feras foram mortas.</p>	<p>Augusto observou a importância dos jogos como instrumento de poder e por este motivo, trouxe para si a tarefa de realizar este tipo de atividade. Até então os combates estavam sendo utilizados com fins eleitorais, pelo menos em Roma, e contribuíam para a notoriedade dos seus editores, mas a partir desta mudança os jogos iriam servir para a glória do Imperador. É o <i>princips</i> que passou a presidir à sua organização e vindo a alterar a legislação existente de forma a limitar, em Roma, a iniciativa individual. Esta mudança permitiu a Augusto um espaço de comunicação privilegiado com o povo. Para o Imperador os jogos eram um meio de adquirir o consentimento popular. Para o povo os jogos</p>

		<p>constituíam um espaço de comunicação com o poder. Esta nova posição fica bem clara até pela quantidade e qualidade dos espetáculos oferecidos por Augusto.</p>
<p><i>Res Gestae Divi Augustae/ Cap 4 - Parágrafo 23</i></p>	<p>Dei ao povo o espetáculo de uma batalha naval além do Tibre, no local onde agora se ergue o bosque dos Césares, o solo tendo sido escavado por um comprimento de mil e oitocentos e uma largura de mil e duzentos metros. espetáculo trinta navios bicos, trirremes ou birremes, e um grande número de navios menores se encontraram em conflito. Nessas frotas lutaram cerca de três mil homens exclusivos dos remadores.</p>	<p>Foi uma estrutura construída por Augusto para a realização de batalhas navais (<i>naumachia</i>), sua realização aconteceu devido a inauguração do templo de Marte no Fórum de Augusto. Mais uma vez podemos observar a importância que Augusto deu aos jogos e, demonstrando o valor que deu a este tipo de atividade, pois fez questão de tornar público para as futuras gerações romanas por meio da <i>Res Gestae Divi Augustae</i>.</p>

## ANEXO B - SÊNECA – Sobre a *Ira*

### DOCUMENTO II

SÊNECA. *Sobre a Ira*. Tradução: José Eduardo S. Lohner. Companhia das letras, São Paulo, 2014.

#### I.1 – Processo de Descrição

<b>Autor/ Obra / ano</b>	Lúcio Aneu Sêneca/ <i>Sobre a Ira</i> – Escrita por volta do ano 40 d.C.
<b>Período/ Região</b>	Século I / Império Romano – Roma.
<b>Gênero do discurso Público/ Privado</b>	Público. O propósito do autor em seu ensaio foi o de explanar suas concepções sobre o tema a ira. Para atingir esta finalidade resolveu dirigir seu trabalho de caráter terapêutico ao seu irmão mais velho, Lúcio Júnio Gálio Aniano.
<b>Manifestação da Língua</b>	Latim I século d.C.

#### I.2 – Análise do Texto

<b>Propriedade da Linguagem do Texto</b>	Linguagem erudita.
<b>Qualificação do Texto</b>	A obra de Sêneca foi decomposta em 3 livros. Contudo, o texto é dividido em duas partes. A primeira parte (I-II.17) trata de questões teóricas, e a segunda parte (II.18 final) apresenta conselhos terapêuticos.
<b>Comunicação do texto</b>	A datação da obra não é precisa. Todavia, existem referências da ira de Calígula, que foi assassinado em janeiro de 41 d.C. e que no ensaio dirigido a seu irmão, Sêneca o trata pelo nome original e não pelo nome adotivo, Gálio, que veio a receber por volta dos anos 50 d.C. Desta forma, o ensaio de Sêneca, devido as referências supracitadas, deve ter sido escrito por volta do ano 40 d.C.
<b>Objeto do discurso</b>	O discurso do autor é marcado por uma estrutura menos rígida onde o autor se predispõe a não ficar preso a pormenores, buscando enfatizar durante seu discurso de maneira repetitiva algumas ideias, com a finalidade de reforçar o entendimento por parte do leitor.

#### I.3 – Componentes do Texto

<b>Modo de Funcionamento</b>	Em sua obra Sêneca defende, desde o começo do texto, que o homem não é naturalmente mal/irado (SÊNECA, De Ira, 1.6) <sup>165</sup> ; assim como as feras são domadas e domesticadas, o homem também poder ser. Portanto, a pessoa que não pune um erro está
------------------------------	---

<sup>165</sup> E eu referirei um argumento de Platão – de fato, em que prejudica servirmo-nos de bens alheios, daquela parte em que são nossos? -, “o homem virtuoso”, diz ele, “não causa dano”. O Castigo causa dano; portanto, o castigo não se ajusta ao homem virtuoso, e por isso, nem a ira, porque o castigo se ajusta à ira. Se o homem virtuoso não se alegra com o castigo, não se alegrará sequer com essa paixão à qual o castigo serve de prazer; portanto, a ira não é natural” (SÊNECA, De Ira, 1.6).

	dando indulgência para a espécie humana. Para o autor existia uma tensão entre a natureza e os seres humanos que surge da necessidade de lutar pela própria sobrevivência.
<b>Textualidade</b>	A obra <i>De Ira</i> foi desenvolvida no início de sua carreira filosófica, levando-nos a observar que ele realizava repetições de ideias com o intuito de que seus leitores apreendessem o que ele estava tentando repassar. Sêneca escreveu de forma mais flexível, não obedecendo uma estrutura da tradição das obras dialógicas porquê não apresentou em seu texto o interlocutor, e da mesma forma não procurou aprofundar em explicações detalhada e extensa do seu pensamento, procurando atender ao seu interesse de apresentar o tema espontaneamente sem se ficar preso aos pormenores idealizados pelos pensadores da antiguidade.

#### I.4 – Categorias Temáticas

<b>Temas</b>	<b>Pertinência</b>	<b>Objetividade</b>
Sobre a Ira Livro I – I - 4	... Como se abandonassem de nós o cuidado e desprezassem a nossa autoridade. Como? Por que se irrita tão injustamente o povo contra os gladiadores quando não morrem de boa vontade, considerando isso uma ofensa? Julga desprezado, e pela expressão, pelo gesto e entusiasmo, de espectador converte-se em inimigo.	Sêneca neste trecho busca demonstrar a ira da plebe contra os gladiadores que fugiam ao combate e por conseguinte buscavam preservar suas vidas infames. Porém, esta atitude apenas irritava a assistência que a partir desta atitude tratava-os como inimigos.
Sobre a Ira Livro I – XI - 1	“Mas contra um inimigo”, replica-se “a ira é necessária”. Em nenhuma situação o é. Justamente onde os impulsos não devem ser desordenados, mas controlados e obedientes. Qual outro fator que enfraquece os bárbaros, fisicamente mais robustos e resistentes à fadiga, senão a ira extremamente nociva a si mesmo? Aos gladiadores a arte os protege, mas a ira os desnuda.	Nesta passagem Sêneca exemplifica de forma que a ira é um mal. Vejamos por exemplo o caso dos gladiadores que ao ficarem irados perdem o senso de defesa e passam a agir por instinto. Desta forma, tornam-se muito mais vulneráveis.
Sobre a Ira Livro II - VIII - 2	Entre aqueles togados não há paz: um, por algum ganho, trama a destruição do outro; ninguém ganha algo senão por injúrias ao outro; odeiam quem é feliz, desprezam o infeliz; não gostam dos superiores, humilham os pequenos; são impulsionados por vários desejos; desejam que tudo pereça motivados por um leve prazer. A	Sêneca faz uma crítica de forma velada aos patrícios, pois estes estão segundo o autor sempre descontentes com a vida e acreditando que sempre existe alguém tramando contra sua vida. Dentro deste cenário o autor

	vida desses não difere do <i>ludus</i> de gladiadores, onde o viver com os companheiros é um combate.	faz uma comparação com a vida dos gladiadores que também estão em constante perigo no <i>ludus</i> , tendo de lutar diuturnamente por sua vida com seus “companheiros”.
--	---	---

**ANEXO C- SUETÔNIO - A Vida dos Doze Césares**  
**DOCUMENTO III**  
 TRANQUÏLO. C. S. A Vida dos Doze Césares. Tradução: do Latim PietroNassetti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

I.1 – Processo de Descrição

<b>Autor/ Obra / ano</b>	Suetônio/ A Vida dos Doze Césares – Escrita no ano 121 Durante o reinado do Imperador Adriano.
<b>Período/ Região</b>	Século II d.C. / Império Romano – Roma.
<b>Gênero do discurso Público/ Privado</b>	Público. O propósito do autor era retratar o caráter humano dos imperadores num estilo claro e objetivo, a fim de ressaltar o ainda mais o quadro de violência e luxúria descrito na obra.
<b>Manifestação da Língua</b>	Latim II século d.C.

I.2 – Análise do Texto

<b>Propriedade da Linguagem do Texto</b>	Linguagem erudita.
<b>Qualificação do Texto</b>	Suetônio utilizou como fonte os documentos dos arquivos imperiais.
<b>Comunicação do texto</b>	A Vida dos Doze Césares foi composta entre 119 - 121, período em que foi secretário ( <i>epistularum magister</i> ) de Adriano.
<b>Objeto do discurso</b>	Suetônio propõe um texto biográfico que tem como objetivo: 1) um relato sobre a trajetória da vida de doze Imperadores romanos, de modo sintético; 2) propondo uma análise particular sobre aspectos da vida desses homens, sistematizando os principais fatos positivos e negativos, que fizeram parte do processo discricionário do autor.

I.3 – Componentes do Texto

<b>Modo de Funcionamento<sup>166</sup></b>	O texto em questão é uma obra biográfica de cunho histórico que inclui de Júlio César e os onze
--	---

<sup>166</sup> Eni Orlandi ressalta que existem muitos critérios pelos quais se constituem tipologias na análise do discurso. Essas tipologias refletem as distinções institucionais, como por exemplo, os discursos político, jurídico, religioso, jornalísticos, pedagógico, médico, científico e suas variáveis. As tipologias também refletem diferenças entre disciplinas como no caso dos discursos histórico, sociológico, antropológico e biológico. Eni Puccinelli Orlandi pontua também diferenças relativas a estilos e a gêneros. Entretanto, para ela, a tipologia não ocupa o centro das preocupações do analista do discurso. Segundo Eni Orlandi, o que caracteriza o discurso não é o seu tipo, mas, sim, o seu modo de funcionamento. Com isso, ela estabelece um critério para distinguir diferentes modos de funcionamento do discurso, tomando como referência elementos constitutivos de suas condições de produção e sua relação com o modo de produção de sentidos, com seus efeitos, como segue: a) discurso autoritário – aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor; b) discurso polêmico – aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e este se mantém em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos; c) discurso lúdico – aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos. Apesar dessas distinções, para Eni Orlandi não há discurso puramente autoritário, lúdico ou polêmico, mas, sim, misturas, a predominância de um modo de funcionamento sobre outro. Assim, ela postula que quando um discurso tem um funcionamento que

	primeiros imperadores do Império Romano: Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Otão, Vitélio, Vespasiano, Tito e Domiciano. Tal proposição foge do gênero polifônico.
<b>Textualidade</b> <sup>167</sup>	O gênero biográfico na Antiguidade, à época em que Suetônio compôs a obra <i>A Vida dos Doze Césares</i> , leva em consideração a possibilidade que durante a sua formação erudita, o autor, ter recebido uma tradição difusa no que diz respeito às diretrizes de como deveria ser elaborada uma biografia. Contudo, sua posição de proximidade junto ao Imperador Adriano possibilitou que o autor desenvolvesse sua narrativa, criando uma trama que por vezes demonstrava a predileção de Suetônio por Otávio Augusto e sua antipatia por Calígula.

#### I.4 – Categorias Temáticas

<b>Temas</b>	<b>Pertinência</b>	<b>Objetividade</b>
Caio Júlio Cesar	“... Prometeu ao povo divertimentos e um festim em memória de sua filha...”. (L I, v 26)	Demonstrava a importância e o valor que o Imperador dava ao entretenimento e aos jogos gladiatorias.
	“... examinou o plano de construção de uma escola para gladiadores e, conforme seu hábito, entregou-se aos deleites de um suntuosíssimo festim ...”. (L I, v 26)	A presença do próprio Júlio Cesar examinando os planos de construção materializava a importância que o tema tinha para o Imperador.
	“... Ofereceu espetáculos de gênero diversos, tais como: combates de gladiadores, representações em todos os bairros da cidade, lutas de atletas, jogos de circo, um combate naval simulado... Combateram na equipe dos gladiadores do <i>Forum</i> , Fúrio Leptino, de origem pretoriana e Quinto Calpeno, outrora senador e advogado...” (L I, v 39)	A predisposição do Imperador em promover combates de gladiadores, demonstra a importância e a valorização que o mesmo dava a este tipo de atividade e outro ponto que nos chama a atenção é a participação de homens de

tende para a paráfrase ou para a monossímia se trata de um discurso autoritário; quando tende para a polissemia, será lúdico; e quando se divide entre polissemia e paráfrase se refere ao discurso polêmico.

<sup>167</sup>O conceito de textualidade se refere a historicidade de um texto em sua materialidade, na qual a historicidade se trata do acontecimento do texto como discurso, o trabalho de sentidos nele. Eni Orlandi entende que há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele). Entretanto, essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa e efeito, diz Orlandi (2003, p. 68).

		classes mais abastadas nos jogos de gladiadores.
Otávio César Augusto	“... Em uma ocasião, enquanto assistia aos jogos, fez expulsar pelo bedel um simples soldado que se sentara em um dos quatorze palanques...”(L II, v 14)	A intervenção do Imperador num fato teoricamente “corriqueiro” na arena demonstra que Otávio era freqüentador daquele ambiente.
	“...Certa ocasião, durante período de miséria que durou por muito tempo, e era difícil de ser remediado, expulsou da Cidade os escravos destinados à venda, as tropas de gladiadores, todos os estrangeiros com exceção dos médicos-, os preceptores e uma parte dos escravos domésticos. Porém, quando finalmente a abundância retornou, escreveu dizendo que  “desejaria abolir para sempre as distribuições de cereais ao povo, porque, confiando nelas, negligenciava a cultura das terras”. Mas não perseverou nesse propósito, pois estava convencido de que poderia vir a restabelecê-las um dia na ânsia de popularidade. Todavia, daí para frente, agiu de modo que atendia tanto os interesses dos lavradores e dos negociantes, quanto também os do povo...”. (L II, v 42)	Neste momento vemos o Imperador preocupado com a distribuição de cereais e um possível desinteresse da população no cultivo de grãos. Nesse ponto fica claro a questão (pão e circo) colocada pelo autor satírico  Juvenal. No entanto, já existia também por parte da elite a preocupação de manter a popularidade e por este motivo Otávio não chegou a implementar tais medidas ante sociais. Tal procedimento indica que o próprio Imperador já enxergava a arena como um espaço político.
	“... Conseguiu ultrapassar a todos no que se refere à frequência, à variedade e à magnificência dos espetáculos. ” (L II, v 43)	A presença frequente de Augusto aos espetáculos dava uma nova dimensão aos jogos.
	“... Atletas atuavam no Campo de Marte, onde ele ordenou que fossem construídas arquibancadas de madeira. Ofereceu uma batalha naval em uma lagoa aberta às margens do Tibre, no lugar hoje se encontra o bosque dos Césares. No decorrer daqueles dias, mandou povoar de guardas a cidade, pois temia que o pouco número dos que lá restavam fosse insuficiente para coibir a ação dos bandidos. Levou ao Circo, matadores de feras, corredores, condutores de carro, escolhidos,	O Imperador Otávio foi alguém que procurou fomentar os jogos gladiatoriais. Ainda dentro deste enfoque, vemos mais uma vez a presença de membros da elite participando de evento nas arenas. Tal fato desconstrói a idéia de que só escravos e condenados

<p>muitas vezes, entre a gente da mais alta nobreza...”. (L II, v 43)</p>	<p>participavam dos jogos e atividades circenses.</p>
<p>“... Assistia aos jogos do Circo, na maioria das vezes, no terraço da casa dos seus amigos e dos seus libertos. Outras vezes, na galeria imperial, sentado entre a mulher e os filhos...”. (L II, v 45)</p>	<p>O comportamento do Imperador demonstra que Augusto era frequentador dos jogos e tinha gosto em assisti-los.</p>
<p>“... Doou do seu próprio bolso, coroas e muitos outros prêmios de grande valor a festas e jogos organizado por outras pessoas...”. (L II, v 45)</p>	<p>Mais uma vez verificamos o quanto Augusto gostava dos jogos, chegando ao ponto de doar, mesmo quando não era o patrocinador.</p>
<p>“...em particular, ele era tão rígido em conter a falta de lei dos atores, que quando soube que Stephanio, um ator de peças romanas, era esperado por uma matrona de cabelos curtos para</p>	<p>Ressalta a rigidez como era tratada as questões que envolviam atores. Estes como os gladiadores eram</p>
<p>parecer um menino, ele o chicoteou com varas. e depois o baniu dos três teatros...”. (L II, v 45)</p>	<p>considerados infames. No entanto, este relato nos mostra a situação do cabelo da matrona, que busca dissimular sua identidade. Tal ato custou a seu amante um preço bem alto.</p>
<p>“ ...no terceiro dia antes das nonas de abril, um ano e quatro meses antes de morrer, em dois cadernos, escritos em parte de sua própria mão e em parte no de seus libertos Políbio e Hilarion. Foi levado pelas virgens vestais que o haviam recebido em depósito com mais três rolos, que foram igualmente selados. Todos estes foram abertos e lidos no senado. Ele nomeou como seus principais herdeiros Tibério, para receber dois terços da propriedade, e Lívia, um terço; este também ordenou que assumissem seu nome. Seus herdeiros em segundo grau era Druso, filho de Tibério, para um terço, e para o resto Germânico e seus três filhos homens. Na terceira série, ele mencionou muitos de seus parentes e amigos. Deixou ao povo romano quarenta milhões de sestércios; para as tribos três milhões e quinhentos mil; aos soldados da guarda pretoriana mil cada; para as coortes da cidade quinhentos; e aos legionários trezentos. Essa quantia ele ordenou</p>	<p>Um relato dos pormenores do Imperador Augusto por ocasião de sua morte. Este texto nos apresenta a grandeza do que foi o reinado de Augusto e toda a sua benevolência com seus parentes de sangue e adotados; para com o ovo romano; para seus subordinados, da guarda pretoriana e aos legionários e outros indivíduos de sua vontade. Deu instruções sobre seu funeral e procurou resumir as condições de todo o Império Romano. Um relato de um verdadeiro estadista que esteve à frente de seu tempo.</p>

	<p>que fosse paga de uma vez, pois sempre a mantinha à mão e pronta para o efeito. Ele deu outros legados a vários indivíduos, alguns chegando a vinte mil sestércios, e providenciou o pagamento destes um ano depois, dando como desculpa para o atraso o pequeno valor de sua propriedade, e declarando que não mais de cento e cinquenta milhões viriam para seus herdeiros; pois embora tivesse recebido mil e quatrocentos milhões durante os últimos vinte anos dos testamentos de seus amigos, ele disse que gastou quase tudo, assim como as propriedades que lhe foram deixadas por seu pai natural e adotivo, em benefício de o Estado. Ele deu ordens para que sua filha e sua neta Júlia não fossem colocadas em seu Mausoléu, se algo lhes acontecesse. Em um dos três rolos, ele incluiu instruções para seu funeral; no segundo, um relato do que havia realizado, feito para ser gravado em pranchas de bronze na fachada de seu mausoléu. O terceiro, um resumo da condição de todo o império; quantos soldados havia em serviço ativo em todas as partes, quanto dinheiro havia no tesouro público e no erário público e quais receitas estavam em atraso. Acrescentou, além disso, os nomes dos libertos e dos escravos a quem poderiam ser exigidos os pormenores.” (L II, v 101 )</p>	
Tibério Nero César	<p>“... ofereceu dois combates de gladiadores. Um em memória do pai e o outro em memória do avô Druso, em tempos e lugares diferentes. A primeira no <i>Fórum</i>. A segunda, no anfiteatro. Gladiadores eméritos se apresentavam lá, mediante a soma de cem mil sestercios. Também ofereceu jogos e sempre com magnificência, a expensas da mãe e do avô...”(L III, v 7)</p>	<p>Tibério assim como os outros Imperadores que o precederam também demonstrou algum apreço pelos jogos gladiatoriais, chegando a convocar <i>rudarius</i> para elevar o nível do espetáculo por ele patrocinada.</p>
	<p>“... reduziu a despesa dos jogos e dos espetáculos, diminuindo o salário dos atores e determinando o número de parselhas de gladiadores...”. (L III, v 34)</p>	<p>Procurou governar de maneira equilibrada, buscando conciliar o interesse do senado e do povo. No entanto, após a morte de seus dois filhos Germânico na Síria e Druso em Roma esta situação mudou, buscando o exílio.</p>
Caio César Calígula	<p>“... Calígula oferecia jogos, atraía todos os olhares para o brilho do seu manto de cor púrpura...”.</p>	

	(L IV, v 35)	Calígula também era frequentador das arenas romanas.
	“... O gladiador do carro triunfal, Pório, em um espetáculo que libertara através de uma brilhante vitória, um dos seus escravos, foi aplaudido com entusiasmo. Calígula abandonou de forma brusca a assembleia que, pisando em uma aba da toga, rolou do alto do palanque. Repleto de ira bradou “que o povo dominador do mundo concedia a um gladiador, por motivo fútil, mais honras do que aos seus príncipes sagrados e do que a ele próprio, que ali estava presente...” (L IV, v 35)	Calígula demonstra de maneira clara o conflito entre a fama e a infâmia. Algo que vai levar alguns membros da elite a se travestirem de gladiador, a fim de se apropriarem da imagem construída por este ser infame que desperta tanta admiração aos mais diferentes extratos da sociedade romana.
	“... Após, dedicou-se aos cuidados do seu triunfo. Escolheu, além dos cativos e dos trãnsfugas bárbaros, todos os gauleses de estatura alta e, como ele mesmo dizia, triunfais. Reservou alguns chefes para o seu cortejo. A estes, forçou-os, não somente tingir seus cabelos de vermelho e a deixá-los crescer, mas ainda a aprender a língua dos germanos e a tomar o nome os bárbaros...” (L IV, v 47)	Calígula era grande apreciador dos jogos gladiatoriais. Aqui vemos ele pessoalmente escolher gladiadores entre os prisioneiros de guerra.
	“... mandou realizar cerimônias fúnebres e, além disso, ao seu pai, jogos anuais no Circo, em razão do aniversário do seu nascimento...” (L V, v 11)	Sempre demonstrou gosto pelos jogos gladiatoriais.
	“... mostrava-se sempre afável e gentil em todos os gêneros de espetáculos, chegava até mesmo a levantar a mão esquerda, como fazia o povo, e contar nos dedos as moedas de ouro prometidas aos vencedores...”. (L V, v 21)	Suas atitudes na arena eram populistas e tinha total empatia com o público presente à arena. Tal comportamento reforça a arena como um local político.
	“...O seguinte, no entanto, foi extremamente oportuno e salutar; quando ele concedeu a espada de madeira a um <i>essedarius</i> , por cuja dispensa quatro filhos imploraram, e o ato foi recebido com aplausos altos e gerais, ele imediatamente circulou uma nota, apontando para o povo o quanto eles deveriam desejar filhos, pois viram que traziam favor e proteção até mesmo para um gladiador. ...”. (L V, v 21)	Também estavam presentes nas arenas familiares do gladiador. Na passagem em questão podemos testemunhar que os filhos do gladiador imploraram ao Imperador pela vida de seu pai. Este fato reafirma que os gladiadores possuíam família e esta

<p>Tibério Cláudio Druso</p>	<p>“ Nos espetáculos de gladiadores, oferecido por ele ou por outros, mandava degolar aqueles que tombavam, mesmo por acaso, principalmente os <i>retiarius</i>, somente para lhes fixar o rosto ao expirarem. Uma vez que um par de combatentes havia morrido na luta, mandou fazer prontamente das espadas deles duas pequenas facas para o seu uso. Sentia tanto prazer em contemplar os bestiários e gladiadores que combatiam ao meio-dia, que se dirigia para o circo de manhã cedo e permanecia sentado no seu lugar mesmo quando todo o povo já havia saído para almoçar. Além dos gladiadores designados, obrigara a combater, de forma simultânea, alguns operários trabalhadores e outros indivíduos da mesma condição social, sob o pretexto de que um andaime, um autômato ou uma máquina qualquer estivesse funcionando mal. Chegou a fazer descer à arena um dos seus nomenclatores, no modo em que se encontrava, ou seja, de toga. ” (L V, v 34)</p>	<p>frequentava o ambiente da arena.</p> <p>O comportamento do Imperador apenas reforçava sua predileção pelos jogos e demonstrava que dedicava grande parte do dia a este tipo de atividade. Suas atitudes muitas vezes chegavam ao ponto do masoquismo algo que foi comum a outros Imperadores como o próprio Calígula.</p>
<p>Nero Cláudio Cezar</p>	<p>“... Inúmeros espetáculos, de todos os gêneros, foram oferecidos por ele: jogos da juventude, jogos cênicos, jogos do circo, combates de gladiadores...”. (L VI, v 11)</p> <p>“... Do alto do seu proscênio assistia a todos os jogos. E quando aconteceu o combate de gladiadores, que se verificou em um anfiteatro de madeira, construído no espaço de um ano, no bairro do Campo de Marte, não mandou matar ninguém, nem mesmo entre os criminosos. Mas exibiu e induziu ao combate quatrocentos senadores e seiscentos cavaleiros romanos, alguns dos quais de grande fortuna e ilibada reputação...”. (L VI, v 12)</p> <p>“... Logo dispôs-se a guiar um carro com as próprias mãos e a comparecer, assim, aos jogos. Depois da aprendizagem feita nos seus jardins, diante dos escravos e do populacho, mostrou-se aos olhos de todos no Circo Máximo e foi um dos seus libertos que deu o sinal de partida, do lugar</p>	<p>Nero sempre se mostrou um entusiasta dos jogos como um todo.</p> <p>A atitude do Imperador demonstra mais uma vez a arena como um espaço político e de demonstração de poder, ao subjugar membros da elite a combaterem na arena como infames.</p> <p>Vemos o Imperador, buscando mais uma vez se apropriar da fama dos infames.</p>

	em que os magistrados costumavam fazê-lo...”. (L VI, v 22)	
	“... Tinha, principalmente, uma avidez por popularidade e era o rival de todos aqueles que, desta ou daquela maneira, exerciam influência sobre a multidão. Foi difundida a notícia de que, depois das suas coroas cênicas, no lustro futuro, desceria à arena olímpica com os atletas. De qualquer forma, exercitava-se de forma constante na luta...”. (L VI, v 53)	Nero nos mostra em diversos momentos sua preocupação em manipular a massa, por intermédio de atuações nas arenas. Este comportamento do Imperador tem no fundo um intuito político, isto é, de angariar a popularidade da plebe romana.
	“... Acreditando-se competidor de Apolo no cantar, como também na arte de pilotar um carro, acreditava imitar também as ações de Hércules. O que se conta é que ele prepara um leão que deveria na presença do povo, ser abatido aos golpes da sua clava, ou então, estrangulado pelas suas próprias mãos na arena do anfiteatro...”. (L VI, v 53)	O Imperador Nero busca apoderar-se da popularidade, do carisma, da virilidade dos gladiadores, como forma de manipular a população e subjugar a elite com demonstrações de poder.
Aulo Vitélio	“... Sua vocação para conduzir um carro lhe valeu a amizade de Calígula e sua aptidão pelo jogo, a de Cláudio...”. (L VII, v 4)	A arena mais uma vez se mostrou local propício para atividades políticas. Isto foi materializado pela aproximação de dois Imperadores com um futuro Imperador.
	“...Quando Vitellius o encontrou vendendo posca em Puteoli, ele o prendeu, mas imediatamente o libertou novamente e novamente o tornou seu favorito. Mais uma vez irritado com sua excessiva insolência e ladroagem, vendeu-o a um <i>lanistae</i> viajante. Quando, no entanto, ele já foi reservado para o final de um show de gladiadores, Vitélio repentinamente o arrebatou e, finalmente, ao obter sua província, o libertou...”. (L VII, v12)	Neste relato verificamos o trabalho do <i>lanistae</i> como negociante, adquirindo um escravo para compor a <i>familia gladiatoria</i> de seu <i>ludus</i> .
Tito Vespasiano Augusto	“...algumas vezes, lutava por esporte e brincadeira com seus secretários...” (L VIII, v 2)	Gosto pela atividade dos gladiadores.
	“... após ter inaugurado o anfiteatro e construído prontamente as termas ali perto, realizou jogos tão	Vespasiano mais uma vez demonstra a força e a

	<p>luxuosos quanto copiosos. Fez com que fosse representada, também uma batalha naval. E no mesmo local se efetuaram ainda combates de gladiadores e em apenas um dia apareceram cinco mil feras de todas as espécies...” (L VIII, v 7)</p>	<p>grandiosidade dos combates de gladiadores como forma de ação política por parte dos Imperadores.</p>
	<p>“...Em todos os ensejos tratava a massa popular principalmente, com tanta indulgência que, tendo-se anunciado certa vez um espetáculo de gladiadores, declarou “que o daria de acordo com a vontade da assistência e não de acordo com sua vontade”. E não desfez sua palavra, pois nada recusou do que lhe foi pedido e até mesmo adjurou a multidão a que lhe pedisse o que bem lhe entendesse. Além disso, uma vez que mostrasse predileção pelos trácios, discutiu várias vezes com o povo, falando gesticulando como se tomasse partido por estes ou por aqueles, mas tudo sem que fosse comprometida sua majestade, nem tampouco a sua retidão...”. (L VIII, v 8)</p>	<p>O Imperador buscava manipular a massa por intermédio de medidas populistas, procurando atender a vontade popular acima da sua própria vontade. Na arena buscava interagir com a população tomando partido por determinados gladiadores, a fim de angariar a simpatia da plebe.</p>
<p>Tito Flávio Domiciano</p>	<p>“...Espetáculos suntuosos e magníficos formam sempre celebrados por ele, não somente no anfiteatro, mas ainda no Circo, onde tirando as corridas ordinárias de bigas e quadrigas, fez com que fosse representando um duplo combate de cavalaria e infantaria e, no anfiteatro, uma batalha naval. Caçadas de feras selvagens e espetáculos de gladiadores à noite, à luz das tochas, e não apenas combates entre homens, mas também entre mulheres...”. (L VIII, v 4)</p>	<p>Flavio Domiciano também se fez presente na assistência dos jogos de gladiadores. Neste relato vemos a presença do combate de mulheres gladiadoras.</p>
	<p>“...Ele fez um presente para o povo de trezentos sestércios cada um em três ocasiões, e no curso de um de seus shows em comemoração à festa das Sete Colinas deu um banquete abundante, distribuindo cestas de pães para os senadores e cavaleiros e ao povo pequenas cestas com iguarias ; e ele mesmo foi o primeiro a começar a comer. No dia seguinte, ele distribuiu presentes de todos os tipos para serem disputados e, como a maior parte deles caiu onde o povo estava sentado, ele ordenou que fossem arremessados quinhentos bilhetes em cada seção ocupada pelas ordens senatoriais e equestres...” (L VIII, v 4)</p>	<p>Domiciano também utilizou a arena como meio de fazer política, procurando agradar ao povo e a elite com a distribuição de gêneros alimentícios e angariar a simpatia deles. Mais uma vez observa-se que a arena foi um instrumento eficaz de controle e manipulação da população romana. Isto fica cada vez mais evidenciado, pois todos os Imperadores supracitados utilizaram de alguma forma este espaço público como</p>

		mecanismo de manobra do povo seja para angariar popularidade ou até mesmo tentando se apropriar da fama e do prestígio desses infames.
--	--	--

**ANEXO D - JUVENAL - Sátiras****DOCUMENTO IV**

JUVENAL. D. J. Sátiras. Tradução: do Latim Francisco Antônio Martins Bastos. São Paulo: Editora Tecnoprint S.A, 2006.

## I.1 – Processo de Descrição

<b>Autor/ Obra / ano</b>	<i>Decimus Iunius Iuuenalis.</i> / <i>Sátiras</i> – Escrita no final do século I d.C.
<b>Período/ Região</b>	Século I e início do século II d.C./ Império Romano – Roma.
<b>Gênero do discurso Público/ Privado</b>	Público. O propósito do autor era realizar uma crítica à sociedade decadente de Roma.
<b>Manifestação da Língua</b>	Latim II século d.C.

## I.2 – Análise do Texto

<b>Propriedade da Linguagem do Texto</b>	Linguagem erudita.
<b>Qualificação do Texto</b>	A obra de Juvenal foi composta de 16 poemas satíricos em verso hexâmetro, estando o último incompleto, sendo esses repartidos em cinco livros.
<b>Comunicação do texto</b>	A Sátiras de Juvenal foram escritas no final do século I d.C.
<b>Objeto do discurso</b>	O objetivo do discurso do autor era denunciar e corrigir os vícios da sociedade romana. Desta forma, por meio de sua obra, desenvolveu uma crítica valendo-se de tipos (o cliente, o patrão, o delator, o liberto, o afeminado, a mulher adúltera) para denunciar os vícios (avareza, luxúria, corrupção, hipocrisia, arrogância) que se fizeram presente no Alto Império e ainda hoje são presentes. Tornando Juvenal um satírico atemporal.

## I.3 – Componentes do Texto

<b>Modo de Funcionamento</b>	O texto em questão é uma Sátira que retrata a decadência da sociedade romana e seus vícios.
<b>Textualidade</b>	O gênero utilizado por Juvenal surgiu em Roma, “inventada” por Ênio, o poeta romano dos <i>Anais</i> <sup>168</sup> . Juvenal é o último satírico de Roma. Herdeiro de Lucílio e Horácio, influenciado pelo primeiro devido ao tom que assume nas suas sátiras, e

<sup>168</sup> Llewelyn Morgan, “Satire”, in *A Companion to Latin Literature*, p.174, 2007.

	principalmente no ataque que lança à corrupção e aos vícios da sociedade romana.
--	--

## I.4 – Categorias Temáticas

Temas	Pertinência	Objetividade
Sátira III Os apuros de Roma	“... a miséria miserável não tem nada de mais severo do que aquilo que torna os homens ridículos. "deixe-o sair", disse ele, "se está envergonhado, e deixe o cavaleiro levantar-se de seu travesseiro, cujo negócio não é suficiente para a lei, e deixe-os sentar aqui meninos lenon nascidos de qualquer masmorra, aqui aplaude o brilhante filho de um arauto entre os jovens cultivados e treinadores ...” (S III, v 152 -158)	O protocolo social de Roma onde homens passam pelo constrangimento de ceder seus lugares para filhos de pessoas desqualificadas mais que possuíam dinheiro.
Sátira VI As mulheres	“... <i>Eppia</i> desposa um Senador; mas ela, Um gladiador seguindo, o Egito busca, A Faros o acompanha, ao Nilo, e aos fortes Muros de lagos, condenado o Egito Prestígio tal, de Roma tais costumes! ...”. (S VI, v 82 -87)	O comportamento de uma matrona cassada com um senador romano que larga tudo para seguir um gladiador.
	“... <i>Eppia</i> se enleva, e concubina anela <i>Eppia</i> de Gladiador ( <i>ludia</i> ) apelidada? Porque o tal <i>Sergiozinho</i> começava A rapar do pescoço hirsuta barba; E de um braço, maneta, perde o emprego; O capacete a fronte lhe escava; Bem do nariz em meio um cavalete, Avulta, e tinha remelosos olhos. Sua arte o faz mais belo que um Jacinto. Aos filhos, Pátria, Irmã, ao próprio Esposo, Por isso o preferia. À cinta o gládio, Na mulher que atrativos não desperta. O mesmo <i>Sérgio</i> em demitido sendo, Para ela, qual <i>Veiento</i> seu Esposo...”. (S VI, v 104 - 113)	A marca da infidelidade que prefere deitar-se com um infame, sendo ao mesmo tempo seduzida por sua atividade máscula e viril.
	“... A <i>Cláudio</i> o que sucede um pouco escuta: A esposa sua, apenas ele dorme, Ao <i>Régio</i> toro a preferir ousava, A vil esteira e disfarçada, em trajas Menores, devorava em torpes atos A noite, acompanhada de uma sócia, A real meretrice <i>Messalina</i> , E na coifa escondendo a negra trança, No quarto infame entrava com disfarce	A atitude decadente de uma matrona que nega ao marido, a fim de se deitar as escondidas com um gladiador

	De Lícisca tomando falso nome...” (S VI, v 115 - 123)	
	“... quem não viu as feridas da estaca, quem ele cava com frequentes golpes de rudes e escudos...” (S VI, 247 - 248)	Colocação debochada de Juvenal, quanto a rotina de trabalho e um jovem gladiador.
	“...Os golpes que dos Mestres aprenderam! Qual do Elmo ao peso acurvem; como firmes Estão nas pernas, como as têm ligadas! Mas causa riso, as armas quando largam Mostrarem-se mulheres na secreta. Dizei, Netos de lépido, ou do cego <i>Metelli</i> , ou <i>Fabii</i> , pois se Atriz alguma 265 De Gladiador ( <i>ludia</i> ) em hábito encontrastes? Quando de Asilo a amante combatendo Com uma estaca vistes afanosa? No leito conjugal questões renhidas Sempre se excitam, sempre o sono afastam ...” (S VI, V 260 -270)	Crítica de Juvenal quanto a atitude de mulheres que enveredaram para o caminho da gladiatura.
	Raras vezes verás paridas ricas Têm arte as feiticeiras, têm remédios, Que, ou estéreis as Mães tornam, ou matam No ventre, por dinheiro esses meninos. Ah! Esposo infeliz! Dá-lhe essa dose Com que no ventre expire o triste infante: Que desta arte a não ser, adúlterino Verás por filho, Etíope no berço, Tão feio, que em jejum, encontradiço O não quiseras ver, mas que forçado Por morte tua nomearás herdeiro. Deixo a prole suposta, e o grão folguedo Dos Pais, filhos legítimos cuidando, Os que no lago Velabrense nascem. Dali, Sálidos, Pontífices se elevam, Dali fingidos Escauros...” (S VI, v 594 -605)	A matronas buscavam subterfúgios, por intermédio de medicações para não terem a prova de seu adultério, isto é, um filho bastardo de um homem desqualificado.
Sátira X Os vates	Se Tibério morresse neste instante, Sejano aclamaria o mesmo Povo. Desde o direito da eleição perdemos Descansados estamos. Noutros tempos, Ditadores, e Cónules, Pretores Todos os cargos dávamos sublimes: Teatro e Pão, é nosso afã agora Dizem que há condenados muitos? Não duvido, o vulcão aceso existe.	A expressão pão e circo tão difundida até os nossos dias. Motivo de pensamento e reflexão desde do século I d.C. até os dias atuais.

	<p>Ventídio, amigo meu, do templo junto De Marte, aflito, e descorado encontro, Temo que o novo Ajax, como vencido, No Senado não crendo achar vingança Se volve à inocência, e nos oprime! O de César inimigo pois calquemos...(S X, v 76 - 86)</p>	
<p>Sátira XI O luxo da mesa</p>	<p>Enquanto seus membros são jovens, dizem, e fortes o suficiente, por Ele para lutar em um capacete, enquanto seu sangue ainda queima calorosamente Ele está prestes a se inscrever no código da escola de gladiadores, Com seus decretos reais, livres da pressão ou veto da tribuna. Você pode encontrar muitos como ele, cuja única razão para viver..." (S XI, V 5 -10)</p>	<p>Juvenal apresenta de forma sutil e amena o momento de apresentação voluntária de um jovem ao <i>Ludus</i>.</p>

ANEXO E - PETRÔNIO - *Satyricon*

## DOCUMENTO V

PETRÔNIO. *Satyricon*. Tradução: Michael Heseltine e W.H.D. Rose, Londres, Harvard University Press, Coleção. Loeb, 1987.

## I.1 – Processo de Descrição

<b>Autor/ Obra / ano</b>	Petrônio/ <i>Satyricon</i> – Escrita por volta do ano 60 d.C.
<b>Período/ Região</b>	Século I e início do século II d.C./ Império Romano – Roma.
<b>Gênero do discurso Público/ Privado</b>	Público. O propósito do autor era realizar uma crítica aos costumes e a política de Roma.
<b>Manifestação da Língua</b>	Latim I século d.C.

## I.2 – Análise do Texto

<b>Propriedade da Linguagem do Texto</b>	Linguagem erudita.
<b>Qualificação do Texto</b>	A obra de Petrônio foi composta de 3 livros consecutivos XIV, XV e XVI, que faziam parte de um conjunto de livros que não chegou até nós.
<b>Comunicação do texto</b>	A Sátiras de Petrônio foram escritas por volta do ano 60 d.C.
<b>Objeto do discurso</b>	O discurso do autor é marcado pela contradição, excentricidade, ambivalência e ambiguidade, o <i>Satyricon</i> não pode ser entendido como simples testemunho documental de uma época, mas como retrato estilizado de uma sociedade. Esse caráter por vezes caricato não exclui a possibilidade de, ao mesmo tempo, a obra manifestar sutil senso crítico, que não deve ser entendido como moralista, dentro de um cenário “leviano” de uma corte neroniana corrompida.

## I.3 – Componentes do Texto

<b>Modo de Funcionamento</b>	A obra <i>Satyricon</i> propõem um discurso por meio de um romance de aventuras narradas por Eucólpio, perseguido pelo Deus Príapo. Seus companheiros são moços pervertidos, mulheres corruptas, ricas damas, criadas astuciosas, um bizarro velho que gosta de poesia. O lugar da narração é Crotone, na Itália meridional. O ambiente de origem grega remete à corte de Nero com sua atmosfera luxuriosa. O episódio central é a Cena Trimalchionis. O livro mostra uma imagem
------------------------------	--

	realista e completa, material e psicológica de seu tempo.
<b>Textualidade</b>	A obra que chegou até nossos tempos, embora fragmentada, possui as principais particularidades da sátira menipéia original, a combinação de prosa e verso, e a inexistência de tom moralizante. A sátira está presente em toda a obra. Isto fica bem nítido sobretudo ao empregar a temática do romance grego de aventuras e costumes para também satirizá-lo. <i>Satyricon</i> de maneira direta e sarcástica expõem os vícios da época de Nero. A proposta do autor se faz sem que observemos nessa apresentação uma tentativa de moralizar essa sociedade.

## I.4 – Categorias Temáticas

<b>Temas</b>	<b>Pertinência</b>	<b>Objetividade</b>
<i>Satyricon</i> - Cap 9	Quando perguntei ao meu amigo o que tinha preparado para nós de almoço, o rapaz caiu em cima da cama, e enxugou com o polegar as lágrimas que escorriam. Eu, perturbado pela condição de meu amigo, perguntei o que tinha acontecido. E ele mais ou menos lento e relutante, mas depois que misturei súplicas e indignação, disse: “Esse seu amigo, seu camarada, surgiu agora há pouco repentinamente no quarto, e começou a querer violentar o meu pudor. Quando eu reclamei, ele empunhou a espada; e disse: ‘Se você é Lucrécia, encontrou um Tarquínio’.” Depois que ouvi, estendi as mãos aos olhos de Ascilto, e disse: “O que você diz, sua bicha de passividade feminina, de quem nem o hálito, certamente, é puro?” Fingiu estar indignado com Ascilto; a seguir, ergueu mais fortemente as mãos, gritou mais alto ainda: "Por que não se cala, gladiador indecente, a quem na arena salvou da ruína o homicida do seu hospede não vai calar a boca, contraventor noturno, que nem sequer quando agia energicamente, se meteu com uma mulher pura? Vol 1 - Cap IX	Petrônio nos apresenta por meio de sua sátira uma situação inesperada, porém não inusitada para a época, fazendo menção a trágica história entre a filha de Espúrio Lucrécio que foi estuprada por Sexto, filho de Tarquínio, o soberbo. Nesta narrativa o leitor se defronta com uma atitude decadente e reprovável de um infame das arenas, que tenta molestar o amigo e ao mesmo tempo o autor apresenta de forma sumária o tipo de pessoa que se relacionava com os gladiadores.
	Através de um juramento (auctoramentum): fizemos um juramento solene, cujas palavras foram ditadas por Eumolpus, para suportar fogo, correntes, açoitamento, morte pela espada e qualquer outra coisa que Eumolpus possa exigir de nós, assim como os gladiadores normais! PETRONIO, <i>Satyricon</i> , Vol 4 - Cap: CXVII	Petrônio nos apresenta o juramento do gladiador que abre mão de sua vida ao ser incorporado ao <i>Ludus</i> .

## ANEXO F - LAMPARINAS

A escolha deste objeto não foi aleatória. Procuramos eleger algo que fosse comum aos lares romanos e a presença do tema “gladiadores” neste tipo de artefato material demonstra a importância que os cidadãos de Roma, a plebe e até mesmo outras províncias dominadas pelo poderio do Império romano davam a este tipo de atividade.

### Imagem nº 1 – Lamparina de Terracota.

#### Referências

<p><b>Referente</b></p>	<p><b>Localização:</b> Museu Arqueológico Nacional de Napoli – Napoli, Itália  <b>Inventário:</b> 1847,1108.5  <b>Procedência:</b> Campânia, Nápoles (província)  <b>Função Social:</b> Lamparina  <b>Data:</b> 50-79 d.C.  <b>Produtor :</b> L V ( ) C ( )          (provavelmente)</p>	
<p><b>Objeto/arte</b></p>	<p><b>Forma:</b> Circular  <b>Estilo/cor:</b> Terracota  <b>Tamanho:</b> 13,1 cm de altura; 9,7 cm de diâmetro.</p>	
<p><b>Ancoragem</b></p>	<p>Combate gladiatorial retratando a vitória do Thraex.</p>	
<p><b>Signo figurativo</b></p>	<p>Lamparina circular utilizada para iluminar ambientes.</p>	

## Imagem nº 2 – Lâmpada de terracota com gladiador

### Referência

<b>Referente</b>	<b>Localização:</b> The Metropolitan Museum of Art <b>Inventário:</b> 74.51.2027 <b>Procedência:</b> Roma <b>Função Social:</b> Lamparina <b>Data:</b> início do século I d.C.	
<b>Objeto/arte</b>	<b>Forma:</b> Circular <b>Estilo/cor:</b> Terracota <b>Tamanho:</b> 3,2 cm de altura; 10,5 cm de diâmetro.	
<b>Ancoragem</b>	Representação de um <i>murmillio</i> .	
<b>Signo figurativo</b>	Lamparina circular utilizada para iluminar ambientes.	

## Imagem nº 3 – Lâmpada de terracota com gladiador

### Referências

<b>Referente</b>	<b>Localização:</b> The Metropolitan Museum of Art <b>Inventário:</b> 74.51.2022 <b>Procedência:</b> Roma <b>Função Social:</b> Lamparina <b>Data:</b> 40-100 d.C.	
<b>Objeto/arte</b>	<b>Forma:</b> Circular <b>Estilo/cor:</b> Terracota <b>Tamanho:</b> 2,4 cm de altura; 10,3cm de diâmetro.	
<b>Ancoragem</b>	Representação de um <i>murmillio</i> .	
<b>Signo figurativo</b>	Lamparina circular utilizada para iluminar ambientes.	

### Imagem nº 4 – Lâmpada de terracota com gladiador

#### Referências

Referente	<b>Localização:</b> The Metropolitan Museum of Art <b>Inventário:</b> 74.51.1850 <b>Procedência:</b> Roma <b>Função Social:</b> Lamparina <b>Data:</b> 100 d.C.	
Objeto/arte	<b>Forma:</b> Circular <b>Estilo/cor:</b> Terracota; e <b>Tamanho:</b> 2,4 cm de altura; 8,7 cm de diâmetro.	
Ancoragem	Representação de um <i>murmillio</i> .	
Signo figurativo	Lamparina circular utilizada para iluminar ambientes.	

### Imagem nº 5 – Lâmpada de terracota com gladiador

#### Referências

Referente	<b>Localização:</b> The Metropolitan Museum of Art <b>Inventário:</b> 74.51.2026 <b>Procedência:</b> Roma <b>Função Social:</b> Lamparina <b>Data:</b> 40-80 d.C.	
Objeto/arte	<b>Forma:</b> Circular <b>Estilo/cor:</b> Terracota <b>Tamanho:</b> 2,7 cm de altura; e 10,0 cm de diâmetro.	
Ancoragem	Representação de um <i>murmillio</i> em posição de defesa	
Signo figurativo	Lamparina circular utilizada para iluminar ambientes.	

## ANEXO G – UTENSÍLIOS

Com a finalidade de materializar a importância dos artefatos que fizeram parte do cotidiano da vida da população de Roma, catalogamos alguns objetos que destacam atividades relacionadas aos jogos gladiatoriais e os gladiadores de maneira geral.

Porém, estes objetos além de terem a temática voltada para os jogos demonstram a riqueza de detalhes e a sofisticação do povo romano. Alguns dos utensílios escolhidos são de uso do próprio gladiador. Outros, no entanto, estão voltados para uma elite ou alguém com uma posição social destacada e que possivelmente foram encomendados pela elite para algum artesão ou foram comercializados em alguma feira. Mais uma vez, temos a percepção que os espetáculos de gladiadores agradavam tanto à plebe quanto aos patrícios da sociedade de Roma.

### Imagem nº 6 – Elmo tampa hemisférica de gladiador.

#### Referências

<b>Referente</b>	<b>Localização:</b> Museu Arqueológico Nacional de Napoli – Napoli, Itália <b>Inventário:</b> 1946,0514.1 <b>Procedência:</b> Campânia, Nápoles (província) <b>Função Social:</b> Capacete <b>Data:</b> I século d.C.	
<b>Objeto/arte</b>	<b>Forma:</b> Elmo com tampa hemisférica com ampla curva. Possui viseira e grade. <b>Estilo/cor:</b> Bronze <b>Tamanho:</b> Altura 48,26cm; <b>Largura:</b> 45 cm; e <b>Profundidade:</b> 19,0cm.	
<b>Ancoragem</b>	Equipamento de proteção glatitatorial.	
<b>Signo figurativo</b>	Capacete de gladiador no estilo tráciano.	

### Imagem nº 7 – Recipiente de vidro

#### Referências

Referente	<p><b>Localização:</b> The Metropolitan Museum of Art  <b>Inventário:</b> 81.10.245  <b>Procedência:</b> Roma  <b>Função Social:</b> copo de vidro  <b>Data:</b> 50-80 d.C.</p>	
Objeto/arte	<p><b>Forma:</b> Circular  <b>Estilo/cor:</b> Vidro Amarelo esverdeado translúcido.  <b>Tamanho:</b> 7,9 cm de altura.</p>	
Ancoragem	Combate gladiatorial	
Signo figurativo	Copo de vidro soprado em um molde de duas partes.	

### Imagem nº 8 – Escudo em bronze

#### Referências

Referente	<p><b>Localização:</b> Museu Arqueológico Nacional de Napoli – Napoli, Itália  <b>Inventário:</b> 1866,0224.1  <b>Procedência:</b> Campânia, Nápoles (província)  <b>Função Social:</b> Escudo  <b>Data:</b> I século d.C.</p>	
Objeto/arte	<p><b>Forma:</b> Circular  <b>Estilo/cor:</b> Bronze  <b>Tamanho:</b> 50,6cm de diâmetro.</p>	
Ancoragem	Equipamento de proteção individual.	
Signo figurativo	Escudo circular utilizado para a proteção individual do combatente contra seu oponente. Tendo ao centro a cabeça de uma Medusa.	

### Imagem nº 9 – Estatueta de Terracota

#### Referências

<b>Referente</b>	<b>Localização:</b> The Metropolitan Museum of Art <b>Inventário:</b> 10.210.78 <b>Procedência:</b> Roma <b>Função Social:</b> Estatueta decorativa ou brinquedo. <b>Data:</b> I-II d.C. <b>Produtor:</b> desconhecido	
<b>Objeto/arte</b>	<b>Forma:</b> Estatueta <b>Estilo/cor:</b> Terracota <b>Tamanho:</b> 15,9 x 6,9 x 4,8 cm	
<b>Ancoragem</b>	Combate gladiatorial de um murmillio.	
<b>Signo figurativo</b>	Estatueta de Terracota representando um gladiador em posição de defesa.	

### Imagem nº 10 – Fragmento de vidro pintado

#### Referências

<b>Referente</b>	<b>Localização:</b> The Metropolitan Museum of Art <b>Inventário:</b> 22.2.36, .37 <b>Procedência:</b> Roma <b>Função Social:</b> Recipiente de vidro fragmentado. <b>Data:</b> Século II d.C.	
<b>Objeto/arte</b>	<b>Forma:</b> Semicircular <b>Estilo/cor:</b> Vidro incolor; esmaltado pintado em azul, amarelo, verde, marrom, tijolo vermelho e branco. <b>Tamanho:</b> 13,5 cm de altura; 7 cm de diâmetro.	
<b>Ancoragem</b>	Luta gladiatória na parte superior e na parte inferior uma <i>venationes</i> .	
<b>Signo figurativo</b>	Fragmento de vidro pintado. Pelas dimensões é provável que fosse um copo de vidro.	

## Imagem nº 11 – Fragmento de vidro pintado

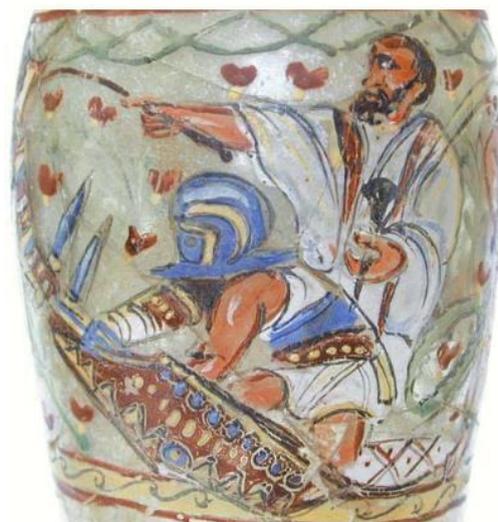
### Referências

<p><b>Referente</b></p>	<p><b>Localização:</b> -  <b>Inventário:</b> -  <b>Procedência:</b> Ismant el-Kharab, antiga Kellis, Egito.  <b>Função Social:</b> Jarro de vidro de uma asa.  <b>Data:</b> II d.C.</p>	
<p><b>Objeto/arte</b></p>	<p><b>Forma:</b> Jarro de asa única com borda diagonal e borda arredondada, boca de funil, gargalo cilíndrico não deslocado e com crista baixa, corpo ovoide estreito e baixo anel de base; cabo em haste dupla preso a um polegar baixo no aro.</p> <p><b>Estilo/cor:</b> Vidro opaco; esmaltado pintado em azul, amarelo, verde, marrom, tijolo vermelho, preto e branco.</p> <p><b>Técnica:</b> Vidro soprado; asa desenhada sendo aplicada decoração com apêndice/pintura executada a frio.</p> <p><b>Tamanho:</b> altura 26,1 cm; ara 6,3 cm; base 6 cm e espessura 0,2cm.</p>	
<p><b>Ancoragem</b></p>	<p>O corpo do jarro é decorado com um único registo principal ocupado por dois pares de gladiadores. Ambos os combates são mediados por árbitros.</p>	
<p><b>Signo figurativo</b></p>	<p>Jarro vidro pintado. Vamos nos ater apenas o signo figurativo que traduz a participação dos árbitros.</p>	

Há um árbitro barbudo de cabelos pretos, vestindo uma túnica branca larga com listras marrom-avermelhadas (clavi); com o indicador da mão direita levantado, o árbitro aponta para o outro gladiador, para quem seu olhar é direcionado. Em sua esquerda mão ele segura um par de hastes ligeiramente curvas. Abaixo da tanga do gladiador perdedor pode ser vista a bainha da túnica do árbitro, mas agora pintada de amarelo com listras marrons escuras, ele está calçado com botas marrom-escuras. (HOPE; WHITEHOUSE, 2003, p. 299)



Na outra pintura do jarro há um árbitro vestido como o anterior e igualmente barbudo, o rosto virado para a esquerda olhando na direção do oponente do secutor e apontando com a mão direita levantada. Nesta mesma mão ele segura uma haste curva, Na mão esquerda ele contém mais duas hastes e uma corneta de cor preta. (HOPE; WHITEHOUSE, 2003, p. 299)



### Imagem nº 12 – Fragmento de relevo em mármore com gladiadores

#### Referências

<b>Referente</b>	<p><b>Localização:</b> The Metropolitan Museum of Art.  <b>Inventário:</b> 57.11.7  <b>Procedência:</b> Grécia  <b>Função Social:</b> Escultura de pedra.  <b>Data:</b> I -III d.C.</p>	
<b>Objeto/arte</b>	<p><b>Forma:</b> Triangular  <b>Estilo/cor:</b> Mármore  <b>Tamanho:</b> 35,6 cm largura e 10,5 altura.</p>	
<b>Ancoragem</b>	Combate gladiatorial	
<b>Signo figurativo</b>	Fragmento de relevo em mármore, representando o combate entre um <i>retiarius</i> e murmillo.	

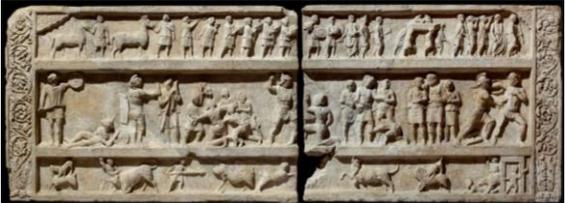
### Imagem nº 13 – Relevo com leões de Portus

#### Referências

<b>Referente</b>	<p><b>Localização:</b> Ostia, Itália.  <b>Inventário:</b> Ostia, Museu Naval, inv. nr. 1340.  <b>Procedência:</b> Desconhecida  <b>Função Social:</b> Lápide  <b>Data:</b> Final do século II d.C.</p>	
<b>Objeto/arte</b>	<p><b>Forma:</b> Retangular  <b>Estilo/cor:</b> Mármore  <b>Altura:</b> 1,40 m  <b>Largura:</b> 0,62 m.  <b>Profundidade:</b> 0,33 m.</p>	
<b>Ancoragem</b>	Atividade laboral de transporte de cargas.	
<b>Signo figurativo</b>	Objeto de decoração em relevo de mármore de um sarcófago que em um primeiro plano representa três homens em um barco, um velejando, outro remando e o terceiro emergindo por entre as velas. No segundo plano identificamos a representação de três leões enjaulados. Os três homens navegam em direção ao farol de Portus.	

## Imagem nº 14 – Relevo em mármore.

### Referências

<p><b>Referente</b></p>	<p><b>Localização:</b> Museu Arqueológico Nacional de Napoli – Napoli, Itália.  <b>Inventário:</b> 6704  <b>Procedência:</b> Encontrado por Avellino no ano de 1844. Em Pompéia, Necrópole no Portão Stabian, Tumba de Cneius Clovatus (de acordo com a nova versão, é possível que o relevo pertencesse à tumba de Gnaeus Alleius Nigidius Maius, encontrada em 2017, veja: <a href="https://pompeiiinpictures.com">https://pompeiiinpictures.com</a>) Acessado em 21/11/2021.  <b>Função Social:</b> Conjunto escultórico.  <b>Data:</b> 20 – 50 d.C</p>	
<p><b>Objeto/arte</b></p>	<p><b>Forma:</b> Retangular  <b>Tamanho:</b> Altura: 145cm;  Largura: 420 cm;  Profundidade: -</p>	
<p><b>Ancoragem</b></p>	<p>Relevo em mármore representando todas as fases Espectáculo de gladiadores. Desde a entrada do cortejo com pompas, passando pelas lutas propriamente ditas e por último a representação das <i>venationes</i>.</p>	
<p><b>Signo figurativo</b></p>	<p>Parte superior do relevo representa o cortejo de entrada na arena a frente à direita com dois lictores e três músicos. Atrás deles está um grupo carregando um <i>ferculum</i>, ou liteira, nos ombros, sobre o qual estão sentados dois ferreiros, um em frente ao outro. Em seguida, vêm os <i>harenarii</i> (a equipe da arena); o primeiro traz uma placa indicando a data do espetáculo e o nome de seu <i>editor</i>, o segundo traz a palma destinada ao vencedor. Segue-se uma figura de toga, talvez o próprio <i>editor muneris</i>, e atrás dele está uma linha de <i>harenarii</i> trazendo os capacetes e escudos para serem usados pelos gladiadores. A procissão encerra com um trompista e dois <i>harenarii</i> segurando as rédeas dos cavalos, que são arreados em grande estilo para as festividades.</p>	<p>Parte superior dividida em duas metades:</p> 

Parte central do relevo cinco grupos de gladiadores se envolvem em combate. O primeiro grupo (da esquerda para a direita) é representado por dois gladiadores de túnica. O vencedor se levanta, erguendo seu pequeno escudo circular em sinal de vitória. Seu oponente, estendido no chão, ainda segura sua espada e aguarda o veredicto. Como os dois gladiadores se vestem da mesma forma, devem pertencer à mesma categoria, provavelmente os *equites*, que terminaram o combate a pé. O segundo grupo inclui um *murmillo* vitorioso, que espera ser proclamado vencedor ou retomar a luta. Ao lado dele está o árbitro. O gladiador derrotado, um *Thraex*, é mostrado por trás, de joelhos; ele é apoiado por quatro assistentes, enquanto um quinto recolheu seu escudo. O terceiro grupo é representado por dois gladiadores com braço idêntico. O *subligaculum* e um peitoral escamado com uma pintura de uma cabeça de górgona no meio, mantida no lugar por duas faixas que se cruzam nas costas. Na cabeça, cada um usa um elmo de aba curta na frente e longa atrás, adornado por uma pluma. A perna esquerda parece estar protegida por uma perneira alta, e a mão direita por uma *manica*. O quarto grupo faz uma pausa no meio do combate. O gladiador da esquerda, sustentado por dois *harenari*, estende sua perna ferida para ser tratada por um terceiro *harenarius*. O seu adversário, também ladeado por dois auxiliares, prepara-se para beber da taça que lhe é oferecida. O *galerus* que protege o braço e o ombro esquerdo de ambos os gladiadores os classifica como *Laquearii*. Pouco se sabe sobre esse tipo de gladiador, mas, como o *retiarius*, ele parece estar equipado com um *galerus*. O último par, como o segundo, consiste em um *murmillo* e um *Thraex*, mostrado aqui em combate ativo. Neste duelo, no entanto, é o *Thraex* que atinge seu oponente no peitoral.

Na parte inferior do relevo podemos observar um *harenarii* embaixo do Pórtico, arremessando um objeto, com a mão esquerda, para atrair a

Parte central dividida em duas metades:



	<p>atenção do animal que está devorando um gladiador deitado. Atrás da fera em um segundo plano vemos outro <i>harenarii</i> que está lançando um objeto com a mão direita. Em seguida há um leão em posição de ataque contra um touro que corre olhando para trás da direita para a esquerda. Ainda, na mesma cena observamos uma hiena sobre o dorso da fera. O momento seguinte representa um cervo correndo da esquerda para a direita, enquanto, um <i>venator</i> em posição de ataque contra um leão. Na cena seguinte podemos observar um <i>venator</i> dominando um touro. Por último no canto inferior esquerdo observamos o ataque de uma hiena a um cervo.</p>	<p>Parte inferior do relevo dividido em duas metades</p> 
--	---	---

**Imagem nº 15 – Mosaico da Maison d'Isguntus**

**Referências**

<p><b>Referente</b></p>	<p><b>Localização:</b> Museu Annabai, Argélia.  <b>Inventário:</b> InvAlg 53  <b>Procedência:</b> Sala de função desconhecida no andar superior da Maison d'Isguntus (também conhecida como Casa de Pesca ou Vila Marítima), Hippo Regius, Numídia.  <b>Função Social:</b> Piso mosaico  <b>Data:</b> Início do sec. III.</p>	
<p><b>Objeto/arte</b></p>	<p><b>Forma:</b> Retangular  <b>Estilo/cor:</b> Multicolor  <b>Tamanho:</b> -</p>	
<p><b>Ancoragem</b></p>	<p>Atividade laboral de captura de animais para os Espetáculos nas Arenas.</p>	
<p><b>Signo figurativo</b></p>	<p>A cena central mostra um leão, uma leoa e três leopardos sendo capturados vivos. Os animais foram atraídos para um local designado por um bando de quatro animais silvestres oferecido como isca. Na lateral esquerda da cena dos antílopes e dois avestruzes também se direcionam para o centro da armadilha. A armadilha está circundada por quatorze escudos e uma rede de proteção camuflada na vegetação. Dois caçadores a cavalo e um a pé com lanças e escudos direcionam as feras a</p>	

	<p>perseguirem as presas até as redes onde acabaram sendo capturados. Existe quatro cavalos na lateral esquerda da cena que também galopam em direção a armadilha. Após entrarem na armadilha as iscas são protegidas pelos escudos e separadas das feras. No centro da armadilha há um caçador sendo devorado por um leopardo. Na extremidade superior da cena vemos dois grupos de animais reunidos em estruturas circulares, que representam outras duas armadilhas. Num segundo plano existem dois antílopes galopando no meio da vegetação. Ao fundo fechando a cena existe um grupo de montanhas. Na lateral direita do mosaico vemos um caçador montado que tinha a função de direcionar as iscas para a armadilha. No canto inferior direito do mosaico pode-se verificar uma barraca que servia de local de descanso para os caçadores em virtude da longa espera.</p>	
--	---	--

### Imagem nº 16 – Selo de ânfora

#### Referências

<p><b>Referente</b></p>	<p><b>Localização:</b> Museu Nacional de Arqueologia Subaquática.  <b>Inventário:</b> 12738  <b>Procedência:</b> San Pedro del Pinata  <b>Função Social:</b> Selo de pozolana.  <b>Data:</b> Início do século I a.C. - terceiro quartel do século I a.C.  <b>Produtor:</b> desconhecido.</p>	
<p><b>Objeto/arte</b></p>	<p><b>Forma:</b> Circular  <b>Cor:</b> Argila Pozolana  <b>Tamanho:</b> Altura = 190mm; Diâmetro = 105mm; Diâmetro da boca = 153 mm; Espessura = 16mm.</p>	
<p><b>Ancoragem</b></p>	<p>Selo de ânfora.</p>	
<p><b>Signo figurativo</b></p>	<p>Objeto fragmentado de cerâmica, conserva borda,</p>	

<p>alças, gargalo e selo de pozolana. Borda alta, convexa na face externa e ligeiramente inclinada em relação ao eixo do labelo. O colo é cilíndrico e está separado do lábio por um degrau, sob o qual começam as duas pegas. As alças são sólidas e de seção oval. Na metade interna do gargalo há um opérculo de pozolana com três selos impressos. A peça apresenta resquícios de um slip bege na parte externa. Pasta dura de textura compacta e rugosa, de cor avermelhada, com abundantes agentes de têmpera vulcânica, característica das produções Campana. Cozimento oxidante. No interior tem restos do revestimento resinoso.</p>	
---	--

## ANEXO H – EPITÁFIOS

A fim de enriquecermos a pesquisa procuramos selecionar de maneira qualitativa alguns epitáfios, com a finalidade de deixarmos nossa pesquisa mais didática. Contudo, estes documentos são em sua essência textos curtos escolhido pelo falecido ou selecionado por seus entes mais caros com a finalidade de prestar uma homenagem ao morto. Em todos os epitáfios selecionados vemos referências aos jogos de gladiadores. Apenas uma exceção, pois este epitáfio é dedicado a uma pessoa de destaque que foi um grande incentivador e patrocinador dos espetáculos gladiatoriais.

### Imagem nº 1 – Epitáfio de Skirtos.

#### Referências

<b>Referente</b>	<b>Localização:</b> Budapeste, Hungria. <b>Inventário:</b> Museu Nacional de Budapeste. <b>Procedência:</b> Tomis. <b>Função Social:</b> Epitáfio <b>Data:</b> Período Imperial	
<b>Objeto/arte</b>	<b>Forma:</b> Retangular com frontão e margens estreitas. <b>Estilo/cor:</b> Mármore. <b>Altura:</b> 73 cm. <b>Largura:</b> 57 cm. <b>Profundidade:</b> 9,5cm.	
<b>Ancoragem</b>	No quadro, um <i>retiarius</i> frontal. Ele tem uma tanga e um cinto. Seu braço esquerdo está protegido da mão ao ombro por uma manica. A seus pés, um cachorro. Na mão esquerda o tridente e a adaga. À direita, uma espécie de objeto com uma alça maciça estendida por 3 pontas.	
<b>Signo figurativo</b>	<p style="text-align: center;">         Σκίρτος Δακήσις          ἐλεύθ(ερος) παρμῶν          ἔξ, παρὰ μοῖρ-          αν ἀπελθόν,          κεῖμ-          αι, δ' ἐν Τόμει, τὸν τάφον          οἶκον ἔχω-          ν· ἐρρ(ᾶσθαι) ὑμᾶς εὐχομαι.       </p> <p>         Skirtos Dakisis          mão livre          apesar do fracasso-          sem-          eu os cortar          eu tenho um local de sepultamento          eu te desejo o bem.          (Tradução autoral)       </p>	

## Imagem nº 2 – Epitáfio de *retiarius*

### Referências

<b>Referente</b>	<b>Localização:</b> Konstanza, Romênia. <b>Inventário:</b> Museu de História e Arqueologia de Konstanza. <b>Procedência:</b> Tomis. <b>Função Social:</b> Epitáfio. <b>Data:</b> Período Imperial.	
<b>Objeto/arte</b>	<b>Forma:</b> <b>Estilo/cor:</b> Mármore. <b>Altura:</b> sem indicação. <b>Largura:</b> sem indicação. <b>Profundidade:</b> sem indicação.	
<b>Ancoragem</b>	<p>Em uma moldura, um <i>retiarius</i>, de frente, vestindo tanga, cinto e manica no braço esquerdo. Com a mão direita, ele segura o tridente à sua frente. Com a mão esquerda ele parece segurar tanto o punhal quanto um garfo com formato de tridente. A inscrição está acima.</p>	
<b>Signo figurativo</b>	<p>Ἀργούτος ἐνθάδε ἐγὼ          κείμηρήτιάριος νει(κῶν) ζ´.          θάπτε δέ με Ὀρέστης          μνείας χάριν. Χαῖρε          παροδείτα.</p> <p>Eu, Argoutos, estou aqui, <i>retiarius</i> com 200 vitórias. Orestes me enterrou aqui, em memória. Olá caminhante.          (Tradução autoral)</p>	

### Imagem nº 3 – Epitáfio de Asbolas.

#### Referências

<b>Referente</b>	<b>Localização:</b> Éfeso, Turquia. <b>Inventário:</b> Museu de Selcuk. <b>Procedência:</b> Éfeso. <b>Função Social:</b> Epitáfio <b>Data:</b> Período Imperial	
<b>Objeto/arte</b>	<b>Forma:</b> Retangular. <b>Estilo/cor:</b> Mármore <b>Altura:</b> sem indicação. <b>Largura:</b> sem indicação. <b>Profundidade:</b> sem indicação.	
<b>Ancoragem</b>	No quadro, um gladiador se volta para esquerda a adaga na mão direita. Ele usa uma caneleira na perna esquerda e um escudo na mão esquerda. Na cabeça podemos ver um capacete com uma crista fina. Na frente dele há a representação de uma palma.	
<b>Signo figurativo</b>	<p style="text-align: center;">Κύριλλα Ἀσβόλαντι μνείας Χάριν ἐπόησε ἐκ τῶν ἰδίων.</p> <p>Kyrilla ergueu para Asbolas esta homenagem com sua fortuna pessoal, em memória. (Tradução autoral)</p>	

### Imagem nº 4 – Epitáfio de Kallimorphos.

#### Referências

<b>Referente</b>	<b>Localização:</b> Basmane. <b>Inventário:</b> Museu Basmane <b>Nº Inventário:</b> 167 <b>Procedência:</b> Laodicéia de Lycos <b>Função Social:</b> Epitáfio. <b>Data:</b> Período Imperial	
<b>Objeto/arte</b>	<b>Forma:</b> Retangular. <b>Estilo/cor:</b> Mármore <b>Altura:</b> 82 cm. <b>Largura:</b> 46 cm. <b>Profundidade:</b> 45 cm.	
<b>Ancoragem</b>	No quadro um gladiador de frente com tanga e cinto, uma caneleira na perna esquerda. Ele segura uma grande palma na mão direita. Ele apoia com a mão esquerda o seu capacete que descansa sobre seu escudo.	
<b>Signo figurativo</b>	<p style="text-align: center;">         αςΚαλλιμόρφω          [τῷ] ἰδίῳ ἀνδρὶ Θυστατηρῆς ἐκ τῶν          ἰδίων αὐτοῦ μνεί-          ας χάριν.          Καλλίμορφος ὁ καλὸς.          Παροδείταις χέρειν.       </p> <p>         Para seu marido Kallimorphos de Thyatire, com sua fortuna pessoal, em memória. Kallimorphos o Belo? Olá, Viajantes.          (Tradução autoral)       </p>	

L. Robert, op. Cit. (1940); n.119, pl.XXIII.

## Imagem nº 5 – Epitáfio de Saturninus.

### Referências

<b>Referente</b>	<b>Localização:</b> Leyde, Holanda. <b>Inventário:</b> Rijksmuseum. <b>Nº Inventário:</b> I. 1901/7.170. <b>Procedência:</b> Esmirna. <b>Função Social:</b> Epitáfio. <b>Data:</b> Período Imperial	 <p data-bbox="932 1021 1362 1055">L.Robert, op.cit. (1940), n.241, pl. XXI.</p>
<b>Objeto/arte</b>	<b>Forma:</b> Retangular com frontão e margens abauladas. <b>Estilo/cor:</b> Mármore <b>Altura:</b> 31,5 cm. <b>Largura:</b> 30,5 cm. <b>Profundidade:</b> 9 cm.	
<b>Ancoragem</b>	Um gladiador de frente com duas caneleiras. Ele segura uma palma na mão direita e seu <i>parma</i> na esquerda. Em terra um capacete de crista com aba larga e viseira. A mão direita do gladiador é colocada sobre uma estela que traz a inscrição. Na frente da inscrição um pássaro.	
<b>Signo figurativo</b>	<p data-bbox="596 1043 692 1196" style="text-align: center;">         Φαμίλια          Σατορνί-          λω          μνήας          χάριν.       </p> <p data-bbox="448 1227 831 1317">         A família Saturni em memória obrigado          (Tradução autoral)       </p>	

## Imagem nº 6 – Epitáfio de Araxios.

### Referências

<b>Referente</b>	<b>Localização:</b> Louvre, França., <b>Inventário:</b> Museu Louvre. <b>Nº Inventário:</b> MND 711. <b>Procedência:</b> Thyatire. <b>Função Social:</b> Epitáfio. <b>Data:</b> Período Imperial	 <p data-bbox="963 1021 1334 1055">L.Robert, op.cit. (1940), n.271.</p>
<b>Objeto/arte</b>	<b>Forma:</b> Retangular com frontão e margens estreitas. <b>Estilo/cor:</b> Mármore branca. <b>Altura:</b> 44 cm. <b>Largura:</b> 31 cm. <b>Profundidade:</b> 8 cm.	
<b>Ancoragem</b>	Sob um arco, um trácio caminhando para a esquerda. Tem caneleira em ambas as pernas. No homem esquerdo, vemos a <i>sica</i> . Finalmente, ele usa um capacete com crista.	
<b>Signo figurativo</b>	Ἀμμιάς Ἀραξίῳ τῷ καὶ Ἀντίῳ Δαλδιανῷ ἀν- δρὶ ἰδίῳ μνείας χάριν. Ao marido Ammias Araxios aliás Antaios, de Daldis, em memória. (Tradução autoral)	

## Imagem nº 7 – Epitáfio de Victor.

### Referências

<b>Referente</b>	<b>Localização:</b> Turquia. <b>Inventário:</b> Museu Arqueológico de Istambul. <b>Nº Inventário:</b> nº 761. <b>Procedência:</b> Tralles. <b>Função Social:</b> Epitáfio. <b>Data:</b> Período Imperial	
<b>Objeto/arte</b>	<b>Forma:</b> Retangular. <b>Estilo/cor:</b> Mármore branca. <b>Altura:</b> 75 cm. <b>Largura:</b> 38 cm. <b>Profundidade:</b> 14 cm.	
<b>Ancoragem</b>	Gladiador lutando, virado para a direita; caneleira na perna esquerda ataduras no joelho e tornozelo da perna direita; faixas entrelaçadas cobrindo o braço direito. Apara um golpe com seu escudo umbo. Capacete redondo com crista fina, perfurado com um buraco no rosto. No chão uma palma. No campo seis coroas. Abaixo do escudo, os caracteres ΠΑΔ podem ser vistos. Acima, a inscrição.	
<b>Signo figurativo</b>	<p>             _ _ _ _ Βίκτορ ἔθανον στα              [δίοιςπαρὰ] μοῖραν, νεικήσας μὲν              π[άντας . ἐλοῦσα] δὲ μοῖρα κραταιή              ἤγαγε [μ ἐ ἰς Ἄδη]ν (?), καὶ ᾧ              τύνβυσι πρόκειμαι ἔσχα τ[έλος]              βίότουχ εἰρσὶν φονίαις Ἀμαράντου.           </p> <p>             Victor morto no anfiteatro pelo destino, depois de vitorioso, a Moira mandou-me para o Hades (...). Descanso aqui em Amarante. (Tradução autoral)           </p>	

## Imagem nº 8 – Epitáfio de Diodoros.

### Referências

<b>Referente</b>	<b>Localização:</b> Bélgica. <b>Inventário:</b> Museu Cinquentenário em Bruxelas. <b>Nº Inventário:</b> nº A,1562. <b>Procedência:</b> Amisos. <b>Função Social:</b> Epitáfio. <b>Data:</b> Período Imperial	
<b>Objeto/arte</b>	<b>Forma:</b> Retangular. <b>Estilo/cor:</b> 46 cm. <b>Largura:</b> 31 cm. <b>Profundidade:</b> 25 cm.	
<b>Ancoragem</b>	Em um quadro vemos dois gladiadores. O da esquerda, vencedor, segura um punhal em cada mão. suas duas pernas estão protegidas por nemídeos, o braço direito está totalmente protegido, assim como a parte superior do tórax. Atrás dele, uma palma e um escudo retangular; no campo um capacete redondo com uma cobertura de pescoço muito desenvolvida. À direita está sentado um gladiador, apoiado na mão esquerda, o braço direito levantado; tem o mesmo armamento. A inscrição está abaixo.	
<b>Signo figurativo</b>	<p>Ἐνθάδε νεκῆσας κείμαι Διόδωρος ὁ τλήμων . ἀντίπαλον ῥήξας Δημήτριον οὐκ ἔκτανον εὐθύς . ἀλλά με Μοῖρ ὄλοη καὶ συμμαύρου δόλος αἰνὸς ἔκτανον, ἐκ δὲ φάους ἤλυθον εἰς Ἄϊδην. [Κεῖ]-          μαι δ' ἐν γαίῃ αὐτοχθόνων . ἠδέ μ' ἔθαπεν ἔνθα φίλος ἀγαθὸς εὖσε-βίης ἔνεκεν.</p> <p>Descanso aqui o desafortunado Diodoro embora vitorioso. Depois de ferir meu oponente Demetrios, não o matei de imediato. Mas o destino assassino e a astúcia medonha dos <i>summarudis</i> me mataram e eu fui da luz ao Hades. Estou na terra dos meus antepassados. Um bom amigo me enterrou aqui por piedade.          (Tradução autoral)</p>	

## Imagem nº 9 – Epitáfio de Beroia.

### Referências

<p><b>Referente</b></p>	<p><b>Localização:</b> Macedônia, Beroia  <b>Nº Inventário:</b> CAPIInv. 512: U-MAC-003.  <b>Procedência:</b> Amisos.  <b>Função Social:</b> Epitáfio.  <b>Data:</b> II d.C.</p>	
<p><b>Ancoragem</b></p>	<p>O epitáfio apresenta um abaixo-assinado onde todos os envolvidos estão relacionados com atividades ligadas aos jogos de gladiadores. As especialidades registradas são o <i>summa rudis</i>, o <i>secunda rudis</i>, o arauto e o trompetista. (BOULEY e PROEVA, 1997, 83-84) Pode tratar-se apenas de uma lista que obedecia a uma hierarquia profissional que não configura o papel em uma associação. No entanto, não se pode excluir a possibilidade de uma coletividade, seja uma família gladiatória ou uma associação de profissionais envolvidos em jogos de gladiadores.</p>	
<p><b>Signo figurativo</b></p>	<p>Πούπλιον συμμαρούδην οἱ  ὕπογεγραμμένοι μνήμης χάριν.  Ἐκλεκτος συμμαρούδης  Ὀνήσιμος σεκουδαρούδης  col. I - Ἀχαϊκός Λ(ούκιος)  Πουφίκης {Φουφίκιος}  Κάρειος  Δημήτριος  Πηριδίων  Λ(ούκιος) Ναιβηνός col.  II - Κλασσικός,  Ἔρεστιτοῦτος Ἄθικτος  Ἀγάθων  Σπάταλος πραϊκῶν  col. I e II - Εὐτυχᾶς σαλπιστής.</p> <p>Aqueles cujos nomes estão escritos abaixo estabelecem isso em memória de Publius da classe mais alta (<i>summaridus</i>) (<i>alívio</i>):  (coluna 1) Eklektos da classe mais alta, Onesimos da segunda classe, Achaikos, Lucius Poupnikis, Kareios. Demetrios, Peridion, Lucius Naibenos,  (coluna2) Klassikos, Pestitoutos, Athiktos, Agathon, Spatalas, o arauto, e</p>	<p>S/F</p>

	(abrangendo as colunas 1 e 2): Eutychas, o trompetista. Tradução por: Harland	
--	---	--

## Imagem nº 10 – Epitáfio sem nome

### Referências

<b>Referente</b>	<p><b>Localização:</b> Parque Arqueológico de Pompéia via Villa dei Misteri, 2 - 80045 Pompéia (Nápoles). Extremidade Oeste da fundação do edifício San Paolino perto de Porta Stabia.</p> <p><b>Inventário:</b> - <b>Nº Inventário:</b> - <b>Procedência:</b> - <b>Função Social:</b> Epitáfio. <b>Data:</b> Período Imperial</p>	 <p>Visão aérea da tumba.</p>
<b>Objeto/arte</b>	<p><b>Forma:</b> Retangular. <b>Estilo/cor:</b> Mármore branca. <b>Altura:</b> 30 cm. <b>Largura:</b> 400 cm. <b>Profundidade:</b> -</p>	
<b>Ancoragem</b>	<p>Tumba sem nome com epitáfio de mais de 4 m de comprimento, com inscrição de sete linhas na lateral Oeste da tumba. O epitáfio não inclui o nome do falecido, mas descreve em detalhes a vida do homem enterrado nele.</p>	
<b>Signo figurativo</b>	<p><i>Hic togae virilis suae epulum populo Pompeiano triclinis CCCCLVI ita ut in triclinis quinideni homines discumberent (hedera). Munus gladiat(orium) / adeo magnum et esplêndido dedit ut cuivis ab urbe lautissimae coloniae conferendum esset ut pote cum CCCXVI gladiatores in ludo habuer(it?) et cum / munus eius in caritate annonae incidisset, propter quod quadriennio eos pavit, potior ei cura civium suorum fuit quam rei familiaris; nam cum esset denaris quinis modius tritici, coemit / et ternis victoriatis populo praestitit et, ut ad omnes haec liberalitas eius perveniret, viritim populo ad ternos</i></p>	 <p>Lado oeste da tumba</p>

*victoriatos per amicos suos panis cocti pondus divisit (hedera). Munere suo quod ante /senatus consult(um) edidit, omnibus diebus lusionum et conpositione promiscue omnis generis bestias venationibus dedit (hedera) / et, cum Caesar omnes familias ultra ducentesimum ab urbe ut abducerent iussisset, uni / huic ut Pompeios in patriam suam reduceret permisit. Idem quo die uxorem duxit, decurionibus quinquagenos nummos singulis, populo denarios augustalibus vicens pagão(is) vicens nummos dedit. Bis magnos ludos sine onere / rei publicae fecit; propter quae postulante populo, cum universus ordo consentet ut patronus cooptaretur et Ilvir referret, ipse privatus intercessit dicens non sustinere se civium suorum esse patronum.*

Por ocasião de sua toga viril, ele ofereceu aos cidadãos de Pompeia um banquete com 456 triclinios para que quinze homens pudessem encontrar um lugar em cada triclinio. Ofereceu um espetáculo de gladiadores de tamanha grandeza e magnificência que pode ser comparada a qualquer nobre colônia fundada por Roma desde que participaram 416 gladiadores.

Ora, como sua munificência coincidira com uma fome, por isso os alimentou por quatro anos; para ele, a preocupação com seus concidadãos era maior do que com seu próprio patrimônio; de fato, como o alqueire de trigo era cotado a cinco denários, ele o comprou e o colocou à disposição do povo por três vitórias (o alqueire). E para que esta generosidade chegasse a todos, distribuiu aos cidadãos individualmente através dos seus amigos uma quantidade de pão cozido equivalente a três vitorianos.

Por ocasião de seu show que organizou perante a consulta do senado, para todos os dias dos jogos, para todo tipo de luta (no programa) ele forneceu animais de todas as espécies sem distinção para a caça.



Extremidade Leste do lado Norte da Lado da tumba.



Lado oeste da tumba (Inscrição do Epitáfio)

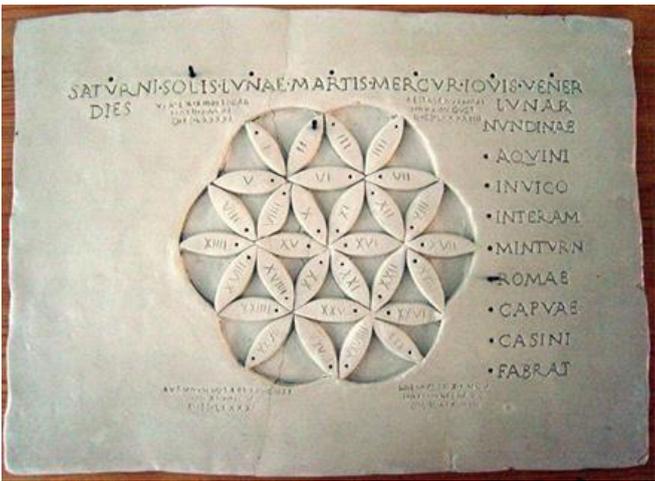
	<p>E como César havia dado a ordem de deportar todas as famílias (condenadas) da cidade além das duzentas milhas, ele apenas permitiu que ele trouxesse os Pompéia de volta à sua terra natal.*</p> <p>Por ocasião de seu casamento, ele concedeu a soma de cinquenta nummi a cada decurião, em relação ao povo, vinte denários para cada augustal e vinte nummi para cada pagão.</p> <p>Por duas vezes organizou grandes shows sem nenhum custo para a comunidade.</p> <p>Por tudo isto, com fundamento no pedido de cidadania, estando todos os decuriões de acordo para que fosse cooptado como patrono, ao passo que o próprio duoviro relatou (à assembleia), como cidadão particular, opôs-se ao seu veto, afirmando que ele não era capaz de ser patrono de seus cidadãos.</p> <p>Tradução Massimo Osanna em JRA 31. Ver <i>Journal of Roman Archaeology</i>: vol. 31 (2018) (p. 310-322).</p>	 <p>Detalhes da inscrição de 7m.</p>  <p>Fotografia © Parque Arqueológico de Pompéia</p>
--	---	--

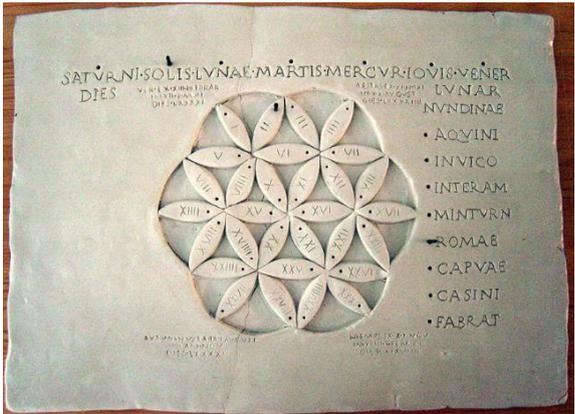
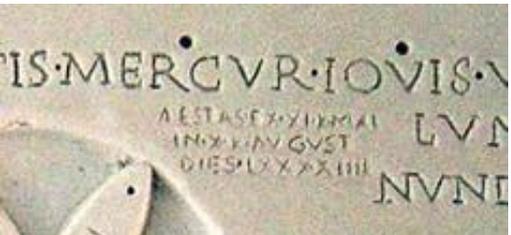
## ANEXO I – CALENDÁRIO *NUNDINAE*

*Nundinae* é invariavelmente do entendimento dos escritores antigos de novem e morre, de modo que significa literalmente o nono dia (Dionys. *Ant. Rom.* II.28, Vocab. *Sat.* I.16; Festus, *sv* Nundinalem Cocum).

Os *nundinae* na origem significava para os camponeses os dias de mercado. Sendo assim, estas datas eram reservadas para que estes fossem até Roma para vender a produção de seu trabalho. O intervalo de dias entre dois *nundinae* era de sete dias.

Estes calendários chegaram até nossos dias. No entanto, nenhum dos índices *nundinari* é preservado em sua totalidade, mas o formato do índice do sul do Lácio permite uma provável reconstrução do todo. Aproximadamente um terço do índice foi preservado. Isso corresponde ao terço direito da pedra e inclui o canto inferior direito e partes das bordas superior, inferior e direita. (BENEFIEL, p.445). A seguir será analisado este artefato que teve importância fundamental para a rede de comércio que foi desenvolvida nas cidades da Península Itálica.

Referente	Localização: Museu Arqueológico Nacional de Napoli – Napoli, Itália. Procedência: Região do sul do Lácio. Inventário: 8880967274 Função Social: Calendário Data: cerca 85 d.C.	
Objeto/arte	Forma: Retangular Estilo: Calendário em granito. Tamanho: 30 cm de altura; 45 cm de largura.	
Ancoragem	Calendário dos <i>nundinae</i> .	
Signo figurativo	Aspectos figurativos do calendário:	

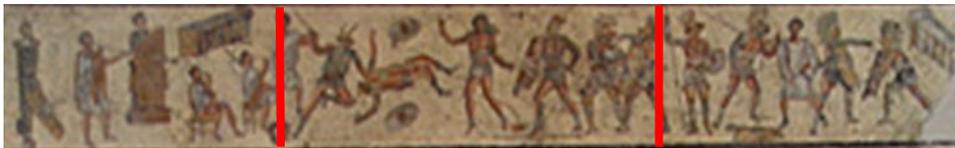
Borda superior do calendário	
	<p>Na borda superior do calendário, uma linha horizontal de texto nomeia os dias planetários da semana de sete dias. Porções de três dias foram preservadas: [Merc] ur (i) • Iovis • Ve [ner (is)].</p>
Parte central do calendário	
Significantes icônicos	
	<p>A parte central do calendário era formada por uma série de círculos interligados criados por uma bússola. Ao deslocar o ponto central da bússola para a borda externa de um círculo, círculos adicionais (ou partes de círculos) foram acrescidos, formando o desenho de seis pétalas dentro de cada círculo. Em cada uma dessas pétalas existia algarismo romano de I a XXX.</p>
Cantos superior direito que enquadra o desenho do círculo	
	<p>Na extremidade podemos verificar uma legenda de três linhas que condensam a duração das estações. A legenda no canto superior direito explica o verão: Verão, de onze dias antes dos <i>kalends</i> de maio até dez dias antes dos <i>kalends</i> de agosto. 94 dias de duração (Aestas • ex • XI • K (<i>alendas</i>) • Mai (as) / in • X • K (<i>alendas</i>) • Agosto (i) / Morre • LXXXIII).</p>
Borda direita	
 <p>Orifícios</p>	<p>A seção mais bem preservada do calendário, contém uma lista de oito cidades abaixo do título <i>NUNDINAE</i>. A existência de aberturas circulares para a colocação de pinos móveis de madeira foi solução prática de acompanhamento do calendário cada vez mais complicado.</p>

## ANEXO J - PISO MOSAICO DA VILLA BUC AMMERA

Cabe a observação que o artefato, que será analisado a seguir foi descoberto em Zliten, cerca de 35 km, a leste de Leptis Magnae, uma florescente cidade do Império Romano, que faz parte do conjunto de províncias romanas em território africano. Incorporada ao poderio de Roma durante o governo de Tibério. A escolha de um mosaico que estivesse dentro do recorte temporal da pesquisa, mas que fosse fora da capital do Império Romano, teve intencionalidade, isto é, procuramos materializar o poderio de Roma fora da península itálica por meio do mosaico Zliten.

O Mosaico dos Gladiadores, possivelmente um dos mais famosos da Villa Buc Ammera, em Zliten, é composto pela junção de dezesseis formas simétricas que se aproximam a quadrados. O centro do mosaico é ornado por desenhos geométricos ou estampa de peixes. A borda é decorada com representações dos jogos gladiatoriais. Possivelmente este mosaico compunha o piso de uma sala de jantar romana, *triclinium*, proporcionando evidências visuais significativas quanto à forma dos romanos contemplarem os espetáculos desenvolvidos nas arenas.

Referente	Localização: Museu Nacional Trípoli Procedência: Zliten Função Social: piso Data: cerca 85 d.C.	
Objeto/arte	Forma: Quadrilátero Estilo: Mosaico multicolor Tamanho: 397 cm de altura; 573 cm de largura.	
Ancoragem	Não tem inscrição.	
Signo figurativo	Aspectos figurativos do mosaico: A utilização de figuras geométricas e peixes remetem o mosaico ao piso de uma casa romana, mas especificamente a um <i>triclinium</i> , isto é, uma sala de jantar. O mosaico era utilizado em ambientes onde os proprietários buscavam ostentar condição econômica privilegiada e ao mesmo tempo sofisticação. Esta proposição fica bem exemplificada no mosaico encontrado em Zliten.	

Borda superior do mosaico			
			
Extremidade esquerda			
Significantes icônicos	Significados de 1º nível	Conotações de 2º nível	Conotações de 3º nível
 1    2    3    4    5	Cena da borda superior do mosaico.	Figura de uma estátua e um conjunto de homens com instrumentos musicais.	Hermes próximo a uma orquestra acompanha a evolução dos lutadores na arena.
Figura 1  Uma estátua	Estátua do Deus Hermes representado por um busto em repouso sobre uma coluna na qual assenta um escudo.	Deus Hermes protetor das almas dos mortos	A cena mostra Hermes protegendo e presidindo os jogos de gladiadores.
Figura 2 Homem em pé, vestindo uma toga simples e toca um instrumento musical	O homem em pé toca uma tuba romana /espécie de flauta utilizada em atividades militares.	O instrumento e feito de bronze.	Integra o conjunto musical a orquestra.
Figura 3 Homem atrás de um instrumento musical	Um homem tocador de órgão hidráulico	Órgão hidráulico precisa do uso das mãos e dos pés para emitir um timbre próprio.	Integra o conjunto musical a orquestra
Figuras 4 e 5 Dois homens sentados tocando um <i>cornu</i> , usam togas simples	Os homens tocam um instrumento sonoro de sopro semelhante a uma buccina.	O instrumento e feito de bronze	Integra o conjunto musical a orquestra
Centro			
Significantes icônicos	Significados de 1º nível	Conotações de 2º nível	Conotações de 3º nível

 <p>1 2 3 4 5 6 7</p>	Cena da borda superior do mosaico.	Um árbitro na extremidade do mosaico e três pares de gladiadores	A evolução dos combates entre os gladiadores que se encontram em momentos diferentes do espetáculo.
<p>Figura 1</p> <p>Homem em pé, vestindo uma toga simples segurando o braço de um gladiador.</p>	O homem em pé estava investido da autoridade de árbitro do combate.	O árbitro segura o braço de um gladiador, indicando a vitória do mesmo.	O árbitro do combate aguarda a decisão da assistência ou do <i>editor</i> .
<p>Figura 2</p> <p>Um gladiador de joelho, tendo o braço seguro pelo árbitro do combate.</p>	A indumentária deste tipo de gladiador era bem específica. Este gladiador utiliza um tipo de capacete que possuía duas penas de garça. No braço direito utilizava para sua proteção manica (manguito).	O gladiador com o braço levantado pelo árbitro possivelmente foi o vitorioso no combate e aguarda a decisão do editor dos jogos ou da assistência.	O gladiador vitorioso no combate é um <i>eques</i> . Este tipo de gladiador iniciava o confronto a cavalo e sempre finalizar no chão.
<p>Figura 3</p> <p>O gladiador deitado aguarda o desenrola do combate</p>	A indumentária utilizada por este tipo de gladiador era comum aos dois. Tal característica era comum apenas	Vencido por seu oponente o gladiador aguarda o golpe de misericórdia por parte de seu oponente.	A vida do <i>eques</i> derrotado está nas mãos do <i>editor</i> dos jogos ou da assistência.
<p>Figura 4</p> <p>O gladiador aparenta estar desistindo do combate.</p>	O gladiador aparenta estar ferido na perna esquerda e tenta escapar ao avanço ameaçador do seu opositor.	O <i>retiarius</i> , levemente armado, abandonou seu tridente no solo.	Possivelmente a lesão na perna esquerda limita a única vantagem que este tipo de gladiador possui sobre seus adversários, isto é, a agilidade e a liberdade de movimentos durante o combate.
<p>Figura 5</p> <p>O gladiador demonstra por sua postura estar em posição de ataque investido contra seu opositor.</p>	A pouca mobilidade deste tipo de gladiador era em virtude de sua indumentária de defesa, isto é, proteção para as pernas, a <i>manica</i> no braço direito e escudo longo no estilo legionário e um gládio. Fica bem evidenciada por sua postura mais afastada do seu opositor.	Tal situação proporcionava o equilíbrio na disputa entre os dois tipos de gladiadores. O <i>secutor</i> era o adversário tradicional do <i>retiarius</i> .	O <i>secutor</i> apresentava-se em perseguição ao <i>retiarius</i> , que possivelmente estava desistindo do combate.
<p>Figura 6</p> <p>O gladiador possuía um gládio curvo e um escudo de menores proporções.</p>	Este gladiador encontra-se sendo fustigado por seu	O trácio fica bem caracterizado pelo escudo quadrado pequeno e as	A cena mostra o combate entre o trácio e outro tipo de gladiador. Este tipo de

	opositor. O combate se desenrola corpo a corpo.	pernas envolvidas por protetores.	característica tinha a finalidade de equilibra os combates.
<p>Figura 7</p> <p>O gladiador travava um combate corpo a corpo com seu oponente.</p>	<p>Este gladiador estava fortemente blindado. Travando um combate contra um trácio,</p>	<p>A proteção na perna e a <i>manica</i> no braço caracterizam o gladiador como um <i>murmillo</i>.</p>	<p>O combate aproximado do trácio e do <i>murmillo</i> é característico de uma luta equilibrada. Contudo, a posição de ataque com o gládio a altura do pescoço do trácio indica a proximidade do fim da luta.</p>
Extremidade direita			
Significantes icônicos	Significados de 1º nível	Conotações de 2º nível	Conotações de 3º nível
 <p>1 2 3 4 5 6</p>	<p>Cena da borda superior do mosaico.</p>	<p>Dois pares de gladiadores, um árbitro e uma maca mortuária,</p>	<p>A presença da maca trás para o ambiente dos jogos a presença constante da morte,</p>
<p>Figura 1</p> <p>O gladiador encontra-se em posição espera.</p>	<p>Na extremidade um gladiador aguarda a decisão do árbitro.</p>	<p>O gladiador que aguarda o resultado do combate é um <i>hoplômaco</i>. Sua identificação é bem característica por meio da lança e do pequeno escudo redondo.</p>	<p>O <i>hoplômaco</i> espera a decisão do editor dos jogos ou da plateia. Enquanto aguarda a decisão o árbitro separa os dois gladiadores.</p>
<p>Figura 2</p> <p>O lutador desarmado sinaliza o árbitro.</p>	<p>O gladiador desarmado sinaliza para o árbitro do combate.</p>	<p>O gladiador que faz a sinalização e um <i>murmillo</i>. Na cena ele encontra-se desarmado e com o escudo a seus pés.</p>	<p>A sinalização feita pelo <i>murmillo</i> ao árbitro, demonstra que o gladiador está desistindo do combate.</p>
<p>Figura 3</p> <p>A cena traz um homem que procura separar os dois gladiadores</p>	<p>O homem traça uma túnica simples e segura uma vara.</p>	<p>A vara na mão do árbitro do combate tem a função de separar os dois gladiadores. A presença do árbitro indica a existências de regras no combate entre os gladiadores.</p>	<p>A desistência do <i>murmillo</i> deixa a decisão do combate na mão do árbitro, que consultará o <i>editor</i> dos jogos.</p>
<p>Figura 4</p> <p>O gladiador em posição de ataque.</p>	<p>O gladiador da esquerda, no estilo <i>provocator</i>,</p>	<p>O <i>provocator</i> está prestes a desferir em seu adversário um golpe de cima e para baixo</p>	<p>Possivelmente o golpe estará definindo o combate a seu favor</p>

<p>Figura 5</p> <p>O gladiador procura defender-se de seu oponente.</p>	<p>O gladiador da direita também é um <i>provocator</i>.</p>	<p>Numa posição defensiva o gladiador procura grupar seu tronco, na intenção de se proteger do golpe de seu adversário.</p>	<p>A cena não deixa claro o desfecho do combate entre os dois provocadores.</p>
<p>Figura 6</p> <p>Uma maca, <i>libitinae</i>, na extremidade direita do mosaico.</p>	<p>Este objeto era utilizado na arena com a finalidade de transportar os gladiadores mortos para <i>spoliarium</i>.</p>	<p>A morte não ser uma condição final no combate até mesmo pela presença do árbitro e da assistência.</p>	<p>A <i>libitinae</i> deixa explícita a figura da morte na arena.</p>

## ANEXO K - LEX URSONENSIS

<b>Referente</b>	Localização: Museu Nacional de Arqueologia de Madrid. Procedência: Tábuas de I a V encontrada em Osuna (Vrso) em 1870-71. Outros 10 fragmentos foram encontrados em 1925, em El Rubio. Inventário: 16736 Função Social: Lei. Data: cerca Século 1 d.C.	
<b>Objeto/arte</b>	Forma: Retangular Estilo: Placa em bronze Tamanho: 5 tábuas de bronze de 94x59cm., mais 10 fragmentos correspondentes aos capítulos 61-82, 91-106 e 123-124. Letra entre 0,5-2cm	
<b>Ancoragem</b>	<i>Lex Ursonensis</i>	
<b>Signo figurativo</b>	Legislação trata de diversas questões de regime local como: magistrados, normas para o patrocínio dos jogos de gladiadores, obras públicas, colégios sacerdotais, ritos funerários, defesa militar e estabelece um parâmetro para análise da intervenção do poder imperial romano sobre tal prática.	
<b>Capítulo LXIII</b>		
Os <i>duúnviros</i> , quem quer que sejam eles, após a fundação desta <i>colonia</i> , dentro dos 10 dias imediatos após o dia em que tenham tomado posse de sua magistratura, proponham aos decuriões, quando estejam presentes não menos que dois terços, quais e quantos dias serão festivos e as cerimônias religiosas que devem ser celebradas publicamente e quem deve realizá-las. O que, com relação a esse assunto, seja decidido e decretado pela maior parte dos decuriões, que estejam presentes, e seja justo e tenha validade, e que estas sejam as cerimônias e os dias festivos nesta <i>colonia</i> .		
<b>Capítulo LXV</b>		
Ninguém tem autoridade de empregar, dar ou destinar o dinheiro, que sob o conceito de multa, procedente dos <i>vectigalia</i> da <i>colonia Genetiva Julia</i> , tenha ingressado no tesouro público, a não ser para as cerimônias religiosas ( <i>sacra</i> ) que se celebrem na <i>colonia</i> ou em outro lugar qualquer em nome dos colonos, e ninguém aceite sem detrimento próprio esse dinheiro de outra maneira, e ninguém tenha direito e poder de propor aos decuriões nem votar (outro destino) a esse dinheiro. Os <i>duúnviros</i> dêem e destinem sem fraude de sua parte este dinheiro para as cerimônias sagradas que se fazem nesta <i>colonia</i> ou em outro lugar qualquer em nome dos colonos, e tenham direito e poder de fazê-lo; e possam receber esse dinheiro sem detrimento próprio àquele a quem seria dado.		
<b>Capítulo LXVI</b>		

Estes pontífices e *augures* o direito e o poder de usar togas pretextas nos jogos públicos que dêem os magistrados e nas cerimônias públicas sagradas da *colonia Genetiva Julia* que oficiem os mesmos pontífices e *augures*, os quais tenham também o direito e poder de assistir entre os *decuriões* os jogos e aos espetáculos de gladiadores.

#### Capítulo LXIX

Os primeiros que foram *duunviros* após a fundação da *colonia*, durante sua magistratura, e qualquer outro que for *duunviro* na *colonia*, dentro de 60 dias imediatamente após iniciar a desempenhar a sua magistratura, deve propor aos *decuriões*, quando estejam presentes ao menos 20, que se assine, conforme a lei do contrato, um valor a ser pago e o pagamento do arrendatário ou arrendatários que tenham contratados os (bens) que sejam necessários para as cerimônias sagradas e para os objetos de culto.

#### Capítulo LXX

Os *duunviros*, quaisquer que sejam, exceto os primeiros que tenham sido nomeados depois dessa lei, durante sua magistratura devem celebrar em honra de Júpiter, Juno, Minerva, dos deuses e deusas, um espetáculo de gladiadores ou jogos cênicos pelo período de 4 dias, durante a maior parte das horas úteis, segundo o arbítrio dos *decuriões*. Nestes jogos cênicos e espetáculos gladiatórios cada um deles deve gastar de seu dinheiro não menos de 2.000 sestércios e que seja permitido a cada *duunviro* tomar e gastar dos fundos públicos outros 2.000 sestércios. Seja-lhes lícito agir assim sem prejuízo próprio, sempre que não tomem ou aloquem o dinheiro que nos termos desta lei corresponda a dar ou aplicar nas cerimônias sagradas na colônia ou em outro lugar o que se deve fazer publicamente.

#### Capítulo LXXI

Os *edis*, quaisquer que sejam, durante sua magistratura devem celebrar em honra de Júpiter, Juno, Minerva, dos deuses e deusas, um espetáculo de gladiadores ou jogos cênicos pelo período de 3 dias, durante a maior parte das horas úteis, e em honra de Vênus outro dia no circo ou no fórum. Nestes jogos cênicos e espetáculos gladiatórios cada um deles deve gastar de seu dinheiro não menos de 2.000 sestércios e que seja permitido a cada um tomar outros 1.000 sestércios do tesouro. Os *duunviros* e o *prefeito* devem cuidar deegar essa soma, sendo permitido aos *edis* toma-la sem prejuízo de sua parte.

#### Capítulo CXXVIII

Qualquer *duunviro*, *edil* ou *prefeito* da *colonia Genetiva Julia*, durante a anuidade de sua magistratura, cuide para que sejam nomeados, quando isso puder ser feito e como deve ser feito diretamente sem que haja dolo, os encarregados de administrar os santuários, os templos e as capelas, conforme os *decuriões* tiverem decidido, e estes, durante sua anuidade, busquem também, conforme o decreto dos *decuriões*, que se celebrem jogos circenses, sacrifícios e cerimônias (*pulvinaria*), e que se realizem todas elas da maneira que fora decidido e decretado pelos *decuriões* sobre essas coisas: a nomeação dos encarregados, a celebração de jogos circenses, preparação de sacrifícios e realização de cerimônias. Tudo o que foi determinado e decretado pelos *decuriões* acerca dos assuntos antes mencionados seja tido como justo e que tenha validade. Todos aqueles, a quem ditos assuntos afetem, façam o que cada um deles deve fazer segundo esta lei e sem dolo. Se alguém atuar contra essa proibição, quantas vezes o tenha feito, seja condenado a pagar 10.000 sestércios aos colonos da *colonia Genetiva Julia*, e por esta quantidade tenha, quem queira, em juízo recuperatório frente ao *duunviro* ou ao *prefeito* da ação, reclamação ou perseguição judicial, em virtude dessa lei, do direito e do poder.

#### Capítulo CXXV

Qualquer assento nos jogos que tenha sido atribuído ou reservado aos *decuriões*, desde que os *decuriões* devem contemplar os jogos públicos, ninguém os ocupe a não ser que então seja *decurião* da *colonia Genetiva*, ou o magistrado que então exerça a autoridade e o poder por votação dos colonos ou as tenha por ordem do ditador cônsul Caio César, ou aquele que substitua o magistrado com autoridade e poder na *colonia Genetiva*, ou aqueles que se deva dar assentos em lugar reservado aos *decuriões* segundo decreto dos *decuriões* da *colonia Genetiva*, o qual os *decuriões* tenham aprovado quanto estivessem presentes para tratar deste assunto não menos que a metade dos *decuriões*. Ninguém, exceto os previamente mencionados, pode se sentar ao lugar que foi dado, atribuído ou reservado ao *decuriões*, nem levar alguém para sentar-se nesses assentos, o que representa reconhecidamente dolo. Se alguém contra essa proibição sentar-se com dolo ou alguém contra essa proibição levar alguém a sentar-se com dolo, que seja condenado a pagar por cada infração e quantas vezes tenha feito alguma dessas coisas contra essa proibição 5.000 sestércios aos colonos da *colonia Genetiva*, e por esta quantidade tenha, quem queira, em um juízo recuperatório frente ao *duunviro* ou ao prefeito a ação, reclamação e perseguição judicial, em virtude desta lei, do direito e do poder.

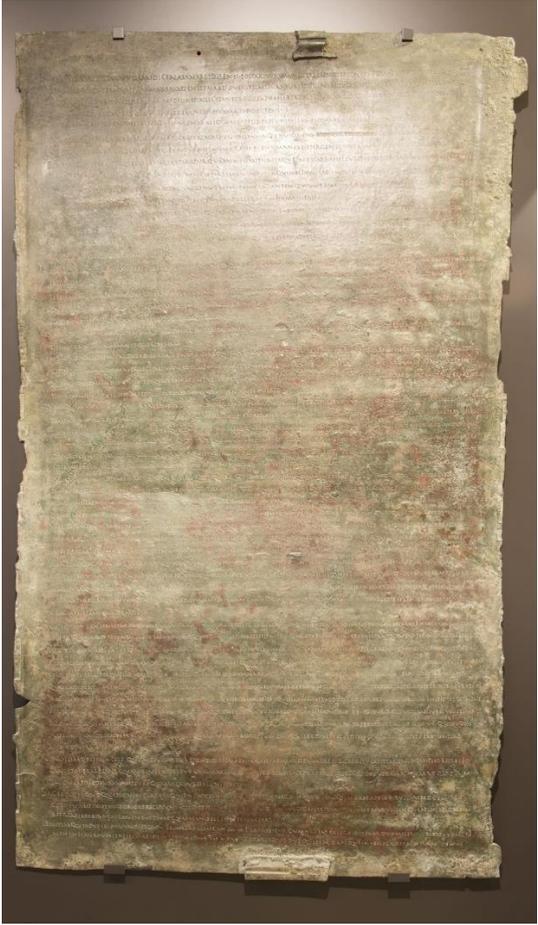
### Capítulo CXXVI

Qualquer *duunviro*, *edil*, prefeito da *colonia Genetiva Julia*, ou qualquer outro, que organize espetáculos cênicos na *colonia Genetiva Julia* deve reservar, distribuir, dar e atribuir os assentos para os colonos Genetivos, aos residentes (*incolae*), aos hóspedes (*hospites*) e aos transeuntes (*adventores*), conforme o que os *decuriões* houvessem decretado e estabelecido sem dolo acerca do lugar que seja dado ou atribuído quando, ao tratar-se deste assunto, estivessem presentes não menos de 50 *decuriões*. O que desta forma tenha sido decretado e decidido pelos *decuriões* acerca do lugar que se tenha reservado ou atribuído seja justo e tenha validade em virtude da presente lei. Ninguém que organize jogos leve alguém a sentar-se de outro modo, nem ordene que se sente, nem atribua um lugar, nem ordene que se atribua, nem faça algo para que se sentem em outro lugar que não o que tenha sido dado, reservado e atribuído, e ninguém tente sentar-se em lugar impróprio com a intenção de causar dolo. Quem tenha atuado contra esta proibição seja condenado a pagar por cada infração e quantas vezes a tenha desobedecido 5.000 sestércios aos colonos da *colonia Genetiva Julia*, e por esta quantidade tenha, quem queira, juízo repercutório frente ao *duunviro* ou prefeito da ação, reclamação e perseguição judicial, em virtude desta lei, do direito e do poder.

### Capítulo CXXVII

Quaisquer que sejam os jogos cênicos que se celebrem na *colonia Genetiva Julia*, ninguém (pode sentar) na *orchestra* para presenciar os jogos, exceto o magistrado ou pro-magistrado do povo romano, ou aquele que esteja encarregado de administrar a justiça se houver, haverá ou deverá haver algum senador do povo romano, se houver, ou haverá ou deverá haver um filho de senador do povo romano, ou se houver algum *praefectus fabrum* do magistrado ou do pro-magistrado que esteja no comando das províncias hispanas, da Bética Ulterior, e aos que a virtude desta lei possam se sentar no lugar reservado aos *decuriões*, ninguém se sente na *orchestra* para presenciar os jogos, exceto aqueles que tenham sido mencionados anteriormente, e nenhum magistrado ou pro-magistrado do povo romano que esteja encarregado de administrar a justiça se sente ou permita que alguém se sente neste lugar de forma correta e sem dolo.

## ANEXO L - ORATIO DE PRETIIS GLADIATORUM MINUENDIS

<b>Referente</b>	Localização: Museu Nacional de Arqueologia em Sevilha. Procedência: Santiponce ( <i>Italica</i> ) em 10 de outubro de 1888. Inventário: - Função Social: Discurso do Imperador <i>Marcus Aurelius</i> e <i>Comodus</i> sobre a redução do valor dos espetáculos e dos gladiadores. Data: 177/178 d.C.	
<b>Objeto/arte</b>	Forma: Retangular. Estilo: Placa de bronze que mantém em suas bordas inferiores e superiores restos da moldura original. Tamanho: Mede 155 x 92 x 0,9cm. O texto contém um total 63 linhas, sendo o início dos parágrafos marcados ou espaçados.	
<b>Ancoragem</b>	<i>Oratio de pretiis gladiatorum minuendis.</i> <sup>169</sup>	
<b>Signo figurativo</b>	Discurso que aborda o financiamento dos espetáculos de gladiadores. Outro ponto elencado no discurso, materializado na placa, era a recomendação de baixar o preço dos espetáculos e o custo máximo das encenações.	
Tradução 1		
<p>Uma calamidade tão grande não poderia ser curada por nenhum remédio. E não poderia, mas nossos príncipes, cujo único desejo é restaurar a saúde pública, devastada e enfraquecida por uma doença impensável, e restaurá-la em todo o seu vigor, antes de tudo advertiram que causa deu força a esta doença, de onde aqueles ilegais impostos e impostos ilegais obtiveram sua força legal.vergonhoso, que foi o autor e defensor de exigir como legítimos alguns (impostos) que eram proibidos por todas as leis, não apenas divinas, mas também humanas.</p>		
Tradução 2		
<p>Chamava-se Tesouro. Mas o Tesouro não foi atraído para (conceder) uma licença para este roubo vergonhoso por terceiro ou quarto em benefício próprio, mas sim aqueles que o usaram como pretexto para a destruição de outros. Assim, eles retiraram completamente o Tesouro da arena. De fato, por que o Tesouro de Marco Antonino e Lucio Comodo deveria ter sido advertido contra o anfiteatro? Todo o dinheiro desses príncipes é limpo, não manchado com qualquer gota de sangue humano, nem manchado com qualquer sujeira de ganho repugnante, e que, da mesma forma obtido corretamente, é investido. E é assim que funciona, sejam vinte ou trinta milhões de sestércios. Esta lei oferece proteção bastante ampla graças à sua prudência.</p>		

<sup>169</sup> CEBALLOS Hornero, Alberto. *Los Espectáculos em la Hispania Romana: La Documentación Epigráfica* - Tomo I. Cuadernos Emeritenses nº 26. Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 2004, p. 162 -177.

Mais ainda, das dívidas dos <i>lanistae</i> , perdoarão a parte que ultrapassar cinquenta milhões de sestércios. Que méritos (têm eles), pergunto-vos? Certamente nenhum, dizem (eles), mas, uma vez afastados de tais furtos, eles obterão compensação e, no futuro, suportarão um preço fixo em doação da humanidade.
Tradução 3
Oh, grandes imperadores que sabem estabelecer profundamente os remédios que cuidam até dos ímpios, que também se tornaram necessários! O fruto desta vossa grande prudência também se fará sentir. Este <i>oratio</i> ainda foi lido diante de nós, mas assim que foi reconhecido pelo boato de que os lucros dos <i>lanistae</i> estavam sendo cortados, que o Tesouro havia deixado todo aquele dinheiro como se estivesse contaminado, instantaneamente os padres de seus mais fiéis gauleses se encontraram, parabenizaram e conversaram entre si.
Tradução 4
Houve quem, eleito sacerdote, tivesse deplorado a sua fortuna e, por apelo aos príncipes, pedido ajuda para si. Mas ali mesmo o primeiro e segundo o conselho de seus amigos (disse): “Para que preciso mais do recurso? Os santíssimos imperadores me livraram de todo fardo que oprimia meu patrimônio. Já quero não só ser eleito padre, como também anseio e aceito a edição de um show de gladiadores que em outros tempos detestávamos”.
Tradução 5
Assim, os benefícios do recurso foram solicitados não só por aquele, mas também pelos demais, e por quantos mais serão solicitados! Agora este tipo de recursos terá uma nova forma, para que recorram os que não foram eleitos sacerdotes, na verdade o povo comum.
Tradução 6
Que outra pode ser, com efeito, a primeira sentença, quando suas opiniões sobre esses assuntos tão salutares são tais que devo pensar o que cada um sente, o que cada um grita do fundo do coração?
Tradução 7
Creio, então, que antes de mais nada se deve agradecer aos exaltados imperadores, que, depois de adiar os interesses do Tesouro, restabeleceram, com medidas salutares, a situação decadente das cidades e das fortunas, que já começavam a ser arruinado, dos cidadãos mais ilustres, tanto mais generosamente porque, embora lhes fosse desculpável reter o que outros haviam estabelecido e o longo costume havia confirmado: no entanto, aqueles pensavam que não coincidia de forma alguma com seus princípios para preservar (as disposições) mal estabelecidas, nem instituir de maneira ignominiosa aquelas que deveriam ser conservadas.
Tradução 8
Embora alguns pensem que de todas as coisas que nossos exaltados príncipes nos propuseram, uma única e breve exposição deve ser feita, no entanto, se você me permite, explicarei cada uma delas detalhadamente, tendo reproduzido as mesmas palavras do santíssimo discurso para uma maior clareza da minha opinião. , para que não haja espaço para interpretações errôneas. Portanto, estimo que os espetáculos de gladiadores chamados <i>assiforana</i> permaneçam em sua forma atual e não ultrapassem a soma de 30.000 sestércios. Aqueles que dão shows de mais de 30.000 e até 60.000 sestércios oferecem gladiadores em três grupos pares. O preço máximo (de um gladiador) no primeiro grupo será de 5.000 sestércios, no segundo 4.000 sestércios e no terceiro 3.000. De 60.000 a 100.000 (sestércios) os gladiadores serão divididos em três séries,

o preço máximo do gladiador da primeira série será de 8.000 sestércios, da segunda 6.000 e da seguinte 5.000. Finalmente, de 100.000 a 150.000 sestércios haverá cinco manípulos: o preço (do gladiador) do primeiro será de 12.000 sestércios, 10.000 do segundo, 8.000 do terceiro, 6.000 do quarto e 5.000 do último. E a partir de agora, de 150.000 para 200.000 sestércios e quando esta soma for ultrapassada, o preço de um gladiador baixíssimo é de 6.000 sestércios, 7.000 para a próxima, 9.000 para a terceira classe, 12.000 para a quarta, até atingir 15.000 (a quinta aula). Que esta seja a quantia fixada para o melhor e mais distinto gladiador. E que em todos os espetáculos de gladiadores, que se distribuem por classes, o *lanista* fornecerá metade do valor da classe, e aquele que for o melhor destes, chamado gregário, lutará sob a bandeira de 2.000 sestércios, e ninguém dessa classe fará isso por menos de 1.000. Os *lanistae* saibam, e deveriam desta forma serem advertidos devido ao seu vil desejo de lucro (pensam eles) não têm a obrigação de fornecer metade do número de gladiadores gregários. Assim, todas as classes de gladiadores serão divididas igualmente para cada dia, e em nenhum dia a parcela dos gregários, que lutarão naquele dia, será menor que a metade. Que esta obrigação seja exigida o mais diligentemente possível aos *lanistae*, é confiada aos que governam as províncias e aos legados ou questores ou legados das legiões ou aos que aplicam a lei, homens muito claros, ou aos procuradores de os príncipes exaltados, naqueles que o governador da província tenha delegado, e também aos procuradores que governam as províncias. Do outro lado do Pó e em todas as regiões da Itália, esta missão é confiada aos *praefecti alimentorum*, se estiverem presentes, ou, se não estiverem, ao *curator viae*, e se não estiverem presentes, ao *iuridicus* ou até ao prefeito da frota pretoria.

#### Tradução 9

Da mesma forma, creio que, quanto aos valores acordados, deve-se levar em conta que cada gladiador reclama para si a recompensa do prêmio, e que o homem livre recebe um quarto e o escravo um quinto do valor acordado por esse motivo. Por outro lado, em relação aos preços dos gladiadores pouco antes estimei o que deveria ser observado conforme prescrito na divina *oratio*, mas esses preços se referem às cidades que pagaram os preços mais altos pelos gladiadores. Quanto às cidades que têm um estatuto económico inferior, não seguem as mesmas (disposições) que foram prescritas para as cidades mais ricas; e não ultrapasse o limite de suas forças, mas (mantenha) o mesmo que (tinha) até hoje. Se, de fato, essas cidades são provinciais, que o governador verifique se os preços, conforme as contas públicas ou privadas, são altos, médios ou baixos; o resto é tratado pelo *iuridicus* ou pelo *curator viaeo*, pelo prefeito da frota pretoriana ou pelo procurador dos príncipes exaltados ou pela autoridade de qualquer cidade que seja a principal. Assim, examinadas as contas dos últimos dez anos e considerados os exemplos de shows de gladiadores dados em cada cidade, eles são estabelecidos por aquele que tem poder discricionário sobre os três grupos da mesma forma que é lido para ser feito em todos os lugares, e essa distribuição é preservada no futuro; que saibam os homens muito claros que surgiram recentemente como pro cônsules que é conveniente que este assunto seja resolvido dentro de sua anuidade, e aqueles que governam províncias sem sorteio neste ano.

#### Tradução 10

O príncipe decide) agora para os gauleses: Que os *lanistae* não forneçam *ludos* que são esperados nas cidades dos mais esplêndidos gauleses de acordo com o antigo costume e o rito sagrado por mais de dois mil sestércios. Da mesma forma, os príncipes exaltados anunciaram em seu *oratio* que seu procurador não forneceria os *lanistae* a um gládio condenado por mais de seis ouros.

#### Transcrição 11

Também os padres das províncias, que não têm negócios com os *lanistae*, recebem os gladiadores aceitos pelos padres anteriores, ou se agradam aos *auctoratii*, mas depois da edição

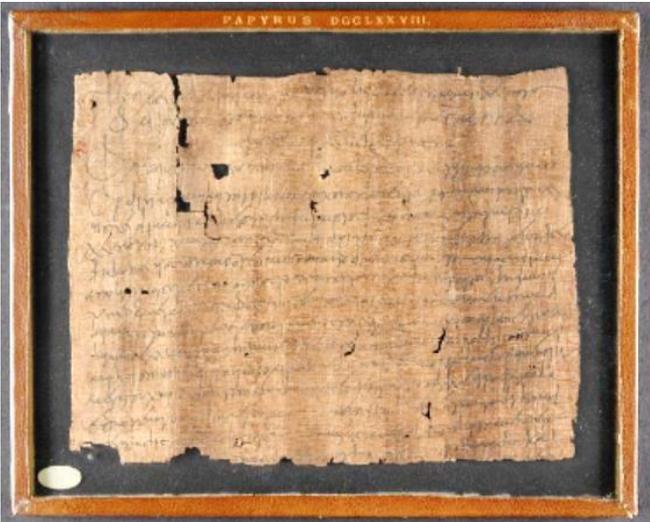
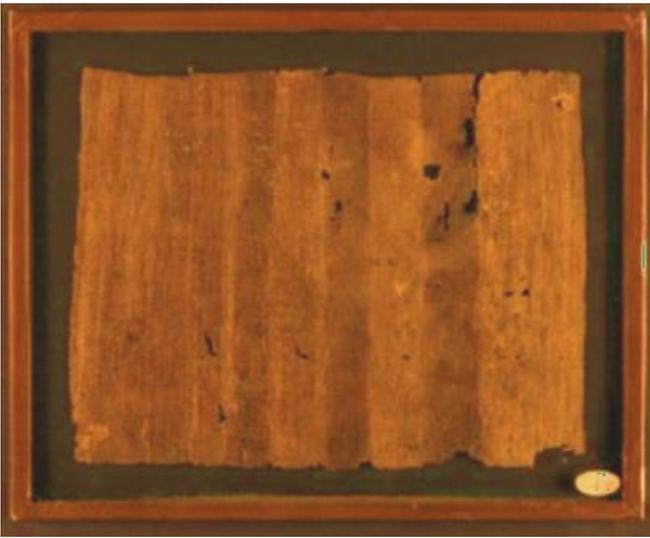
transmitem a seus sucessores por um preço mais alto. Que ninguém venda nenhum em particular para um espetáculo de gladiadores por mais do que o preço estabelecido para os *lanistae*.

Transcrição 12

Por outro lado, quem por sua própria vontade se apresentar a lutar perante o tribunal do tribuno do povo, homem muito claro, pois a lei tem o preço de dois mil sestércios, se, uma vez libertado, tivesse renovado seu risco, sua estimativa então não excede 12.000 sestércios. Também aquele que é mais velho e menos qualificado, seu trabalho novamente [ ]

—

## ANEXO M – PAPYRUS AURELIUS ONNOPHRIS

<b>Referente</b>	Localização: Museu Britânico. Procedência: Oxyrhynchus, nome Oxyrhynchite, Egito. Inventário: Museu Britânico III (Londres: Museu Britânico 1907), p. 279-280, no. 778, P.Oxy. I 199, TM 22685 Função Social: Uma escritura incompleta de fiança endereçada a Flavius Apion.	
<b>Objeto/arte</b>	Forma: Retangular. Estilo: Escritura de Fiança Tamanho: 170x 220 mm; alojado em uma caixa de vidro medindo 215 x 270 mm.	
<b>Ancoragem</b>	<i>Papyrus Aurelius Onnophris.</i> (Escrito a mão cursiva fluente). Apresentado como parte de um lote que compreende os papiros 739-834 pelo Egypt Exploration Fund em outubro de 1900. Destes, os papiros 739-814 fazem parte das descobertas feitas por BP Grenfell e AS Hunt no local do antigo Oxyrhynchus.	
<b>Signo figurativo</b>	Uma escritura incompleta de fiança endereçada a Flavius Apion por Georgius, um diácono, que compromete que <i>Aurelius Onnophris</i> , filho de Solomon, vindo de Mega Chorion, uma aldeia no nomo Oxyrhynchite, permaneça em sua propriedade. Com endosso no verso.	

Frente

Verso

## ANEXO N – FASTI ALLIFANI

<b>Referente</b>	Localização: Museu provincial da Campânia, Cápua. Procedência: Alife, Campania, junto a fundação do edifício “velha chancelaria.” Inventário: CIL. IX. 2320 = Inscrição. XIII. 24. Função Social: Calendário	
<b>Objeto/arte</b>	Forma: Retangular. Estilo: Calendário em Mármore branco composto por dois fragmentos Tamanho: 1ª Parte - altura 0,29 m; largura 0,51 m; profundidade 0,03m. 2ª Parte - altura 0,11 m; largura 0,09 m; profundidade 0,03 m.	
<b>Ancoragem</b>	<i>Fasti Allifani</i> (Escrito em caixa alta e letra cursiva). [EV] f(astus) Soli Indig[eti] in colle feriae] / quod e(o) < d(ie) > v[icit C(aius) Caesar Pharsali] / [F III] c(omitialis) / [ G III] c(omitialis) / H pr(idie) c(omitialis) Herculi Invi[cto ad circ(um) Max(imum)] / V(eneri) V(ictici) H(onori) V(irtuti) V( ) Felicita[ti in teatro marm(oreo)] / A Eid(us) n(efas) p(iaculum) f(eriae) Iovi Diana[e] / Vortumno in Aventino Herculi / Invicto ad port(am) trigeminam Cast(ori) ) / Poluci in circo Flaminio Florae ad circum / Maximum / B XIX f(astus) / C XIX c(omitialis) / D XVII c(omitialis) E XVI Port(unalia) n(efas) p(iaculum) feriae / Portuno ad pontem Aemilium / Iano ad theatrum Marcelli / F XV c(omitialis) divo Iulio ad forum / G XIV Vin(alia) f(astus) f(eriae) Iovi	

<b>Signo figurativo</b>	<i>agosto, 9</i>	E	5 dias antes dos Idos	dia judicial	Para Sol Indígenas no morro; festa, pois neste dia Caio César foi vitorioso em Farsália
	<i>agosto, 10</i>	F	4 dias antes dos Idos	dia comemorativo	
	<i>11 de agosto</i>	G	3 dias antes dos Idos	dia comemorativo	
	<i>agosto, 12</i>	H	na véspera dos Idos	dia comemorativo	Para Hercules Invincible perto do Circus Maximus; para Vênus Victrix, Honos, Virtus, V... Felicitas no teatro de mármore
	<i>13 de agosto</i>	UMA	Os Idos	dia não judicial, sacrifício propiciatório	Festival; a Júpiter, Diana, Vortumnus no Aventino; para Hercules Invincible perto dos Portões Trigemine; para Castor, Pollux no Circus Flaminius; para Flora perto do Circus Maximus
	<i>14 de agosto</i>	B	19 dias antes das Calendas	dia judicial	
	<i>agosto, 15</i>	C	18 dias antes das Calendas	dia comemorativo	
	<i>agosto, 16</i>	D	17 dias antes das Calendas	dia comemorativo	
	<i>agosto, 17</i>	E	16 dias antes das Calendas	Portunália; dia não judicial; sacrifício propiciatório	Festival; para Portunus perto da ponte Aemilian; para Janus perto do teatro de Marcellus
	<i>agosto, 18</i>	F	15 dias antes das Calendas	dia comemorativo	Ao Divino Júlio perto do Fórum
	<i>agosto, 19</i>	G	14 dias antes das Calendas	Vinália, dia judicial	Festival; para Júpiter

## ANEXO O - GLOSSÁRIO

<b>Latim</b>	<b>Tradução</b>
<i>Adventores</i>	Transeuntes
<i>Aerarium</i>	O Tesouro
<i>Aestimatio</i>	Valoração
<i>Agitador</i>	Condutor
<i>Amphitheatrum</i>	Teatro duplo
<i>Apparitores</i>	Atendentes
<i>Armorum studium</i>	Estudo das armas
<i>Auriga</i>	Cocheiro
<i>Campus de Martius</i>	Campo de Marte
<i>Certamina</i>	Concurso
<i>Circenses</i>	Circo
<i>Charun</i>	Deus etrusco do submundo
<i>Conferrente</i>	Contribuindo
<i>Collatio equorum</i>	Comparação de cavalos
<i>Collegia</i>	Faculdade
<i>Commercium</i>	Comércio
<i>Comitiales</i>	Eleitoral
<i>Conductor harenae</i>	Condutor de areia
<i>Colossus Neronis</i>	Colosso de Nero
<i>Corpus</i>	Corpo
<i>Cubiculum</i>	Quarto
<i>Curator viae</i>	Curador da estrada
<i>Gladiator</i>	Gladiador
<i>Gladiator Auctoratii</i>	Gladiador autônomo
<i>Gladium</i>	Espada curta
<i>Decuriões</i>	Decuriões
<i>Doctores</i>	Treinador de gladiadores
<i>Damnatio memoriae</i>	Condenação da memória
<i>Domus</i>	Casa
<i>Edile</i>	Prefeito
<i>Edicta</i>	Publicação
<i>Edulibus</i>	Comestível

<i>Epula</i>	Celebração
<i>Equus</i>	Cavalo
<i>Editor</i>	Patrocinador do espetáculo
<i>Exercitio</i>	Exercício
<i>Factiones</i>	Festas
<i>Famiglia gladiatoria</i>	Família gladiatória
<i>Ferrente</i>	Proposta
<i>Fiscus</i>	Fundo
<i>Foricularii</i>	Açougueiro
<i>Forum Romanum</i>	Fórum Romano
<i>Garum</i>	Garro (molho de peixe)
<i>Gymnasia</i>	Ginásio
<i>Honestus puer</i>	Rapaz honesto
<i>Horrea</i>	Armazéns
<i>Impensae</i>	Despesas
<i>Imperator</i>	Imperador
<i>Index</i>	Índice
<i>In situ</i>	No local
<i>Incolae</i>	Hóspedes
<i>Iocus</i>	Piada
<i>Ius civile</i>	Direitos civis
<i>Ius honorum</i>	Direito de honra
<i>Ius suffragii</i>	Direito de votar
<i>Iuvenes</i>	Jovens
<i>Iugula</i>	Mate-o
<i>Iuridicus</i>	Jurídico
<i>Iurisdictio</i>	Jurisdição
<i>Halterae</i>	Halteres
<i>Hypocaustum</i>	Sistema de calefação (aceso por baixo)
<i>Hypogea</i>	Chão subterrâneo do <i>Forum</i>
<i>Horea</i>	Armazéns
<i>Hospites</i>	Convidados
<i>Lanistae</i>	Proprietário do <i>Ludus</i>
<i>Lanius</i>	Açougueiro
<i>Lex</i>	Lei
<i>Lites</i>	Ações Judiciais
<i>Ludi gladiatorium</i>	Jogos de gladiadores
<i>Ludi scaenici</i>	Jogos esportivos
<i>Ludia</i>	Amante
<i>Ludus gladiatorius</i>	Escola de gladiadores
<i>Luctatores</i>	Lutadores
<i>Maior potestas</i>	Maior poder

<i>Mercalium</i>	Mercadoria
<i>Mercatus</i>	Mercado
<i>Metae</i>	Ponto de inflexão
<i>Missus</i>	Suspensão
<i>Modus operandi</i>	Maneira de agir
<i>Monomachia</i>	Combate simples
<i>Munera</i>	Presente, obrigação, atribuição
<i>Monumentum</i>	Monumento
<i>Naumachias</i>	Batalhas navais
<i>Nomos</i>	Lei
<i>Nundinae</i>	Mercado ao ar livre
<i>Officium</i>	Dever
<i>Oleum</i>	Óleo
<i>Optimo</i>	Melhor
<i>Orchestra</i>	Orquestra
<i>Pecunia</i>	Dinheiro
<i>Pegmata</i>	Andaime
<i>Podium</i>	Pódio, muro
<i>Pons</i>	Ponte
<i>Portorium</i>	Dívidas
<i>Portus</i>	Porta
<i>Praefecti alimentorum</i>	Superintendentes de Alimentos
<i>Praeco - Leiloeiro</i>	Leiloeiro
<i>Praefecti fabrum</i>	Superintendentes de ferradoria
<i>Praefurnium</i>	Pátio
<i>Privata</i>	Privado
<i>Pugnas et vulnera</i>	Lutas e feridas
<i>Pultes</i>	Papa
<i>Pulvinar</i>	Tribuna imperial
<i>Quadri jungere</i>	Quadrigas
<i>Quanti minoris</i>	Quanto menos
<i>Rerum</i>	Das coisas
<i>Res Gestae Divi Augustae</i>	A História Divina de Augusto
<i>Rogatio</i>	Proposta
<i>Rudius</i>	Espada de madeira dos gladiadores que venciam as batalhas
<i>Rusticae</i>	Rural
<i>Saevae</i>	Selva
<i>Saccarii</i>	Carregador
<i>Scriptores</i>	Redatores
<i>Sine missiones</i>	Sem suspensão
<i>Sparsiones</i>	Espargidor
<i>Sportulae</i>	Jogador

<i>Stagnum</i>	Piscina
<i>Tibicen</i>	Tocador de flauta
<i>Tributum</i>	Imposto
<i>Trinundinum</i>	Três luas
<i>Trimestris</i>	Trimestre
<i>Tituli picti</i>	Título pintado
<i>Urbs</i>	Cidade
<i>Uillae</i>	Aldeias
<i>Vectigal</i>	Imposto
<i>Velarium</i>	Toldo do Anfiteatro
<i>Venaliium</i>	À venda
<i>Venationes</i>	Caçadas